



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
MESTRADO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

TAMIRES NEVES CONCEIÇÃO

**A TECNOLOGIA AUDIOVISUAL ATRAVÉS DA INFORMAÇÃO
AUDIODESCRITIVA: UMA PERSPECTIVA DA CIÊNCIA DA
INFORMAÇÃO**

Salvador
2017.1

TAMIRES NEVES CONCEIÇÃO

**A TECNOLOGIA AUDIOVISUAL ATRAVÉS DA INFORMAÇÃO
AUDIODESCRITIVA: UMA PERSPECTIVA DA CIÊNCIA DA
INFORMAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação - PPGCI, Instituto de Ciência da Informação, da Universidade Federal da Bahia como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Área de concentração: Informação e Conhecimento na Sociedade Contemporânea.

Linha de Pesquisa: Políticas e Tecnologias da Informação.

Orientador: Prof. Dr. Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva

Salvador
2017.1

C744

Conceição, Tamires Neves

A Tecnologia audiovisual através da informação audiodescritiva: uma perspectiva da Ciência da Informação./ Tamires Neves Conceição.- Salvador, 2017.

184f. : il. + anexos

Orientador:Prof. Dr. Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva

Dissertação (Mestrado) Universidade Federal da Bahia, Instituto de Ciência da Informação, 2017.

1. Informação audiodescritiva 2. Tecnologia Assistiva 3. Acessibilidade
I.Universidade Federal da Bahia, Instituto de Ciência da Informação.II. Título.

CDU:376-056.26

TAMIRES NEVES CONCEIÇÃO

**A TECNOLOGIA AUDIOVISUAL ATRAVÉS DA INFORMAÇÃO
AUDIODESCRITIVA: UMA PERSPECTIVA DA CIÊNCIA DA
INFORMAÇÃO**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia (PPGCI/ UFBA), 29 de março de 2017, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Banca Examinadora

Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva - Orientador
Doutor em Ciência da Informação, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ),
Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia (IBICT)
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Sandra Regina Rosa Farias - Membro externo titular
Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Francisco José Aragão Pedroza Cunha - Membro interno titular
Doutor em Difusão do Conhecimento pelo Programa de Pós-graduação Multi-institucional e
Multidisciplinar da Faculdade de Educação da UFBA
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Rita de Cássia Aragão Matos - Membro externo suplente
Doutora em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Maria Teresa Navarro de Britto Matos - Membro interno suplente
Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

*Dedico este trabalho aos meus
estimados pais:
Rita Maria de Cássia Neves Conceição e
Francisco Xavier da Conceição.
E as minhas queridas avós:
Helenita Freitas (in memoriam) e a
Edith Santos da Conceição.*

AGRADECIMENTOS

"Que os vossos esforços desafiem as impossibilidades, lembrai-vos de que as grandes coisas do homem foram conquistadas do que parecia impossível." (Charles Chaplin)

Tantos que me ajudaram, que não caberia neste singelo agradecimento, mas alguns em especial devem ser citados, não desmerecendo os demais que se fizeram presentes e permitiram que essa pesquisa se construísse de uma forma tão proveitosa.

Aos meus pais e a Deus, pelo apoio incondicional e por manter a minha fé inabalável em todos os obstáculos enfrentados. Tudo que já realizei nesses 28 anos de vida eu dedico a meus pais, pelo incentivo constante em todos os momentos, pelo companheirismo e amor incondicional.

As minhas avós, Helenita Freitas (*in memoriam*) e Edith Conceição, pessoas maravilhosas, que sempre tiveram palavras de força, conselhos sábios e uma influência permanente e de suma importância em minha vida.

Aos meus familiares em geral, principalmente aos meus primos Marcelo Barros e Robson Barros que se fizeram presentes, me auxiliando no que fosse possível nessa longa caminhada.

Ao meu estimado orientador, Prof. Dr. Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva que é um exemplo de ser humano ético, honesto, íntegro e de uma humildade gigantesca. Uma pessoa grandiosa que sabe compartilhar e dividir seus conhecimentos de vida e pedagógicos com maestria. Esse período foi de grande aprendizado para mim, levarei essa experiência e esses ensinamentos para o resto da minha vida. Sem suas orientações precisas e atenciosas essa pesquisa não seria concretizada.

Ao grupo Cultura, Representação e Informação Digitais (CRIDI), que acolheu a mim e a minha pesquisa de uma forma excepcional. Um verdadeira família que lhe auxilia a crescer cientificamente e como ser humano também. Todos demonstram uma atenção com as pesquisas que envolvem o desenvolvimento do grupo e isso nos engrandece como pesquisadores. Em especial devo agradecer as imensas colaborações dos amigos Ricardo Chagas, Emanuela Mendes, Ricardo Sodré e da estimada Adriana Hollós, membros do grupo.

Aos docentes ao longo da caminhada acadêmica, desde a universidade, com meu orientador Maurício Matos, que me inseriu no universo do *stricto sensu*, sempre incentivando meus passos acadêmicos para novos horizontes. As professoras Annamaria Jatobá Palácios e

Rita de Cássia Aragão que foram de suma importância na minha construção acadêmica e crescimento como pesquisadora.

A coordenação do PPGCI-UFBA, que sempre supriu minhas necessidades e auxiliou a minha caminhada durante esses dois anos de mestrado. E ao corpo técnico-administrativo, em especial a Marilene Luzia, sempre solícita e disposta a ajudar no que fosse necessário para atender as minhas demandas.

À CAPES, entidade financiadora desta pesquisa.

Aos colegas do mestrado, que dividiram comigo as angústias, as incertezas, os prazos, as entregas dos artigos, as finalizações dos capítulos, enfim toda essa trajetória de dois anos foi imensamente prazerosa por tê-los por perto. Tenho certeza que fiz amigos para o resto da vida.

Aos alunos da disciplina de tirocínio, que me acolheram da melhor forma possível e permitiram que eu pudesse dar mais um passo nessa minha caminhada acadêmica.

Aos amigos pessoais, Rosana Queiroz, Vivien Susan, Cássio Aragão, Ana Clara Campos, Nilva Azevedo, Lorena Pedreira, Andrea Marcela, Dijara Viana, Adelma Silva, Carolina Coutinho, Ana Amélia Pacheco, Juliana Vieira, Larissa Pita, Mabrisa Benevides, Telma Ferrari, Renata Almeida, Lorena Filardi, Marlei Oliveira, Rogério Gonçalves e Fernando Oliveira, pela compreensão das minhas ausências e pelas palavras de apoio e incentivo sempre a mim ofertadas.

Aos pesquisados na fase de teste e na fase oficial da aplicação da técnica da pesquisa, pois sem a disponibilidade e a colaboração deles essa pesquisa não seria possível de ser realizada.

Enfim, gostaria de agradecer a todos que diretamente ou indiretamente auxiliaram, inclusive com as críticas nesse meu processo de crescimento como pesquisadora.

“A tarefa não é tanto ver aquilo que ninguém viu, mas pensar o que ninguém ainda pensou sobre aquilo que todo mundo vê.”

Arthur Schopenhauer

RESUMO

O contexto social atual interliga os aspectos informacionais com os processos tecnológicos, visando proporcionar um amplo desenvolvimento da disseminação da informação e a Ciência da Informação, como um modelo de ciência social aplicada objetiva prover o acesso à informação ao indivíduo, através da transmissão, do armazenamento, do registro, ou seja, em todo o processo que envolve a mediação informacional. Objetiva compreender como as teorias, técnicas e práticas de Ciência da Informação podem atuar no processo de inclusão e acessibilidade sociais e no empoderamento de pessoas com deficiência visual, promovido pela informação audiodescritiva, área que vem sendo desenvolvida, atualmente, por profissionais advindos em sua maioria das áreas de Letras, Pedagogia e Comunicação. Caracteriza a importância da Ciência da Informação no contexto das ações de preservação e políticas de salvaguarda dos materiais audiodescritos por grupos e núcleos de pesquisa de Universidades Federais da Bahia, de Minas Gerais, de Pernambuco e da Estadual do Ceará, relacionando as teorias, práticas e técnicas da Ciência da Informação, com o desenvolvimento da informação audiodescritiva no país. O percurso metodológico resultou em uma pesquisa de natureza exploratória, quantitativa e qualitativa, desenvolvida por um levantamento bibliográfico e pela aplicação de questionários *online* aos grupos e núcleos de pesquisa, baseado na amostragem não-aleatória por julgamento e nos procedimentos estatístico e comparativo, cujo método de abordagem adotado foi o dialético materialista. São analisados os conceitos e aspectos da informação audiodescritiva, tecnologia assistiva, pessoa com deficiência visual, legislação da audiodescrição, memória social, preservação e salvaguarda. O aspecto problemático observado foi a falta de conhecimento da maioria dos profissionais audiodescretores sobre as ações de preservação e políticas de salvaguarda dos materiais audiodescritos produzidos pelos grupos e núcleos que esses fazem parte, impossibilitando que eles possam aplicar corretamente as ações de preservação, pois como a maioria não compreende a diferença entre os termos (preservação e salvaguarda), conseqüentemente não possuem um plano de políticas de salvaguarda, o que pode dificultar o desenvolvimento da memória social da audiodescrição no Brasil. Entre os aspectos positivos obtidos, destaca-se a relevância da Ciência da Informação neste diálogo com a informação audiodescritiva, pois através da expertise da área, o campo da audiodescrição terá efetivos ganhos no processo da memória social da temática que vem sendo construída pelos grupos e núcleos de pesquisa analisados. Diante das evidências apontadas constatou-se que apesar da legislação brasileira existente sobre a temática, o processo de inclusão e acessibilidade sociais que a audiodescrição pode oferecer a esse público ainda está muito distante do ideal. É preciso que as áreas do saber dialoguem, em específico neste caso, a Ciência da Informação e as áreas de Letras, Pedagogia e Comunicação de onde são oriundos os profissionais que lidam com a temática da audiodescrição, atualmente, e promovam ações que colaborem com as políticas públicas e ampliem o acesso da informação audiodescritiva aos seus usuários, pois apenas um único discurso não tem o mesmo impacto que a união de ações dos pesquisadores, governo, das pessoas com deficiência visual e da sociedade civil em geral.

Palavras-chave: Ciência da Informação. Informação Audiodescritiva. Acessibilidade. Cientista da Informação. Tecnologia Assistiva.

ABSTRACT

The present social context connects informational aspects with technological processes, with the purpose of providing broad development in the dissemination of information and Information Science, as a model of applied social sciences aims to provide the individual with access to information, through transmission, storage, registration, in other words, all the processes comprising information mediation. It aims to understand how theories, techniques and practices of Information Science can act in the process of inclusion and social accessibility and in the empowerment of people with visual impairment, promoted by audio descriptive information, an area that is currently being developed by professionals coming mostly from the areas of Literature, Pedagogy and Communication. It characterizes the importance of the actions of the Information Science in the context of preservation actions and safeguarding policies of audio descriptive materials by groups and research centers of the Federal Universities of Bahia, Minas Gerais, Pernambuco and Ceará, connecting theories, practices and techniques of Information Science, with the development of audio descriptive information in the country. The methodological course resulted in a research of an exploratory, quantitative and qualitative nature, developed through bibliographical survey, and through the application of online questionnaires to research groups and centers, based on a non-random by judgment sample and on statistical and comparative procedures, using the dialectical-materialist approach. The concepts and aspects are analyzed related to audio descriptive information, assistive technology, the visually impaired, the audio description legislation, social memory, and preservation and safeguarding. The problematic aspect observed was the lack of knowledge of most of the audio descriptive professionals on the preservation actions and safeguarding policies of the audio descriptive material produced by the groups and centers to which they were a party to, hindering the correct application of the preservation actions, once they most do not understand the difference between the terms (preservation and safeguarding), consequently they do not have any plan for safeguarding policies, which could impair the development of the social memory of audio description in Brazil. Among the positive aspects obtained, emphasis is given to the relevance of Information Science in this dialogue with audio descriptive information, once through the expertise of the area, the field of audio description will have effective gains in the process of social memory of the theme which is being constructed by the research groups and centers under analysis. In view of the outlined evidences, it was observed that despite the existence of a Brazilian legislation on this matter, the process of social inclusion and accessibility that audio description could offer to this public is still far from ideal. It is necessary that the fields of knowledge dialogue, and specifically, in this case, Information Sciences and the areas of Language, Pedagogy and Communication where professionals that deal with the theme of audio description are formed, and that they may promote actions collaborating with the public policies and broaden access of audio descriptive information to the users, once a single discourse does not have the same impacts as the joint action of the researchers, government, the visually impaired and the civil society as a whole.

Key-words: Information Science. Audio descriptive information. Accessibility. Information Scientist. Assistive technology.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	“Há quanto tempo você faz audiodescrição?”	101
Figura 2	“Qual a importância, em sua opinião, da preservação dos materiais audiodescritos? Por que?”	104
Figura 3	“Qual formato de arquivo você escolheria para fazer a versão digital do documento audiovisual?”	105
Figura 4	“Há quanto tempo esse grupo ou núcleo de pesquisa existe?”	108
Figura 5	“Qual a importância, em sua opinião, da preservação dos materiais audiodescritos? Por que?”	111
Figura 6	“Qual o grau de importância que você dá a essas políticas de preservação e/ ou salvaguarda dos materiais audiodescritos?”	112
Figura 7	“Qual formato de arquivo você escolheria para fazer a versão digital do documento audiovisual?”	112
Figura 8	Dados questões 2 a 5 do questionário de Membros	178
Figura 9	Dados questões 6 e 7 do questionário de Membros	178
Figura 10	Dados questões 8 a 11 do questionário de Membros	179
Figura 11	Dados questões 13 e 14 do questionário de Membros	179
Figura 12	Dados questões 15 a 18 do questionário de Membros	180
Figura 13	Dados questões 19 e 20 do questionário de Membros	180
Figura 14	Dados questões 21, 22, 24 e 25 do questionário de Membros	181
Figura 15	Dados questões 26 e 27 do questionário de Membros	181
Figura 16	Dados questões 29 a 32 do questionário de Membros	182
Figura 17	Dados questões 2 a 5 do questionário de Líderes	190
Figura 18	Dados questões 6 a 9 do questionário de Líderes	190
Figura 19	Dados questões 10 a 13 do questionário de Líderes	191
Figura 20	Dados questões 14 a 17 do questionário de Líderes	191
Figura 21	Dados questões 18 a 21 do questionário de Líderes	192

Figura 22	Dados questões 22 e 24 do questionário de Líderes	192
Figura 23	Dados questões 25 e 26 do questionário de Líderes	193
Figura 24	Dados questões 27 a 29 do questionário de Líderes	193

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Qual a sua profissão (Questão 12)	182
Tabela 2	Explicação da diferença entre preservação e salvaguarda (Questão 20)	183
Tabela 3	Importância da audiodescrição (Questão 21)	183
Tabela 4	Políticas de preservação e/ou salvaguarda (Questão 23)	184
Tabela 5	Explicação das respostas negativas sobre as formas de preservação e salvaguarda utilizadas pelo grupo ou núcleo de pesquisa do qual você participa (Questão 27)	185
Tabela 6	Ideias/sugestões para aprimorar ações de preservação e/ou salvaguarda (Questão 28)	185
Tabela 7	Explicação em caso afirmativo sobre se os grupos/núcleos de pesquisa deveriam buscar padrões de preservação e/ou salvaguarda em conjunto, pensando coletivamente na construção da história da audiodescrição no Brasil (Questão 29)	186
Tabela 8	Explicação da importância do ambiente digital acessível (Questão 30)	186
Tabela 9	Explicação da importância da preservação desse material audiodescrito (Questão 31)	187
Tabela 10	Sugestões de como audiodescritor pode adquirir consciência (Questão 32)	188
Tabela 11	Comentário sobre a importância da preservação e/ou salvaguarda desse material audiodescrito à luz da construção da memória social da audiodescrição no Brasil (Questão 33)	189
Tabela 12	Políticas de preservação e/ou salvaguarda adotadas pelo seu grupo ou núcleo de pesquisa (Questão 23)	193
Tabela 13	Comentário sobre a importância da preservação e/ou salvaguarda desse material audiodescrito à luz da construção da memória social da audiodescrição no Brasil (Questão 30)	194

LISTA DE ABREVIATURAS DE SIGLAS

ABC	Associação Baiana de Cegos
AIPPD	Ano Internacional das Pessoas com Deficiências
AMPID	Associação Nacional dos Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos do Idoso e Pessoas com Deficiência
APADA	Associação de Pais e Amigos de Deficientes Auditivos
CAPAZ	Centro de Apoio Profissional de A a Z
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAP	Centro de Apoio Pedagógico ao Deficiente Visual
CAT	Comitê de Ajudas Técnicas
CINFORM	Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa em Informação
CI	Ciência da Informação
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COCAS	Comissão Civil de Acessibilidade de Salvador
CONADE	Conselho Nacional da Pessoa Portadora de Deficiência
CORDE	Coordenadoria Nacional de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência
CRIDI	Grupo de Estudos sobre Cultura, Representação e Informação Digitais
EMAG	Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico
ENANCIB	Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICI	Instituto de Ciência da Informação
LAI	Lei de Acesso à Informação Pública
LAMARA	Associação Brasileira de Assistência ao Deficiente Visual
LEAD	Legendagem e Audiodescrição
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
NACE	Núcleo de Acessibilidade
NET	Núcleo de Estudos da Tradução
ONU	Organização das Nações Unidas
PPGCI	Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação
PUC	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
REDE SACI	Rede Solidariedade, Apoio, Comunicação e Informação
RI	Repositório Institucional

SEDH/PR	Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República
SMG	Survey Monkey Gold
TCLE	Termo de Consentimento Livre Esclarecido
TRAMAD	Tradução, Mídia e Audiodescrição
TIC	Tecnologia de Informação e Comunicação
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UEFS	Universidade Estaduais de Feira de Santana
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UNB	Universidade de Brasília
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO COMO PARADIGMA E A INFORMAÇÃO AUDIODESCRITIVA	23
2.1	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	23
2.1.1	Ciência da Informação como paradigma para a ciência social	23
2.1.2	Lei de Acesso à Informação Pública	35
2.1.3	Tecnologia Assistiva	36
2.1.4	Informação Audiodescritiva	41
2.1.5	Memória Social, Preservação e Salvaguarda	51
3	BREVE HISTÓRICO SOBRE AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E A FORMAÇÃO DOS GRUPOS E NÚCLEOS DE PESQUISA QUE TRABALHAM COM A INFORMAÇÃO AUDIODESCRITIVA	57
3.1	A PESSOA COM DEFICIÊNCIA	57
3.1.1	Breve análise histórica sobre as pessoas com deficiência	57
3.1.2	Atividades Culturais	66
3.2	GRUPOS E NÚCLEOS DE PESQUISA QUE ATUAM COM A INFORMAÇÃO AUDIODESCRITIVA	69
3.2.1	GRUPO TRAMAD - UFBA	69
3.2.2	GRUPO LEAD - UECE	71
3.2.3	NÚCLEO NET - UFMG	72
3.2.4	NÚCLEO NACE - UFPE	72
3.3	NOÇÕES DE PRESERVAÇÃO E SALVAGUARDA DOS MATERIAIS AUDIODESCRITOS	75
4	METODOLOGIA	80
4.1	UNIVERSO DA PESQUISA	80
4.2	TIPO DE PESQUISA	81
4.3	ABORDAGEM	81
4.4	TÉCNICAS	86
4.4.1	Instrumentos de Coleta de Dados	86
4.5	PROCEDIMENTOS	93
5	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DAS TÉCNICAS E PROCEDIMENTOS ADOTADOS	97

5.1 APRESENTAÇÃO DOS DADOS/INFORMAÇÕES DO QUESTIONÁRIO ONLINE	97
5.2 DADOS COLETADOS RESULTANTES DO QUESTIONÁRIO: “AUDIODESCRIÇÃO PARA MEMBROS DOS GRUPOS/NÚCLEOS DE PESQUISA”	101
5.3 DADOS COLETADOS RESULTANTES DO QUESTIONÁRIO: “AUDIODESCRIÇÃO PARA LÍDERES 2016 OFICIAL”	108
5.4 DADOS COLETADOS RESULTANTES DO QUESTIONÁRIO: “AUDIODESCRIÇÃO”	113
6 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	116
6.1 INFORMAÇÃO AUDIODESCRITIVA NO CONTEXTO DAS ATIVIDADES CULTURAIS E DA MEMÓRIA SOCIAL: PRESERVAÇÃO E SALVAGUARDA	116
6.2 NOVAS ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO E MARKETING COM OBJETIVO DE AUMENTAR A VISIBILIDADE DOS GRUPOS E NÚCLEOS DE PESQUISA INVESTIGADOS	130
7 CONCLUSÃO	136
8 REFERÊNCIAS	140
APÊNDICE 1 - Questionário - “Audiodescrição para membros dos grupos/núcleos de pesquisa 2016 - oficial”	
APÊNDICE 2 - Questionário - “Audiodescrição para líderes 2016 - oficial”	
APÊNDICE 3 - Questionário - “Audiodescrição”	
APÊNDICE 4 - Figuras e Tabelas com os dados dos questionários aplicados	
ANEXO 1 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	
ANEXO 2 - Carta de Apresentação	

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa de mestrado intitulada como “A tecnologia audiovisual através da informação audiodescritiva: uma perspectiva da Ciência da Informação”, foi realizada no âmbito da linha de pesquisa 1: Políticas e Tecnologias da Informação do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI/UFBA). Tem como objetivo compreender como as teorias (base epistemológica), técnicas (o caminho estabelecido pela área) e práticas (as ações propriamente ditas, advindas das técnicas) da Ciência da Informação (CI) podem atuar no processo de inclusão e acessibilidade sociais e no empoderamento¹ de pessoas com deficiência visual, promovido pela informação audiodescritiva.

O termo informação audiodescritiva utilizado nesta pesquisa foi elaborado pela autora que identifica a audiodescrição como um tipo de informação produzida para pessoas com deficiência visual, dislexos e idosos. A audiodescrição é a transposição de signos visuais em signos verbais, que visa promover a inclusão social, a acessibilidade social e o empoderamento desse público, tornando-os cidadãos inclusos no contexto social. A informação, nesta pesquisa, é compreendida, a partir de Silva (2002), como um processo que ocorre através das relações humanas cognitivas, que podem levar à obtenção do conhecimento, construindo assim, a consciência do sujeito, através da interação de saberes (histórico, político, social, econômico e cultural). A informação é percebida como um processo que possibilita ao indivíduo uma ampliação de sua “consciência possível” (GOLDMANN, 1979); assim, ampliando sua consciência possível, conforme se depreende da teoria proposta por Silva (2002), o indivíduo alcança um estágio de consciência, proporcionado pelo processo da informação, em que estará apto, então, a agir pela transformação do contexto social em que vive; esta consciência resultante do processo informacional, que motiva o indivíduo a agir, transformando sua própria vida e seu contexto social, a partir do processo da informação, é denominada “consciência informacional”. Sendo assim, nesta pesquisa o termo informação audiodescritiva é caracterizado como um processo que possibilita às pessoas com deficiência visual uma ampliação da consciência possível, resultando na consciência informacional que possibilitará a este público estar incluso na sociedade em que vive.

¹ Cf. Pereira (2006, s.p.). “Empoderamento significa em geral a ação coletiva desenvolvida pelos indivíduos quando participam de espaços privilegiados de decisões, de consciência social dos direitos sociais. Essa consciência ultrapassa a tomada de iniciativa individual de conhecimento e superação de uma situação particular (realidade) em que se encontra, até atingir a compreensão de teias complexas de relações sociais que informam contextos econômicos e políticos mais abrangentes”.

A informação audiodescritiva é constituída pela tecnologia assistiva, através do recurso audiovisual e tem como propósito promover a inclusão e a acessibilidade sociais das pessoas com deficiência visual. As tecnologias assistivas são utilizadas para prover a autonomia e a independência das pessoas com deficiência, como, por exemplo, óculos, *softwares* de leitura, lupas, dentre outros recursos tecnológicos, que serão detalhados no capítulo 2 (dois), que explica o que significa esse termo e suas aplicabilidades na sociedade.

Entende-se que, dessa forma, a CI, que tem seu papel social por caracterizar-se como uma ciência social aplicada, deve promover o acesso à informação a todos os indivíduos, independente de se tratar ou não de uma pessoa com deficiência física, intelectual e/ou sensorial.

Para tal, a CI entra no contexto da informação audiodescritiva, atualmente desenvolvido pelas áreas de Letras, Pedagogia e Comunicação, como mais uma “voz” para aprimorar as ações de preservação e as políticas de salvaguarda² que já possam ser utilizadas por esses grupos e núcleos de pesquisa e apresentar essas ações e políticas para aqueles que não as utilizam ainda, auxiliando na construção da memória social da informação audiodescritiva no país.

Ciente de que a área da CI é bastante ampla e envolve todo o processo informacional em diversas nuances, a pesquisa visa compreender como a CI pode auxiliar o contexto da informação audiodescritiva, conforme foi citado no parágrafo anterior. Dessa forma não se pretende resumir a atuação dos cientistas da informação apenas em ações de preservação e nas políticas de salvaguarda, mas como toda pesquisa deve limitar sua área de análise, nesta optou-se pela compreensão das teorias, técnicas e práticas CI no âmbito da informação audiodescritiva, mediante as ações de preservação e nas políticas de salvaguarda dos materiais audiodescritos.

Diante dessa perspectiva, a pesquisa foi realizada sem pesquisar especificamente as pessoas com deficiência visual, pois buscou-se compreender a informação audiodescritiva pela perspectiva da CI. Por isso, foram pesquisados grupos e núcleos de pesquisa que trabalham ativamente com a informação audiodescritiva e observado de que forma atuam nas ações de preservação e nas políticas de salvaguarda. Mas, como esses grupos e núcleos analisados fazem a audiodescrição para as pessoas com deficiência visual, a pesquisa precisou perpassar sobre o

² A doutoranda Flávia Catarino Conceição Ferreira, membro do Grupo de Estudos sobre Cultura, Representação e Informação Digitais (CRIDI), vem desenvolvendo tese no PPGCI-UFBA acerca dos conceitos de preservação e de salvaguarda, já tendo sido submetida ao processo de qualificação, com aprovação pela banca examinadora. Trata-se de temática e pesquisa relevante, aguardada pelo seu teor organizativo e inovador de conceitos muitas vezes confundidos e considerados sinônimos.

sujeito com deficiência e com deficiência visual, em específico, na sua estrutura, já que foi referido o uso dessa informação para esse indivíduo.

Dessa forma, com as ações de preservação e as políticas de salvaguarda desse material audiodescrito, haverá uma maior visibilidade desses arquivos por mais tempo, mantendo sua autenticidade e integridade, possibilitando que o seu público-alvo tenha acesso às produções que esses grupos e núcleos de pesquisa têm realizado, aumentando o conhecimento sobre a temática, aprimorando a compreensão das suas possibilidades de uso nas cenas culturais, pedagógicas, profissionais, de esporte e de lazer, e com isso até auxiliar na aplicabilidade das leis existentes sobre esse tema, pois quanto mais pessoas souberem do seu direito mais poderão exigir que ele seja cumprido.

A informação audiodescritiva corresponde à transcrição de signos visuais em verbais, suprimindo a lacuna existente entre o som e a imagem. Nas cenas culturais, pedagógicas, profissionais, esportivas e de lazer essa informação proporciona às pessoas com deficiência visual independência e autonomia, auxiliando-as a exercer sua cidadania e serem inclusas na sociedade como todo cidadão.

Por isso, a pesquisa não visa provar a existência da inclusão social, acessibilidade social e nem do empoderamento das pessoas com deficiência visual através da informação audiodescritiva, pois já foi demonstrado em outras pesquisas (dissertações e teses desenvolvidas na área da audiodescrição) que a informação audiodescritiva já proporciona ao seu público-alvo todos esses aspectos citados acima. Portanto, aqui propõe-se compreender como a CI, através de suas teorias, práticas e técnicas dialoga nesse contexto e pode continuar auxiliando nesse desenvolvimento da inclusão, acessibilidade e empoderamento social das pessoas com deficiência visual que a informação audiodescritiva já promove.

A pesquisa é de natureza exploratória, qualitativa e quantitativa, e teve por base o método de abordagem dialético materialista. A adoção desta abordagem metodológica, desenvolvida por Karl Marx e Friedrich Engels, permitiu construir reflexões e análises sobre a informação, seus conceitos, fundamentos e conteúdos que são relevantes para compreender a inclusão e a acessibilidade de pessoas com deficiência visual, por meio da informação audiodescritiva.

A metodologia que orientou a pesquisa teve seu universo composto pelas Universidades Federais e Estaduais em que houvesse grupos e núcleos de pesquisa que desenvolvem ativamente pesquisas sobre a informação audiodescritiva, cujos líderes e membros foram submetidos a um questionário *online* para coleta de dados, construído pelo *software* de pesquisa *Survey Monkey* (essa ação será explicada detalhadamente no capítulo 4). A amostra não-

aleatória por julgamento foi constituída pelas seguintes universidades: Universidades Federais da Bahia (UFBA), de Pernambuco (UFPE) e de Minas Gerais (UFMG) e a Universidade Estadual do Ceará (UECE).

O termo preservação, nesta pesquisa, se refere a ações adotadas para a permanência de registros e documentos de cunho audiovisual. Vê-se a preservação como um conjunto de medidas e estratégias que pretendem manter a autenticidade, integridade, manutenção e o acesso a esse material. Já o termo salvaguarda se refere também a ações, mais especificamente de caráter político, que vão além do processo de preservação apenas: se preocupa em assegurar, certamente pela via política legal, que aquele material será protegido, levando em consideração aspectos sobre o acesso, preservação, restauro, conhecimento, conservação, prospecção e aquisição daquele registro. A salvaguarda, assim, visa a garantir a preservação.

O embasamento teórico utilizado foi dividido de acordo com as temáticas que construíram a pesquisa. Os autores que embasaram a temática da audiodescrição foram: Motta (2010), Romeu Filho (2010), Lima (2009; 2010), Franco (2007; 2010; 2011), Mayer (2012), dentre outros; na breve análise das temáticas que influenciam e complementam o tema, destacam-se: cultura, com as abordagens de Chauí (2006), Laraia (1988) e Botelho (2001); cidadania, com Benevides (2004); democracia, com Bobbio (2010); inclusão social, acessibilidade social e pessoas com deficiência visual, com Sasaki (1999; 2003; 2004; 2005), dentre outros. Quanto à CI foram adotados: Frohmann (2006; 2012), Pombo (2007), Capurro (2003), Hjørland (2007), González de Gómez (2001), Shera (1977), Hessen (2000), Saracevic (1996), Silva (2002; 2013), Jardim (2012; 2013), dentre outros, além das abordagens de autores sobre as tecnologias de informação e comunicação (TIC) e a sociedade contemporânea, como Castells (1999), Mattelart (2002), Lyotard (1998), Harvey (1996), Oliveira (2003), dentre outros. Esses e demais autores auxiliaram na construção da pesquisa, embasando os pontos abordados pela pesquisadora.

A pesquisa analisou (através dos *blogs*, *sites*, redes sociais e questionários aplicados) as ações que os grupos e núcleos de pesquisa promovem para desenvolver a inclusão, a autonomia e a acessibilidade das pessoas com deficiência visual, até a preservação e salvaguarda dessas informações audiodescritivas produzidas. O universo da pesquisa e a amostragem analisada foram escolhidos tendo como base a atuação ativa das Universidades citadas no contexto da informação audiodescritiva no país. A análise auxiliou na compreensão da hipótese e permitiu alcançar os objetivos propostos e oferecer uma possível solução para o problema aqui investigado.

A inquietação que direcionou a pesquisa foi: Como as teorias, técnicas e práticas da Ciência da Informação podem agir no desenvolvimento da inclusão e acessibilidade sociais de pessoas com deficiência visual, através da informação audiodescritiva?

A hipótese da pesquisa é a de que a inexistência de ações e políticas adequadas, respectivamente, de preservação e de salvaguarda da informação audiodescritiva produzida por parte dos grupos e núcleos de pesquisa das Universidades Federais da Bahia, de Pernambuco e de Minas Gerais e da Universidade Estadual do Ceará, promove déficit na formação da memória social da informação audiodescritiva no Brasil.

Mediante a esse contexto, temos como objetivo geral: Compreender como as teorias, técnicas e práticas da Ciência da Informação, podem atuar no processo de inclusão e acessibilidade sociais e no empoderamento de pessoas com deficiência visual, promovido pela informação audiodescritiva.

Os objetivos específicos são: Identificar como a tecnologia audiovisual, através do processo da audiodescrição, pode auxiliar na inclusão e acessibilidade sociais de pessoas com deficiência visual; Caracterizar o papel da Ciência da Informação, dentro do contexto da informação audiodescritiva, para promover a independência e autonomia de pessoas com deficiência visual; Propor estratégias de preservação e de salvaguarda das informações audiodescritivas produzidas pelos grupos e núcleos de pesquisa das Universidades Federais da Bahia, de Pernambuco e de Minas Gerais e da Universidade Estadual do Ceará.

O desempenho social no campo da informação audiodescritiva, das Universidades Federais e Estadual anteriormente descritas, e as formas utilizadas de preservação e salvaguarda foram analisados. Nos casos em que existam ações de preservação e as políticas de salvaguarda, serão propostas novas práticas para aprimorar esse processo, ou então, nos casos em que essa prática não ocorria, a pesquisa propõe formas de aplicação desses métodos.

A expectativa da pesquisa é a de compreender o papel da CI nesse contexto das informações audiodescritivas, através do cientista da informação, que por meio de teorias, práticas e técnicas utilizadas para promover o acesso à informação, pode contribuir nesse processo que envolve a inclusão e acessibilidade sociais de pessoas com deficiência visual, por meio do recurso da audiodescrição. E promover análises e propostas de melhorias no processo de preservação e salvaguarda das informações audiodescritivas.

O estudo dos contextos da informação audiodescritiva, tecnologia assistiva, políticas de acesso, preservação, salvaguarda, memória social, inclusão social, deficiência visual, cidadania, comunicação e marketing social, permitiram desenvolver o tema em questão.

Esse tema aborda a informação audiodescritiva como propulsora da independência, autonomia e do empoderamento de pessoas com deficiência visual, através da inclusão e acessibilidade sociais.

A relevância da pesquisa se configura em uma nova proposta de diálogo que pode ser estabelecida no campo da informação audiodescritiva, aliando essa área às perspectivas da CI, já que a temática da audiodescrição ainda se encontra em desenvolvimento no Brasil, e a presença desse novo “olhar” pode auxiliar o seu avanço.

A pesquisa realiza uma análise teórica sobre o fluxo informacional, aliado ao recurso tecnológico, para promover o desenvolvimento da informação audiodescritiva, por meio da tecnologia assistiva, a partir das construções teóricas estabelecidas pela CI. Assim, a pesquisa oferece a oportunidade de impulsionar a prática da informação audiodescritiva, que auxilia o processo de inclusão e a acessibilidade sociais das pessoas com deficiência visual, ressaltando a importância para a preservação e a salvaguarda dessas informações.

Acreditamos que um dos aspectos de importância da pesquisa está nos pontos que influenciam no processo de desenvolvimento do homem, pois é através do contato cultural que se obtém o contato sensorial, corporal e expressivo, gerando a inclusão social, socioeconômica e política. E, na prática, a busca por esse contato sociocultural para pessoas com deficiência visual é ainda pouco significativa, no que diz respeito ao uso da informação audiodescritiva para promover a sua acessibilidade social. Logo, a pesquisa poderá trazer diálogos interessantes para a área.

Diante desse contexto, a dissertação foi dividida em seis capítulos, iniciando com a abordagem da Ciência da Informação como paradigma e a informação audiodescritiva, para nortear o leitor sobre a perspectiva da temática (audiodescrição) na área onde foi desenvolvida a pesquisa (CI), contendo cinco subseções para prover esse diálogo; em seguida é realizado um breve histórico sobre as pessoas com deficiência e a formação dos grupos e núcleos de pesquisa que trabalham com a informação audiodescritiva, trazendo três subtópicos que explicam sobre uma breve análise sobre as pessoas com deficiência, grupos e núcleos de pesquisa que atuam com a informação audiodescritiva e o contexto das ações de preservação e das políticas de salvaguarda; o próximo capítulo relata o caminho metodológico utilizado na pesquisa (universo; tipo de pesquisa; abordagem; técnicas e procedimentos); e nos capítulos subsequentes são apresentados os resultados e análises das técnicas e procedimentos adotados, seguidos da discussão dos resultados e da conclusão a que chegamos com a pesquisa.

Diante deste caminho acima relatado, compreendemos a relevância da CI no âmbito da informação audiodescritiva, especificamente nas ações de preservação e nas políticas de

salvaguarda dos materiais audiodescritos pelos grupos e núcleos de pesquisa analisados. Pois, como os grupos e núcleos de pesquisa estão sendo vitais na construção da memória social da audiodescrição no país, eles necessitam utilizar planos de ações preservação e políticas de salvaguarda para manter o desenvolvimento da informação audiodescritiva produzida por eles de forma coerente e passível de acesso permanente pela sociedade.

2 CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO COMO PARADIGMA E A INFORMAÇÃO AUDIODESCRITIVA

Este capítulo aborda a CI como um paradigma para a ciência social de uma forma geral. Paradigma significa o modelo para alguma coisa, um olhar sobre determinada situação. Nesse caso, entende-se a CI como um modelo de ciência social em busca de um conhecimento, científico e verificável, a partir de objetos de estudo e de análise privilegiados e amplos, como a informação e a tecnologia, que objetiva oferecer teorias e soluções sociais aplicadas, através de suas realizações. Como exemplo, o uso da informação audiodescritiva, que impulsiona a inclusão e a acessibilidade sociais de pessoas com deficiência visual. A CI promove o acesso à informação, conseguindo apurar o senso crítico e, de forma geral, a opinião da sociedade em relação aos fatos históricos e culturais que a formam, auxiliando, assim, o processo de inclusão social. Nessa perspectiva, deve relacionar a tecnologia assistiva ao contexto de aplicação da tecnologia audiovisual, como contribuintes essenciais para o desenvolvimento e implementação da informação audiodescritiva, no âmbito social das pessoas com deficiência visual, caracterizando a importância da atuação do cientista da informação nesse processo. As características do recurso da tecnologia assistiva, da informação audiodescritiva e da lei de acesso à informação também serão abordadas neste capítulo, juntamente com a concepção de memória social, preservação e salvaguarda dos materiais audiodescritos. E os fatores que levam a inclusão e acessibilidade sociais, promovidas pelo acesso à informação, conceitos fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa.

2.1 CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Segue, nas subseções abaixo, a fundamentação teórica, constando os autores que embasaram a pesquisa no diálogo sobre CI, Lei de Acesso à Informação Pública (LAI), Tecnologia Assistiva, Informação Audiodescritiva e Memória, preservação e salvaguarda.

2.1.1 Ciência da Informação como paradigma para a ciência social

O ser humano constituinte do meio social contemporâneo tem o direito ao acesso à informação plena. Essa afirmação aplica-se a todo cidadão, independente das suas limitações físicas, sensoriais ou intelectuais. A relação social existente entre a pessoa com deficiência visual e a sua inclusão em contextos culturais, mediada pelo acesso à informação com auxílio

tecnológico, é percebida pelo uso do recurso da informação audiodescritiva. Essa pode possibilitar o aprimoramento das atividades culturais para atender as pessoas com deficiência visual em cenas culturais como peças teatrais, espetáculos de danças, exposições em museus, eventos esportivos, dentre outras situações que necessitam do aporte tecnológico para que essas pessoas estejam inclusas no sistema social.

Ao nos referirmos à acessibilidade, estaremos abordando pessoas com deficiência na participação de atividades como o uso de produtos, serviços e informações na sociedade sem limitações físicas, sensoriais ou intelectuais, segundo Portal Brasil (2013). E ao acesso quando algo se torna possível de ser acessado, quando há possibilidade de entrar ou de se aproximar de alguma coisa/informação, segundo Léxico (2017, s.p.).

Muito antes de buscar propor mecanismos e técnicas, a pesquisa aqui apresentada pretende, primeiramente, tatear sobre um tema extenso, complexo e diverso, e pouco difundido no campo da CI. Busca-se compreender o recurso da audiodescrição no âmbito da CI, de forma efetiva, ou seja, na atuação do cientista da informação e no campo da preservação e salvaguarda, nos contextos e processos da audiodescrição.

O desenvolvimento da CI deve proporcionar benefício para os indivíduos/usuários e seu contexto social, possibilitando acesso à informação. Objetiva auxiliar a transmissão, registro, disseminação, otimização e todo o processo que envolve a mediação informacional, proporcionando por meio das suas descobertas, com auxílio das tecnologias, formas de promover a independência e a autonomia do homem na sociedade, como o uso da informação audiodescritiva para pessoas com deficiência visual, por exemplo. O usuário é caracterizado socialmente pelo acesso que tem a informações, por isso a importância da atuação dos cientistas da informação na construção do ambiente social, como mediadores nesse fluxo informacional que pode proporcionar ao usuário geração de conteúdo e conhecimento.

Nesta pesquisa o termo fenômeno será definido como “O mesmo que aparência” (ABBAGNANO, 2012, p. 510). Sendo assim, o fenômeno é algo que se dá à aparência, o que se pode observar e descrever com detalhes, dando a “revelação do objeto em si” (ABBAGNANO, 2012, p. 511). Dessa forma, esta pesquisa percebe a informação como um processo, indo além de estruturas e de formas/símbolos pré-estabelecidas. Aqui compreende-se o processo da informação, por meio de ações que vão além da aparência, do que se pode descrever por completo; nesta perspectiva, esse processo envolve a cognição, a consciência e a interação de saberes do usuário/indivíduo. O processo aqui é descrito como “procedimento, maneira de operar ou agir” (ABBAGNANO, 2012, p. 935-936); como ações que levam a um contexto muito mais complexo, que não acontecem de forma controlada e nem com uma única

ordem, além de não poder ser descrito por completo, como um fenômeno, por exemplo. Nessa análise, o fenômeno pode ser visto como um evento dentro do processo informacional.

O processo “[...] está associado à representação da informação, ou seja, à tradução de eventos ou fenômenos em conteúdos informacionais” (SILVA, 2002, p. 18), e o conteúdo como representação, e não como informação, conforme Silva (2002, p. 1).

É importante expressar os significados de alguns termos que são abordados na pesquisa, iniciando pelo significado de “dados” que são reconhecidos nessa pesquisa como:

Em geral, o ponto de partida ou a base de uma indagação qualquer, o elemento, o antecedente, a situação da qual se parte ou que serve de respaldo para formular um problema, fazer uma inferência, aventar uma hipótese (ABBAGNANO, 2012, p. 187).

Segundo Silva (2002, p. 42), a informação não deve ser definida como

Elemento da cadeia ‘dado, informação, conhecimento’, onde o conhecimento parece desenvolver-se ao final de uma etapa, até um momento em que ele próprio estaria encerrado ou, já que se trata de uma cadeia, tornado novamente dado.

O que ocorre é um processo informacional inconstante e mutável e não algo estável, logo o dado nesta pesquisa é visto como um elemento que faz parte do processo informacional, como uma base, um suporte que pode auxiliar a solucionar determinada situação, mas que não age sozinho no processo e sim aliado ao demais fatores que constituem esse contexto. Esse processo só ocorre através de uma construção contínua do indivíduo (e das sociedades) e sua inserção efetiva no processo denominado informação, tendo os dados como elementos também constituintes deste processo.

Diante disso, esta pesquisa não irá resumir o processo da informação à análise apenas de dados, e sim a uma oportunidade e possibilidade de conhecimento através do envolvimento cognitivo do homem durante este processo. A cognição que ocorre partir da interpretação do conteúdo é entendida aqui como a forma de raciocínio e de compreensão do indivíduo das situações no seu âmbito social.

Esse processo da informação pode proporcionar ao usuário conhecimento sobre determinado fato. Aqui, o conhecimento será retratado de forma breve, pois cabe a este conceito uma análise bastante profunda e detalhada, que não será possível fazer nesta pesquisa. Portanto, nesta pesquisa o conhecimento pode ser percebido como uma “[...] relação cognitiva [...]”

(ABBAGNANO, 2012, p. 205), que acontece entre o homem e o objeto, através de um processo.

De fato, o que chamamos de conhecimento talvez seja este processo de unificação, de condução do binômio sujeito/objeto à unidade. Daí que nos parece ocorrer uma espécie de simbiose inter-processos, onde ambos, conhecimento e informação, se beneficiam mutuamente, ainda que de formas diversas, como na simbiose orgânica entre plantas, ou entre animais, ou entre plantas e animais (SIVA, 2002, p. 45).

E a consciência que pode ser adquirida diante desse processo informacional é aqui descrita como “um instrumento importante de conhecimento e de orientação prática que se dá através de um conjunto de atividades cognitivas” (ABBAGNANO, 2012, p. 217).

Segundo SILVA (2002, p. 1), a informação é percebida como um processo de expansão da consciência que leva o indivíduo a um estágio de “consciência possível”. A informação, para o autor, “é entendida como processo que promove a ampliação da consciência acerca da possibilidade de conhecer e agir”, definindo esta consciência como “consciência informacional”. Esses serão os conceitos fundamentais adotados nesta pesquisa e usados durante o desenvolvimento do tema.

A abordagem do conceito de consciência real e consciência possível foi extraída dos pensamentos de Karl Marx, segundo Goldmann (1970). A consciência possível é até onde o homem pode pensar e assimilar algo, mediante sua realidade, afirma Goldmann (1970, p. 41). E a consciência real “leva os indivíduos a resistir a passagem de certas informações” (GOLDMANN, 1970, p. 42). A “consciência possível nos leva ao centro dos problemas de compreensão da vida social” (GOLDMANN, 1970, p. 49). Dessa forma, a pesquisa irá adotar o conceito de informação por meio da expansão da consciência, que possibilitará a formação de uma consciência possível, que se dá através de uma consciência informacional adquirida pelo indivíduo/usuário por meio das informações a que tem acesso.

Já para Wersig (1993), a informação em CI é percebida como uma estrutura que se baseia em um texto que se torna capaz de alterar a estrutura de imagem de um receptor (tradução da autora). No entanto, nesta pesquisa não se vê a informação como estrutura e ou forma/símbolos registrados em um suporte, e sim como um processo muito mais amplo, que vai além destas características, levando à expansão da consciência humana.

O nascimento da CI em meados do ano de 1950, segundo Capurro e Hjørland (2007), presencia o conceito de informação como um conhecimento comunicado e disseminado pelas redes de computadores globais, adquirindo assim, um papel vital na sociedade contemporânea.

A maioria dos diálogos retratados na CI consideram a informação como um fenômeno, e nessa pesquisa, com base em Silva (2002), ela é caracterizada como processos de cognição, de ampliação da consciência e de interação humana, relevante para a construção da sociedade e para o desenvolvimento social do ser humano.

O indivíduo irá buscar as informações de acordo com suas necessidades sociais e pelas demandas do grupo de que faz parte. Assim, Capurro e Hjørland (2007, p.155), afirmam que ao falar em informação em CI, deveria:

Se ter sempre em mente que informação é o que é informativo para uma determinada pessoa. O que é informativo depende das necessidades interpretativas e habilidades do indivíduo (embora estas sejam frequentemente compartilhadas com membros de uma mesma comunidade de discurso).

Na CI, segundo Capurro e Hjørland (2007, p.173), o ato de informar a si mesmo ou aos outros, proporciona as opções de selecionar e avaliar o conteúdo a ser direcionado ao usuário. Pois a área se preocupa com a geração, coleta, organização, recuperação, armazenamento, interpretação, disseminação, uso da informação, mediação, transformação, ou seja, com todas as características que cercam o processo da informação, buscando prover o acesso preciso e claro para o usuário da informação. Para que esse processo ocorra de uma forma satisfatória é necessário que haja uma relação transdisciplinar da CI com as demais áreas do saber.

A palavra informação tem raízes latinas (*informatio*) e pode significar o ato de moldar a mente e o ato de comunicar o conhecimento, segundo Capurro e Hjørland (2007, p.155). Sendo assim, neste estudo a noção de informação será percebida como um processo, envolvendo a cognição, a consciência e a interação do indivíduo com os diversos saberes. Esse processo é de grande relevância no contexto social, pois pode levar à transformação das estruturas da mente humana e até expandir a consciência do indivíduo/usuário no momento da construção do conhecimento. Daí a presença da consciência informacional nesse contexto, caracterizada pelo discernimento crítico que o usuário pode desenvolver através do seu acesso aos conteúdos informacionais, participando do processo informacional.

O cientista da informação tem uma importante missão em conjunto com outros profissionais das áreas que dialoga, para promover uma análise do processo da informação que ocorre por meio de um processo, de forma coerente, satisfazendo o usuário, não sendo possível enquadrar a informação em um único formato e nem analisá-la isoladamente, pois os públicos e os grupos sociais são distintos e as percepções também serão.

Segundo Capurro e Hjørland (2007, p.192), “As pessoas têm diferentes bagagens educacionais e desempenham diferentes funções na divisão do trabalho na sociedade”. Os autores ainda afirmam que “A informação pode ser identificada, descrita e representada em sistemas de informação para diferentes domínios do conhecimento”.

A CI é uma área que apresenta possibilidades de construção de diálogos interdisciplinares, que envolvem análises sobre a mediação, otimização, transmissão, registro, disseminação, dentre outras ações ligadas à informação. A questão é que esses diálogos são mencionados pelos cientistas da informação apenas no discurso, pois no contexto que abrange as teorias, técnicas e práticas da CI o que se percebe é uma separação de saberes e uma constante preocupação com o desenvolvimento particular de cada área, indo de encontro à realidade que os conceitos de interdisciplinaridade, multidisciplinaridade/pluridisciplinaridade e transdisciplinaridade podem proporcionar.

A interdisciplinaridade é um quesito bastante discutido no ambiente científico, pois a palavra é ampla e às vezes é usada indevidamente. Existem quatro expressões tentando explicar esse contexto integrado e diversificado: pluridisciplinaridade, multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade. Pombo (2007), propõe definir o termo interdisciplinaridade como a base desses termos acima descritos, esclarecendo que todos têm uma mesma raiz disciplinar, movida pelo saber, subdisciplinas, componentes curriculares e conjuntos de normas e leis que une o radical da palavra e o seu prefixo. Assim, foi aceito pela autora apenas três expressões: pluridisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar, envolvendo questões em constante desenvolvimento.

Dessa forma, a união dessas palavras, que advêm de uma mesma família do saber, pensadas de forma contínua, foram caracterizadas pela autora como: onde existe uma coordenação e um paralelismo dos fatos, foi denominado de pluridisciplinaridade; uma combinação, onde há uma convergência das opiniões, caracterizada pela interdisciplinaridade; e posteriormente uma fusão e unificação, definida pela transdisciplinaridade. Porém, o que realmente acontece nesse contexto da CI é oposto desse processo descrito, já que alguns cientistas da informação têm dificuldade de desenvolver esse diálogo e propor uma busca pela junção e interligação dos saberes, trazendo ganhos para ciência.

Apesar dessa realidade, o campo epistemológico identificado na área da CI favorece a ampliação dos diálogos interdisciplinares, multidisciplinares/pluridisciplinares e transdisciplinares que podem ser construídos por essa área, pois a CI consegue aplicar conhecimentos e teorias de outras disciplinas em seus campos de estudo. O campo não contempla apenas as áreas de atuação dos bibliotecários, arquivistas, museólogos e os usuários

da informação, a área é muito ampla e vai além do contexto profissional do tratamento da informação, se preocupando com os estudos do fluxo da informação e estudos sobre a produção de conhecimento e do aprendizado dos usuários, conforme Freire e Silva (2012).

A CI mantém relações com diversas áreas do saber, como a Psicologia, Linguística, Computação, Comunicação, Filosofia, Sociologia, Administração, Tecnologia, Economia, dentre outras. Essas podem formar uma rede, por meio de um diálogo de saberes. Essa rede tem o objetivo de entender, analisar, pesquisar, registrar e transmitir o complexo processo da informação na sociedade humana. Segundo González de Gómez (2001), esse momento interdisciplinar deve ser caracterizado pelo intercâmbio informacional efetivo entre as áreas do saber, que passam a compartilhar o conhecimento, tornando-o convergente.

Esse diálogo de saberes está cada vez mais imperceptível entre a CI e as demais áreas do conhecimento, segundo Pombo (2007). Muitas vezes essa proposta interdisciplinar, multidisciplinar/pluridisciplinar e até transdisciplinar não passa de um discurso teórico que não consegue ser aplicado na prática pelos cientistas da informação. O que caracteriza uma perda para a ciência, que precisa dessa troca de diálogos para evoluir.

Segundo Kuhn (1987), existe a ciência normal e a ciência extraordinária, sendo que a primeira busca apenas montar quebra-cabeças e a segunda propõe a construção de uma ciência mais crítica e questionadora, que impulsiona inquietações e discussões sobre as teorias já efetivadas e comprovadas para o surgimento de novas formulações de paradigmas. É exatamente isto que o diálogo entre as áreas deve tentar construir, saindo de uma ciência normal em busca de uma ciência extraordinária, ampliando o conhecimento e estimulando novas discussões científicas que elevem o nível crítico social acadêmico e dos cidadãos.

O discurso elaborado sempre expressa algum tipo de ordem e disciplina, segundo Foucault (1996). A CI, por meio de seus diálogos, exprime discursos que podem favorecer diversos usuários, indo além de promover apenas ordem e disciplina, e sim visando proporcionar melhorias sociais, através da interlocução de saberes.

Dessa forma, o discurso pode intensificar o processo de disseminação da informação, buscando formas de aprimorar e facilitar o seu acesso por meio dos usuários, através da união das teorias, técnicas e práticas da CI, com outros campos que complementam essa interação, em busca da acessibilidade ao processo da informação que se dá por meio do processo da construção da cognição, consciência e interação humana com o saber.

Segundo FOUCAULT (1996, p. 8 - 9) “Em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo simultaneamente controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um

certo número de procedimentos [...]”. Assim, a CI pode expor a ordem e a disciplina, no seu discurso, porém focada na construção de melhorias sociais.

A ordem seria representada pela importância de expor os aspectos vitais da transmissão do processo da informação, categorizando as formas de impulsionar esse registro, disseminação, mediação, dentre todos os fatores que envolvem esse acesso do indivíduo à informação. E a disciplina, ao invés de propor limitações, deverá propor diálogos com outras áreas, buscando agregar ao processo da informação, aspectos que levem ao aprimoramento da disseminação, de forma rápida e interativa para o usuário.

Segundo Araújo (2014), a CI pode ser caracterizada por sua associação ao ato de informar e de produzir registros materiais do conhecimento. Envolve a troca de conhecimentos através do registro e da disseminação da informação. Pode-se perceber esse processo do fluxo informacional como característico da condição humana, ligado aos sentidos sensoriais (visão, audição, olfato e tato). Porém, devido à perda de um desses sentidos, como a visão, a informação tem de ser acessada e compreendida pelo usuário independente desta limitação.

A CI, nesse contexto, passa a ter uma maior responsabilidade nos processos de registro, de disseminação e de transmissão da informação, pois tem de construir novas formas de emissão para que esse público consiga formular significados mediante o novo contexto a que estará submetido, como o uso do recurso da informação audiodescritiva, por exemplo.

A informação necessita de um contexto para ser compreendida pelo indivíduo, pois os aspectos culturais que formam a identidade do homem configuram suas possíveis interpretações das informações recebidas. Questões que não façam parte do seu cotidiano e de suas experiências podem apresentar difícil compreensão. Nesses contextos há uma grande diferença, no que diz respeito ao consumo e ao acesso às tecnologias de informação e aos ambientes culturais, pois existe a diversidade das classes sociais entre os cidadãos, e com as pessoas com deficiência visual não é diferente, e isso influencia no processo de absorção e aceitação de novas práticas do uso da informação, como a informação audiodescritiva, por exemplo. Por isso, os cientistas da informação devem se preocupar com a finalidade, impacto e dimensão social dos serviços de informação prestados aos usuários.

A área da CI vai além da dimensão técnica. A sua relação com a tecnologia é percebida como mais uma aliada no desenvolvimento do conhecimento científico. O cientista da informação possui diversas ferramentas para dialogar com o processo da informação, por meio da disseminação, registro, otimização, transmissão, ou seja, uma abordagem ampla sobre o processo informacional que colabora com a construção da cognição, consciência e interação dos indivíduos com os saberes, indo em busca de uma transformação social, que no atual

contexto social pode ser auxiliada e impulsionada pelos recursos tecnológicos, como o caso da informação audiodescritiva.

A aplicação da CI na sociedade, segundo Saracevic (1996), surge com a proposta de tornar mais acessível o acervo do conhecimento, com auxílio da tecnologia para tentar organizar a explosão informacional presente no contexto social. A CI está conectada a todos os fatores sociais e culturais do próprio mundo humano, aliado aos recursos tecnológicos que se referem “... ao impacto da computação nos processos de produção, coleta, organização, interpretação, armazenagem, recuperação, disseminação, transformação e uso da informação, e em especial da informação científica registrada em documentos impressos” (CAPURRO, 2003, s.p.). Esse contexto insere as práticas da informação audiodescritiva, por meio da tecnologia assistiva, que utiliza um recurso audiovisual para interligar signos visuais e verbais, imagens em palavras, auxiliando, assim, a inclusão e acessibilidade sociais de pessoas com deficiência visual.

A Ciência, segundo Frohmann (2006), é abordada na sua relação com a materialidade da informação, pois dessa forma se constrói a informação científica que está além do “mentalismo”, ou seja, para ser ciência é preciso que haja o registro, a documentação daquela descoberta/investigação. A informação não pode ser baseada apenas na cognição é preciso que o conhecimento científico se faça por meio de documentação, ou seja, do registro das descobertas e situações analisadas pelos cientistas, para que assim ocorra o armazenamento desse contexto, tornando essa informação um bem público e comunitário para a sociedade.

O objeto de estudo da CI é toda informação produzida pela sociedade, possibilitando assim a disseminação, registro, otimização e transmissão da mesma no contexto social. Logo, a materialidade da informação é vital para a construção do conhecimento, inclusive o científico; entender essa importância e perceber como as instituições e o contexto digital atuam nesse universo é necessário para a construção do saber científico.

A era da informação é caracterizada também pela era do conhecimento e apresenta uma “...superação das barreiras temporais e territoriais através da globalização. Os indivíduos têm seus relacionamentos reconfigurados por uma rede de proporções mundiais...” (SOUZA, 2011, s.p.). Assim, segundo Souza (2011), para o indivíduo se adaptar a essa sociedade, é necessário que o mesmo se capacite e aprenda a utilizar as tecnologias de forma correta, possibilitando o seu acesso, compreensão e aprendizado, para então poder fazer o uso das informações disponibilizadas de forma coerente.

“A informação tornou-se parte integrante de toda atividade humana” (SOUZA, 2011, s.p.), logo o papel da CI nesse contexto é de propiciar essa disseminação, registro e transmissão da informação pelo meio mais adequado, tentando promover o acesso à informação para o

maior número de pessoas possível, de forma instigante e provocativa, para que leve ao desenvolvimento do pensamento crítico, e não apenas o uso da técnica.

As novas possibilidades de disseminação da informação podem promover a ampliação do capital cultural e do senso crítico, caso o indivíduo adquira habilidades e competências informacionais para utilizar o conhecimento adquirido, por meio dos recursos tecnológicos, segundo Freire e Serafim (2012). Mas, se essa transmissão da informação for mal direcionada o indivíduo pode não interpretá-la, esse irá se manter em condição subalterna³, distante da sua atuação como cidadão, e mais próximo da categoria de apenas consumidor da informação, movido pelo discurso técnico das tecnologias de informação e comunicação (TIC) e não pelo discernimento crítico.

As tecnologias proporcionam um novo contexto social para os indivíduos. “Existe uma adaptação de organismos vivos às imposições do meio” (OLIVEIRA, p. 118, 2003). Sendo assim, o usuário da informação deve aprender a conviver com sua realidade social, conhecê-la e interpretá-la, para então poder gerar algum conhecimento e uma competência sobre determinado fato social. Segundo o autor, “Os seres têm potencialidades que se desenvolvem segundo suas necessidades de sobrevivência” (OLIVEIRA, p. 119, 2003), logo o homem só irá buscar possuir habilidades e competências informacionais mediante seu interesse pessoal, que o coloque em relação com o seu meio social.

O autor, Oliveira (2003), afirma que há uma relação entre o sujeito e o objeto. O sujeito é caracterizado como um ser racional e cognoscente, e o objeto como algo a ser conhecido, que poderá gerar conhecimento para esse usuário. Essa relação é que se estabelece na atual sociedade, na qual o homem, no papel de usuário (sujeito), utiliza os recursos tecnológicos (objetos) para obter informações e se conectar e interagir com outros indivíduos, trocando informações e gerando possíveis conhecimentos dentro do contexto da sociedade da informação.

A interface existente entre o sujeito e o objeto estabelece uma relação mútua e complementar. Nesse contexto, surge o conhecimento como resultado do processo de conhecer, mediante ao contato entre o sujeito e o objeto. É nessa relação que se dá a compreensão de

³ O termo subalterno, segundo Simionatto (2009 apud Gramsci, 2002, p. 140), é empregado para designar a submissão de uma pessoa a outras, mais especificamente no contexto da hierarquia militar, pois para o autor, ao falar de subalternidade, há uma correlação direta às posições do Estado, da sociedade civil e da hegemonia. Para falar de um subalterno, de acordo com a autora supracitada, não basta apenas correlacionar essa posição social a pessoas que vivem em situações de exploração ou destituídas de meios suficientes de uma vida digna e, sim, interligar também com o método de dominação presente na sociedade, onde há processos político-culturais da hegemonia que suprimem, cancelam ou marginalizam a vida de um subalterno.

mundo pelo sujeito, pois através da conexão com o objeto ele aprende e compreende a estrutura que o cerca e compõe sua realidade.

O contexto atual que caracteriza a relação entre o sujeito e o objeto e entre o usuário e a informação é desenvolvido em uma sociedade pós-moderna e contemporânea. Essa atual sociedade apresenta características que modificaram o comportamento e o modo de pensar do indivíduo. No que se refere a sua relação com o tempo e o espaço, já que a pós-modernidade é baseada em momentos efêmeros, onde as informações são distribuídas de forma ampla e diversificada, causando uma certa dificuldade de compreensão e de acompanhamento das mudanças dos discursos sociais por parte do usuário.

A elaboração do discurso e de jogos de linguagens que envolvem a inclusão e a acessibilidade sociais na pós-modernidade, se desenvolve num contexto heterogêneo, que, segundo Lyotard (1998), é movido por fatores cibernéticos, informacionais e informáticos, em uma esfera fragmentada e totalmente efêmera, onde as coisas não são feitas para durar. E o sujeito passa a ser percebido de acordo com sua possibilidade de ser rentável para a sociedade, ficando como referência para as leis do capitalismo, sua eficácia e desempenho no ambiente social.

Segundo Lyotard (1998, p. 9), “A ciência na pós-modernidade é vista como uma forma de organizar, estocar e distribuir as informações. O conhecimento científico passa a ser interligado aos recursos tecnológicos”, sendo assim o saber científico se torna uma espécie de discurso a ser consumido pelo ambiente social. Por isso, a importância dos cientistas da informação em construir saberes voltados para proporcionar o maior acesso possível a informações aos usuários, para que o discurso científico não fique na esfera apenas do controle e do poder e sim na possibilidade de desenvolver o indivíduo, ao conseguir ter acesso a informações, transformando-o em cidadão ativo.

O pós-modernismo é movido pela efemeridade e pela diversidade social. Segundo, Harvey, “o pós-modernismo é um espaço como algo independente e autônomo, a ser moldado segundo objetivos e princípios estéticos, sem relação com objetivos sociais” (HARVEY, 1996, p. 69). No entanto, a CI, no papel de uma ciência social aplicada, deve agir dentro desse contexto pós-moderno em busca de propósitos sociais, que promovam a acessibilidade da informação para o usuário, fazendo com que esse possa gerar conhecimento e consciência sobre os fatos sociais, por meio de um pensamento crítico. E para isso deve se aliar aos recursos tecnológicos para promover, cada vez mais, e em maior amplitude, essa disseminação da informação.

No debate sobre a sociedade, dita sociedade da informação, a participação de Mattelart, é bastante significativa. O autor afirma que “a noção de sociedade global da informação é resultado de uma construção geopolítica” (MATTELART, 2002, p. 7). Esse contexto de ideologias é gerido por interesses econômicos, sociais, políticos e culturais que organizam a transmissão de informações e de conhecimento para a sociedade, com auxílio de recursos tecnológicos abordados pelo autor como fatores de uma era “tecnoinformacional”.

Nessa realidade deve ser questionada e problematizada a desigual produção e acesso a fontes, a serviços e a sistemas de informação no contexto social e buscar impulsionar ações que promovam o acesso físico à informação, estabelecendo formas de acessibilidade e inclusão sociais, por meio da informação audiodescritiva, por exemplo.

Nesse contexto tecnológico, das TIC, busca-se democratizar o acesso à informação, possibilitando rapidez e oferta de diversos meios que proporcionam a troca de conteúdos. Porém, é necessário ir além da técnica, pois o sujeito não deve ficar subordinado às regras de mercado e privado do senso crítico, e sim desenvolver seu aprendizado e constituir sua consciência informacional. Deve ser objetivo das TIC que o domínio da informação e do conhecimento não fique apenas na superficialidade, e sim que essa acessibilidade proporcione uma capacitação do indivíduo ao utilizar os sistemas de informação.

Os recursos tecnológicos proporcionam um melhor desempenho nas realizações de funções do dia-a-dia do indivíduo. A tecnologia assistiva, foco desta pesquisa, vai além de tornar as ações cotidianas mais fáceis, elas possibilitam que pessoas com deficiência realizem determinadas funções que são vitais para o seu desenvolvimento como cidadão. Bersch (2008, s/p) diz:

[...] Tecnologia Assistiva - TA é um termo ainda novo, utilizado para identificar todo o arsenal de recursos e serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência e consequentemente promover vida independente e inclusão.

A tecnologia, nesse contexto, atua para minimizar as dificuldades encontradas por esse público no ambiente social e, assim, proporcionar a acessibilidade e inclusão sociais.

Capurro e Hjørland (2007, p. 193), afirmam que diante desse contexto complexo que envolve a informação, pode-se chegar à seguinte conclusão: “[...] informação como objeto ou coisa (por exemplo, número de bits) e informação como um conceito subjetivo, informação como signo; isto é, como dependente da interpretação de um agente cognitivo”. Dessa forma, esse estudo abordará a função social da informação, analisando seu processo subjetivo, que influencia na mente, no sentido e na extensão da consciência do usuário, especificamente na

atuação da informação audiodescritiva que pode promover uma consciência informacional ao indivíduo.

Diante dessas análises, a seguir será retratado o papel da Lei de Acesso à Informação Pública (LAI) no contexto social e como esse aspecto influencia no processo da informação audiodescritiva.

2.1.2 Lei de Acesso à Informação Pública (LAI)

A cidadania, a inclusão e acessibilidade sociais têm como proposta promover o desenvolvimento do indivíduo em um cidadão ativo, garantindo a sua autonomia e independência intelectual. Dessa forma, esses fatores poderão possibilitar, às pessoas com deficiência visual, uma vida digna e justa, baseada em seu direito de se relacionar com o mundo de uma forma plena, como os demais indivíduos.

A limitação pode ser substituída por oportunidades promovidas pela sociedade, que proponham formas de superar essas barreiras. O alicerce que constitui e sustenta o indivíduo, independente deste possuir alguma deficiência, é a sua autonomia intelectual, que só pode ser adquirida por meio das trocas sociais, constituídas pela possibilidade de se comunicar e de se relacionar com os demais que fazem parte do seu contexto social. Por isso a importância da participação do Estado em estabelecer leis que auxiliem a esse indivíduo se tornar um cidadão ativo, inclusive a aplicabilidade da legislação que envolve o contexto da informação audiodescritiva, que promove a inclusão e a acessibilidade do público com deficiência visual.

A informação é fundamental para a construção do cidadão. A vida social passa a ser caracterizada pelo direito de informar, de ser informado e de se informar, por isso o usuário tem de ter pleno acesso a informações que regem o meio social do qual faz parte. A informação audiodescritiva possibilita essa acessibilidade a cenas sociais para as pessoas com deficiência visual, auxiliando-os, assim, a exercer seus direitos e cumprir seus deveres na sociedade em que fazem parte.

A Lei de Acesso à Informação Pública - LAI - Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (BRASIL, 2011), regulamenta “o direito do acesso à informação a todos os indivíduos, obrigando os órgãos públicos a considerar a publicidade como regra e o sigilo como exceção” (MASSUDA, 2013, s.p). A partir dessa perspectiva, “a divulgação de informações de interesse público ganha procedimentos para facilitar e agilizar o acesso por qualquer pessoa, inclusive com o uso da tecnologia da informação” (MASSUDA, 2013, s.p).

O Estado tem obrigação de permitir o acesso a informações claras, verídicas e de qualidade ao usuário. Só assim esse poderá ficar ciente dos seus direitos e deveres e compreenderá como o Estado está organizando a vida em sociedade. Nesse contexto, as pessoas com deficiência visual contam com diversas leis que lhes garantem o direito à inclusão e à acessibilidade social, como é o caso da legislação sobre a informação audiodescritiva, e esse público deve ter acesso a essas informações, saber até onde vão os seus direitos e deveres. Assim, poderão exigir que seus direitos se cumpram e então se tornem cidadãos ativos.

Foucault (1996) afirma que os discursos sociais agem como forma de poder. Dessa forma, as leis que promovem inclusão e acessibilidade das pessoas com deficiência, devem ser usadas por elas como um discurso que emite poder e assim fazer cumprir seus direitos nos espaços sociais, trazendo, assim, eficácia para a legislação atribuída para esse público.

A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) garantiu o direito à informação como um dos pontos básicos para o desenvolvimento da democracia na sociedade brasileira. Nesse contexto social atual, o indivíduo deve se valer deste direito, pois para conseguir interagir socialmente necessita informar-se sobre as atitudes do Estado e compreender a legislação que lhe protege e lhe dá acessibilidade social.

A acessibilidade social promovida pela audiodescrição para o público com deficiência visual é vital para a sua formação como cidadão, sendo uma tecnologia assistiva que busca prover autonomia e independência às pessoas com deficiência visual. A seguir será explicado o que significa e como atua a tecnologia assistiva na sociedade atual.

2.1.3 Tecnologia Assistiva

A CI tem como aliados, no acesso à informação, a tecnologia e seus recursos, que possibilitam a disseminação e transmissão da informação de uma forma mais ampla e acessível para os usuários. Nesse contexto das TIC, o foco da pesquisa está na tecnologia assistiva, por meio do recurso da informação audiodescritiva.

A tecnologia pode ser definida como “Estudo dos processos técnicos de determinado ramo da produção industrial ou de vários ramos”. Assim, a definição continua trazendo que o termo tecnologia é “visto como técnica; a totalidade das técnicas dominadas por determinado grupo ou cultura” (ABBAGNANO, 2012, p. 1109). Dessa forma o enfoque da tecnologia nessa pesquisa também é percebido como técnica.

O enfoque de tecnologia como uma ciência, como afirma Pinto (2005), não será retratado nessa pesquisa. O autor percebe a tecnologia como uma ciência, que através da técnica

proporciona a existência de uma sociedade em redes. Nesta pesquisa, será abordada a importância dos recursos tecnológicos como técnica que aprimoram e otimizam o cotidiano das pessoas com deficiência, permitindo sua inclusão e acessibilidade no ambiente social, por meio das tecnologias assistivas.

Percebe-se nesta pesquisa, também, que o campo científico da CI vai além da dimensão técnica. A sua relação com a tecnologia é percebida como mais uma aliada no desenvolvimento do conhecimento científico. O cientista da informação possui diversas ferramentas para lidar com o fenômeno dos conteúdos informacionais digitais, por meio de um processo que leva à disseminação, registro, otimização, transmissão, ou seja, uma abordagem ampla sobre o processo informacional, indo em busca de uma transformação social, que no atual contexto social pode ser auxiliada e impulsionada pelas técnicas dos recursos tecnológicos, como, por exemplo, o recurso da informação audiodescritiva, caracterizada como uma tecnologia assistiva.

O uso da tecnologia assistiva permite à pessoa com deficiência ter mais independência, maiores habilidades, qualidade de vida, aprendizado, participação efetiva nos contextos sociais, mobilidade, dentre outros pontos que maximizam de forma positiva o seu cotidiano.

A tecnologia assistiva pode ser percebida, segundo Bersch (2008, s.p), como “... um auxílio que promoverá a ampliação de uma habilidade funcional deficitária ou possibilitará a realização da função desejada que se encontra impedida por circunstância de deficiência ou pelo envelhecimento”. Assim, nesta pesquisa, entende-se que esse recurso tem como principal objetivo promover a acessibilidade e a inclusão dessa pessoa que possui algum tipo de deficiência, pois só dessa forma o recurso tecnológico pode ser chamado de tecnologia assistiva, quando auxilia na superação de algum limite, oferece uma compensação, alivia e previne alguma deficiência do indivíduo, como é o caso da informação audiodescritiva.

As tecnologias assistivas para pessoas com deficiência visual são inúmeras, como auxílios ópticos, lupas, lentes, *softwares* de leitores de tela, impressoras braile, leitores de textos, dentre vários outros recursos desenvolvidos para minimizar as limitações desse público. Segundo o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, a tecnologia assistiva compreende “tecnologias que reduzam ou eliminem as limitações decorrentes das deficiências física, mental, visual e/ou auditiva, a fim de colaborar para a inclusão social das pessoas portadoras de deficiência e dos idosos” (BRASIL, 2005, s.p).

Nesse contexto surgiu o Comitê de Ajudas Técnicas (CAT), instituído pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH/PR), em 16 de novembro de 2006, com o objetivo de realizar ações que auxiliem o desenvolvimento das tecnologias

assistivas na sociedade, incentivando pesquisas e estudos sobre o tema. A principal questão é oferecer autonomia a essas pessoas, que possuem limitações que as impedem de praticar ações do dia-a-dia, por isso a necessidade do uso de tecnologias assistivas para auxiliar na qualidade de vida e na inclusão e acessibilidade social.

Esse quadro apresenta a importância das tecnologias assistivas para promover a independência, autonomia, inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência, inclusive a visual, porém esses recursos ainda apresentam um alto custo para sociedade, o que dificulta o acesso desses aparatos tecnológicos aos cidadãos comuns, ao dia-a-dia das cenas culturais. Por isso a necessidade e importância do efetivo cumprimento das leis, para que essa realidade acessível se torne cada vez mais próxima desses usuários.

As tecnologias tornam as tarefas diárias possíveis para as pessoas com deficiência visual. São elaboradas para prover melhorias e oportunidades a esse usuário, que possui uma limitação e precisa de um auxílio tecnológico para adquirir a independência e a autonomia de seus atos. Dessa forma, esse indivíduo consegue agir como um cidadão ativo e ciente de suas ações, pois a partir dessa possibilidade de interação social, poderá elaborar sua própria análise sobre o ambiente social que o cerca.

Segundo Nunes, Dandolini e Souza (2014, s.p):

O objetivo é melhorar a qualidade de vida da pessoa com deficiência e devolver-lhe suas capacidades funcionais. As tecnologias assistivas propiciam aos seus usuários inclusão social porque lhes permitem mobilidade e acesso aos ambientes ocupados pelos demais.

Dessa forma, a tecnologia assistiva age como um instrumento de mediação que torna possível e acessível a realização de tarefas cotidianas, a inclusão em ambientes culturais, proporcionando o empoderamento desse público, que passa a depender cada vez menos do vidente (pessoas que possuem acuidade visual considerada normal) para cumprir suas atividades diárias.

As tecnologias proporcionam uma maior interação social, por meio dos recursos elaborados. As ditas assistivas, propiciam ainda em maior proporção essa interação social, pois auxiliam na superação de um limite físico, como no caso das pessoas com deficiência visual. “Essas tecnologias permitem ao usuário contato com outras pessoas, bem como o acesso a conteúdos acadêmicos, entretenimento, cultura e lazer, além de permitir-lhes a execução de diversas atividades de trabalho e de estudo” (NUNES; DANDOLINI; SOUZA (2014, s.p).

As tecnologias assistivas se tornam instrumentos de acessibilidade social, utilizados pelas pessoas com deficiência visual para superar as barreiras impostas pela deficiência ao corpo humano. Bersh (2008, s.p), afirma que:

A TA deve ser entendida como o “recurso do usuário” e não como “recurso do profissional” ou de alguma área específica de atuação. Isto se justifica pelo fato de que ela serve à pessoa com deficiência que necessita desempenhar funções do cotidiano de forma independente.

E a informação audiodescritiva, nesse contexto, é vista como um instrumento de inclusão e acessibilidade sociais para proporcionar o desenvolvimento e a interação social de pessoas com deficiência visual, atuando como um tipo de tecnologia assistiva.

O contexto legislativo, que assegura a necessidade da tecnologia assistiva, demonstra que a organização social é movida por normas e regras que a constituem. Segundo Lévy (2008), as técnicas surgem como ferramentas para manter e direcionar essa organização, que depende e usa a linguagem para propagar informações e como instrumento de memória. Logo, o recurso da informação audiodescritiva é percebido como uma tecnologia de inteligência, que une a técnica com os recursos da linguagem para promover essa tradução de imagens em palavras. Assim, o usuário pode compreender, interagir e ter autonomia no seu ambiente social, quando participar das cenas culturais.

A tecnologia pode ser reconhecida como foco das mudanças de relacionamento entre os seres nessa sociedade contemporânea, segundo Castells (1999). A tecnologia promove a inovação, o desenvolvimento e é capaz de gerar a transformação social. Sendo assim, os recursos da tecnologia assistiva, como o caso da informação audiodescritiva podem auxiliar a promover essa mudança e a transformação do relacionamento das pessoas com deficiência visual, no que se refere a sua inclusão e acessibilidade em cenas culturais sociais, proporcionando autonomia e independência a esse público.

O contexto social atual, diante desses recursos tecnológicos, se configura pelos sistemas de informação. Esses são baseados em tecnologias eletrônicas para gerir, arquivar e processar a informação num sistema binário. Esses sistemas estendem a memória humana, registram, armazenam e permitem a edição de informações, podendo ser digital (elaborado posteriormente em rede e acessível por meio de sistema computacional) e eletrônico (já se origina em rede, somente acessíveis por equipamentos eletrônicos e integrados por documentos eletrônicos).

Nesse ambiente social deve-se buscar a interoperabilidade, que, segundo Tomaél (2005), se refere a uma comunicação transparente entre sistemas, buscando manter o bom

funcionamento das redes de informação. As redes reúnem pessoas e organizações para o intercâmbio de informações e têm um papel determinante na gestão, disseminação e recuperação da informação. Além de possibilitar a obtenção de informação para o usuário, sendo constituídas por procedimentos e normas em comum, também promovem cooperação e intercâmbio de informações, caracterizadas por meio do escopo e da abrangência que possuem e assim se distinguem e podem ser tipificadas, aspectos que diferenciam uma rede da outra.

Os sistemas de informação, em sua maioria, ainda não possuem muitos casos efetivos e disseminados de *softwares* que utilizam a audiodescrição. Os atuantes no mercado fazem a leitura do texto ali descrito, porém não transformam as imagens contidas nesse texto em signos verbais, com isso persiste a limitação da pessoa com deficiência visual, que não irá compreender o texto em sua abrangência geral, por não conseguir perceber as imagens nele expostas. E o principal papel da informação audiodescritiva é suprir a lacuna existente entre o som e a imagem: se o *software* não traz a possibilidade de fazer essa leitura, permite que a lacuna persista, e não caracteriza a audiodescrição, pois não faz a tradução de imagens em palavras.

Alguns *softwares*, mesmo que ainda utilizados de forma tímida já trazem a audiodescrição no contexto digital, como o Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (EMAG), que possui um conjunto de recomendações a serem consideradas para que o processo de acessibilidade dos sites e portais do governo brasileiro sejam padronizados e se tornem acessíveis para todo cidadão, independente de se tratar de uma pessoa com deficiência ou não. Inclusive, há uma seção com recomendações para utilizar a audiodescrição nesse ambiente digital (GOVERNO ELETRÔNICO, 2016, s.p.).

A possibilidade existente nesse contexto dos recursos tecnológicos é exatamente essa, buscar desenvolver esses *softwares*, que realizem a leitura das imagens nos textos, inserindo no contexto dos sistemas de informação o recurso da audiodescrição. Porém, mesmos os *softwares* que não leem imagens, são bastante importantes nesse processo de acessibilidade social, já que propiciam a leitura por meio do som, possibilitando uma interação do material escrito/conteúdo ali exposto com as pessoas com deficiência visual, superando a limitação da visão nesse contexto.

O programa MECDaisy, pode vir a reformular essa realidade do mercado atual, pois é uma proposta de *software* que pretende solucionar a lacuna existente na leitura de textos para pessoas com deficiência visual, com acesso gratuito. Segundo o *site* PLAY-R (2014, s.p):

O MECDaisy é um software desenvolvido pelo MEC em parceria com a UFRJ que permite que deficientes visuais possam ler e ouvir livros no

formato Daisy. Este formato (*Digital Accessible Information System*) é uma tecnologia que permite conjugar texto, áudio e imagens para representar conteúdos como livros, artigos, etc. e transforma qualquer formato de texto disponível no computador em áudio, gravado ou sintetizado. Além de facilitar a leitura, esta solução possibilita a produção de livros digitais falados e a reprodução dos mesmos em áudio e permite que o usuário anexe anotações nos arquivos do livro e exporte o texto para impressão em Braille. Para ter acesso ao programa, basta fazer o download gratuito no site do MEC e adquirir livros digitais no formato Daisy.

Assim, com essa nova função no *software*, a inclusão e a acessibilidade sociais para pessoas com deficiência visual podem ser ampliadas e se tornam mais expressivas nesses ambientes digitais.

Diante da análise da tecnologia assistiva e do contexto da atual sociedade desenvolvido pelas TIC, a seguir será explicado de forma breve o contexto histórico da informação audiodescritiva e seu desenvolvimento no mundo e no Brasil.

2.1.4 Informação Audiodescritiva

O recurso da audiodescrição encontra-se nesse contexto, atuando como uma tecnologia assistiva. Uma atividade de mediação linguística, caracterizada como uma modalidade intersemiótica por oferecer a transposição de signos visuais em verbais, por meio de um recurso tecnológico. E assim, pretende suprir as lacunas existentes em determinadas situações nas quais pessoas com deficiência visual estão presentes, como filmes, peças teatrais, espetáculos de dança, óperas, mostras, exposições em museus, programas de TV, obras de arte, eventos esportivos, acadêmicos (aulas, palestras, congressos, etc.), dentre outros, possibilitando a inclusão e acessibilidade sociais deste público (MOTTA; ROMEU FILHO, 2010).

O termo audiodescrição tem sua grafia discutida pelos autores Lima, Lima e Vieira, que concordam com a escrita do termo com hífen e acento agudo na letra “a”, “áudio-descrição”. Os autores afirmam que

Ao dizermos áudio-descrição, estamos dizendo de áudio e estamos dizendo de descrição. Os termos mantêm individualmente seu sentido original, porém, constituindo novo sentido, numa nova unidade semântica. Quanto à prosódia e a à grafia das palavras em separado, elas são mantidas, logo não havendo razão que justificasse as unir na grafia ou as descrever em separado, sem hífen. Isto é, a junção dos termos áudio e descrição pelo hífen leva o entendimento de uma nova construção semântica, com sentido próprio, sem que cada termo se destitua por completo de seu sentido original (LIMA; LIMA; VIEIRA, 2009, s.p).

Nesta pesquisa a grafia adotada para retratar essa tecnologia assistiva será “audiodescrição”, apesar de compreender a clareza da explicação dos autores supracitados, a proposta adotada nesse estudo está baseada na importância desse recurso em propor a inclusão e acessibilidade social e nesse ponto, a grafia “audiodescrição” fornece o que é necessário para compreensão do assunto.

Ao falar sobre cegueira, nesta pesquisa, considera-se a pessoa com um dano na visão que a impede de enxergar, podendo ser congênita ou adquirida no decorrer da sua vida. Segundo o *site Deficiente online*⁴, (2015, s.p, apud CARVALHO, 1994):

A definição clínica afirma como cego o indivíduo que apresenta acuidade visual menor que 0,1 com a melhor correção ou campo visual abaixo de 20 graus; como visão reduzida quem possui acuidade visual de 6/60 e 18/60 (escala métrica) e/ou um campo visual entre 20 e 50 graus, e sua visão não pode ser corrigida por tratamento clínico ou cirúrgico nem com óculos convencionais.

Já ao falar de deficiência visual, nesta pesquisa, referimo-nos a pessoas cegas e pessoas com visão reduzida. O termo utilizado no decorrer da pesquisa foi “pessoa com deficiência visual” para incluir todo o público (cegos ou com visão reduzida), que precisam de ações direcionadas para conseguir ser incluso e ter acessibilidade social no ambiente que fazem parte.

Nesse contexto de pessoas com deficiência visual o recurso da audiodescrição é definido como a tradução, em palavras, das impressões visuais, utilizado para preencher a lacuna existente entre o som e a imagem, atuando como um recurso de acessibilidade, com o objetivo de ampliar a compreensão de pessoas com deficiência visual. A premissa desse recurso é incluir esse público em cenas culturais, das quais muitas vezes ficam excluídos por não conseguirem visualizar o que está acontecendo em sua volta, sem o auxílio de um audiodescritor. Além de poder atender também o público com deficiência intelectual, dislexia e a idosos.

Esse recurso promove autonomia e independência a esse público no momento em que recupera os espaços vazios, a falta de informação que está presente nos produtos audiovisuais. Apresenta-se como “um conjunto de técnicas e estratégias, o trabalho de um grupo, experiência e arte” (MOTTA; ROMEU FILHO, 2010, p.17).

Ao tratar de informação audiodescritiva, compreende-se a audiodescrição como um recurso de acessibilidade e inclusão sociais para pessoas com deficiência visual. Segundo Franco e Araújo (2011), esse processo tem como objetivo tornar produtos audiovisuais

⁴ Cf. <http://www.deficienteonline.com.br/deficiencia-visual-classificacao-e-definicao___14.html> Acesso em: 19 de abr. de 2016.

acessíveis a pessoas com deficiência visual, complementando, por meio do som, informações importantes que ficam imperceptíveis para essas pessoas. Essa proposta, que faz parte do processo da inclusão social desse público, promove sua autonomia no ambiente social e, conseqüentemente, colabora no seu desenvolvimento como um cidadão comum, independente da sua condição mental ou física.

O ser humano tende a reagir com certa distância e negação a ambientes adversos, a mudanças, a situações que fujam do seu controle, principalmente quando não está acostumado a elas. De acordo com Franco (2010), a prática da audiodescrição caracterizou-se, desde o início, por seu caráter intuitivo sobre a atividade em si (o que é, como e quanto audiodescrever) e pelo entendimento subjetivo sobre as necessidades e expectativas do público com deficiência visual.

Dessa forma, segundo Franco (2010), para analisar essas necessidades e expectativas e fazer com que a implantação da informação audiodescritiva seja positiva, é preciso levar em consideração algumas variáveis, como, por exemplo, o poder aquisitivo das pessoas com deficiência visual envolvidas no processo, pois essa questão traz consigo alguns aspectos que facilitam ou não essa aceitação e a interpretação de um novo tipo de informação.

Nesse contexto também é válido atentar para o tipo de linguagem (formal ou informal) que deve ser utilizada para que haja uma melhor compreensão da informação por parte do usuário. Mediante a construção do roteiro/fala do audiodescritor (profissional que transforma os signos visuais em verbais), juntamente com o nível social, intelectual e cultural do público-alvo, poderão ocorrer problemas na interpretação da informação diante da cena cultural a que esse público foi exposto.

Esse processo da audiodescrição pode ser realizado de três formas: *pré-gravada*, onde há um roteiro detalhado para que seja gravado em estúdio e mixado à banda de áudio do produto audiovisual; em um processo *ao vivo (in loco)*, sendo narrada no momento em que o produto audiovisual (espetáculo de dança, ópera, peças de teatro, dentre outros) é apresentado, porém com um roteiro realizado anteriormente pelo audiodescritor-roteirista, para auxiliar a atuação ao vivo, ou seja, esse processo busca conhecer o produto audiovisual que irá descrever antes da apresentação, para não se perder; e a *simultânea*, que também acontece ao vivo (programas de TV e noticiários ao vivo), mas sem preparação prévia, realizada pelo audiodescritor-locutor.

Nessa construção da informação audiodescritiva é importante a participação de um consultor, função atribuída a uma pessoa com deficiência visual, para avaliar e auxiliar no direcionamento do processo da audiodescrição de forma coerente e plausível.

A audiodescrição, pela sua institucionalização, torna algo que já era realizado por familiares e amigos em algo técnico, movida por uma tradução, realizada por um profissional - o audiodescritor.

Audiodescritor é o termo utilizado para descrever os profissionais que fazem acontecer o processo da audiodescrição, profissão esta, que foi regulamentada pela Lei nº 5.156, de 2013 (BRASIL, 2013), podendo ser um audiodescritor-roteirista ou um audiodescritor-locutor/audiodescritor-narrador.

O termo audiodescritor-roteirista compreende o profissional que faz a tradução de imagens em palavras por meio de roteiro anteriormente escrito, como em peças de teatro, por exemplo, e o termo audiodescritor-locutor/audiodescritor-narrador realiza a locução do roteiro, adequando da melhor maneira possível sua voz para aquela cena. E está relacionado ao profissional que faz a tradução de imagens em palavras em traduções ao vivo, em alguns momentos, sem preparação prévia da imagem ali narrada, como por exemplo, transmissão de rádio e de programas de TV ao vivo. Essas duas particularidades das funções do audiodescritor podem ser realizadas pelo mesmo profissional.

O audiodescritor deve evitar “a utilização desnecessária de termo técnicos, de palavreado rebuscado e/ou de expressões tendenciosas e ambíguas que dificultem a compreensão do público assistente” (LIMA; GUEDES; GUEDES, 2010, s.p.). Segundo esses autores, o profissional audiodescritor deve atentar para a linguagem a ser utilizada, pois esse recurso da audiodescrição nem sempre é destinado a um público homogêneo, pelo contrário, nas cenas culturais é frequente a heterogeneidade de públicos, com variações na idade, gênero e camadas sociais, por isso a máxima atenção é requerida do audiodescritor no momento de descrever as imagens para esse público com deficiência visual.

O papel do audiodescritor “é levar à mente do usuário do serviço, por meio da descrição, oral ou escrita, aquilo que ele vê, da forma que vê, com maior completude e exatidão que o tempo lhe permitir, dentro de regras e premissas profissionais, sólidas e éticas” (LIMA; LIMA; VIEIRA, 2009, s.p).

Os profissionais que realizam a audiodescrição, com auxílio dos recursos tecnológicos, na linha de pensamento de Burke e Ornstein (1998), seriam conhecidos como “fazedores de machado”, ou seja, pessoas que colaboram de alguma forma com o desenvolvimento social. Disponibilizam técnicas para os usuários adquirirem informações por meio das tecnologias intelectuais, levando o indivíduo à evolução, por meio de cada tecnologia elaborada para o crescimento do ambiente social em que os “fazedores de machado” se encontram.

Esse discurso elaborado pelos audiodescritores no momento da narração dos signos visuais em verbais deve ser realizado da forma mais imparcial possível. Porém, todo indivíduo já possui vários discursos dentro de si, diversas percepções que não permitem que esse processo de audiodescrever seja algo totalmente imparcial, livre de impressões pessoais.

O indivíduo, conforme Foucault (1996) relata, não é construído apenas pela sua fala e sim pelo contexto histórico, movido por percepções que o formam muito antes dele obter suas opiniões. Por isso, o audiodescritor deve ter consciência de que existem impressões pessoais no momento em que narra a cena, porém deve buscar realizar uma tradução sem julgamentos, para que suas influências pessoais não atrapalhem o processo.

A história da audiodescrição envolve uma realidade com um pouco mais de 35 anos de existência. Nas linhas que seguem será relatado um breve histórico sobre o panorama da audiodescrição no mundo e no Brasil.

A audiodescrição surgiu nos meados da década de 1970, a partir das ideias elaboradas por Gregory Frazier em um trabalho acadêmico, enquanto desenvolvia sua dissertação de mestrado, em 1975, exatamente, nos Estados Unidos (FRANCO; SILVA, 2010, p.24). Se desenvolve, na prática, na década, em 1981. Um casal de audiodescritores - Margaret Rockwell (pessoa com deficiência visual) e Cody Pfanstiehl - realizam produções com o recurso da fita cassete para peças teatrais, visitas a monumentos nos Estados Unidos, museus, parques, e realizam trabalhos que impulsionam de forma significativa a introdução da audiodescrição na TV. Nesse período, eles foram responsáveis pela audiodescrição do primeiro espetáculo teatral, em Washington DC, chamado de Major Barbara, no Arena Stage Theater (FRANCO; SILVA, 2010, p.24).

Em 1983, no Japão, aconteceu a primeira transmissão de TV com audiodescrição pré-gravada pela NTV. Porém, como não foi utilizado o recurso SAP (Programa Secundário de Áudio)⁵, a implementação do recurso passava durante toda a transmissão e não ficou apropriado. Videntes também ouviam o som, se tornando uma ação desnecessária, já que o foco do recurso é para pessoas com deficiência visual.

Nos Estados Unidos, em 1990, iniciou-se o estudo sobre a temática da audiodescrição. O objetivo era entender o perfil da população com deficiência visual e seus costumes enquanto assistiam televisão, para poder compreender qual a contribuição da informação audiodescritiva

⁵Cf. Editora Abril (2016, s.p.). A tecla SAP (abreviação para Second Audio Program, ou Segundo Programa de Áudio) permite a quem está assistindo um filme pela televisão escolher se quer ouvir o som original (geralmente em inglês) ou dublado. Para que o sistema funcione é necessário que a imagem seja enviada com os dois tipos de áudio”.

para essas pessoas, determinando a melhor forma para inseri-la na programação. Surge, então, o Serviço de Descrição de Vídeos (DVS), que foi o primeiro provedor de materiais audiodescritos pré-gravados pela televisão americana (FRANCO; SILVA, 2010, p.25).

Após a inclusão da audiodescrição na TV, chegou a vez da ópera e do cinema utilizarem este recurso. Nesse desenvolvimento, a informação audiodescritiva chegou à Europa em 1985, iniciando com a Inglaterra, que foi reconhecida pelo alto fluxo de produções audiovisuais com audiodescrição, recebendo o título de primeiro lugar em produções com este recurso. Logo após, a Espanha e a França também iniciaram o uso dessa tecnologia assistiva em suas produções audiovisuais.

Os países que utilizam esse recurso há mais tempo são os Estados Unidos e a Inglaterra. Os que mais investem em audiodescrição, seja na televisão, teatro, cinema e outros produtos audiovisuais, são, além dos citados acima, a Alemanha, Espanha, França, Bélgica, Canadá, Austrália e Argentina (FRANCO; SILVA, 2010). Diante desse desenvolvimento da informação audiodescritiva, várias áreas iniciaram pesquisas para compreender melhor sua atuação na vida de pessoas com deficiência visual, como Ciência da Computação, Inteligência Artificial e Multimídia (FRANCO; SILVA, 2010, p.28).

A área de Estudos de Tradução foi a que mais produziu pesquisas no campo da informação audiodescritiva, a partir de 2000. Passou a compreender a audiodescrição como uma tradução audiovisual e intersemiótica, por buscar traduzir signos visuais em signos verbais. A partir dessa percepção surgiram vários estudos nessa linha e alguns modelos de formação em audiodescrição, como cursos de curta duração, lecionados por audiodescritores com experiência de mercado, treinamento por parte de empresas que trabalhavam com o recurso e formações acadêmicas como módulos de cursos de Mestrado em Tradução Audiovisual ou extensão (FRANCO; SILVA, 2010).

A realidade do recurso da audiodescrição, no Brasil, ainda apresenta um quadro escasso de pesquisas, em relação à realidade mundial e do cumprimento efetivo das leis. Porém, algumas instituições universitárias Federais, Estaduais e privadas buscam o desenvolvimento e a disseminação do tema pela atuação dos seus grupos e núcleos de pesquisa, e assim contribuir para a formação de audiodescritores e a divulgação e conscientização da importância desse recurso na inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência visual.

As Universidades que possuem representatividade nesta temática são as Federais de Pernambuco, Minas Gerais e Bahia e as Estaduais do Ceará e de Feira de Santana, Universidade de Brasília (UNB), além da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Todas pesquisam o assunto e promovem debates e discussões dentro dos seus grupos e núcleos de

pesquisa, visando o aprimoramento da audiodescrição, com o objetivo de otimizar esse recurso e promover cada vez mais a autonomia e a independência sociais desse público.

No Brasil começou-se a falar sobre audiodescrição a partir do desenvolvimento do tema da acessibilidade social, com base na Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que assegura às pessoas com deficiência visual e auditiva o livre acesso aos meios de comunicação: “Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências” (BRASIL, 2000, s/p).

O recurso da audiodescrição foi utilizado no Brasil, pela primeira vez, no festival “Assim Vivemos: Festival Internacional de Filmes sobre Deficiência”, em 2003. O primeiro filme exibido com cunho comercial foi “Irmãos de Fé”, do padre Marcelo Rossi (2005), logo depois houve o lançamento do “Ensaio sobre a Cegueira” (2008) e “Chico Xavier e Nosso Lar”, ambos lançados em 2010 (FRANCO, 2010).

A primeira peça com propósito comercial a utilizar o recurso da audiodescrição foi “O Andaime”, realizada em 2007 no Teatro Vivo, por meio das ações do Instituto Vivo, em São Paulo. E a segunda peça audiodescrita, “A Graça da Vida”, estreou no mesmo teatro, também em 2007. Os primeiros filmes com o recurso da audiodescrição exibidos em mostras não temáticas foram o “Festival Internacional de Curtas-metragens de São Paulo” (2006 e 2007) e, em 2007, o “Festival de Cinema de Gramado” (FRANCO; SILVA, 2010, p.28).

Na dança, o espetáculo “Os Três Audíveis” (2008) consagrou-se como o primeiro espetáculo de dança audiodescrita no país. No quesito da publicidade e propaganda, a empresa de cosméticos Natura, em 2008, elaborou o primeiro comercial de TV com audiodescrição, com a veiculação de uma propaganda na sua linha produtos, Natura Naturé (SANTANA, 2010, p.28).

A primeira ópera com audiodescrição no país aconteceu em abril de 2009, no “XIII Festival Amazonas de Ópera”, com o tema Sansão e Dalila (MOTTA, 2010, p.28). Esta modalidade de tradução intersemiótica teve importantes iniciativas, como as sessões mensais de filmes audiodescritos ao vivo na Associação Laramara, em São Paulo, e o projeto do Ponto de Cultura – Cinema em Palavras – promovido pelo Centro Cultural Louis Braille, em Campinas. E no final de 2008 as pessoas com deficiência visual também ganharam o primeiro *site* de filmes acessíveis, o <www.blindtube.com>, uma iniciativa da Lavoro Produções, Educus e Cinema Falado. Atualmente, o *site* encontra-se fora do ar (MAYER, 2012, p. 24).

Um grande percurso de inclusão e acessibilidade desse público se deu a partir da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 (BRASIL, 2000), sendo que apenas em 2004 que o Decreto

nº 5.296 (BRASIL, 2004) determinou a implantação de sistemas que garantem o acesso desses cidadãos ao audiovisual.

Em 2006 foi registrada a Portaria nº 310, de 27 de junho de 2006 (BRASIL, 2006), a qual aprova o uso de “recursos de acessibilidade, para pessoas com deficiência, na programação veiculada nos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão”. Porém foram publicadas outras Portarias (403, 466 e 661, BRASIL, 2008) suspendendo, depois restabelecendo, e por fim suspendendo novamente a obrigatoriedade da informação audiodescritiva.

Apenas em 1º de julho de 2011, através da Portaria nº 188/2010 (BRASIL, 2010), o recurso da audiodescrição, entrou em vigor e se tornou obrigatório para as emissoras de TV abertas do país disponibilizarem na sua programação semanal, por meio da função da tecla SAP, no mínimo duas horas com o uso do recurso. E em 2010 iniciou-se o processo de normatização da audiodescrição estabelecido pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). Porém, apesar de ganhar reconhecimento legal, esse recurso da audiodescrição ainda não é utilizado de forma efetiva pelo país.

A audiodescrição aumenta a compreensão do texto audiovisual para a pessoa com deficiência visual. Existe “uma super valorização do sentido da visão, como se fosse a única forma de perceber e/ou ler o mundo ao nosso entorno. A cultura visuocêntrica impregna o homem de tal forma, que o faz esquecer que temos cinco sentidos, além da intuição” (VIRALONGA, 2010, p.160). Dessa forma, o recurso da audiodescrição se torna vital para auxiliar as pessoas com deficiência visual a superar a sua limitação física, pois através dele é possível compreender e acessar diversos ambientes culturais, exercendo sua cidadania.

Nesse contexto, percebe-se a importância do cientista da informação em participar ativamente desse diálogo inclusivo, trazendo as colaborações da área da CI para esse campo da informação audiodescritiva. Já que o propósito da CI é proporcionar o acesso ao usuário, independente de suas deficiências, sejam elas físicas, sensoriais ou intelectuais, os cientistas da informação devem buscar levar a informação a esse indivíduo, para que ele adquira conhecimento e um possível discernimento crítico sobre sua realidade social. E é exatamente isso que a informação audiodescritiva proporciona a esse usuário com deficiência visual, uma possibilidade de ter acesso à informação e a partir daí construir suas próprias opiniões e concepções sobre o contexto social em que vive.

Esse contexto envolve as temáticas da inclusão social, cultura, democracia e cidadania. É válido relatar a importância de cada fator desses na constituição de qualquer indivíduo, principalmente do indivíduo com deficiência, seja ela física, sensorial ou intelectual. Devido a

essa relevância, segue nas linhas abaixo uma breve análise sobre esse contexto que envolve a pessoa com deficiência visual na sociedade atual.

A expressão ‘inclusão social’, apresentada por Ladeira e Amaral (1999, apud PASSERINO; MONTARDO, 2007, p. 4), oferece uma definição coerente e interessante “...como um processo que se prolonga ao longo da vida de um indivíduo e que tem por finalidade a melhoria da qualidade de vida do mesmo”. Percebe-se que, ao falar de inclusão social, não necessariamente existirá do outro lado uma exclusão social total, e sim em alguns aspectos da vida do indivíduo.

O contexto em que o cidadão está inserido pode envolver a sua independência e estabilidade de renda, desenvolvimento humano, qualidade de vida, equilíbrio nas oportunidades e nos direitos do homem no grupo social de que faz parte; logo, em algum momento, uma dessas dimensões pode estar em desvantagem com relação aos demais, e assim apresentar uma oportunidade para ações que levem à inclusão social do cidadão.

A inclusão sociocultural está ligada a todas as pessoas que por algum motivo não possuem as mesmas oportunidades de acesso que outras, e isso ocasiona um sério problema de desenvolvimento e crescimento social na vida desses indivíduos. As pessoas com deficiência começaram a ter representatividade por meio de organizações sociais, como a ONU, que tem um papel vital nesse processo. Em 1975, através da Declaração de Direitos das Pessoas Deficientes, proclamada pela ONU (1975), são retratadas questões de igualdade nos direitos e nos deveres desse público e nos atos de cidadania que o mesmo realiza no ambiente social.

A partir de 1981, também através da ONU, as pessoas com deficiência visual tiveram outro auxílio no processo de inclusão social, pois a instituição criou um decreto, designando o ano de 1981 como Ano Internacional das Pessoas com Deficiências (AIPPD), caracterizando um momento de percepção social, onde começam a ser discutidos os direitos e deveres das pessoas com deficiências (ONU, 1981).

De acordo com o Programa de Ação Mundial para Pessoas Deficientes, da ONU (1982), a determinação do efeito de uma deficiência está baseada na negação de oportunidades que o ambiente social impõe a esse indivíduo, ou seja, não é a sua deficiência que o deixa à margem e sim a exclusão que o seu próprio meio social impõe. É vital a participação de todos para garantir um desenvolvimento social, logo, a ONU, no programa supracitado, decretou que as pessoas deficientes são consideradas cidadãs iguais a qualquer outra pessoa sem deficiência, pois auxiliam a construir o ambiente social, logo possuem direitos e deveres que devem ser legitimados e respeitados.

Desde então, diversos projetos de leis, portarias, decretos e leis estão sendo criados para auxiliar no processo de inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência visual, como a criação da Lei Brasileira de Inclusão (LBI - Lei nº 13.146/15), que a partir do mês de janeiro de 2015, “[...] veio para assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoas com deficiência. A LBI é também um marco legal para o acesso dos conteúdos culturais pelas pessoas com deficiência” (NAVES; MAUCH; ALVES; ARAÚJO, 2016, p. 7).

As ações democráticas devem contemplar esse processo de inclusão social no país. E de acordo com Bobbio (1996 apud VITALE, 2010, p.12), a democracia é vista “como algo dinâmico, como um processo em constante transformação”, ou seja, ela é percebida como uma esfera que está se construindo juntamente com a sociedade, que apresenta o seu ponto de vista através do voto, das intervenções das políticas públicas, dentre outros pontos, que trazem o diálogo entre a população e o Estado.

A democracia praticada no Brasil caracteriza ações políticas e legais realizadas com a intervenção da população, logo, pessoas com deficiência visual também têm direito de se mostrar ativos na sociedade, com acesso às questões sociais, culturais, políticas, econômicas, obtendo assim, acesso ao setor profissional, esportivo, educacional, do lazer, dentre outros setores sociais, no exercício da cidadania.

O termo cidadania pressupõe uma vida em sociedade. Segundo Benevides (2004, p.5), “Os direitos do cidadão e a própria ideia de cidadania não são universais no sentido de que eles estão fixos a uma específica e determinada ordem jurídica-política”. Logo, o cidadão pode construir sua identidade por meio desse conjunto de informações sociais, que caracterizam os seus hábitos e costumes dentro do seu ambiente social, e o auxílio da informação audiodescritiva pode ser um dos suportes para a construção dessa identidade e da inclusão e acessibilidade sociais desse cidadão.

A cidadania cultural, segundo Chauí (2006, p. 67), se refere “a cultura como direito dos cidadãos e como trabalho de criação”. O indivíduo tem direito ao acesso à cultura de forma plena e deve contribuir com a construção desses aspectos culturais no país, pois a cultura é algo contínuo e de construção permanente. Por meio de projetos culturais, por exemplo, o cidadão poderá expor os fatores culturais que regem seu ambiente social, manter viva alguma característica histórica que identifica determinado costume e hábito de um povo e dessa forma garantir o direito à memória social, no momento em que essas ações são realizadas e registradas.

A cultura promove a construção de contextos sociais nos quais se inicia um processo de interação entre os indivíduos, gerando a sociabilidade de um determinado grupo. Botelho (2001,

p.74) afirma que “Na dimensão antropológica, a cultura se produz através da interação social dos indivíduos, que elaboram seus modos de pensar e sentir, constroem seus valores, manejam suas identidades e diferenças e estabelecem suas rotinas”; ou seja, a cultura promove o desenvolvimento de representações simbólicas das pessoas dentro do seu ambiente social.

O “comportamento do indivíduo depende de um aprendizado, chamado de endoculturação - mediante a educação que recebe” (LARAIA, 1988, p.20). Sendo assim, o ser humano precisa agir em conjunto e interagir socialmente para construir seus hábitos e costumes. A informação audiodescritiva surge, nesse contexto, para tentar promover essa inserção das pessoas com deficiência visual em cenas culturais, proporcionando interação entre este público e os contextos sociais. Possibilita, por meio dessa acessibilidade social, que essas pessoas possam interagir com outros indivíduos em contextos culturais que proporcionam a geração de conteúdo e de conhecimento, como em exposições de museus, peças de teatro, dentre outras cenas.

Botelho diz que “A dimensão sociológica da cultura refere-se a um conjunto diversificado de demandas profissionais, institucionais, políticas e econômicas, tendo, portanto, visibilidade em si própria” (BOTELHO, 2001, p. 74). A autora diferencia as dimensões culturais antropológica e sociológica, expondo na última uma ideia da formação do indivíduo indo além do seu cotidiano, levando a uma produção organizada para gerar uma interação direcionada a um determinado campo na vida do homem, por exemplo, através das atividades culturais que utilizam a audiodescrição e podem promover a inclusão social, colaborando, assim, na formação da cidadania do indivíduo.

Diante desse breve comentário das temáticas que envolvem a pesquisa, a seguir será abordado o contexto da memória, preservação e políticas de salvaguarda apresentadas pela CI e como esses aspectos podem ser dialogados no âmbito da informação audiodescritiva.

2.1.5 Memória Social, Preservação e Salvaguarda

O atual contexto tecnológico em que a sociedade contemporânea se encontra, retrata uma realidade do *ciberespaço*, onde tudo está conectado e vinculado a uma perspectiva global. As TIC e a sua apropriação por parte dos indivíduos, instituições e grupos sociais, produzem e replicam muita informação que termina se tornando a memória social daquela comunidade de que fazem parte.

Segundo Almeida e Nogueira (2012, p. 317):

Na Sociedade da Informação, o ciberespaço vem sendo cada vez mais utilizado como um importante mediador de amplas atividades (como intercâmbio de informações, ideias, conhecimentos), ampliando o capital sociocultural dos indivíduos e grupos neles conectados.

Esses grupos conectados, segundo os autores supracitados, terminam construindo uma “memória coletiva digital”. É uma forma inovadora de memória social, que apresenta pontos positivos, no que se refere ao nível de informação compartilhada e a interação promovida entre os participantes constituintes dessa memória, como também aspectos negativos, pois muita informação termina se perdendo. Ainda não existe no conceito digital um discernimento coerente sobre o que se deve excluir ou não e também qual material deve ser disseminado ou não. Essa escolha fica por conta dos integrantes desse grupo social que está construindo a “memória digital”, juntamente com os provedores de armazenamento disponibilizados na Internet (*Google Drive, Google Groups, Facebook, Instagram, Twitter, LinkedIn, Yahoo Groups*, dentre outros), apresentando um vasto campo para análise e discussão desse novo ambiente digital.

O comportamento do usuário mudou nessa nova perspectiva global. Além de usuário, ele passa a ser produtor e mediador da informação também. “A socialização do conhecimento e da informação a partir de processos sociais da ação e/ou mediação cultural, ganha novos sentidos e desdobramentos” (ALMEIDA; NOGUEIRA, 2012, p 317).

O fluxo informacional promovido pelas TIC permite a organização e interlocução de diversos atores que dialogam entre si e trocam várias informações sem a necessidade de um agente único, mediador dos conteúdos. O que ocorre no *ciberespaço* é uma liberdade para manifestações e diversas opiniões, nas quais os usuários se tornam mediadores, produtores e receptores das informações ali trocadas e armazenadas.

Nesse contexto se tem a oportunidade de usar a

[...]tecnologia informacional como recurso, é a partir da discussão e da integração entre as pessoas que o seu conteúdo será construído e compartilhado - nessa perspectiva, podem ser encaradas como ferramentas online projetadas para permitir a interação social a partir do compartilhamento e da criação colaborativa de informação nos mais diversos formatos. (ALMEIDA; NOGUEIRA, 2012, p. 319 e 320).

Essa interação social que parte do compartilhamento de informações também promove o armazenamento dessas informações, e um ponto crítico a ser abordado nesse contexto social é a necessidade de preservação e salvaguarda desse material. Tudo que é produzido demonstra ligação direta com a cultura, economia, política e aspectos sociais da época, sendo assim faz

parte da memória daquela comunidade, durante períodos específicos. E por isso deve ser resguardada, pois constitui a história daquele ambiente social.

Apesar do retrato contemporâneo de efemeridade, rapidez, descarte e de constante mudança e expansão devido ao avanço das TIC, é preciso dedicar tempo e estudos para promover soluções, criar regras que estabeleçam normas para salvaguardar essa “memória coletiva digital”.

O papel da CI, nesta pesquisa, é compreendido como uma função social. A área deve promover acesso à informação, respeitando o direito que o usuário tem em obter a informação, especificamente no processo de acesso e busca do que necessita. Sendo assim, suas teorias, técnicas e práticas envolvem soluções científicas para promover a organização da informação e facilitar esse acesso e também a recuperação dessa informação pelo usuário. Por isso, a importância das técnicas e ações de preservação e políticas de salvaguarda para manter a memória social nesse contexto digital e totalmente globalizado.

A memória coletiva e a individual evidenciam a evolução social, caracterizando os hábitos e comportamentos de uma sociedade por meio dos registros realizados. Essas informações retratam as recordações e os feitos econômicos, culturais, sociais e políticos da época. Para o usuário, é importante reviver esse contexto e compreender o passado, que fez a base para o futuro em que está vivendo. Sendo assim, a necessidade de preservar e salvaguardar é vital para a construção histórica da sociedade e de seus membros.

Segundo Oliveira, Souza e Marinho (2012, p. 588):

Os documentos podem ser criados em vários tipos de suporte, sendo um dos mais conhecidos o papel. Para os documentos criados com a utilização do computador, correspondentes aos documentos digitais, o processo de organização, tratamento e preservação não deve ser esquecido.

O conceito de preservação baseia-se no conjunto de medidas de cunho administrativo que, por meio de políticas, colaboram com a integridade da informação contida nos registros de qualquer formato (OLIVEIRA; SOUZA; MARINHO, 2012). O objetivo de preservar é manter aquela informação acessível sempre aos usuários, conservando seu conteúdo, sua aparência e o formato utilizado, mesmo diante das alterações tecnológicas das leituras desse formato.

A salvaguarda, nesse contexto, envolve o acesso, preservação e restauro, conhecimento, conservação e prospecção e a aquisição do material, ou seja, vai além do processo de preservação, tendo ele no seu contexto como uma fase para manter o material acessível aos usuários, sempre que for necessário. Salvaguardar é garantir a preservação, é um processo,

segundo o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC, 2016, s.p), que significa “proteger, conservar e preservar. Assegurar a permanência da memória de um povo e sua cultura”. Portanto, salvaguardar está ligado intimamente com políticas preventivas de preservação do material, da memória social em si.

No *ciberespaço* contemporâneo é preciso utilizar as TIC para manter a realização do processo de preservação e salvaguarda. Esses recursos tecnológicos permitem organizar a informação de forma que facilite uma rápida localização do que o usuário necessita. Segundo Oliveira; Souza e Marinho (2012, p.591):

A utilização de documentos digitalizados pode proporcionar um acesso contínuo, vinte e quatro horas por dia e sete dias por semana, resguardando os originais de manipulação desnecessária, retardando conseqüentemente sua deterioração. A tecnologia digital surge como uma possibilidade para proporcionar um compromisso entre preservação e acesso ao documento, que de uma forma geral deixam de ser conflitantes para serem operantes.

Nesse contexto, além de proporcionar um compromisso com a preservação e o acesso, as TIC também podem oferecer mecanismos para salvaguardar os materiais, permitindo a manutenção da memória social e, como informaram Almeida e Nogueira (2012), uma “memória coletiva digital”.

As ações de preservação e as políticas de salvaguarda, como salvar em vários ambientes físicos e virtuais e em diversos formatos, aliadas aos recursos das TIC, com garantias legais e normativas para a preservação, podem auxiliar a construção da memória social da informação audiodescritiva brasileira. E assim proporcionar mais um salto no desenvolvimento desse recurso, relevante para o público com deficiência visual e conseqüentemente para o crescimento da inclusão e acessibilidade dessas pessoas.

O teórico Foucault (1979, p. 18) afirma que “O que se encontra no começo histórico das coisas não é identidade ainda preservada da origem - é a discórdia entre as coisas e o disparate”, ou seja, cada época forma uma nova construção de fatos históricos, com aspectos e valores envolvidos com a temática política, econômica e religiosa daquele momento, que estabelece o discurso da sociedade vigente. Sendo assim, o ambiente social está em eterna construção. Segundo Foucault (1979, p. 20), “A história, com suas intensidades, seus desfalecimentos, seus fatores secretos, suas grandes agitações febris como suas sínopes, é o próprio corpo do devir”. Logo, percebe-se que, para formar a memória social, é preciso estar em uma constante construção, pois é desse ir e vir que o devir promove a constituição dessa identidade social.

Diante desse processo de construção contínuo é que se percebe a importância da implantação das teorias, técnicas e práticas da CI, para auxiliar na constituição da memória social de cada etapa histórica, permitindo que os capítulos já escritos, possam ser acessados e aprimorados, dando assim, continuidade aos diálogos entre o passado e o presente, por meio do devir histórico.

O cientista da informação necessita promover o acesso à informação com foco no aprendizado do usuário. São as demandas dele que devem ser atendidas e para tal esse profissional deve mediar esse processo de disseminação, transmissão, otimização, recuperação, dentre outros pontos que caracterizam o fluxo informacional, se preocupando com o desenvolvimento da comunidade que atende.

A CI deve possibilitar o acesso à informação de acordo com o usuário, correspondente ao seu nível de conhecimento e interesse. É preciso adequar a informação de forma que ela se torne acessível e compreensível para o usuário, sem constar apenas como um volume de conteúdo, sem possibilidade de aprendizado. É preciso sair da dimensão técnica e partir, com auxílio da CI, para um contexto de diálogos críticos e participações efetivas do cidadão.

A informação constrói o ser humano e mantém ativa suas relações com os demais indivíduos presentes na comunidade. É preciso que tenham acesso a informações que propiciem uma construção positiva do conhecimento e do aprendizado, que levem esses indivíduos a desenvolver seu senso crítico dentro do seu ambiente de socialização.

A importância do incentivo das atividades culturais pode ser um ponto vital para desenvolver a vida do indivíduo no seu universo social, transformando-o em cidadão. Por isso, a sua relevância dentro do contexto social atual, no qual é latente a exclusão social e a distribuição errônea dos fatores básicos para a sobrevivência humana: educação, saúde e melhores condições de vida, pois todos esses fatores constituem a vida do ser humano, tendo sempre como base os aspectos culturais que estão representados em todos os outros campos da vida social.

Ainda dentro desse contexto do incentivo das atividades culturais, é importante o seu aprimoramento, por meio da informação audiodescritiva, para desenvolver a vida da pessoa com deficiência visual, no seu ambiente, possibilitando a inserção social do cidadão com o aporte da tecnologia audiovisual. Daí a relevância da implantação desse recurso no dia-a-dia desse público, pois essa ação irá diminuir a exclusão sociocultural e intelectual que persiste na sociedade brasileira, quando se trata em atender as necessidades básicas da inclusão dessas pessoas.

A seguir, continuaremos analisando nos próximos capítulos a informação audiodescritiva como uma tecnologia assistiva, que promove uma melhor compreensão das cenas culturais, impulsionando a inclusão e acessibilidade sociais de pessoas com deficiência visual, possibilitando a construção, e também a ampliação, constante de sua consciência nesse quadro social do qual faz parte.

3 BREVE HISTÓRICO SOBRE AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E A FORMAÇÃO DOS GRUPOS E NÚCLEOS DE PESQUISA QUE TRABALHAM COM A INFORMAÇÃO AUDIODESCRITIVA

Este capítulo traz um breve histórico, conceitos e legislações sobre o desenvolvimento social das pessoas com deficiência na sociedade, juntamente com as características da lei da acessibilidade relativas a esse público; a prática das atividades culturais e a importância da informação audiodescritiva nesse contexto, como meio de acessibilidade, também são abordadas neste capítulo. Nos referimos, ainda, às estruturas dos grupos e núcleos de pesquisa das Universidades Federais da Bahia, Minas Gerais, Pernambuco e a Estadual do Ceará, seus líderes, sua atuação nacional no campo da audiodescrição, seus estudos e análises sobre o tema e a formação dos audiodescretores. Também nos reportamos a como as Universidades Federais e a Estadual analisadas se comportam no que diz respeito à possibilidade de acesso e recuperação da memória social, preservação e salvaguarda desses materiais audiodescritos, para compreender que a importância de fomentar o uso da informação audiodescritiva deve ser percebida na mesma proporção da necessidade de preservação e salvaguarda desses materiais produzidos.

3.1 A PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Segue, nas subseções abaixo uma abordagem geral sobre a pessoa com deficiência, as principais leis e as atividades culturais que auxiliam na inclusão e acessibilidade sociais das pessoas com deficiência.

3.1.1 Breve análise histórica sobre as pessoas com deficiência

A diversidade humana é perceptível em qualquer camada social, etnia ou gênero. Essa diversidade pode ser percebida como *dimensional*, que “refere-se aos aspectos quantitativos como altura, peso, tamanho e largura dos membros”; *perceptiva*, “refere-se à variação decorrente da perda dos sentidos por parte da população, maximizada pelo grau, que interfere na forma de relacionamento com o meio físico”; *motora*, que se refere a questões de mobilidade física urbana; *cognitiva*, que “interfere na capacidade de recepção e processamento de informação, na orientação espacial e temporal. Inclui problemas de memória, orientação e dificuldades na fala, leitura, escrita, ou compreensão de palavras”; e demográfica, que “refere-se à variação humana decorrente do envelhecimento da população e ao aumento das migrações,

que configuram aspectos determinantes na diversidade cultural funcional” (CARDOSO; SCHERER; SILVA, 2016, s.p.).

Dessa forma, devido à diversidade humana, o discurso de inclusão social e acessibilidade social para pessoas com deficiência não pode ser minimizado e nem separado de uma análise crítica, pois sua dimensão e importância social são vitais para o desenvolvimento da cidadania desse público. Diante dessa realidade, nas linhas que seguiremos teremos uma breve análise histórica que influenciou bastante a construção do discernimento cultural dos indivíduos sobre o tema em questão. Essa análise visa a ampliar a compreensão sobre as formas de interpretação da deficiência ao longo do tempo.

A pesquisa segue o método de abordagem dialético materialista, conforme foi relatado na Introdução. Esse passo a passo do caminho metodológico será detalhado no capítulo quatro. Porém, como o método escolhido desenvolve toda a escrita da pesquisa, neste capítulo não seria possível expor o sujeito analisado – pessoa com deficiência visual – sem descrever, em uma breve análise, a construção histórica da pessoa com deficiência, já que a dialética materialista desenvolve suas bases na história, para então poder dialogar sobre determinado tema, com mais propriedade.

Freud (1919, apud FREITAS, 2007) retrata que a deficiência, por ser um campo pouco familiar, na maioria das épocas foi concebida como algo estranho, ou seja, algo que não é familiar para aquele público. Sendo assim, segundo a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos do Idoso e Pessoas com Deficiência (AMPID, 2012), pode ser feita uma linha cronológica desse processo de “estranheza” atribuído a pessoas com deficiência. Esse processo está intimamente associado aos fatos históricos e à evolução da sociedade, no que diz respeito a sua legislação e seu “olhar cultural” sobre o tema.

Na era primitiva (cerca 3.500 anos a.C.), segundo AMPID (2012, s.p.), não existem registros dos comportamentos dos primeiros grupos de indivíduos em relação a pessoas com deficiência. O que se presume, segundo estudiosos, é que devido ao período hostil, onde o mais forte, o mais rápido era quem conseguia espaço – pois nessa época era normal se desfazer de pessoas com deficiência, pois atrasavam o grupo –, e as questões climáticas também, que variavam do frio intenso ao calor intenso, podiam dificultar a sobrevivência das pessoas com deficiência.

O Egito Antigo é caracterizado pela AMPID (2012, s.p.), diante das evidências arqueológicas, como uma época na qual a pessoa com deficiência não tinha impedimento em participar das cenas culturais. Segundo a associação, “no Egito Antigo, há mais de cinco mil anos, a pessoa com deficiência integrava-se nas diferentes e hierarquizadas camadas sociais

(faraós, nobres, altos funcionários, artesãos, agricultores e escravos) ” (AMPID, 2012, s.p.). “Foram encontrados nos papiros ensinamentos morais no Antigo Egito que ressaltam a necessidade de se respeitar as pessoas com nanismo e com outras deficiências” (AMPID, 2012, s.p.). Por muito tempo o Egito Antigo chegou a ser conhecido como “Terra dos Cegos”, porque o povo possuía um alto índice de infecções nos olhos que resultavam na cegueira. Muitos dos seus papiros constam fórmulas para tratar essas doenças, para curar os olhos (AMPID, 2012, s.p.).

Na Grécia, segundo a AMPID (2012),

Platão, no livro *A República*, e Aristóteles, no livro *A Política*, trataram do planejamento das cidades gregas indicando as pessoas nascidas “disformes” para eliminação. A eliminação era por exposição, ou abandono ou, ainda, atiradas do aprisco de uma cadeia de montanhas chamada Taygetos, na Grécia (AMPID, 2012, s.p.).

Em Esparta, na Grécia, como havia uma intensa dedicação à guerra, criou-se o costume de eliminar todos aqueles que nascessem com deficiência, pois só os fortes sobreviviam ao exército e suas batalhas, segundo AMPID (2012, s.p.).

O que se percebe é que, nesse período histórico, para uma pessoa com deficiência sobressair e ter um lugar representativo na sociedade teria que mostrar que tem “utilidade”, por meio de habilidades. O pensamento mítico, sobrenatural e o mistério dos deuses reinava nesse período. Como é o caso do mito de Hefesto, dito como o ferreiro divino, filho de Zeus e Hera. Hera ao ver o filho nascer com deficiência, o rejeitou. Hefesto nasceu com as pernas atrofiadas. Zeus, em sua ira, o coloca para fora do Olimpo. Para sobreviver, Hefesto, teve que mostrar suas habilidades em metalurgia e artes manuais. Para retornar ao Olimpo, segundo o mito, Hefesto teve que fazer um trono para Hera, criando uma armadilha que a manteria presa, onde só ele poderia libertá-la. Para tal, Hera teria que permitir a volta dele ao Olimpo e deixá-lo assumir seu lugar na morada dos deuses (AMPID, 2012).

Em Roma, “Aos pais era permitido matar as crianças que nasciam com deformidades físicas, pela prática do afogamento” (AMPID, 2012, s.p.). As leis romanas da Antiguidade não eram favoráveis para as pessoas com deficiência, pois aqueles que não morriam eram explorados na cidade, participando de cenas de entretenimento, ou iam pedir esmolas. Já no Império Romano, com o surgimento do cristianismo surge a disseminação da caridade e o amor entre as pessoas, por isso as camadas menos favorecidas, inclusive as pessoas com deficiência, passaram a ser mais acolhidas socialmente, através do apoio médico com o surgimento de hospitais para cuidar desse público (AMPID, 2012).

A Idade Média, “É marcada por precárias condições de vida e de saúde das pessoas. A população ignorante encarava o nascimento de pessoas com deficiência como castigo de Deus. Os supersticiosos viam nelas poderes especiais de feiticeiros ou bruxos” (AMPID, 2012, s.p.). Já na Idade Moderna passa de um período de grande ignorância para o surgimento de novas ideias, a partir da Revolução Francesa. Uma das revelações desse período é o surgimento da escrita no sistema *braille*, criada por Louis Braille (AMPID, 2012).

O século XX é caracterizado como um período que apresentou importantes avanços para as pessoas com deficiência, sobretudo em relação à legislação e às ajudas técnicas por meio de recursos tecnológicos assistivos. Alguns instrumentos já existiam, mas nesse período foram aperfeiçoados e muitas instituições e associações surgiram em prol desse público no mundo. Como já foi citado nessa pesquisa, no capítulo dois, a ONU teve importante participação no reconhecimento das pessoas com deficiência, mundialmente, quando intitulou o ano de 1981 como Ano Internacional das Pessoas com Deficiência.

No Brasil, no período de 1840 a 1889, por incentivo do Imperador Dom Pedro II, criou-se o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, atual Instituto Benjamin Constant, que impulsionou de forma marcante a inserção das pessoas com deficiência na sociedade. Diante de tantas alterações e percepções históricas, as pessoas com deficiência tiveram a primeira manifestação pública no país, em prol de seus direitos, em 1970, formada por pessoas videntes e pessoas com deficiência. Em 1979 essa manifestação começou a ser realizada com um público quase unânime de pessoas com deficiência, pois esses começaram a perceber a importância de lutar e conquistar seu direito de cidadão e não se contentar apenas com caridade AMPID (2012, s.p.).

No Brasil, em 1980, foi realizado o I Encontro Nacional de Pessoas Deficientes colaborando com a ampliação da visibilidade dos direitos desse público na sociedade. Com a ação da ONU, de criar o Ano Internacional das Pessoas com Deficiência, surge a importante mudança na terminologia, acrescentando a palavra “pessoa”, ao falar desse público. Devido a ações ocorridas nesse ano, a ONU exigiu que o Brasil criasse uma Comissão Nacional das Pessoas com Deficiência. Nesse mesmo ano, foi realizado o I Congresso Brasileiro de Pessoas Deficientes e o II Encontro Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes, em Recife, Brasil.

Esses acontecimentos foram vitais para que esse público se reconhecesse como cidadãos, conseguisse organizar suas reivindicações diante de suas necessidades e também a ter uma “voz” mais representativa no país. Em 1983 ocorreu o III Encontro Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes, agora em São Bernardo do Campo, em São Paulo. Entre 1987 e 1988, com a Assembleia Nacional Constituinte, promoveram-se diversas ações de políticas públicas em prol de pessoas com deficiência, como a criação da Coordenadoria Nacional de Integração

da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), em 1989, e logo depois o Conselho Nacional da Pessoa Portadora de Deficiência (CONADE), como uma iniciativa das pessoas com deficiência para criar o elo delas com o governo, já que o CORDE, era uma ação do governo para com elas.

De 2006 a 2008, surgiram as Conferências Nacionais da Pessoa com Deficiência e a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, propriamente dita, em novembro de 2006, assinada pelo Brasil em 30 março de 2007, e em 9 de julho promulgada como ato constitucional pelo Senado Federal.

Diante desse contexto, é visível o porquê da discriminação e do preconceito com esse público. A constituição histórica, social e política dessas pessoas com deficiência foi embasada em diversos estigmas e estereótipos que denegriam esse ser como cidadão, deixando-o quase sempre à margem do contexto social. Após muitas transformações históricas, como foi explicitado, é que esse público começou a ser reconhecido como sujeito social e merecedor de todos os direitos, como qualquer outro cidadão. No entanto, essa realidade inicial promove até os dias atuais dificuldades de inserção e de acessibilidade dessas pessoas com deficiência (física, sensorial ou intelectual) à esfera social.

As legislações vigentes, citadas nessa pesquisa no capítulo dois e neste capítulo, trazem a realidade ideal que essas pessoas deveriam usufruir; porém, o que se percebe nesse contexto, são as contradições mediante ao que foi promulgado em decretos, projetos de leis e leis, e a real situação desse público no campo cultural, político e econômico da sociedade contemporânea.

Esse quadro histórico mostra que as deficiências, na maioria das vezes, são reconhecidas na sociedade como uma doença crônica. Em certas comunidades mais carentes esse estigma dado a pessoas com algum tipo de deficiência são mais visíveis devido ao baixo nível de esclarecimento sobre o assunto, daí a situação pode ser analisada em uma perspectiva negativa, como se essas pessoas fossem incapazes e por isso devessem ficar excluídas, vivendo em outro ciclo social; não se pensa em incentivar a integração, a sociabilidade desse público.

De acordo com Maciel (2000), as pessoas que possuem alguma deficiência, seja ela física, sensorial ou mental, passam a sofrer por um estigma cultural, no qual se vê a deficiência como um problema, e para promover a inclusão social desse público é necessário um esforço governamental, iniciado pelo processo de esclarecimento da sociedade sobre a questão da deficiência no indivíduo e, posteriormente, no surgimento de oportunidades no setor educacional e profissional, para que as pessoas com deficiência sejam vistas como cidadãos com a capacidade que os aproxima dos demais.

O que se percebe é uma realidade contraditória à aplicação correta dos direitos adquiridos por esse público, pois, apesar do apoio legislativo que vem sendo construído, como,

por exemplo, o que foi promulgado na Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 (BRASIL, 2000), no que se refere à acessibilidade desse público, citada no capítulo dois, e o que consta na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), referente à garantia do direito à informação a todos os indivíduos como aspecto de uma sociedade democrática, ainda são percebidos diversos fatos que vão de encontro ao que foi determinado na legislação brasileira, deixando esse público à margem de determinadas cenas culturais.

As ações de inclusão e acessibilidade ainda ficam mais presentes nos discursos do que nas práticas sociais, e o acesso pleno à informação, principalmente a pessoas com deficiência visual que necessitam do recurso da informação audiodescritiva, por exemplo, ainda apresenta um quadro que deixa a desejar. Os aspectos inclusivos dessa ação ainda não permeiam todos os espaços culturais, sociais e acadêmicos; logo, esse público ainda não consegue agir como cidadãos ativos em todos os campos sociais, pois muitas vezes lhes é negado o acesso básico, mantendo-os excluídos do contexto social.

Além de toda essa realidade histórica, deve-se atentar para não continuar cometendo erros ao discorrer sobre pessoas com deficiência visual. É necessário compreender a terminologia correta, para não gerar uma exclusão social logo no primeiro contato com esse público. Segundo Sasaki (2003), a terminologia coerente para referir-se a esse público é a expressão: *pessoas com deficiência* (envolvendo pessoas cegas e pessoas com níveis de deficiência visual) e as mesmas devem ser vistas e reconhecidas como qualquer outro cidadão, sem discriminação ou preconceito, devido a sua deficiência sensorial, pois nos demais campos elas podem agir, mediante a um auxílio tecnológico, com competência para realizar determinadas funções.

A discussão sobre as terminologias corretas ao falar de pessoas com deficiência é parte de um movimento inclusivo que se espalha pelo mundo, devido à alteração da percepção cultural das pessoas. Na atual sociedade, alguns termos usados para se referir a pessoas com deficiência, seja ela física, sensorial ou intelectual, não cabem mais, pois são extremamente preconceituosos e discriminatórios. Diante a evolução legislativa para as pessoas com deficiência e ao maior esclarecimento do tema para sociedade, a realidade foi alterada e os termos ofensivos foram substituídos.

Sasaki (2005), aborda que atualmente o conceito de deficiência não pode ser confundido com o conceito de incapacidade. Segundo o autor, “o conceito de incapacidade denota um estado negativo de funcionamento da pessoa, resultante do ambiente humano e físico inadequado ou inacessível, e não um tipo de condição” (SASSAKI, 2005, s.p.). Já deficiência “denota uma condição da pessoa resultante de um impedimento” (SASSAKI, 2005, s.p.). O

autor ainda complementa que formalmente deve-se manter a palavra deficiência no singular, por exemplo: “pessoas com deficiência visual” e não “pessoas com deficiências visuais” e a forma no singular, será adotada nessa pesquisa.

A partir da década de 1990 se consagrou essa terminologia de pessoas com deficiência”, que permanece até os dias atuais. No entanto, foi percorrido um longo caminho, explicitado no início deste capítulo, para que se chegasse a essa terminologia. Sasaki (2003), retrata que o termo utilizado para se referir a pessoas com deficiência visual, já foi “ceguinho”:

O diminutivo ceguinho denota que o cego não é tido como uma pessoa completa. A rigor, diferencia-se entre deficiência visual parcial (baixa visão ou visão subnormal) e cegueira (quando a deficiência visual é total). Os termos corretos a serem utilizados são: cego; pessoa cega; pessoa com deficiência visual; deficiente visual (SASSAKI, 2003, s.p.).

Conforme destaca Freitas Neto (2006, p.70), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996), no Art.58, “define a educação especial como modalidade de ensino oferecida preferencialmente pela rede regular de ensino; no Art.59, expressa sobre os recursos a serem disponibilizados para que as Pessoas com Necessidades Especiais possam ter acesso à educação”. Percebe-se que o acesso à tecnologia e à informação ainda é restrito e coordenado pelo controle político e econômico. Não é necessário apenas produzir o recurso tecnológico e as leis que auxiliem no processo da disseminação da informação; é preciso possibilitar que a informação chegue aos cidadãos da maneira mais uniforme e prática possível, gerando conteúdo e possibilitando a construção do conhecimento. Principalmente para pessoas que necessitam de forma tão vital desse acesso, para fazer parte de determinados contextos sociais, com autonomia e independência, como as pessoas com deficiência visual.

Em 2010, o Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) constatou a presença de 45,6 milhões de brasileiros, ou 23,9% da população, que têm ao menos uma deficiência: visual, auditiva, motora, mental ou intelectual. Já na análise por sexo, observou-se que 26,5% da população feminina (25,8 milhões) possuíam alguma deficiência, contra 21,2% da população masculina (19,8 milhões). A deficiência visual é a mais comum, atingindo 35,8 milhões de pessoas no Brasil, onde 16% são homens e 21,4% são mulheres. Essa pesquisa constatou que no Brasil há 506 mil cegos, 6 milhões de pessoas que têm grande dificuldade visual e outras 29 milhões que possuem "alguma dificuldade" para enxergar (IBGE, 2010).

Dentro desse quadro, a Bahia apresenta alguns órgãos que colaboram no processo de inclusão sociocultural desse público, como a Associação Baiana de Cegos (ABC), o Instituto

de Cegos da Bahia (ICB), a Associação de Pais e Amigos de Deficientes Auditivos (APADA), o Centro de Apoio Profissional de A a Z (CAPAZ), a Comissão Civil de Acessibilidade de Salvador (COCAS), o Centro de Apoio Pedagógico ao Deficiente Visual (CAP), dentre outros.

Percebe-se que no Brasil vêm sendo implementados diversos dispositivos legais relacionados à inclusão da pessoa com deficiência visual, como a criação de diversos órgãos já citados no início deste capítulo. No campo profissional observa-se a criação de regras e padrões na contratação de funcionários, onde empresas com cem ou mais empregados devem preencher de dois a cinco por cento dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência, desde que estejam habilitadas (1998); no campo político observa-se a legislação sobre o voto do eleitor deficiente visual analfabeto (1998).

A instituição da Política Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência é outro dispositivo legal que propõe o desenvolvimento de uma ação conjunta entre o Estado e a sociedade civil, visando a assegurar a “plena integração” da pessoa com deficiência no contexto socioeconômico e cultural e o respeito e reconhecimento de seus direitos “sem privilégios ou paternalismos” (1999); no campo educacional a obrigatoriedade dos estabelecimentos de ensino público e particular de ofertar matrícula em cursos regulares, oferecer educação especial realizada por uma equipe multiprofissional e oportunizar benefícios iguais aos conferidos aos demais educandos (1999), dentre outros aspectos que mostram o desenvolvimento, mesmo que ainda incompleto, da inclusão social para essas pessoas com deficiência visual no Brasil.

Em 2013, foi elaborada a sétima edição da Legislação Brasileira sobre Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2013). Nesse documento consta a forma legal de agir com as pessoas com deficiência em todos os setores sociais, contemplando as leis trabalhistas, de acessibilidade, de trânsito, de atendimento específico a esse público, de diretrizes e bases da educação, de proteção à criança e adolescente com deficiência, dentre outros pontos que asseguram o papel desse público como cidadão.

No capítulo dois desta pesquisa foi abordado que a partir da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que assegura às pessoas com deficiência visual e auditiva o livre acesso aos meios de comunicação, se iniciou o desenvolvimento sobre o tema da audiodescrição no Brasil. A partir dessa lei inúmeras ações legislativas surgiram para auxiliar a inclusão e o acesso de pessoas com deficiência visual ao ambiente social.

A elaboração da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, pela Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), dedica no Art. 9º a seção para falar sobre acessibilidade para esse público:

A fim de possibilitar às pessoas com deficiência viver de forma independente e participar plenamente de todos os aspectos da vida, os Estados Partes tomarão as medidas apropriadas para assegurar às pessoas com deficiência o acesso, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação, inclusive aos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, bem como a outros serviços e instalações abertos ao público ou de uso público, tanto na zona urbana como na rural. Essas medidas, que incluirão a identificação e a eliminação de obstáculos e barreiras à acessibilidade, serão aplicadas, entre outros [...] (CORDE, 2007).

A Convenção da ONU sobre os Direitos da Pessoa Com Deficiência (Projeto de Decreto Legislativo nº 563, de 2008), continua abordando o contexto da acessibilidade e “não cria direitos novos nem especiais para as pessoas com deficiência; é um instrumento facilitador para o exercício dos direitos universais, em especial à igualdade com as demais pessoas” (ONU, 2008). E “tem como objetivo promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por parte de todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade” (ONU, 2008).

Essa convenção da ONU, supracitada, continua suas sessões abordando a importância pelo direito à vida, ao acesso à justiça, à igualdade, vida independente e inclusão na comunidade, dentre outras questões que asseguram a acessibilidade desse público no ambiente social.

Existem diversos *sites* que abordam o assunto da deficiência visual e das legislações que asseguram os direitos das pessoas com deficiência. Como, por exemplo, os *sites* da Associação Brasileira de Assistência ao Deficiente Visual (LAMARA), Bengala Legal, a Rede Solidarietà, Apoio, Comunicação e Informação (Rede SACI), dentre outros que atualizam esse público sobre os avanços e tendências desse contexto. Esses *sites* possuem uma vital importância, pois na atual sociedade movida pelo *ciberespaço* é de grande valia existir ambientes digitais que contenham informações sobre essa realidade e mantenham não só as pessoas com deficiência visual atualizadas e bem informadas, mas que também sirvam de conscientização para as demais pessoas sem deficiência visual.

Existem diversas instituições que promovem atividades culturais para impulsionar a inclusão e a acessibilidade social de pessoas com deficiência. Uma delas é a Associação Baiana de Cegos (ABC), já citada neste capítulo, que surgiu através da união de um grupo de pessoas com deficiência visual, em 14 de setembro de 1985, com o intuito de promover a inclusão social para pessoas com deficiência visual em Salvador, Bahia, sendo uma entidade não governamental, com sede no bairro dos Barris.

O objetivo dessa associação é viabilizar para esse grupo de pessoas com deficiência visual a inclusão social, cultural, esportiva, educacional e profissional, sendo a última realizada com maior ênfase através de atividades culturais que são disponibilizadas pela associação ao público deficiente visual.

Ao que se refere às atividades culturais com o auxílio da audiodescrição, na ABC, ainda não há ações desenvolvidas para essa prática. Porém, a associação vê esse processo do uso de recursos audiovisuais, através da audiodescrição para promover a acessibilidade dessas pessoas, como algo positivo, e está aberta à implementações dessa ferramenta em seu dia-a-dia. Devido ao trabalho desenvolvido na associação ser movido por voluntariado, essa implantação do recurso da audiodescrição não conseguiu ser efetivada nas atividades culturais realizadas pela ABC.

Diante desse contexto, percebe-se a importância da inserção do recurso da audiodescrição como potencializadora do desenvolvimento social dessas pessoas com deficiência, por isso esta pesquisa propõe analisar, na próxima seção, como as atividades culturais podem ser inclusivas ao se utilizarem da informação audiodescritiva para promover a acessibilidade desse público.

3.1.2 Atividades Culturais

As atividades culturais são vitais para o desenvolvimento e crescimento do cidadão dentro do seu ambiente social, pois através do incentivo à cultura (teatro, cinema e música), ao esporte, ao lazer e ao profissional, o indivíduo ganha a possibilidade de atuar como um cidadão e assim ser reconhecido socialmente em seu grupo. O cidadão se constitui através de suas ações dentro do seu grupo social, logo a ausência de atuação de um desses campos sociais (cultural, profissional, educacional, do esporte e do lazer) leva o indivíduo a ficar à margem do seu desenvolvimento como cidadão, pois são esses quesitos que estruturam e representam o indivíduo na sociedade.

A profissão permite que o homem demonstre para o mercado qual o seu papel social, em que se especializou e o que sabe desenvolver para ter o reconhecimento econômico a fim de realizar suas tarefas e, conseqüentemente, se sustentar e sustentar sua família, proporcionando o acesso às necessidades básicas para se viver.

É com esse reconhecimento econômico advindo da capacitação profissional adquirida pelo indivíduo que o mesmo pode ter acesso às práticas culturais, de lazer e de esporte, podendo usar este último ponto como profissão, o tornando um cidadão ativo e notável na sociedade,

pois essas ações o colocam em contato com outras pessoas, onde é possível trocar experiências e saberes complementando sua formação como cidadão.

Os ambientes culturais caracterizam tipos de acessibilidade diferentes, porém a organização arquitetônica já tem de ser elaborada de forma universal para que as limitações sejam respeitadas independente da característica peculiar do espaço cultural. Deve-se garantir que as barreiras arquitetônicas sejam minimizadas e que atendam as limitações do acesso físico, sensorial, intelectual, econômico, emocional, as esferas de decisões e a informação, segundo Cardoso, Scherer e Silva (2016, s.p.).

Os parâmetros da acessibilidade física correspondem a alguns fatores como aos do respeito, da segurança, do ambiente saudável, do funcional, do compreensível e do estético. Segundo Cardoso, Scherer e Silva (2016, s.p.), o primeiro parâmetro citado “deve respeitar a natureza dos utilizadores. Ninguém deve sentir-se marginalizado, a todos deve ser facilitado o acesso”; o segundo “deve ser isento de riscos para todos os utilizadores”; o terceiro “não deve constituir, em si, um risco para saúde”; o quarto “deve ser desenhado e concebido de tal modo que funcione de forma para atingir os fins para que foi criado”; o quinto “todos os utilizadores devem saber orientar-se em dificuldades num dado espaço, e por conseguinte é fundamental uma informação clara, utilização de símbolos comuns a vários países, evitando palavras ou abreviaturas em língua local [...]”; e o último aborda que “o resultado deve ser esteticamente agradável”.

A realidade atual da sociedade retrata o oposto a essas orientações de acessibilidade para as pessoas com deficiência. Apesar das legislações, inclusive a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, já citada nesta pesquisa, que pressupõe acessibilidade a pessoas com deficiência físicas, sem barreiras ou obstáculos a vias e espaços públicos, ainda são percebidas diversas estruturas públicas irregulares, não condizentes com a legislação, deixando a desejar o acesso a mobiliário urbano, meios de transportes, edifícios e os meios de comunicação, sem o uso da informação audiodescritiva, por exemplo.

As universidades e instituições de ensino regulares, sejam públicas ou privadas, também se enquadram nessa análise, pois ainda deixam a desejar nos quesitos de acessibilidade física e da preparação do corpo docente para lidar com os alunos que possuam algum tipo de deficiência física, sensorial ou intelectual. Apesar de que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira - LDB (9394/96) afirma no Capítulo V, no Artigo 59, o inciso primeiro que “Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais”: os “currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades”, ainda é insuficiente essa aplicação no dia-a-dia das instituições de ensino.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB 9394/96), destaca a necessidade da capacitação dos docentes para inserir no seu conteúdo pedagógico e didático, os discentes com deficiências, como afirma no Capítulo V, Artigo 59, inciso terceiro: “[...] professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns”.

São por lei designadas a necessidade e a importância da preparação da instituição de ensino e do docente para atenderem a esse discente de maneira adequada, porém a realidade da sociedade contemporânea ainda retrata uma situação de grande dificuldade de acesso desse público à educação, tanto por falta de infraestrutura física das unidades de ensino, quanto pela falta de qualificação do corpo docente em lidar com as particularidades desse público.

Nesse contexto, as atividades culturais que fazem parte dos ambientes culturais sociais, para promoverem a inclusão e a acessibilidade, necessitam de ações e recursos de tecnologias assistivas, como a informação audiodescritiva, para propor às pessoas com deficiência visual acesso a esse ambiente cultural que forma o indivíduo como cidadão ativo e participativo do seu contexto social, com independência e autonomia.

Esses motivos retratam a importância do incentivo às atividades culturais, pois essas podem proporcionar uma integração social, um dos princípios da cidadania. Através dessas atividades o homem consegue interagir, experimentar situações em conjunto e se desenvolver como pessoa, promovendo, assim, sua inclusão, e desta forma as pessoas com deficiência visual inseridas nesse contexto das atividades culturais ganham a oportunidade de serem incluídas na sociedade, praticando ações comuns a todos, interagindo e se identificando como cidadão através da cultura.

Dentro desse contexto a aplicação da lei por parte do Ministério Público, os Estados, a União, o Distrito Federal, os Municípios, empresas privadas, associações e instituições deve ser incisiva e atuante em todos os setores sociais, no que se refere a proteção das pessoas com deficiência. Dessa forma, poderá inserir essas pessoas como cidadãos ativos, com o amparo legal de todas as partes que constituem a sociedade, no entanto, ainda é incipiente essas ações por parte desses públicos citados acima, principalmente no que diz respeito a legislação sobre o uso da informação audiodescritiva em ambientes culturais, que já deveria ter uma implementação plena do recurso, nesses contextos.

Essa realidade que envolve a prática de ações que proponham a inclusão e a acessibilidade de pessoas com deficiência visual, no Brasil, é bem marcante no contexto acadêmico, no qual existem diversos grupos e núcleos que desenvolvem pesquisas sobre alguns

recursos de acessibilidade, social como a audiodescrição. Na próxima seção desta pesquisa será retratado uma breve análise desses grupos, para que se possa compreender a sua participação social nesse contexto.

3.2 GRUPOS E NÚCLEOS DE PESQUISA QUE ATUAM COM A INFORMAÇÃO AUDIODESCRITIVA

Segue, nas subseções abaixo, uma abordagem geral sobre as características, estrutura e função (as informações foram retiradas dos *sites*, *blogs*, da rede social *Facebook* e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPQ) dos grupos e núcleos de pesquisa analisados nesta pesquisa.

3.2.1 Grupo Tramad - UFBA

A história do grupo de pesquisa Tradução, Mídia e Audiodescrição (TRAMAD⁶) se iniciou em 2005, há mais de 10 anos, quando foi formado por pesquisadores no Instituto de Letras da UFBA. O grupo surgiu

Com o objetivo de estudar e promover a acessibilidade audiovisual através da audiodescrição, ou seja, a tradução de imagens em palavras de produtos culturais audiovisuais e visuais (filmes, peças de teatro, espetáculos de dança, fotos, pinturas, esculturas, instalações, etc.) para o público com deficiência visual e intelectual. Hoje, o grupo também se dedica a outras formas de acessibilidade audiovisual (TRAMAD, 2016, s.p.).

O grupo TRAMAD tem sua estrutura definida por “pesquisadores doutores, mestres e graduados, que estão se especializando na teoria e na prática de diferentes modos de tradução audiovisual. Todos os integrantes do grupo são audiodescritores certificados” (TRAMAD, 2016, s.p.). É formado por nove pessoas, dividido da seguinte forma: duas coordenadoras, cinco pesquisadores e duas colaboradoras.

A coordenadora do grupo é professora Manoela Cristina Correia Carvalho da Silva, “docente assistente do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia. Mestre em Letras e Linguística pela UFBA (2009), possui licenciatura e bacharelado em Língua Estrangeira (2005) pela mesma instituição e bacharelado em Comunicação Social pela Universidade

⁶ Cf. <http://www.tramad.com.br/> Acesso em: 27 mar. 2016.

Católica do Salvador (1996)” (TRAMAD, 2016, s.p). Como vice-coordenadora atua a professora Deise Mônica Medina da Silva, docente do IFBA, Instituto Federal da Bahia. “Mestre em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia UFBA (2010), possui licenciatura em Letras com Língua Inglesa pela UNIJORGE – Centro Universitário Jorge Amado (2008)” (TRAMAD, 2016, s.p). E “atualmente, desenvolve doutorado junto à FACED (Faculdade de Educação da UFBA) sobre as imagens audiodescritas nos livros didáticos” (TRAMAD, 2016, s.p).

O grupo de pesquisadores é formado pela graduada em Comunicação Social com ênfase em Publicidade e Propaganda pela Universidade Católica de Salvador, Adriana Urpia; pela mestre em Língua e Cultura pela Universidade Federal da Bahia (2015), com pesquisa voltada para a audiodescrição para as pessoas com Deficiência Intelectual, Bárbara Cristina dos Santos Carneiro; pela graduada em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Faculdade Dois de Julho; audiodescritora certificada, possui baixa visão e é a atual consultora do TRAMAD, Edjane Santos; pelo mestrando do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura do Instituto de Letras/UFBA; graduado em Letras com habilitação plena em LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Erivaldo de Jesus Marinho; e pela doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia, com intercâmbio em Portugal com a Prof.^a Dra. Josélia Neves, pesquisando a audiodescrição e a poética da linguagem cinematográfica, Sandra Regina Rosa Farias, (TRAMAD, 2016).

A colaboradora do grupo, Eliana Paes Cardoso Franco, é “doutora em Letras pela Universidade Católica de Leuven (Bélgica, 2000) e especialista em Tradução Audiovisual, com ênfase em acessibilidade pela Universidade Autônoma de Barcelona (UAB, 2006-2007)” (TRAMAD, 2016, s.p). E “por doze anos (2002-2014) foi docente da Universidade Federal da Bahia, de onde se desligou em abril de 2014 como Professor Associado II” (TRAMAD, 2016, s.p). A atual colaboradora, fundou nessa instituição “[...]em 2004, o grupo de pesquisa TRAMAD (Tradução, Mídia e Audiodescrição), o qual coordenou por dez anos. Como coordenadora, liderou diversos projetos do grupo sobre a legendagem e a audiodescrição para filmes, teatro e dança” (TRAMAD, 2016, s.p).

O grupo já realizou diversos trabalhos com a produção da audiodescrição em vários filmes de curta-metragem, realização de seminários, palestras, cursos para formação de audiodescritores, além de diversos trabalhos acadêmicos, como trabalhos de conclusão de cursos de graduação, dissertações de mestrado e teses de doutorado sobre o tema. Ainda possui uma vasta publicação de artigos sobre o assunto por parte de seus membros.

A Prof.^a Dr.^a Eliana Paes Franco Cardoso é também umas das principais referências brasileiras sobre o tema de audiodescrição. E a atual coordenadora, Manoela Cristina Correia Carvalho da Silva, foi a autora da primeira dissertação em audiodescrição do país, e atualmente desenvolve doutorado junto à FACED (Faculdade de Educação da UFBA), sobre a formação e profissionalização de futuros audiodescritores (TRAMAD, 2016).

3.2.2 Grupo Lead - UECE

O Legendagem e Audiodescrição - LEAD⁷ é um grupo de pesquisa em Tradução Audiovisual, da Universidade Estadual do Ceará, que atua desde abril de 2008, promovendo acessibilidade audiovisual de pessoas com deficiência visual e surdos ao cinema, teatro, museus etc., por meio da audiodescrição, da janela de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) e da legendagem. O grupo é formado por doutorandos e mestrados em Linguística Aplicada e graduandos em Letras da Universidade Estadual do Ceará, coordenados pela Prof.^a Dr.^a Vera Lúcia Santiago (Grupo LEAD, 2010).

A coordenadora supracitada “possui graduação em Letras pela Universidade Federal do Ceará (1982), mestrado em Letras Língua Inglesa pela Universidade Estadual do Ceará (1994) e doutorado em Letras pela Universidade de São Paulo (2000)” (CNPQ, 2016, s.p.). E “atualmente é professora adjunto da Universidade Estadual do Ceará” (CNPQ, 2016, s.p.). Possui “experiência na área de Linguística Aplicada, com ênfase em Tradução, atuando principalmente nos seguintes temas: tradução audiovisual, legendação-legendagem, audiodescrição e tradução audiovisual e ensino” (CNPQ, 2016, s.p.).

O núcleo de pesquisa é formado por vinte integrantes, inclusive a pesquisadora foi incluída à lista de discussão do grupo na ferramenta do “*Yahoo Groups*” para desenvolver a aplicação da pesquisa de campo, contando com a participação do grupo LEAD nas respostas do instrumento de coleta de dados. Não há identificação acadêmica dos integrantes disponíveis no *blog* do grupo.

O grupo de pesquisa apresenta diversas produções acadêmicas e é responsável por várias iniciativas de projetos sociais, no que se refere à inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência visual e auditiva, tendo ativa participação na UECE. A coordenadora do grupo é referência no país ao se falar em audiodescrição, inclusive realiza trabalhos com os outros grupos e núcleos das universidades federais e estaduais que lidam com o assunto, auxiliando

⁷ Cf. <http://grupoleaduece.blogspot.com.br/> Acesso em: 27 mar. 2016.

com sua experiência acadêmica e profissional a desenvolver ações nesse contexto de inclusão e acessibilidade, para pessoas com deficiência, principalmente com o uso do recurso da audiodescrição.

3.2.3 Núcleo Net - UFMG

O Núcleo de Estudos da Tradução (NET⁸) foi criado em 2002. “É um espaço para divulgação de projetos, eventos e atividades de pesquisadores interessados em abordagens linguísticas e literárias dos estudos da tradução, atuante na Faculdade de Letras da UFMG” (NET, 2015, s.p.).

O NET tem como objetivos

Incentivar atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão no âmbito dos Estudos da Tradução, em todas as suas vertentes e manifestações; promover a divulgação e o intercâmbio de trabalhos científicos produzidos na área de Estudos da Tradução com instituições afins; estimular debates, estudos e pesquisas que venham a contribuir para o avanço do conhecimento científico e humano; promover o intercâmbio docente e discente, bem como a cooperação entre as instituições de ensino e pesquisa, em áreas afins; e incentivar iniciativas de seus membros e diligenciar o apoio necessário junto às agências de fomento à pesquisa existentes no país e no exterior (NET, 2015, s.p.).

O núcleo de pesquisa é formado por doze integrantes, graduados, mestres e doutores, sendo liderado por uma coordenadora e um subcoordenador, porém no site do núcleo não consta a formação acadêmica dos integrantes. Tem como objetivo auxiliar a inclusão e a acessibilidade social de pessoas com deficiência. O núcleo de pesquisa apresenta ações e pesquisas acadêmicas, por parte de seus membros, sobre assuntos voltados para inclusão e acessibilidade, atuando em eventos, projetos e trabalhos acadêmicos sobre o desenvolvimento de estudos na área de tradução.

3.2.4 Núcleo Nace – UFPE

Na UFPE a audiodescrição foi implementada pelo Prof. Dr. Francisco José de Lima, formador de audiodescritores no Estado de Pernambuco. O professor Lima coordenou durante

⁸ Cf. <http://150.164.100.248/CMS/index.asp?pasta=net&path=inicial.asp&pagina=inicial.asp>

muito tempo o Centro de Estudos Inclusivos (CEI), do Centro de Educação da UFPE, e iniciou suas pesquisas com audiodescrição de imagens estáticas e depois em imagens dinâmicas. Elaborou um site chamado “Associados da Inclusão”; é organizador do periódico eletrônico trimestral “Revista Brasileira de Tradução Visual (RBTV)” e também criou o curso de Tradução Visual com formação em audiodescrição. O professor é referência no Estado de Pernambuco e na UFPE, ao falar-se sobre o tema da audiodescrição, porém deixou a coordenação do CEI na UFPE em 2013, devido à criação do Núcleo de Acessibilidade - NACE, que surgiu com propósitos similares.

O NACE⁹ foi criado em junho de 2014, pela Prof.^a Dr.^a Adriana Di Donato. A coordenadora é fonoaudióloga pela Universidade Católica de Pernambuco (1989), especialista em Educação Especial pela Universidade Católica de Pernambuco (1993), mestre em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba (2008) e doutora em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba (2012), e possui formação como audiodescritora pela Associação Pernambucana de Cegos (2014) (CNPQ, 2016), porém ainda não tem pesquisas em andamento sobre o tema.

O núcleo tem como objetivo

A inclusão, a permanência e o acompanhamento de pessoas com deficiência, redução de mobilidade, transtorno funcional específico da aprendizagem, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, garantindo plenas condições de acessibilidade na UFPE, tendo como público-alvo estudantes e servidores (docentes e técnico-administrativos) da UFPE (UFPE, 2014, s.p.).

O NACE é uma unidade administrativa, formado por estudantes e servidores (docentes e técnico-administrativos) da UFPE, oferecendo serviços de acessibilidade comunicacional, bolsistas de apoio e tecnologia assistiva (UFPE, 2014). Atualmente localiza-se no prédio do Núcleo de Apoio à Saúde do Estudante (NASE). Dispõe de um *scanner* com sintetizador de voz, lupas eletrônicas e visores ampliadores portáteis. Há quatro impressoras *braille* que, após a instalação e capacitação dos servidores, estarão disponíveis na Coordenação Geral do NACE (Campus Recife) e nas Bibliotecas Setoriais do CAA, do CAV e do CCJ (UFPE, 2014). Possui bolsistas para “suporte na acessibilidade comunicacional nas áreas de libras e audiodescrição e recursos de acessibilidade nas bibliotecas, através da implantação de computadores com recursos de acessibilidade nas bibliotecas setoriais da UFPE” (UFPE, 2014, s.p.).

⁹ Cf. <https://www.ufpe.br/nucleodeacessibilidade/> Acesso em: 27 mar. 2016.

Sua formação atual, segundo a Prof.^a Dr.^a Adriana Di Nonato, é constituída por estudantes com formação em audiodescrição, que colaboram nas ações de acessibilidade comunicacional. No momento conta apenas com um estudante, o Rodrigo Farias de Araújo e a Prof.^a Dr.^a Zulina Lira de Souza, atuando com o recurso da audiodescrição.

O Prof. Dr. Ernani Nunes Ribeiro, coordenador do Núcleo Setorial de Acessibilidade do Centro Acadêmico de Vitória, atua juntamente com a Prof.^a Dr.^a Adriana Di Donato. Ele é audiodescritor com formação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), com ampla experiência em pesquisas e trabalhos na área de artes visuais e teatro. É mestre em Educação (UFPE), na linha de pesquisa Didática da Educação Inclusiva, onde realizou uma pesquisa sobre a audiodescrição e o uso de imagens como recurso didático na educação de alunos surdos. É também especialista em Ensino de História das Artes e da Religião (UFRPE), onde pesquisou o uso de artes plásticas no ensino de história para crianças com deficiência. Fez Licenciatura Plena em História (FUNESO). Foi Diretor-Acadêmico da Visibilidade Consultoria. Tem experiência como Professor Universitário (UPE, Faculdade Santa Catarina, Faculdade Marista, UFRPE, UFPE, entre outras); o vínculo na UFPE é como professor de Libras (CNPQ, 2016).

A atuação acadêmica do núcleo é desenvolvida por meio de ações voltadas para inclusão e acessibilidade de estudantes da UFPE. E tem como objetivo

I. Promover a inclusão, a permanência e o acompanhamento de pessoas com deficiência e necessidades específicas, nos diversos níveis de ensino oferecidos por esta instituição, garantindo condições de acessibilidade na UFPE; II. Articular-se intersetorialmente frente às diferentes ações já executadas na UFPE, assim como na promoção de novas ações voltadas às questões de acessibilidade e inclusão educacional, nos eixos da infraestrutura; comunicação e informação; ensino, pesquisa e extensão; III. Oferecer Atendimento Educacional Especializado (AEE), a partir de uma equipe multidisciplinar, voltado para seu público-alvo; IV. Constituir parcerias com entidades governamentais e sociedade civil organizada, cujos objetivos tenham relações diretas com as finalidades do NACE/UFPE (UFPE, 2014).

Percebe-se nessa análise geral dos grupos e núcleos de pesquisa que todos se preocupam com a formação dos seus pesquisadores em audiodescritores certificados, buscando cada vez mais aprimorar esse recurso da audiodescrição para promover a inclusão e acessibilidade sociais para as pessoas com deficiência. E que o papel deles nesse capítulo da história da audiodescrição no país é muito importante, pois por meio de suas pesquisas acadêmicas estão disseminando o tema e conscientizando a sociedade da relevância desse recurso para esse público com deficiência.

Diante desta breve análise sobre a formação dos grupos e núcleos de pesquisa e suas atuações na área da informação audiodescritiva, no próximo tópico serão abordadas as atitudes deles em relação à preservação e salvaguarda dos materiais produzidos com o recurso da audiodescrição e a importância de efetivar esse processo para garantir a memória social da informação audiodescritiva no Brasil.

3.3 NOÇÕES DE PRESERVAÇÃO E SALVAGUARDA DOS MATERIAIS AUDIODESCRITOS

Os grupos e núcleos de pesquisa analisados por meio de informações contidas em seus *sites*, *blogs* e a rede social *Facebook*, não informam se fazem e nem como fazem o processo de preservação e salvaguarda dos seus materiais audiodescritos. No capítulo cinco desta pesquisa constará essa informação de forma mais aprofundada, pois foi um dos questionamentos contidos no questionário *online* aplicado para os líderes e membros dos grupos e núcleos pesquisados.

As noções de preservação e salvaguarda estão entre os primeiros pontos que devem ser despertados nesses profissionais/pesquisadores dos grupos e núcleos de pesquisa para iniciar a construção da memória social do tema em questão. Se eles perceberem a importância dessas ações para a história da audiodescrição no país será um primeiro passo bastante válido para iniciar a prática da preservação e salvaguarda nesse contexto acadêmico.

Nesta pesquisa, ao se falar em preservação, como foi citado no capítulo dois, refere-se à conservação da informação de forma autêntica, como aborda o Plano Nacional de Preservação Audiovisual (2016): “Preservação audiovisual se entenderá o conjunto dos procedimentos, princípios, técnicas e práticas necessários para a manutenção da integridade do documento audiovisual e garantia permanente da possibilidade de sua experiência intelectual”. E a salvaguarda como políticas que pretendem garantir que a preservação realmente aconteça, permitindo o acesso íntegro aos materiais/arquivos.

O processo de preservação da memória é baseado em planos de ação, em prioridades de informações que devem ser armazenadas, segundo Manini, Marques e Muniz (2010). Logo, para conseguir realizar a preservação e a salvaguarda dos materiais audiodescritos deve-se passar para esses grupos e núcleos de pesquisa, ou aperfeiçoar o que já sabem sobre o assunto, a importância de se elaborar esses planos de ação que irão promover o registro e a recuperação da informação, fazendo com que a mesma seja repassada para um maior número de pessoas, com o apoio de profissionais da informação.

Segundo Candau (2011, p. 60), “Sem memória o sujeito se esvazia, vive unicamente o momento presente, perde suas capacidades conceituais e cognitivas”. Assim, as pessoas com deficiência, que têm o recurso da audiodescrição como meio de inclusão e acessibilidade sociais a cenas culturais, estão, desde dos anos 2000, no Brasil, conhecendo melhor esse recurso, e os grupos e núcleos de pesquisa estão constituindo essa história. Porém, se esse contexto não for resguardado para que seja construída uma memória desse processo, todo esse esforço acadêmico pode acabar se tornando uma lacuna no desenvolvimento da informação audiodescritiva no país.

A memória permite que o indivíduo capte e compreenda continuamente o mundo de que faz parte e consiga manifestar suas intenções e opiniões a respeito do que acontece ao seu redor e como foi construída sua história. A memória é condição necessária “para a consciência e o conhecimento de si”, segundo Candau (2011, p. 60). Conforme essa pesquisa entende, a consciência pode ser adquirida por meio do processo informacional, que leva ao desenvolvimento de uma consciência informacional e, conseqüentemente, leva o indivíduo a interagir socialmente de forma mais crítica, sobre o seu contexto social, como afirma SILVA (2002). Para essa consciência ser formada é preciso ter acesso a conteúdos informacionais e muitas vezes recorrer à história daquele determinado fato para compreender a realidade atual.

A história está intimamente ligada à construção da memória, que se dá por meio de ações de preservação e das políticas de salvaguarda de determinados materiais. De acordo com Candau (2011, p. 61), “A memória compromete toda a pessoa em sua percepção de mundo”, por isso a relevância da preservação e salvaguarda dessa informação audiodescritiva construída por esses grupos e núcleos de pesquisa das universidades federais e estaduais analisadas. Eles irão auxiliar as pessoas com deficiência visual a se reconhecerem, a perceberem a necessidade da utilização desse recurso da audiodescrição e a compreenderem o avanço da história da deficiência visual no Brasil.

A sociedade atual, movida por uma temporalidade efêmera, constitui a memória de um grupo, por mais que as informações sejam difíceis de serem acompanhadas pelos usuários, esse contexto caracteriza a memória social coletiva. “A memória, portadora de uma estrutura possível de futuro, é sempre uma memória viva” afirma, Candau (2011, p. 89). Sendo assim, essa estrutura possível de futuro só poderá existir se houver a preservação e a salvaguarda no momento presente em que os materiais audiodescritos estão sendo elaborados e disseminados nessa sociedade contemporânea, onde nada é feito para durar.

O tempo classifica, ordena e denomina as características sociais, a estrutura dos fatos, por isso a importância do registro das informações, do papel do cientista da informação nesse

contexto, que possibilita, por meio das técnicas, teorias e práticas da CI, prover essa disseminação e ao mesmo tempo esse registro e essa preservação do que está sendo transmitido ao usuário.

As referências temporais da constituição da história de determinado grupo, no caso das pessoas com deficiência, são caracterizadas pelo que é guardado e registrado, pois se esse processo não acontecer perde-se muita informação valiosa para a construção da identificação social desse grupo. Principalmente no que se refere à história da informação audiodescritiva, que se encontra em um quadro recente, ainda, pois iniciou seu desenvolvimento no país nos anos 2000, efetivamente em 2003, quando se teve a primeira ação cultural com audiodescrição, como foi relatado no capítulo dois dessa pesquisa.

A salvaguarda está amparada no art.23, III, da Constituição Federal que diz: “É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: III- proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural [...]” (BRASIL, 1988). Também está relatada sua importância na recente Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI), citada no capítulo dois dessa pesquisa. Em seu Art. 6º, inciso II, a LAI determina que “cabe aos órgãos e entidades do poder público, observadas as normas e procedimentos específicos aplicáveis, assegurar a [...] II - proteção da informação, garantindo-se sua disponibilidade, autenticidade e integridade[...]” (BRASIL, 2011).

Nessas perspectivas, os grupos e núcleos de pesquisa devem enquadrar suas ações nesse processo, se preocupando com a conservação e a conservação preventiva dos materiais audiodescritos, pois eles estão escrevendo a memória coletiva da informação audiodescritiva no país. E esses materiais merecem ser preservados (mantendo-se sempre a informação íntegra e autêntica ao longo do tempo) e salvaguardados (garantindo que a preservação possa de fato ser realizada), pois fazem parte da identificação social de um grupo de pessoas que tem parte da sua história escrita e desenvolvida pelo meio acadêmico.

Essas pesquisas e ações acadêmicas que disseminam esse contexto, permitem que esse recurso da audiodescrição seja cada vez mais utilizado no meio social como forma de inclusão e acessibilidade sociais para as pessoas com deficiência visual no Brasil. Por isso a importância do papel da CI e do cientista da informação para trabalhar em conjunto com esses grupos e núcleos de pesquisa para propor o uso de teorias, técnicas e práticas da área para conservar e garantir a conservação dessa informação audiodescritiva.

O *ciberespaço* é um ambiente que auxilia bastante esse registro e essa disseminação da informação, conforme foi abordado no capítulo dois dessa pesquisa. Através desse contexto

social é elaborada uma memória social coletiva bastante relevante e interativa, a questão é o controle com as perdas desse material na *web*.

Nesse contexto pode-se dizer que conservação preventiva é

[...] qualquer medida destinada a evitar ou reduzir as causas potenciais de danos. Fundamenta-se no cuidado preventivo [dos acervos], na pesquisa e no tratamento. Diferentemente da acepção tradicional [de conservação-restauração], já não mais enfoca os objetos e tem como campo de ação preferencial o ambiente, os lugares ou espaços onde estão [esses acervos], o comportamento das pessoas e as manipulações que podem ser efetuadas tanto nos objetos quanto no ambiente. Em termos práticos, o manejo, o armazenamento e a administração [dos acervos], incluindo o planejamento para emergências, constituem elementos básicos de uma estratégia dessa natureza. (CALLOL, 2010, p.78 apud SILVA, 2011, p. 496).

Dessa forma, verifica-se a relevância das políticas para salvaguardar os materiais produzidos, para garantir a sociedade a preservação de sua memória e, conseqüentemente, a conservação de todo um contexto histórico produzido. Nessa pesquisa, o contexto é construído por pesquisadores mestres, doutores e graduandos que buscam disseminar esse recurso da audiodescrição e tentam levar essa conscientização do uso desse recurso para todas as áreas sociais. Pois, a pessoa com deficiência visual também é cidadã como os demais cidadãos sem deficiência visual, por isso merecem respeito e acessibilidade, sem tantas barreiras como são encontradas hoje, em diversos contextos culturais que a sociedade oferece.

É necessário conscientizar esses grupos e núcleos de pesquisa atuantes na área da informação audiodescritiva sobre a importância dessas ações de preservação e das políticas de salvaguarda. Para tal é preciso criar um diálogo da CI com as áreas de Letras, Pedagogia, Comunicação, pois no quadro atual do país, são essas áreas que têm mais representatividade no estudo da informação audiodescritiva, e a CI, o cientista da informação, não devem ficar fora deste contexto, e sim entrar nessa seara para colaborar e aprimorar essa construção histórica que está sendo feita acerca da informação audiodescritiva no país.

É viável retomar a discussão trazida no capítulo dois dessa pesquisa que retrata a questão da CI ser uma área de fronteiras interdisciplinares, multidisciplinares e até transdisciplinares. Porém, essa fronteira teria de ser efetivada pelos cientistas da informação para que essa troca aconteça realmente. É preciso, nesse momento do desenvolvimento da história do recurso da audiodescrição no Brasil, que esse profissional realmente consiga dialogar com as áreas dos saberes que estudam o tema e levar uma contribuição significativa para a transmissão e disseminação da informação para esse usuário com deficiência visual, proposto pelo recurso da audiodescrição.

Permitir esse acesso e auxiliar na conservação desse material é colaborar efetivamente com a construção e o desenvolvimento dessa memória coletiva. Segundo Candau (2010, p.99), “a memória auxilia a construção da identidade social”. Logo, o papel do cientista da informação, nesse processo, é de vital importância para a construção histórica dessa narrativa social do contexto da deficiência visual.

As referências temporais, conforme afirma Candau (2010), são vitais para o desenvolvimento do indivíduo. Essas referências são formadas através do contexto histórico que é construído e preservado durante a construção da história de determinado grupo. Dessa forma os grupos e núcleos de pesquisa, o quanto antes adquirirem essa consciência, ou a ampliarem, será de grande valia para não haver uma perda imensurável desses conteúdos informacionais audiodescritivos que estão sendo elaboradas por eles.

No capítulo cinco serão retratadas de forma efetiva as ações que já são realizadas pelos grupos e núcleos de pesquisa, no que se refere à preservação e salvaguarda desses materiais.

No próximo capítulo será relatado o caminho metodológico utilizado para efetivar a pesquisa de campo. E proporcionará uma análise mais prática do tema estudado, identificando nos grupos e núcleos de pesquisa suas ações quanto aos temas e inquietações abordadas nessa pesquisa.

4 METODOLOGIA:

Seguem, nesta seção, os métodos a serem percorridos pela pesquisa, incluindo o universo, o tipo da pesquisa, a abordagem epistemológica, as técnicas e os procedimentos utilizados.

4.1 UNIVERSO DA PESQUISA

O universo desta pesquisa são as Universidades Federais e Estaduais em que haja grupos e núcleos de pesquisa que desenvolvem ativamente pesquisa sobre a informação audiodescritiva a cujos líderes e membros foram submetidos questionários *online* para coleta de dados.

As universidades selecionadas para a amostra, a partir da técnica de amostragem não-aleatória por julgamento, foram a Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Universidade Estadual do Ceará (UECE). Adiante será retomado o aspecto relativo ao tipo de amostragem adotada.

No Brasil existem sete Universidades que trabalham com o recurso da audiodescrição de forma mais ativa, ou seja, as supracitadas anteriormente e a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC – SP), a Universidade de Brasília (UNB) e a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). As quatro universidades selecionadas na amostragem, porém, apresentam maior representatividade no estudo do recurso da audiodescrição, por possuir no corpo docente dos grupos e núcleos de pesquisa professores reconhecidos na área, que possuem vasta publicação sobre o tema, sendo muitos reconhecidos internacionalmente pelo seu trabalho. Na maioria dos artigos, teses e dissertações, os(as) professores(as) citados(as) referem-se àquelas quatro Universidades que compõem a amostra, com seus quatro grupos e núcleos, escolhidos como os mais relevantes, ativos, representativos e significativos para a análise do tema.

Além desses aspectos, ainda foi relevante para a escolha dessas quatro Universidades a questão do tempo da aplicação das técnicas de coletas de dados. Pois, efetivamente, o pesquisador possui um ano ou menos para aplicar a pesquisa em um mestrado, até porque no primeiro ano está modificando o anteprojeto para que se torne um projeto de pesquisa, cumprindo os créditos, tendo que se matricular nas matérias obrigatórias e optativas e se encontrando com a bibliografia que auxiliará na construção do referencial teórico e da revisão da literatura. Por isso, a preocupação em trabalhar com as sete universidades e não conseguir obter um resultado satisfatório, devido ao tempo.

Em cada grupo e núcleo de pesquisa existe, em média, de dez a vinte componentes para serem pesquisados, e como não houve recursos financeiros para viajar até cada universidade, tendo acesso físico apenas a UFBA, ficaria complicado controlar um número muito alto de respondentes por *e-mail* e telefone.

Em cada Universidade foram escolhidos os grupos e núcleos de pesquisa correspondentes ao estudo da informação audiodescritiva, já citados no capítulo três. Na UFBA, o universo analisado foi o grupo TRAMAD; na UFPE, o núcleo NACE; na UECE, o grupo LEAD, e na UFMG, o núcleo NET.

4.2 TIPO DE PESQUISA

Trata-se de uma pesquisa do tipo exploratória, qualitativa e quantitativa. A modalidade qualitativa em ciências humanas e sociais, ideal para analisar ideias, contextos e opiniões que geram a produção textual, juntamente com a modalidade quantitativa, que se caracteriza como objetiva, de maneira mais assertiva, baseada em dados estatísticos para oferecer mais subsídios à pesquisa.

A pesquisa do tipo exploratória, tem como propósito trazer familiaridade com o tema, levando ao estudo bibliográfico, através da busca de informações por fontes secundárias (fontes originais não formuladas pela autora) como: livros, teses, artigos científicos etc., para conseguir coletar conteúdos que, interligados aos resultados obtidos na coleta de dados, irão proporcionar a compreensão do objeto delimitado.

4.3 ABORDAGEM

O conhecimento científico buscado nesta pesquisa se refere ao campo da tecnologia assistiva, que envolve o recurso audiovisual através da informação audiodescritiva. A pesquisa buscou compreender a perspectiva da CI no contexto do desenvolvimento da informação audiodescritiva no país.

Dessa forma, a pesquisa é baseada nas teorias, práticas e técnicas da CI no processo de preservação e salvaguarda dos materiais audiodescritos pelos grupos e núcleos de pesquisa das Universidades Federais e Estaduais escolhidas para a análise de campo. Foram reunidos elementos que possam contribuir com a área da informação audiodescritiva no Brasil, que ainda tem um desenvolvimento pouco representativo. Esse assunto é importante para uma parcela

significativa da população que possui deficiências sensoriais e necessitam de oportunidades, como qualquer outro cidadão para se inserir no contexto sociocultural.

O desenvolvimento da pesquisa ocorreu mediante as análises do quadro social que envolve os temas que sustentem o contexto da informação audiodescritiva e a inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência visual. A ciência, neste contexto, permitiu de forma assertiva, real, verificável e sistemática exemplificar os conceitos e as experiências vividas durante a pesquisa. E trazer, assim, respostas positivas ou negativas a respeito dos propósitos da investigação: problema, hipótese e objetivos.

Durante toda a pesquisa foram feitos contatos diretos e participativos com cenas culturais que possuíam o recurso da audiodescrição em seu contexto e, conseqüentemente, com pessoas com deficiência visual e videntes que faziam parte deste ambiente também. Essas experiências aproximaram a teoria da prática e proporcionaram a construção de um discurso mais sólido referente ao tema em questão.

O método de abordagem da pesquisa é o dialético materialista. A dialética materialista trata da realidade material, como elemento que determina o pensamento, a vida e as ideias do indivíduo, ou seja, a existência material dos objetos e a relação deles com o homem, segundo Araújo (1945). O que caracteriza a diferença entre o materialismo histórico e o materialismo dialético é que o segundo constitui a epistême, a base teórico-filosófica do marxismo, e o primeiro a base histórico-científica do marxismo, segundo Araújo (1954). Sendo assim, o materialismo histórico trata da “aplicação dos princípios do materialismo dialético ao estudo da vida social, aos fenômenos da vida em sociedade, ao estudo desta e de sua história” (ARAÚJO, 1945, s.p.). Nesse contexto, a dialética materialista é direcionada pela mudança, pela constante transformação dos fatos, indo totalmente de encontro à metafísica, que se apoia em reflexões estáveis e imutáveis.

No método de abordagem dialético materialista os fenômenos não são apenas analisados, e sim debatidos, através de um confronto de ideias diferentes, que levam em consideração os movimentos históricos correlacionados às condições materiais da vida do sujeito em ação, de forma ativa, dentro do seu contexto social, e não apenas dos aspectos tecnológicos ou do sujeito passivo. Dessa forma “o método dialético penetra o mundo dos fenômenos através de sua ação recíproca da contradição inerente ao fenômeno e da mudança dialética que ocorre na natureza e na sociedade” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 106).

Tal abordagem metodológica procura desenvolver sua análise levando em consideração que o sujeito possui autonomia para transformar e modificar sua realidade exatamente ao deparar-se com as contradições que permeiam seu cotidiano e sua história pessoal e social. E

com o uso da informação audiodescritiva o sujeito com deficiência visual pode adquirir a independência e a autonomia no contexto social, permitindo que o mesmo modifique a sua realidade de mundo, e esteja incluso, podendo participar mais efetivamente desse contexto social.

A dialética, na Grécia Antiga, teve sua origem como a arte do diálogo. Mas, “aos poucos, passou a ser a arte de, no diálogo, demonstrar uma tese por meio de uma argumentação capaz de definir e distinguir claramente os conceitos envolvidos na discussão” segundo (KONDER, 2004, p.7). Percebe-se que a dialética busca superar a abordagem idealista (explicação do mundo pelas ideias, conceitos e espírito), indo para o contexto materialista. O materialismo trata da realidade material, como elemento que determina o pensamento do indivíduo, as ideias e a vida, mostrando a existência material dos objetos e a relação deles com o homem, ou seja, as condições materiais de existência, segundo Araújo (1945).

O método dialético “na acepção moderna, entretanto, dialética, significa outra coisa: é o modo de pensarmos as contradições da realidade, o modo de compreendermos a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação” (KONDER, 2004, p.7). Dessa forma, o caminho de uma pesquisa que adota esse método deve permanecer focado nas questões materiais, nas relações do homem com o objeto, na construção da consciência humana ao longo de sua existência, percebendo os fatos ao seu redor por meio de uma análise histórica, questionadora e materialista.

A dialética materialista é baseada nos pensamentos de Karl Marx e Frederich Engels. Ambos superaram o pensamento idealista de Hegel para uma abordagem materialista e estabeleceram na dialética quatro leis básicas. A primeira se refere à “mudança dialética”, já que tudo se transforma; a segunda, sobre a “ação recíproca”, do “encadeamento dos processos”, em que tudo se relaciona; a terceira, da “contradição”, da interpenetração dos contrários; e a quarta, relativa ao “salto qualitativo”, quando ocorre a transformação da quantidade em qualidade, quando as mudanças quantitativas dão origem às mudanças qualitativas bruscas, que revolucionam e transformam o indivíduo. As leis mostram que nada permanece como é, tudo está em eterno movimento; tudo está em condições de se transformar e de se desenvolver; e todo esse contexto ocorre porque está baseado em um encadeamento de processos, por meio de um movimento que gera contradições, e delas advém as mudanças, o estado de eterna mudança dialética.

A dialética marxista propõe o conceito de “totalidade”, afirmando que:

Para a dialética marxista, o conhecimento é totalizante e a atividade humana, em geral, é um processo de totalização, que nunca alcança uma etapa definitiva e acabada (KONDER, 2004, p. 36).

Dessa forma, percebe-se que qualquer objeto/sujeito com que o homem se relacione faz parte do todo, que constitui o conjunto social, no qual este indivíduo habita de forma cíclica, em um eterno devir, em um ambiente de mudanças e novas transformações sociais. Segundo Konder, a totalidade é uma “estrutura significativa”:

A síntese é a visão do conjunto que permite ao homem descobrir a estrutura significativa da realidade com que se defronta, numa situação dada. E é essa estrutura significativa- que a visão de conjunto proporciona - que é chamada de totalidade (KONDER, 2004, p. 37).

A abordagem dialética materialista, desenvolvida pelas ideias de Marx e Engels, traz essa visão totalizante dos fatos, onde deve-se analisar as situações pela soma das partes que constituem o fato; por exemplo, não se pode analisar uma temática partindo de uma verdade “absoluta”, de um contexto estático, imutável e separado dos fatores históricos, políticos, sociais e econômicos que influenciam a sociedade e, conseqüentemente, a temática analisada. Na abordagem dialética materialista é necessário se perceber o todo e questionar todas as ações e variáveis que estão ao redor da questão analisada, para então compreender como a cena social foi composta.

A “totalidade tem sua maneira diferente de mudar; as condições da mudança variam, dependendo do caráter da totalidade e do processo específico do qual ela é um momento” (KONDER, 2004, p. 37). Essa afirmação do autor confirma a importância da análise da totalidade dialética em relação com a história social vivida no momento que está sendo feita a observação e o questionamento sobre determinado assunto. Caso essa análise seja feita de forma isolada das questões políticas, econômicas e sociais, surge uma lacuna na interpretação do sujeito, pois segundo esse método de abordagem, para exercer uma análise adequada sobre qualquer tipo de assunto é necessário que o indivíduo relacione os fatos aos aspectos sociais e históricos que o cercam.

A partir do momento em que se analisam vários pontos de vista, pode-se criar uma percepção mais crítica, sem partir de verdades absolutas, uma visão de transformação contínua e de mudança cíclica diante das alterações sociais ocorridas.

O contexto dialético abordado por Goldmann (1979) diz que

O pensamento dialético afirma, em compensação, que nunca há pontos de partida absolutamente certos, nem problemas definitivamente resolvidos; afirma que o pensamento nunca avança em linha reta, pois toda a verdade parcial só assume sua verdadeira significação por seu lugar no conjunto da mesma forma que o conjunto só pode ser conhecido pelo progresso no conhecimento das verdades parciais (GOLDMANN, 1979, p. 5 - 6).

Dessa forma, a visão de mundo, ao se estudar determinado assunto, deve ser baseada na construção da linha histórica dessa temática, saindo do campo das certezas e verdades absolutas e indo ao encontro de um discurso mutável e em constante desenvolvimento.

Segundo Foucault (1996), o discurso dito verdadeiro é ligado diretamente ao exercício do poder. Para tal, nesse contexto do método dialético materialista não se deve ter como base aquilo que seja absoluto e incontestável, pois se levarmos em conta a abordagem de Foucault (1996), vê-se que permear por essa seara nos levaria ao viés do discurso do poder, do controle, e não é essa a questão da pesquisa.

A proposta aqui é de relatar os fatos históricos que compõem a sociedade, a forma como a política, a economia e o social em si são estabelecidos e como dentro desse contexto pode-se falar de inclusão e acessibilidade para pessoas com deficiência visual, por meio da informação audiodescritiva, e destacar, assim, o papel da CI nesse campo da audiodescrição.

Ao falar nesse âmbito da inclusão e acessibilidade sociais para pessoas com deficiência, pode-se voltar a Foucault (1996), que afirma a existência de sistemas que se baseiam em discursos movidos por princípios de exclusão, caracterizados pela interdição, separação e rejeição. A interdição se refere às “palavras proibidas”, assuntos que fogem dos “padrões” sociais; a separação traz a segregação de pessoas por serem diferentes, como a questão da loucura, por exemplo, e, ainda indo além, pode-se incluir nesse contexto as pessoas com deficiência visual ou com outros tipos de deficiências físicas e intelectuais; e ocorre também a rejeição sobre a vontade de verdade, caracterizado por indivíduos que se baseiam apenas no discurso superficial; no entanto, para atingir a consciência informacional¹⁰ é preciso buscar perceber os fatos de forma crítica, analisando a situação a partir de seu discernimento,

¹⁰ O conceito de consciência informacional, elaborado por Silva (2002), se refere a seguinte análise: “[...] a) a informação é um processo; b) esse processo permite uma expansão da consciência; c) essa expansão não remete, aqui, a uma consciência política, estética, de classe, religiosa, ecológica, mas a uma consciência que se poderia talvez chamar de informacional, ou seja, uma consciência da possibilidade do conhecimento e da ação informada” (SILVA, 2012, p. 44). Ainda segundo o autor, sobre a expansão da consciência: “[...] ao fruir as imagens através de interfaces mais adequadamente elaboradas, sobre indivíduo fruidor acessa e ‘absorve’ o conteúdo informacional não apenas como elemento redutor de incerteza, mas como quem se insere numa dimensão onde pode ocorrer um processo capaz de expandir a consciência da possibilidade de conhecer e agir num contexto social. É a mudança do olhar, é esse novo olhar, que possibilita a ampliação da consciência” (SILVA, 2002, p. 81).

correlacionando a situação aos aspectos históricos, sociais, econômicos, culturais e políticos que cercam o fato, e não apenas pelo que o discurso do poder dita.

Diante desse contexto social, pode-se também abordar Bourdieu (2012), que afirma a existência de um poder simbólico nesses discursos sociais, utilizado como instrumento de dominação. Por isso, a importância em analisar a história, os aspectos políticos, econômicos e sociais dos fatos, antes de se estabelecer um conhecimento científico sobre determinada situação, como propõe o método dialético materialista, indo-se além do que está presente nos discursos sociais, e sim buscar criar uma percepção sobre determinado assunto através dessa abordagem mais detalhada sobre os fatos, entendendo o conjunto de ações sociais ocorridas.

A partir desses fatores citados, toda a análise feita na pesquisa foi baseada na concepção dialética materialista envolvendo as percepções econômicas, sociais e políticas do momento histórico onde os fatos estão acontecendo, para então construir o discurso sobre a temática em questão, a informação audiodescritiva.

4.4 TÉCNICAS

A seguir, comentamos as técnicas adotadas para a coleta de dados nessa pesquisa, tendo como base os fundamentos propostos por Goldenberg (1997), Marconi e Lakatos (2003) e Barbeta (2005).

4.4.1 Instrumentos de Coleta de Dados

A escolha da análise da informação audiodescritiva no âmbito dos grupos e núcleos de pesquisa das Universidades Federais e Estaduais, partiu do interesse pelo trabalho realizado na Associação Baiana de Cegos, citada anteriormente no capítulo dois. As atividades culturais desenvolvidas pela instituição, e o seu foco em promover a acessibilidade e a inclusão sociais, têm um importante papel na sociedade e, principalmente, no segmento de políticas de acesso, tema tão discutido pelos atores sociais (governo, empresas privadas e Universidades Federais e Estaduais), mas ainda pouco significativo em termos de ações práticas, no que se refere ao uso da informação audiodescritiva nesse contexto. Logo, através da pesquisa, será possível aumentar as “vozes” que debatem e analisam esse assunto, focando a discussão na análise dos grupos e núcleos de pesquisa das Universidades Federais e Estaduais que estudam e desenvolvem a informação audiodescritiva no país.

Como ponto de partida, foram realizadas visitas a cenas culturais. O espetáculo no Teatro Vila Velha, é um exemplo, no qual foram feitos contatos prévios via *e-mail* com os participantes

e dirigentes dessas cenas culturais, para que a experiência com o recurso da audiodescrição acontecesse da melhor forma. Neste caso em específico, do Teatro Vila Velha, referimo-nos a um projeto do diretor teatral Márcio Meireles, chamado de Projeto Matéi, em que todas as peças são realizadas com o auxílio do recurso da informação audiodescritiva, atentando para a inclusão e a acessibilidade sociais em suas ações.

A pesquisadora, então, entrou em contato com Márcio Meireles, para entender mais sobre o projeto. O mesmo apresentou a pesquisadora à responsável pelo recurso da audiodescrição no projeto Matéi, a mestra em Educação, pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Iracema Virallonga (pessoa com deficiência visual), que participava da formação dos audiodescritores para os espetáculos dirigidos no Teatro Vila Velha, além de atuar como atriz em diversas peças. Ela, cordialmente e muito solícita, contactou a pesquisadora posteriormente, que foi assistir ao espetáculo, no dia 29 de agosto de 2015, no Teatro Vila Velha. Iracema estava lá para receber a pesquisadora.

Essa experiência foi bastante enriquecedora para o desenvolvimento da pesquisa. Iracema apresentou o Projeto Matéi e explicou como são formados os audiodescritores para atuarem nas peças. Durante o espetáculo foi utilizado pela pesquisadora o recurso tecnológico da audiodescrição (um aparelho pequeno, que possui um botão para regular o volume e outro de liga e desliga, junto com um fone), para que pudesse viver essa experiência e entender de forma mais próxima como funciona este processo, aliando assim, a teoria com a prática. A pesquisadora entrou alguns minutos antes da peça iniciar, juntamente com Iracema, para que se pudesse ouvir o início da audiodescrição, que explica a pessoa com deficiência visual a disposição do cenário, o figurino dos atores e todo o espaço ao redor; assim, foi possível compreender melhor a importância deste recurso em uma cena cultural.

Passado aquele momento, é liberada a entrada do público vidente e então a peça começa. Para quem não está usando o recurso da audiodescrição a peça segue normalmente; apenas quem usa o recurso escuta a descrição dos movimentos dos atores, da cena em si, quando ocorre uma lacuna entre o som e a imagem. Nesse momento, na ausência do som, onde há apenas uma imagem a ser contemplada pelo público, o audiodescritor descreve a cena para a pessoa com deficiência visual, tentando narrar fielmente e sem julgamentos o que está acontecendo naquela cena cultural.

Outra técnica utilizada foi o contato com pesquisadores videntes e com deficiência visual, atuantes na carreira acadêmica desenvolvendo o tema em questão. Essa ação foi bastante

enriquecedora para a pesquisadora, pois a mesma teve acesso a um amplo material sobre a temática analisada: audiodescrição¹¹.

Diante dessas observações, a pesquisa se desenvolveu a partir de um levantamento bibliográfico, e na aplicação de questionários *online*, como instrumento de coleta de dados, aos elementos que compõem a amostra da pesquisa (líderes e membros dos grupos e núcleos de pesquisa das universidades Federais e de uma Estadual), que neste caso é delineada por uma amostragem não-aleatória por julgamento.

A técnica de levantamento de dados por meio da pesquisa bibliográfica é vital para o desenvolvimento e embasamento de qualquer pesquisa científica. Nessa etapa o pesquisador consegue encontrar os autores que irão proporcionar o diálogo do tema com a área de atuação na pesquisa e com a própria temática, embasando assim a fundamentação teórica e a revisão da literatura para o desenvolvimento do trabalho.

A escolha da amostragem não-aleatória por julgamento se deu porque, como já foi explicitado no tópico do universo da pesquisa, a temática da informação audiodescritiva está mais representada, de forma ativa, nas quatro universidades escolhidas. A amostragem é um processo que permite realizar uma inferência estatística dando possibilidade ao pesquisador elaborar uma análise que o leva ao conhecimento sobre parâmetros da população em questão, proporcionando uma estimativa como resultados. Segundo Barbeta (2005, p. 43), esse processo de amostragem sofre influência dos fatores econômicos, do tempo, da confiabilidade dos dados e da operacionalidade.

A unidade de amostragem definida nessa pesquisa deu-se principalmente por questões econômicas e de tempo, pois como já foi abordado nesse capítulo não foi possível investir em viagens para os três estados onde estão situadas as universidades pesquisadas. Apenas o grupo de pesquisa da UFBA poderia ser pesquisado *in locus*, devido a pesquisa ser realizada em Salvador. A confiabilidade dos dados e a operacionalidade também foram consideradas como questões cruciais para escolher como unidade de amostragem as universidades e seus respectivos grupos citados anteriormente.

E “Os elementos escolhidos são aqueles julgados como típicos da população que se deseja estudar [...]” (BARBETA, 2005, p. 56). Dessa forma, os grupos e núcleos de pesquisa escolhidos nesse estudo foram julgados pela importância e relevância no campo da audiodescrição, dos seus membros e das atividades produzidas pelo grupo/núcleo como um todo.

¹¹ A professora Margareth de Oliveira Olegário, foi um dos exemplos positivos desses contatos, pois a mesma respondeu a solicitação da pesquisadora de forma bastante atenciosa, encaminhando diversos textos para leitura e se colocando à disposição para ajudar na pesquisa, sempre que necessário.

Foi escolhida a técnica de questionário porque, segundo Marconi e Lakatos (2003), o pesquisador não precisa estar presente, já que nessa pesquisa não se teria condições de realizar o investimento financeiro para visitar as unidades de estudo de campo escolhidas, e nem tempo hábil para isso.

Esse instrumento de coleta se enquadra na observação direta extensiva, onde o pesquisador não está presente durante a resposta do questionário. Segundo Marconi e Lakatos (2003), essa técnica, como todas as outras, apresenta vantagens e desvantagens em sua aplicação. As vantagens, segundo as autoras, é que economiza tempo, investimento financeiro, consegue atingir uma amostra mais ampla e de forma simultânea, com maior liberdade nas respostas por manter o anonimato dos pesquisados. Além de ser uma ferramenta que consegue respostas mais rápidas e mais precisas, com menos risco de distorção das respostas devido à distância do pesquisador na aplicação da técnica, dentre outros.

As desvantagens apresentadas pela técnica, segundo as autoras supracitadas, são a percentagem de retorno das respostas, que nem sempre é satisfatória e suficiente para a pesquisa, devido ao grande número de perguntas sem respostas; exige um universo mais homogêneo; caso haja demora na devolução dos questionários a pesquisa poderá ser prejudicada; e o pesquisador não tem a possibilidade de auxiliar o respondente em questões mal compreendidas¹².

O processo de elaboração do questionário, segundo Marconi e Lakatos (2003), é um momento que requer do pesquisador muita precisão e eficácia na sua estrutura para que possa promover a validação do mesmo e o sucesso da pesquisa. Pois, como o pesquisador não estará presente, é necessário que as perguntas sejam claras, bem formuladas e com uma ordem plausível de entendimento por parte do respondente, e se possível separadas por temáticas para que não causem confusão no momento da resposta dos pesquisados.

Todos os questionários iniciaram com uma mensagem explicando o motivo da pesquisa, o tempo médio para a conclusão das respostas ao questionário e garantido o anonimato dos pesquisados. Foram elaborados também Termos de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), para que os envolvidos na pesquisa ficassem cientes da sua participação e até onde iam seus direitos e deveres para com a pesquisa (vide modelo no Anexo 1). Apesar da pesquisa não

¹² Diante dessas vantagens e desvantagens foi feita uma análise e verificou-se que a aplicação do questionário *online* como instrumento de coleta de dados seria a melhor opção para o desenvolvimento dessa pesquisa, diante do quadro apresentado anteriormente, da relação do pesquisador com seu campo de estudo escolhido. Foram elaborados três tipos de questionários *online*, na plataforma *SurveyMonkey*, baseada no sistema de nuvens para o desenvolvimento de instrumentos de pesquisas *online*, adequados aos públicos que seriam pesquisados. A pesquisa conseguiu utilizar essa plataforma devido à participação de sua autora como membro do Grupo de Estudos sobre Cultura, Representação e Informação Digitais (CRIDI - UFBA), já que o grupo paga anualmente um valor para obter acesso a essa ferramenta *online*, na versão “*Gold*”, mais completa do que a versão gratuita.

envolver questões éticas e nem perguntas íntimas que pudessem expor os pesquisados, achou-se válido implementar esse termo para manter a seriedade e a transparência da pesquisa com os participantes.

Como o TCLE foi enviado via *e-mail*, devido aos participantes em sua maioria estarem em outro estado, não foi possível obter uma assinatura e sim o preenchimento do termo de forma digital, certificando que todos os pesquisados estavam cientes da pesquisa. Inclusive no momento de teste esse termo foi enviado também aos pesquisados dessa etapa.

Um dos questionários foi nomeado “Audiodescrição para membros dos grupos/núcleos de pesquisa 2016 - oficial”, o outro, “Audiodescrição para líderes 2016 - oficial” e o terceiro chamado de “Audiodescrição” (vide modelos no Apêndice 1, 2 e 3). O primeiro teve o foco das perguntas direcionado para os participantes desses grupos e núcleos, pesquisadores graduados, graduandos, mestres, mestrandos, doutores ou doutorandos, em áreas diversas, que faziam parte dos grupos e núcleos como membros, contendo trinta e três perguntas e duas páginas (a primeira com a apresentação da pesquisa e a segunda com as questões). O segundo foi direcionado para a percepção dos gestores, líderes e coordenadores dos grupos e núcleos de pesquisa, contendo trinta perguntas e duas páginas (a primeira com a apresentação da pesquisa e a segunda com as questões).

O terceiro questionário foi realizado para ser respondido apenas por um pesquisado, devido a sua relevância no contexto da audiodescrição no estado de Pernambuco, que o torna referência sobre o tema em todo o país. Por ele não fazer mais parte do núcleo de pesquisa escolhido nessa pesquisa (UFPE-NACE), foi, então, elaborado um questionário exclusivo para que esse pesquisado contribuísse com a pesquisa, devido a sua representatividade enquanto atuava como líder do grupo de pesquisa GEPTRA (grupo formado antes da existência do núcleo NACE), e na universidade como um todo. Esse questionário teve vinte e sete perguntas e quatro páginas (a primeira com a apresentação da pesquisa e as três próximas páginas com as questões).

Apesar da importância da participação desse pesquisado, o mesmo não faz parte da amostra da pesquisa que é caracterizada pelos membros e líderes/vice-líderes dos grupos e núcleos de pesquisa das universidades federais e estaduais que trabalham com audiodescrição, já citadas anteriormente. A contribuição do pesquisado, devido a sua relevância nessa temática da audiodescrição é muito importante para a pesquisa, que está analisando em sua amostra a UFPE-NACE, já que foi esse pesquisado que iniciou os estudos sobre audiodescrição na universidade, como foi explicado no parágrafo anterior, por isso constatou-se como relevante a sua participação nesse contexto.

Os testes do instrumento de coleta de dados foram realizados nos meses de fevereiro, março e abril de 2016 com três pessoas que conhecem, pesquisam e trabalham com o recurso da audiodescrição, para que pudessem avaliar o conteúdo das perguntas, a clareza, objetividade das mesmas. E trazer contribuições sobre a ordem sequencial das perguntas, a inclusão ou exclusão de alguns questionamentos ou possíveis dúvidas.

O pré-teste, como afirmam Marconi e Lakatos (2003, p. 203), deve considerar que:

A análise dos dados, após a tabulação, evidenciará possíveis falhas existentes: inconsistência ou complexidade das questões; ambiguidade ou linguagem inacessível; perguntas supérfluas ou que causam embaraço ao informante; se as questões obedecem a determinada ordem ou se são muito numerosas etc.

Esse momento de pré-teste é muito importante para a pesquisa, pois essa etapa auxilia a aplicação do instrumento de coleta de dados definitivo de forma mais assertiva, minimizando os erros e as dificuldades de seus pesquisados. Para aplicar o pré-teste deve-se eleger alguns elementos da pesquisa em uma pequena população escolhida, de acordo com a relação destes com o seu tema, como afirmam Marconi e Lakatos (2003, p. 203).

Os pesquisados escolhidos para essa fase foram apenas três pessoas, porque o quórum da pesquisa é pequeno e preferiu-se não incomodar duas vezes os pesquisados para fazerem os testes e depois responderem novamente o questionário oficial. Já que o tema da informação audiodescritiva é ainda pouco representativo no país, seus conhecedores são na maioria pesquisadores e acadêmicos que já estão escolhidos no corpo dessa pesquisa de campo, por isso preferiu-se fazer dessa forma.

Foi necessário investir três meses nessa fase, pois a pesquisa teve que se adequar ao tempo de resposta dos pesquisados, diante de suas rotinas e também da dificuldade, encontrada pelas pessoas com deficiência visual que responderam essa fase, em utilizar a ferramenta *online* por causa dos seus *softwares* de leitura. Diante dessa dificuldade apresentada por dois pesquisados, foram enviadas via *e-mail* as questões contidas no questionário *online* para sanar o problema que ocorria durante o preenchimento da ferramenta no *SurveyMonkey*, devido a possível incompatibilidade do *software* de leitura e a plataforma utilizada na construção do questionário.

A autora da pesquisa, entrou em contato com os desenvolvedores do *SurveyMonkey*, já que seu público de respondentes pode envolver pessoas com deficiência visual e a aplicação do questionário oficial poderia apresentar esse mesmo problema. Logo, foi sinalizado para a plataforma essa questão e a resposta recebida foi que existe compatibilidade da plataforma com *softwares* leitores de tela. Permaneceu, assim, uma lacuna, nesse caso específico, na fase dos

testes das pessoas com deficiência que se propuseram a participar dessa etapa da pesquisa, já que o pesquisador não estava presente no momento da aplicação do instrumento de coleta de dados e foi informado pela plataforma que havia compatibilidade com leitores de tela.

O TCLE foi enviado nessa etapa de teste para os três pesquisados, porém apenas uma pessoa reenviou o termo preenchido. Como está ocorrendo a distância por muitos pesquisados não estarem próximos ao pesquisador, não é possível levar o termo impresso pessoalmente ao respondente para obter a resposta, apenas depender da colaboração do mesmo em enviar por *e-mail* o termo preenchido, obtendo apenas um retorno do nessa fase. Assim, depois da análise dos testes, foram feitas as modificações diante das sugestões dos pesquisados e o questionário foi aplicado oficialmente para 46 (quarenta e seis) respondentes (45 respondentes que compõem a amostra e um único respondente que não faz parte da amostra, pois ele teve um questionário específico, aplicado separadamente, que não foi contabilizado na amostra, mas sua participação na pesquisa foi requerida devido a sua relevância na temática, conforme foi explicado anteriormente).

No entanto, em 14 de julho de 2016, depois de quatro meses da pesquisa em andamento, uma das universidades pesquisadas, a UFMG - NET, desistiu de participar da pesquisa, porque iria passar por uma reformulação no núcleo de pesquisa, retirando assim 12 (doze) participantes da pesquisa (10 membros e um líder e um vice-líder). Diante dessa situação, a pesquisadora manteve apenas as outras três universidades como universo analisado, já que não tinha mais tempo hábil de iniciar um novo contato com uma nova universidade, obter aceitação e iniciar a aplicação de questionários, já que tinha como prazo finalizar a coleta desses dados em 28 de setembro de 2016. No capítulo cinco será explicado detalhadamente a redução da amostra devido a essa situação.

Essa etapa de teste deve ser finalizada com a análise de três princípios do questionário, segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 203): fidedignidade, “qualquer pessoa que o aplique obterá sempre os mesmos resultados”; validade, “os dados recolhidos são necessários à pesquisa”; e operatividade, “vocabulário acessível e significado claro”, para então dar continuidade à fase de aplicação oficial dessa técnica.

O primeiro contato com os grupos e núcleos de pesquisa se deu por meio de um *e-mail* para os líderes correspondentes a cada um dos grupos escolhidos, com uma breve explicação do que era a pesquisa e do que se pretendia fazer como técnicas de pesquisa. Anexo a esse *e-mail* foi enviado uma carta de apresentação, na qual foram ampliadas as características da pesquisa, além do que já continha no corpo do *e-mail* (vide modelo no Anexo 2). Após o envio foi esperado o retorno das universidades dando a confirmação da sua participação na pesquisa e, em seguida,

foram solicitados os contatos de *e-mail* dos líderes, vice-líderes e dos membros dos grupos e núcleos de pesquisa, para que então fossem aplicados os questionários oficiais. Essa etapa se iniciou em fevereiro de 2016 e foi finalizada em março de 2016.

Em maio de 2016, já com todos os contatos dos grupos e núcleos de pesquisa, foi iniciada a coleta de dados. Foram aplicados os questionários *online* oficiais, por *e-mail* (nos meses de maio a setembro de 2016), contendo uma mensagem de esclarecimento sobre a pesquisa e seus objetivos, abordando a importância da participação dessas pessoas neste processo, o *link* de acesso ao questionário *online* na plataforma *Survey Monkey Gold* e, em anexo, o TCLE, para ser preenchido pelo respondente e enviado para a pesquisadora.

O TCLE foi respondido por três pesquisados apenas (um na fase de teste e dois na fase oficial de aplicação da pesquisa), apesar de todos terem recebido, em anexo, no início da aplicação dos questionários, o arquivo com o termo. Como a pesquisa não relaciona questões éticas ou de cunho pessoal dos pesquisados, não foi cobrado o retorno desse termo, já que todos os envolvidos já estavam colaborando em responder o questionário. Logo, para não importunar os pesquisados, deixou-se livre esse retorno dos TCLE preenchidos.

4.5 PROCEDIMENTOS:

A pesquisa de campo apresentou algumas alterações, no decorrer das análises realizadas pela pesquisadora, diante da temática estudada. Devido a conversas com docentes que trabalham com a audiodescrição, surgiram mudanças na perspectiva inicial da pesquisa de campo. Inicialmente a proposta era comparar atividades culturais realizadas pela ABC, onde seriam criados dois contextos. Em um contexto haveria uma atividade com o recurso da audiodescrição e em outro momento a atividade seria realizada sem o recurso. Dessa forma, pretendia-se analisar e constatar a relevância do recurso para pessoas com deficiência visual em cenas culturais. Porém, em conversas com docentes especialistas em audiodescrição, percebeu-se que essa análise já havia sido feita por diversos outros pesquisadores da área de Letras, e tinha sido comprovado que atividades culturais com audiodescrição impulsionavam a inclusão e acessibilidade sociais desse público.

Nesse momento, o papel do pesquisador é colocado em prova, pois sabe-se que no mestrado ainda se pode abordar temas que já foram estudados, porém, não é válido passar mais dois anos, com auxílio de bolsa oferecida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoas do Nível Superior (CAPES), e continuar abordando situações já analisadas. É mais responsável por parte do pesquisador trazer uma perspectiva nova para o tema que decidiu estudar.

Devido a essa inquietação, o tema foi reformulado para o atual e o fenômeno a ser estudado resultou da substituição da ABC pelos grupos e núcleos de pesquisa das Universidades Federais e Estaduais já referidas, visando a analisar como os materiais audiodescritos são preservados e salvaguardados e assim promover o diálogo com as teorias, técnicas e práticas da CI nesta situação.

A pesquisa sendo do tipo exploratória, qualitativa e quantitativa, se baseou, conforme já apresentamos, no método de abordagem dialético materialista. A adoção desta abordagem metodológica permitiu construir reflexões e análises sobre a informação, seus conceitos, fundamentos e conteúdos nos âmbitos histórico, social e político, que são relevantes para promover a inclusão e a acessibilidade de pessoas com deficiência visual, por meio da informação audiodescritiva.

Com os dados coletados, foram feitos gráficos, que auxiliaram na análise dos métodos de procedimentos comparativo e estatístico, adotado na pesquisa, para perceber de que forma os grupos e núcleos de pesquisa estão preservando e salvaguardando os materiais audiodescritos. O método de procedimento comparativo, segundo Marconi e Lakatos (2003), foi desenvolvido por Tylor e é

Considerado que o estudo das semelhanças e diferenças entre diversos tipos de grupos, sociedades ou povos contribui para uma melhor compreensão do comportamento humano, este método realiza as comparações, com a finalidade de verificar similitudes e explicar divergências. O método comparativo é usado tanto para comparações de grupos no presente, no passado, ou entre os existentes e os do passado, quanto entre sociedades de iguais ou de diferentes estágios de desenvolvimento (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 107).

Esse procedimento “permite analisar o dado concreto, deduzindo do mesmo os elementos constantes, abstratos e gerais (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 107). Ainda segundo as autoras citadas, é um procedimento que se adéqua a pesquisas de tipos qualitativas e/ou quantitativas com objetivo de “apontar vínculos causais, entre os fatores presentes e ausentes” durante o momento da comparação (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 108).

Diante desse contexto, nos capítulos seguintes serão comparados os resultados dos grupos e núcleos de pesquisa no que se refere à preservação e à salvaguarda dos materiais audiodescritos, fazendo uma análise das similaridades de procedimentos adotados pelos grupos e núcleos e também pelas divergências desse processo, comparando-os no tempo presente e trazendo uma perspectiva de futuro, no que se refere à importância e ao reflexo dessas ações no que ainda está por vir da história da audiodescrição no país.

O método de procedimento estatístico, também utilizado na pesquisa, foi planejado por Quetelet, segundo Marconi e Lakatos (2003):

Os processos estatísticos permitem obter, de conjuntos complexos, representações simples e constatar se essas verificações simplificadas têm relações entre si. Assim, o método estatístico significa redução de fenômenos sociológicos, políticos, econômico etc. a termos quantitativos e a manipulação estatística, que permite comprovar as relações dos fenômenos entre si, e obter generalizações sobre sua natureza, ocorrência ou significado (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 108).

Esse procedimento tem como papel “[...] fornecer uma descrição quantitativa da sociedade, considerada como um todo organizado” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 109). É uma forma de descrição racional dos fatos, um método de procedimento que lida com a experimentação e a prova de determinada situação, por meio de uma análise precisa, como afirmam Marconi e Lakatos (2003).

A escolha do procedimento estatístico ocorreu para que, de forma quantificável, fosse possível medir e analisar os parâmetros das unidades de amostragens, sobre suas ações no contexto da informação audiodescritiva, e a percepção dessas no contexto da preservação e da salvaguarda da história da audiodescrição escrita por eles.

A pesquisadora analisou as respostas individualmente, fazendo constatações qualitativas e quantitativas, usando os gráficos obtidos pelas respostas da coleta de dados para sustentar suas observações sobre os pesquisados. Depois a pesquisadora elaborou uma consideração sobre os possíveis problemas de cada grupo/núcleo de pesquisa e os comparou para entender a totalidade das ações adotadas pelos pesquisados.

A união dessas etapas foi bastante relevante para a construção de uma ação metodológica coerente e de uma análise e discussão dos resultados mais segura e objetiva. Os tópicos deste capítulo, da forma como foram estruturados, permitiram clareza na atuação na pesquisa de campo, pois organizaram as ações a serem realizadas em cada momento da pesquisa, sem pular nenhuma etapa, trazendo para a pesquisa coesão nos dados coletados e em suas análises.

A partir desse caminho, desta metodologia, estruturada nas subseções acima, foi possível executar a pesquisa de campo e analisar a hipótese proposta pela pesquisa, perceber se o problema é passível de solução e se os objetivos são coerentes com a realidade encontrada no diálogo com o pesquisado a partir da técnica escolhida.

Essas observações, conversas com profissionais da área do tema, trocas de *e-mail* e participação em cenas culturais, citadas anteriormente, foram de vital relevância para o início do processo da pesquisa, pois assim o discurso ficou coerente com a prática do tema, sem tantas lacunas entre a teoria descrita e a ação propriamente dita. As técnicas utilizadas e os procedimentos descritos continuaram no propósito de aproximar ao máximo o pesquisador dos pesquisados e da temática que envolve a pesquisa.

Diante dessas etapas, no próximo capítulo será descrito com mais detalhe como foram analisados esses dados obtidos pelas técnicas e desenvolvidos pelos métodos de procedimento dessa pesquisa, abordando o desenvolvimento da pesquisa e aliando as teorias aqui citadas com os contextos empíricos percebidos no estudo de campo.

5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS RELATIVOS ÀS TÉCNICAS E PROCEDIMENTOS ADOTADOS

Este capítulo retrata os resultados das técnicas e procedimentos adotados na pesquisa de campo, na qual foi analisado o comportamento dos grupos e núcleos de pesquisa das Universidades Federais e Estaduais, no que se refere às ações de preservação e as políticas de salvaguarda dos materiais audiodescritos. As técnicas utilizadas e a justificativa dessas escolhas para a pesquisa em questão também são abordadas neste capítulo, que descreve detalhadamente como ocorreu este processo empírico, as dificuldades encontradas durante a aplicação das técnicas e as atitudes da pesquisadora diante destas situações adversas, que não estavam presentes no momento da construção da metodologia da pesquisa, destacando, assim, a importância destes fatos no desenvolvimento de um trabalho acadêmico. Também serão descritos e justificados os procedimentos utilizados para analisar os dados coletados durante a aplicação das técnicas, com o objetivo de organizar e compreender os resultados obtidos na pesquisa de campo.

5.1 APRESENTAÇÃO DOS DADOS/INFORMAÇÕES DO QUESTIONÁRIO ONLINE

Diante do contexto do processo da informação abordado nos capítulos anteriores, a amostragem analisada na pesquisa advém do universo das Universidades Federais e Estaduais que possuem grupos e núcleos de pesquisa que trabalham ativamente com a audiodescrição, cujos líderes e membros fizeram parte da coleta de dados como respondentes. Uma das técnicas utilizadas foi a aplicação de três modelos de questionários *online*, conforme explicitado no capítulo 4. Como procedimentos foram realizadas análises estatísticas e comparativas a partir dos dados coletados, observando as questões subjetivas e objetivas que o questionário ofereceu.

A amostra não-aleatória por julgamento foi escolhida pela dificuldade em se obter uma lista completa dos elementos da população, ficando impossível para a pesquisadora, nessa pesquisa de mestrado, apresentar o tamanho da população (todos os grupos e núcleos de pesquisa das Universidades Federais e Estaduais que trabalham com audiodescrição no Brasil). Devido a essa questão, optou-se por analisar grupos e núcleos de pesquisa com maior representatividade no campo da audiodescrição, conforme foi salientado no capítulo 4.

A amostra inicial da pesquisa compreendeu quatro grupos de pesquisa, os quais somavam 45 (quarenta e cinco) pesquisados, por ser esta a quantidade de pessoas que participavam dos grupos e núcleos de pesquisa que seriam analisados, selecionados na

amostragem não-aleatória por julgamento para participarem da coleta de dados da pesquisa (UFBA, UFMG, UFPE, UECE). Os 45 selecionados inicialmente para a amostra estavam divididos da seguinte forma: a) UFBA-TRAMAD: sete membros, um líder e um vice-líder; b) UFMG-NET: 10 (dez) membros, um líder e um vice-líder; c) UECE-LEAD: 18 (dezoito) membros, um líder e um vice-líder; d) UFPE-NACE: dois membros, um líder e um vice-líder. No entanto, como veremos detalhadamente a seguir, a amostra se viu reduzida, ao final, a apenas 28 pesquisados.

Vimos anteriormente que os 12 (doze) colaboradores inicialmente contatados na UFMG-NET tiveram de interromper a colaboração em nossa pesquisa, por motivos administrativos internos ao núcleo.

Na UFBA-TRAMAD também houve redução na participação: dos nove colaboradores inicialmente contatados (sete membros, um líder e um vice-líder), oito responderam nosso instrumento de coleta de dados, correspondendo a 88,9% da estimativa de colaboradores provenientes da UFBA, que por sua vez correspondem a 28,6% da amostra total que congrega todos os membros e líderes/vice-líderes.

Na UECE-LEAD também houve redução na colaboração: dos 20 (vinte) membros/líderes/vice-líderes inicialmente estimados como potenciais respondentes do questionário, 18 (dezoito) efetivamente o responderam, correspondendo a 90% da estimativa inicial de participação de colaboradores da UECE, correspondendo, assim, a 64,3% da amostra total.

Na UFPE-NACE também houve redução nas possibilidades de colaboração: dos dois membros, obtivemos apenas uma resposta, como também aconteceu com relação aos dois líderes, em que apenas um deles foi pesquisado. Assim, apenas 50% dos colaboradores iniciais da UFPE responderam o questionário, correspondendo, por sua vez, a 7,1% da amostra total.

Ou seja, dos 45 elementos iniciais que estimávamos compor a amostra não-aleatória por julgamento, tivemos uma redução para 28 (vinte e oito) pesquisados, sendo que 23 (vinte e três, ou 82,2%) são membros dos grupos/núcleos de pesquisa e cinco (17,8%) são líderes/vice-líderes destes grupos/núcleos. Todos responderam os questionários *online* aplicados no período de maio a setembro de 2016.

No início da aplicação dos questionários, criados pela pesquisadora no ambiente *Survey Monkey Gold* (SMG), com quatro páginas, houve uma dificuldade: o retorno de três respostas incompletas, devido ao fato de os pesquisados não prosseguirem clicando no “botão” online de mudança de página, assim ocorrendo em dois retornos da UFBA-TRAMAD (referentes ao questionário de membros) e um da UFPE-NACE (referente ao questionário de líderes e vice-

líderes). Entendiam que haviam acabado as perguntas e encerravam o questionário. Devido a essa situação foi alterado o modelo de quatro páginas para apenas duas, numa constando a apresentação da pesquisa e na outra todas as questões reunidas. Para efetuar essa mudança foi enviado um *e-mail* de esclarecimentos a todos os pesquisados, solicitando que aqueles que haviam respondido de forma incompleta retornassem ao ambiente e fizessem novamente o questionário.

A segunda situação ocorrida, foi a de uma pesquisada que havia participado da fase de teste, e que depois participou novamente na fase oficial da aplicação dos questionários, mas que acabou se equivocando e respondendo mais uma vez o questionário de teste: ao invés de clicar no *link* novo enviado, clicou no *link* antigo, referente a sua participação na fase de teste. Embora se tratasse de membro de um grupo de pesquisa, a mesma respondeu um questionário direcionado para líderes e vice-líderes na fase de teste, apenas para auxiliar na efetivação da pesquisa, e como iria responder novamente como membro, na fase oficial, não seria repetitivo responder um mesmo questionário novamente. No entanto, a pesquisada clicou no *link* da versão de teste e a respondeu novamente. O mal-entendido foi salientado pela pesquisadora e rapidamente resolvido, com a pesquisada respondendo, então, corretamente o questionário da versão oficial.

A terceira situação corresponde à dificuldade de uma pesquisada, membro de um grupo de pesquisa, que apresentava dificuldades em preencher o questionário *online* na plataforma SMG; por isso, após trocas de *e-mails*, resolveu-se enviar-lhe o questionário também por *e-mail*, que respondeu e retornou suas respostas para a pesquisadora, que então preencheu todas as respostas com seu consentimento na plataforma *online*, já que a pesquisada tentou inúmeras vezes e não conseguiu. Como era um erro particular (apenas essa pesquisada informou esse impedimento), a solução vista pela pesquisadora para manter sua colaboração foi esta.

A quarta situação que ocorreu, refere-se a alguns pesquisados de um grupo de pesquisa que informaram à pesquisadora que tinham dificuldade em responder as questões 20, 21 e 32 do questionário direcionado para membros dos grupos e núcleos de pesquisa. A pesquisadora contactou a empresa responsável pela plataforma SMG para poder compreender e informar¹³ sobre a dificuldade do preenchimento das respostas; assim, tendo sido realizadas algumas

¹³ João Ricardo Chagas dos Santos, membro do grupo CRIDI, bolsista CNPq-ATNS1, auxiliou a pesquisadora nesse momento, para que fosse resolvida a questão, aconselhando-a entrar em contato com a SMG, por isso se expressa aqui agradecimentos ao mesmo.

alterações quantidade de caracteres definidos, entre outras funções técnicas, não houve mais reclamações por parte dos sujeitos envolvidos na pesquisa.

O questionário denominado “Audiodescrição”, foi direcionado e respondido por apenas um pesquisado, devido a sua relevância no contexto da audiodescrição no estado de Pernambuco, mesmo sem que estivesse sendo considerado na amostra, como foi explicitado no capítulo 4, e sem que enfrentasse problemas para preenchê-lo.

Após serem resolvidas essas inconsistências, a coleta seguiu de forma plena e foi finalizada em cinco meses, como será descrito a seguir.

Para analisar as respostas, a pesquisadora encerrou todos os questionários na plataforma SMG, exportou do ambiente de nuvem do SMG para o disco rígido de seu computador, em formato *PDF*, analisou as respostas e condensou as mais relevantes para construir este capítulo. A outra análise, estatística, que teve por base os dados obtidos a partir das respostas dos pesquisados, quantifica e deixa mais clara, coerente e coesa a análise subjetiva da pesquisa. Nesse ponto também foram trazidos para a compreensão do leitor os principais dados coletados dos respectivos questionários.

A seguir, iniciamos a análise da coleta de dados, com as respostas dos membros e depois dos líderes/vice-líderes. Como já foi dado ao leitor, estatisticamente, nos parágrafos anteriores, a noção geral da amostra, preferiu-se analisar as respostas separadamente, agora, mediante as categorias dos pesquisados (membros e líderes/vice-líderes), para que fique mais claro para o leitor o procedimento comparativo adotado nesta pesquisa, que analisa a postura de cada Universidade quanto as suas ações de preservação e políticas de salvaguarda dos materiais audiodescritos, mediante a postura dos membros e líderes/vice-líderes que compõem a amostra.

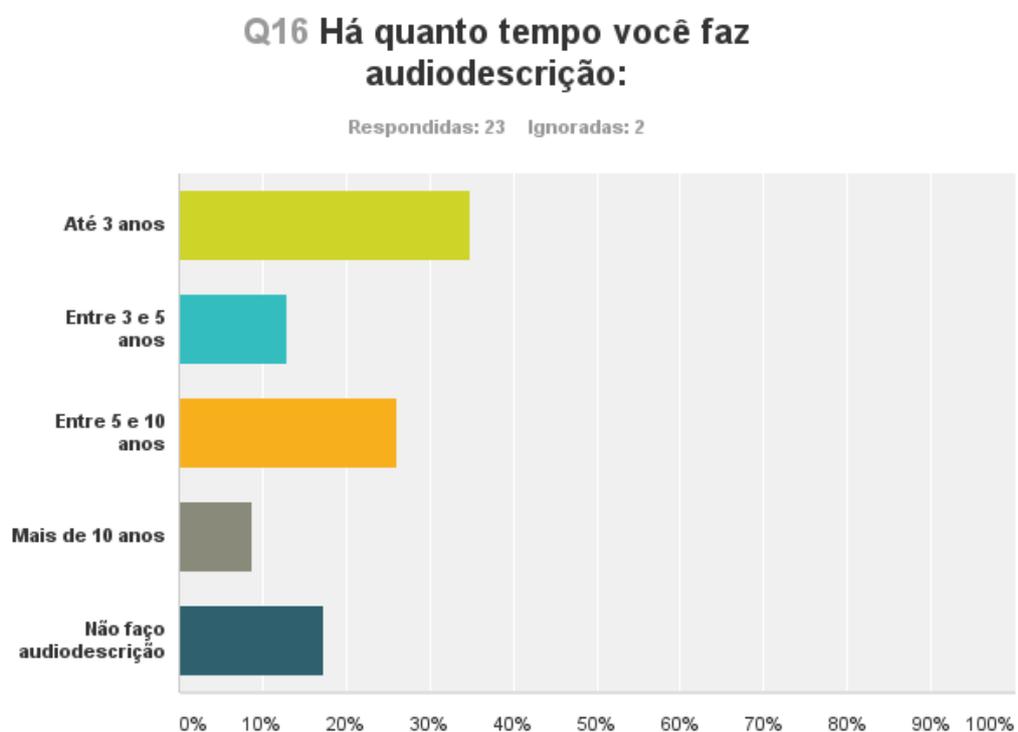
A apresentação desses dados será retratada nos próximos parágrafos, sendo que foram escolhidas apenas algumas questões, para serem expostas no corpo do texto, pois seria muito extenso trazer as 28 (vinte e oito) respostas com seus dados respectivos. Por isso, as questões a serem comentadas na próxima seção, visam a auxiliar na compreensão das teorias, técnicas e práticas CI dentro do contexto da informação audiodescritiva, especificamente nas ações de preservação e nas políticas de salvaguarda dos materiais audiodescritos produzidos pelos grupos e núcleos de pesquisa que fizeram parte da coleta de dados. No apêndice 4, seguem Figuras e Tabelas com todos os resultados obtidos nos questionários aplicados.

E no capítulo seguinte (capítulo 6) tais dados serão discutidos, além de realizar-se o procedimento comparativo entre as percepções e ações dos grupos e núcleos de pesquisa analisados. Complementarmente, segue também, abaixo, a análise da participação do único

pesquisado a quem foi destinado um questionário específico, mesmo sem fazer parte da amostra, pois constatou-se como relevante a sua participação na pesquisa.

5.2 DADOS COLETADOS RESULTANTES DO QUESTIONÁRIO: “AUDIODESCRIÇÃO PARA MEMBROS DOS GRUPOS/NÚCLEOS DE PESQUISA”

Figura 1



Fonte: a Autora

A informação se constitui a partir das formas culturais; logo, a experiência social do indivíduo auxilia-o no seu desenvolvimento como cidadão. Surge, então, através da informação, um quadro movido por relações que o ser humano estabelece com os objetos que o cercam; caso haja algo que impeça que esse processo informacional aconteça, o indivíduo tem sua construção informacional prejudicada.

A informação audiodescritiva promove no usuário a possibilidade de conhecer informações antes marginalizadas para ele, devido a sua deficiência. Através da tradução da imagem em som, que a audiodescrição propõe ao público com deficiência visual, essas pessoas conseguem compreender novas perspectivas no universo cultural, social e pedagógico que antes

não eram possíveis, e com isso adquirir conhecimento para poder abordar assuntos antes desconhecidos.

Ao participar de um evento pedagógico sobre determinado assunto, com o auxílio da informação audiodescritiva, por exemplo, esse público poderá adquirir conhecimento sobre determinado tema sobre o qual antes não conheciam, e assim poder usar o que foi aprendido no seu cotidiano em benefício próprio e/ou coletivo. Esse mesmo exemplo e percepção se encaixam em cenas culturais, como peças de teatro, espetáculos de dança, exposições em museus, dentre outras. Na figura 1, através do gráfico correspondente à questão 16 do instrumento de coleta de dados, pode-se perceber que a maioria dos pesquisados (85,71%) realiza a audiodescrição há mais de três anos e contribui com o processo de inclusão e acessibilidade social das pessoas com deficiência visual, por meio da sua atuação no grupo/núcleo de pesquisa de que faz parte, refletindo a importância da ação desses grupos no ambiente social.

Na questão sobre o contato dos pesquisados com um acervo audiovisual, 91,30% dos pesquisados afirmaram que já tiveram contato e 8,70% nunca tiveram esse contato. A percepção sobre um acervo audiovisual por 91,30% dos pesquisados pode auxiliar em uma breve compreensão de que sejam possíveis ações de preservação e políticas salvaguarda, pois a partir do momento que esse indivíduo teve contato com um espaço assim, pode surgir a curiosidade e a preocupação em manter seus arquivos preservados da maneira correta também. Apesar de ter havido, nas análises individuais dos membros, respostas de alguns deles indicando que ainda não haviam tido contato com um acervo, todos entendiam, no entanto, sua importância, notando-se que aqueles que já tinham tido contato com um acervo conseguiam falar melhor sobre estratégias de preservação.

Nessa situação pode-se retomar o contexto abordado nesta pesquisa, no que se refere à informação como um processo de ampliação da consciência do indivíduo (SILVA, 2002), pois o que se pode perceber é que a partir do momento em que o sujeito tem acesso à informação, inicia-se seu processo cognitivo, de formação da consciência, através do conhecimento que adquire; dessa forma, os audiodescritores que já tiveram acesso a um acervo e que, conseqüentemente, percebem com mais propriedade a construção do acervo do seu grupo, estão ampliando seus conhecimentos e aproximando-se cada vez mais das técnicas de preservação e do entendimento das políticas de salvaguarda; assim, podem estar mais abertos ao diálogo com o cientista da informação que vem para somar nesse contexto da audiodescrição.

A questão referente a compreensão da diferença entre os termos “preservação” e “salvaguarda”, demonstrou que 65,22% dos pesquisados afirmaram não perceber a diferença e

apenas 34,78% sim, logo é preciso auxiliar os 65,22% dos profissionais de audiodescrição que responderam não compreender a diferença entre os termos (preservação e salvaguarda), já que é compreensível essa dificuldade por parte desses profissionais, pois são advindos de outras áreas (Letras, Pedagogia e Comunicação), por isso não possuem a expertise em sua formação para lidar com essas temáticas que são presentes na CI. Assim, verifica-se a importância dos cientistas da informação, pois eles podem ajuda-los a trabalhar com seus acervos audiovisuais da melhor forma, e então colaborar nesse registro permanente dos materiais audiodescritos pelos profissionais audiodescritores.

O cientista da informação deve propor ações de preservação e políticas de salvaguarda para resguardar e permitir o acesso cada vez maior aos materiais audiodescritos para o público-alvo, auxiliando na construção da memória da informação audiodescritiva no Brasil. Segundo em Freire e Serafim (2012), a CI deve atentar-se para ações de responsabilidade social que embasam seu papel, indo além do registro e da recuperação da informação, reocupando-se também com o desenvolvimento crítico do sujeito e com a oportunidade deste ter acesso à informação independente de possuir alguma deficiência ou não.

Por isso a necessidade dos cientistas da informação no contexto da informação audiodescritiva como mais uma “voz”, promovendo a ampliação da visibilidade da informação audiodescritiva, trazendo para esse sujeito com deficiência visual a disseminação, transmissão e o registro da informação, por meio da inserção da audiodescrição em cenas sociais.

Na questão sobre se o grupo/núcleo de pesquisa adotava ações de preservação e políticas de salvaguarda dos materiais audiodescritos, os pesquisados responderam em sua maioria (91,30%) que os grupos e núcleos de pesquisa de que participam realizam essas ações e políticas, apenas 8,70% disseram que não. Esse retorno de 91,30%, apresenta um alerta e uma preocupação dos mesmos com esse processo, mesmo que ainda aconteça de forma incipiente, conforme foi relatado pelos pesquisados nas respostas individuais. Nesse contexto o cientista da informação iria atuar na formação desse indivíduo, contribuindo como mais uma voz no contexto da audiodescrição, por meio das teorias, práticas e técnicas da CI, auxiliando assim na visibilidade da informação audiodescritiva, pois com um registro, transmissão e disseminação adequados um maior número de pessoas com deficiência visual seria beneficiado com essa informação e poderia ter acesso a ambientes cada vez mais inclusivos.

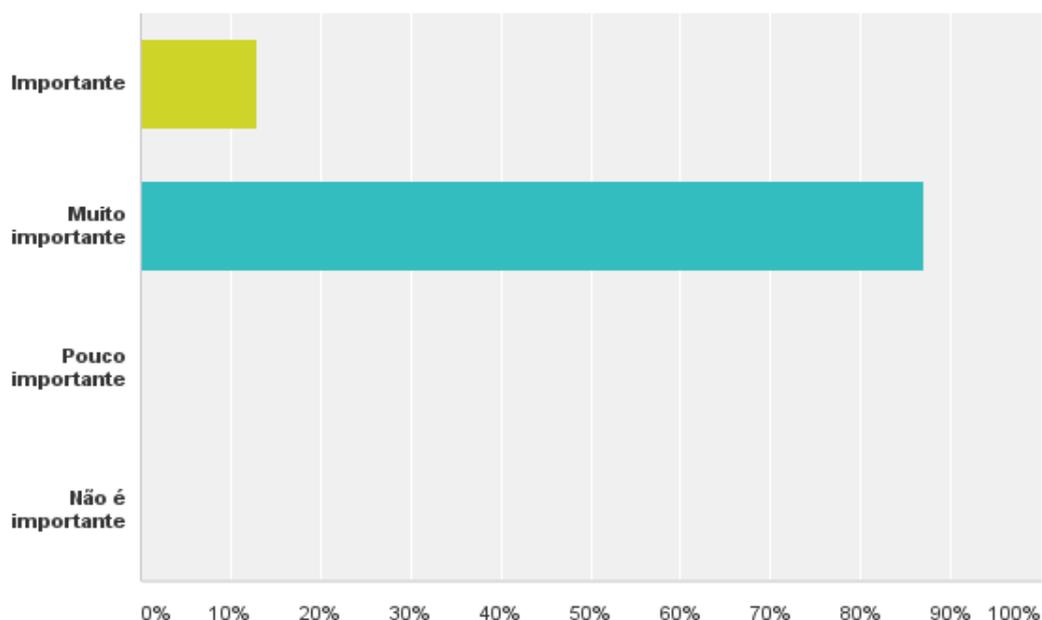
Quando questionados sobre a importância das ações de preservação e políticas de salvaguarda existem no âmbito dos materiais audiodescritos, em unanimidade os pesquisados responderam que entendem a importância dessas ações e políticas, o que demonstra uma ampla possibilidade de interlocução entre a área da CI com esses profissionais; no entanto, se

compreendem tal importância, ainda precisam das teorias, práticas e técnicas da CI para gerir seu acervo audiovisual de forma coerente. Segundo Tavares (2012), a memória depende das ações de preservação; assim, com relação aos membros dos grupos e núcleos de pesquisa que estão construindo a história da audiodescrição no Brasil, pode-se afirmar que a percepção da importância dos processos de preservação e salvaguarda, mesmo que não compreendam muito bem os termos é relevante para o desenvolvimento da memória da audiodescrição.

Figura 2

Q21 Qual a importância, em sua opinião, da preservação dos materiais audiodescritos. Por que?

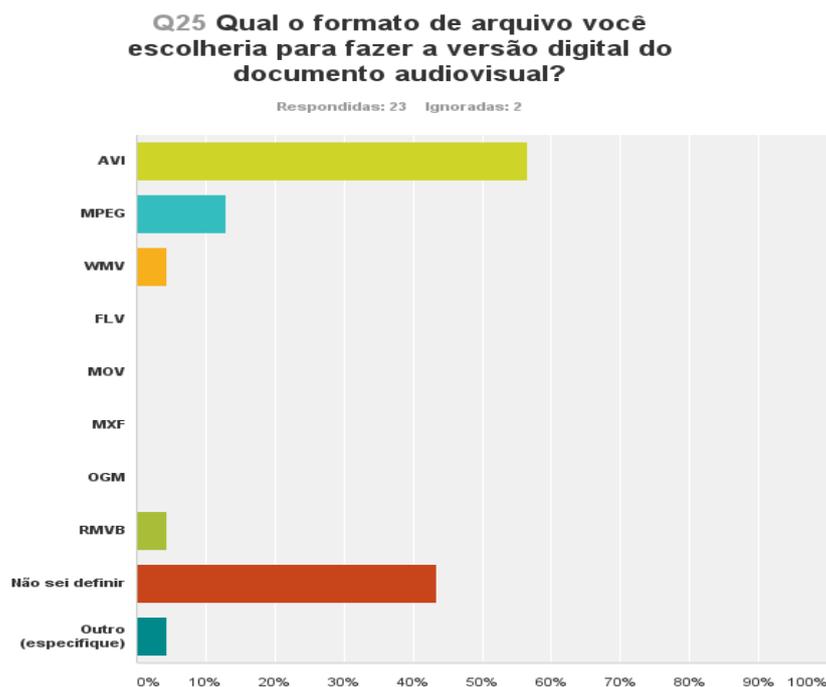
Respondidas: 23 Ignoradas: 2



Fonte: a Autora

Apesar de não entenderem a diferença entre os termos, como exposto anteriormente, os pesquisados compreendem como muito importante o processo de preservação no contexto dos materiais audiodescritos, totalizando 86,96% de pesquisados com essa percepção. Essa realidade pode auxiliar no diálogo do cientista da informação com os profissionais das áreas que já lidam com o tema da audiodescrição, como Pedagogia, Letras e Comunicação.

Figura 3



Fonte: a Autora

Em preservação deve-se trabalhar com formatos abertos, como o MXF, por exemplo, identificado como uma das versões digitais mais adequadas atualmente, em nosso entendimento. Os formatos abertos têm como objetivo garantir o acesso ao arquivo a longo prazo, minimizando as incertezas do presente momento e do futuro, no que se refere a questões legais e técnicas específicas de cada formato. Segundo Tadic (2016, s.p)

Ao selecionar um formato de destino, deve-se levar em conta os fatores de sustentabilidade de formato, como aqueles definidos pela Library of Congress. A regra básica é que o formato de preservação deva ser: um padrão aberto (não-proprietário; isso inclui *files* recipientes também); bem suportado (suporte consistente de hardware e software); bem documentado (necessário para que a validação e outras ferramentas possam ser criadas para a verificação do *file*)¹⁴.

No entanto, segundo os dados coletados, o formato mais utilizado pelos grupos e núcleos de pesquisa para gerar a versão digital do documento audiovisual é o AVI, um formato que de

¹⁴ Essa citação foi retirada do texto “Preservação de Vídeo para Milênios” de Linda Tadic, com tradução de Marco Dreer e autorização da autora e da AMIA (Com versão original disponível em: <http://www.amiatechreview.org/V12-05/tadic.htm>). Marco Dreer indica na nota 3 do artigo referido acima a explicação do uso do termo “file” na tradução do texto: “Como o termo inglês *file* pode significar, em português, tanto uma instituição arquivística quanto um arquivo eletrônico de dados, optou-se aqui, a fim de evitar ambiguidades, por manter o termo *file* em inglês quando este se referir a um arquivo eletrônico de dados, e traduzir o mesmo termo para “arquivo” quando designar uma instituição arquivística. (N. do T.)”.

fato é visto como adequado à preservação digital, mas que no entanto, é proprietário da Microsoft. O formato AVI “é uma forma de associação de entrelace de áudio e vídeo, cada um deles em suas respectivas proporções e particularidades ... pode conter uma faixa de vídeo codificada em um codec qualquer e na mesma faixa é possível associar um áudio em MP3” (CANAL TECH, 2016, s.p.). Entre os pesquisados, 56,52% optaram por esse formato, com base no pouco que já entendem sobre preservação; logo, se o cientista da informação começar a fazer parte desse diálogo, essas dúvidas sobre o melhor formato a ser utilizado podem ser sanadas e a memória social da audiodescrição será melhor construída.

No questionamento sobre o que os pesquisados acham da criação de um ambiente digital acessível nas principais línguas de origem latina, onde pudesse preservar esse material audiodescrito, 95,65% acham que esse ambiente deve ser criado e 4,35% não. Essa resposta mostra a compreensão da maioria dos respondentes em perceber a importância e a viabilidade criação de um ambiente digital acessível.

A informação é percebida por Frohmann (2012) como uma fundamentação baseada na documentação e na materialidade, e o registro da informação como uma dinâmica social, relacionando a informação com as práticas sociais e públicas, do quadro político, econômico e cultural da sociedade atual. Nesta pesquisa de mestrado, essa dinâmica social abordada por Frohmann (2006) é promovida pelo processo informacional, envolvendo a relação entre o sujeito e o objeto, com o objetivo de gerar conhecimento sobre determinada situação, em meio à interação de saberes, na qual o sujeito, pensando dialeticamente, deve buscar correlacionar a informação adquirida ao seu contexto social, cultural, econômico e político, para compreender o fato criticamente e se conscientizar sobre determinada questão.

Esse processo informacional ocorre em meio ao contexto do *ciberespaço*, das TIC e, conseqüentemente, das tecnologias assistivas; o sujeito está acessando a informação por meio desses suportes tecnológicos e o cientista da informação, neste contexto, deve lidar com a tecnologia como uma aliada, nesse processo da dinâmica social, abordada por Frohmann (2006), para auxiliar na construção do processo informacional do usuário. Diante desse contexto a proposta de um ambiente digital acessível irá unir a perspectiva de registros preservados com auxílio da tecnologia, proporcionando uma maior visibilidade e um plano de ação de preservação para os materiais audiodescritos pelos grupos e núcleos de pesquisa analisados.

Quando os pesquisados foram questionados sobre o que acham dos grupos/núcleos de pesquisa buscarem padrões de preservação e/ou salvaguarda em conjunto, pensando coletivamente na construção da história da audiodescrição no Brasil, 95,65% disseram que os grupos e núcleos de pesquisa deveriam buscar esses padrões e apenas 4,35% disse não. Dessa

forma, os pesquisados demonstraram que compreenderam que esse padrão ia auxiliar no registro, e ao mesmo tempo ia ampliar, a possibilidade de transmissão desse recurso da audiodescrição na sociedade.

A relação iminente entre o sujeito e o objeto e a possível geração de conhecimento podem ser contextualizadas pelos pensamentos de Shera (1977), quando o autor aborda a necessidade de sociabilidade humana. Os indivíduos se relacionam para se manterem como cidadãos ativos, buscando sempre experiências novas e informações que lhes tornem seres integrados à realidade social da qual fazem parte.

O indivíduo precisa manter seu intelecto em constante crescimento para conseguir interagir com o ambiente social do qual faz parte. E para tal necessita do contato com o outro sujeito e com as situações de caráter político, cultural, social e econômico que o cercam, proporcionando assim sua interação social com os demais indivíduos do contexto social.

O cientista da informação se caracteriza nesse contexto como peça chave na disseminação da informação para o indivíduo, pois esse indivíduo estabelece um processo informacional mediante as informações a que têm acesso. Segundo Japiassu (2007), no meio científico, apesar da ciência corresponder ao conhecimento científico, composto por lógica e razão, há o problema da verdade, na qual o pesquisador/profissional se abstém da busca de novos paradigmas e se conforma com um único olhar sobre determinada questão. O que o autor afirma é que a ciência deve ser produzida por pesquisadores críticos, impulsionados por incertezas, angústias, em busca de quebra das verdades absolutas e das quebras de paradigmas, com o objetivo de cada vez mais encontrar novas soluções para melhorar o processo informacional do indivíduo.

Diante dessa perspectiva, padrões de preservação e/ou salvaguarda iriam proporcionar ao público-alvo da informação audiodescritiva uma ampliação no acesso ao material produzido pelos grupos e núcleos de pesquisa, oferecendo a possibilidade do indivíduo ampliar sua atuação social, através do conhecimento que iria adquirir sobre a informação audiodescritiva, além dos grupos e núcleos de pesquisa conseguirem manter o acesso permanente aos materiais audiodescritos por eles, preservando a história da audiodescrição no país.

Os pesquisados, ao serem questionados sobre o que acham da importância do audiodescritor adquirir consciência do processo de preservação e salvaguarda do material que produz, responderam em sua maioria (91,30%), que compreendem como importante esse processo de conscientização, pois estaria auxiliando na construção na memória da audiodescrição no país e 8,70% não compreende essa necessidade. O conhecimento apresenta-se como uma relação mútua entre o objeto e o sujeito, e a partir dele o indivíduo constrói sua

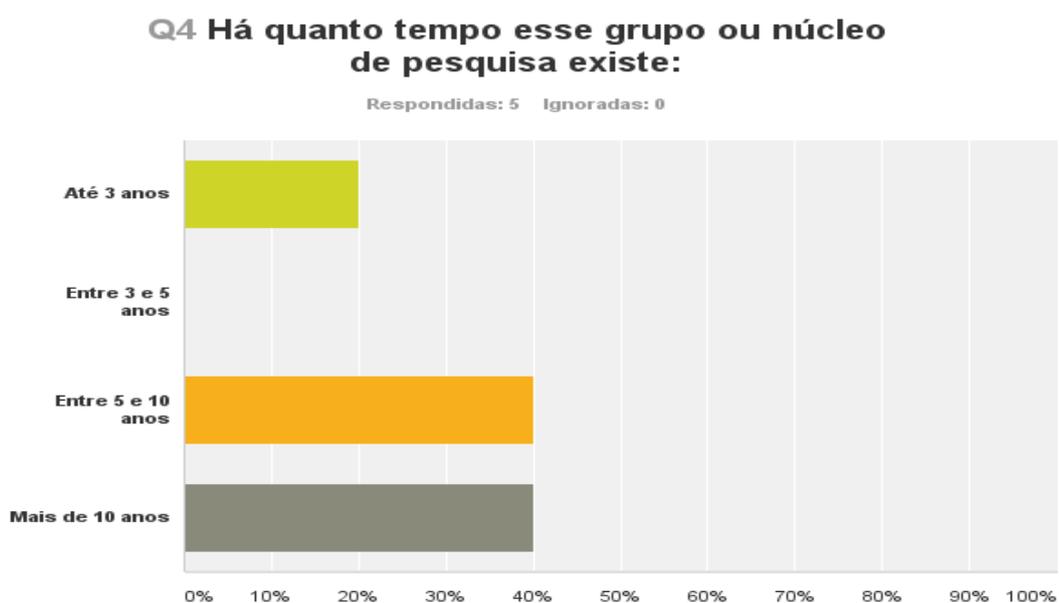
consciência, segundo Hessen (2000). O conhecimento é um processo em constante construção e mudança, baseado na cognição do ser humano, através da sua interpretação da realidade. Esse processo desencadeia o processo informacional do indivíduo, no qual o papel do cientista da informação é vital, estabelecendo formas que promovam o acesso a informações e, conseqüentemente, leve o sujeito a construir uma análise crítica da realidade.

No caso dos profissionais audiodescritores, o cientista da informação pode auxiliar na formação dessa consciência dos produtores dos materiais audiodescritos, no sentido de agir para preservar e salvaguardar a sua produção.

5.3 DADOS COLETADOS RESULTANTES DO QUESTIONÁRIO: “AUDIODESCRIÇÃO PARA LÍDERES 2016 OFICIAL”

Na análise que segue abaixo, também foram escolhidas algumas questões, que irão auxiliar na compreensão do papel das teorias, práticas e técnicas da CI no âmbito da informação audiodescritiva, através das ações dos grupos e núcleos analisados. No apêndice 4, consta as respostas condensadas em Figuras e Tabelas com os dados dos questionários aplicados, conforme foi explicado na seção anterior.

Figura 4



Fonte: a Autora

Pode-se perceber que os grupos atuam no ambiente da informação audiodescritiva por um tempo considerável e por isso possuem credibilidade para falar sobre a temática e têm

representatividade nesta pesquisa. Sem a informação audiodescritiva as pessoas com deficiência visual ficam à parte da realidade, não compreendem alguns contextos expostos em cenas culturais, pedagógicas, profissionais, de esporte e de lazer; logo, surge uma lacuna entre as palavras e as coisas, ou seja, surge uma lacuna entre o som e a imagem, e existe a necessidade da transposição dos signos visuais em signos verbais para trazer sentido às pessoas com deficiência visual nesses momentos, e a partir daí elas conseguem interpretar a situação e se tornar usuários plenos da informação naquele momento cultural. Por isso a vital importância do trabalho desenvolvido por esses grupos e núcleos de pesquisa brasileiros, que vêm proporcionando a aplicabilidade e continuidade do uso desse recurso na sociedade.

Na questão sobre o contato dos pesquisados com um acervo audiovisual, 75% responderam que já tiveram acesso a um acervo audiovisual e 25% não. Mas, nas suas respostas sobre a diferença entre preservação e salvaguarda, que segue no próximo parágrafo, alguns não a percebem ou, se a percebem, explicam-na de forma equivocada. Segundo Hollós (2014, p. 49), “A informação só se transforma em documento se lhe for adicionado o atributo de memória. Sem o registro e a possibilidade de transmissão, as ações de informação e memória, portanto, o arquivo não pode existir”. Sendo assim, não basta existir o acervo audiovisual sem que seja composto de forma correta, sem que os profissionais que o constituem e que lidam com ele compreendam a importância das técnicas de preservação e das políticas de salvaguarda daquele material ali registrado.

Diante do questionamento sobre a diferença entre os termos “preservação” e “salvaguarda”, percebe-se que os pesquisados se dividem nesse questionamento (50% compreendem e 50% não compreendem), o que demonstra o quanto é necessária a conscientização desse profissional audiodescritor nesse contexto da preservação e salvaguarda dos materiais audiodescritos, pois, como eles estão construindo a memória da audiodescrição no país, precisam manter o registro de suas ações bem resguardados. É necessário estabelecer “A consciência de uma responsabilidade partilhada no que se refere à preservação do patrimônio audiovisual/cultural intangível”, conforme Sugrist e Ginouvés (2014, p. 61, tradução da autora), por isso a importância desses outros 50% de pesquisados compreenderem esses termos.

Na questão sobre a adoção de ações de preservação e políticas salvaguarda dos materiais audiodescritos pelos grupos e núcleos de pesquisa, os pesquisados informaram em unanimidade que essas ações e políticas são realizadas. É realmente, importante que esses grupos e núcleos de pesquisa busquem adotar técnicas de preservação e políticas de salvaguarda dos materiais

audiodescritos, pois assim, eles estão auxiliando a construir a memória da informação audiodescritiva no país.

A gestão da informação é vital para que os registros não se percam e para a ampliação do acesso pelos usuários. O que se percebe nessa atual sociedade é uma obsolescência dos suportes, devido à velocidade e à instabilidade dos recursos das TIC, que mudam suas versões cada vez mais rápido. Segundo Silva (2013), a preservação é uma tarefa de gerenciamento sem fim, que deve ser movida por um gerenciamento de riscos, por meio de políticas públicas que proporcionem a integridade intelectual dos arquivos, do patrimônio audiovisual.

A informação é um fator chave no processo da inclusão social do indivíduo. Apesar de ser comprovado por pesquisas que o acesso à informação ocorre de forma mais ampla e assertiva com o uso da informação audiodescritiva, também é perceptível a dificuldade que pode vir a ocorrer por parte das pessoas com deficiência visual de compreender o contexto ali explicitado, pois se forem pessoas com perfis culturais, sociais e econômicos menos favorecidos, não se sentiriam à vontade nestes ambientes e poderão ter dificuldade em interpretar a informação passada nas cenas culturais e pedagógicas. Logo, é preciso haver um ajuste na aplicabilidade da legislação e na ação do audiodescritor, no que se refere à presença da informação audiodescritiva nas cenas culturais, pedagógicas, profissionais, de lazer e de esporte, juntamente com o cientista da informação, como é a proposta da pesquisa, para que a informação chegue ao seu público da melhor forma possível.

Diante dessas perspectivas é preciso adotar essas ações de preservação e políticas de salvaguarda dos materiais audiodescritos de forma coerente, baseado nas teorias, técnicas e práticas da CI, para que o acesso seja permanente e assim seja possível ampliar a visibilidade da audiodescrição no país.

Os pesquisados ao serem questionados sobre a importância da existência das ações de preservação e políticas de salvaguarda dos materiais audiodescritos, se dividiram em 75% que entendem a importância e 25% que ainda não compreendem, talvez por fazerem parte de outras áreas do saber e desconhecerem a importância dessas ações e políticas. Até porque, quando foram questionados sobre o grau de importância dessas políticas, eles foram unânimes (100%) em afirmar ser muito importante esse registro, contradizendo os 25% que não veem como importantes essas ações e políticas.

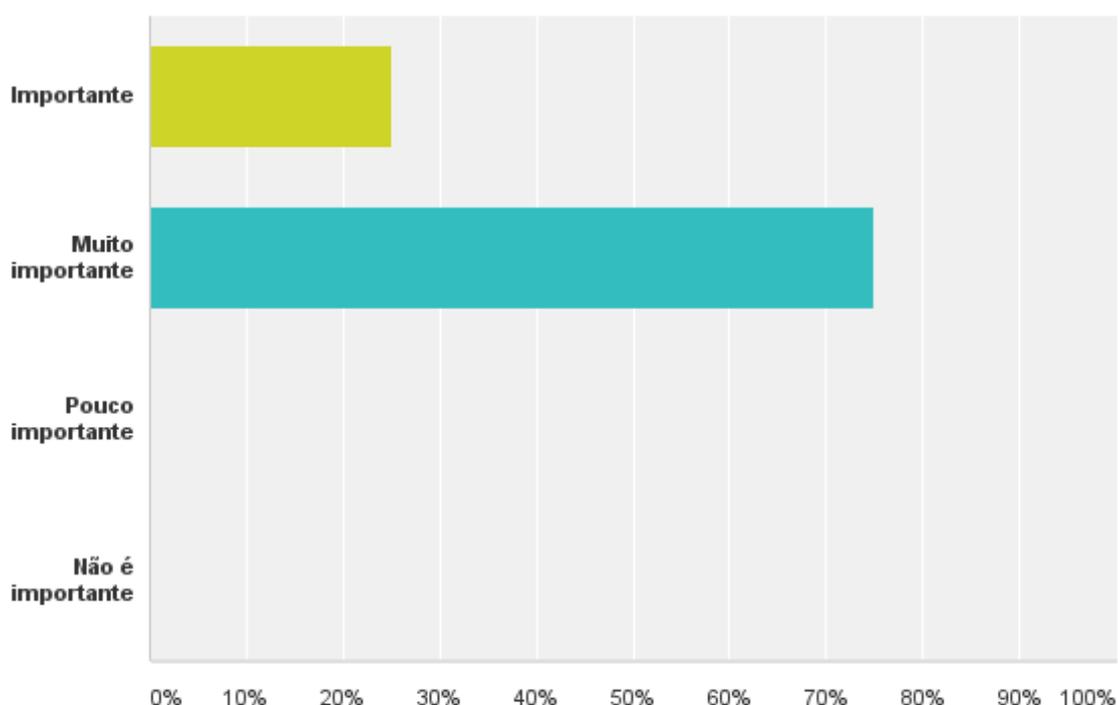
Na questão sobre a importância da criação de um ambiente digital acessível nas principais línguas de origem latina, onde pudesse preservar esse material audiodescrito, os líderes e vice-líderes dos grupos e núcleos de pesquisa ainda estão divididos (75% acham que esse ambiente deve ser criado e 25% não), no entanto, diante das respostas individuais de cada

pesquisado, percebe-se essa negativa mais relacionada a uma questão de compreensão acerca do que seja esse ambiente, do que uma negativa a esta ideia, que só tem a aprimorar esse processo de inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência visual.

Figura 5

Q21 Qual a importância, em sua opinião, da preservação dos materiais audiodescritos. Por que?

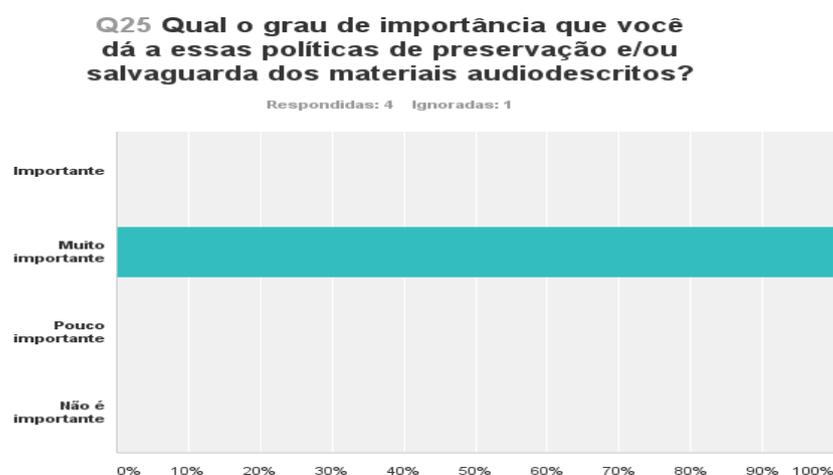
Respondidas: 4 Ignoradas: 1



Fonte: a Autora

Os pesquisados, em sua maioria (75%) conseguem compreender a relevância da preservação dos materiais audiodescritos, demonstrando assim, que eles já estão atentos à importância deste registro, apesar de não saberem aplicar corretamente as ações de preservação e políticas de salvaguarda em seus acervos. Já é um bom início, eles possuem essa compreensão, pois, segundo Silva (2013), salvaguardar pode manter os conteúdos informacionais à disposição de um processo de ampliação da consciência, ou seja, de um processo denominado informação, sustentando a memória viva e a consciência ativa; logo, a participação e a conscientização desses grupos e núcleos de pesquisa na adoção dessas ações e políticas são importantes para o desenvolvimento da memória desta temática.

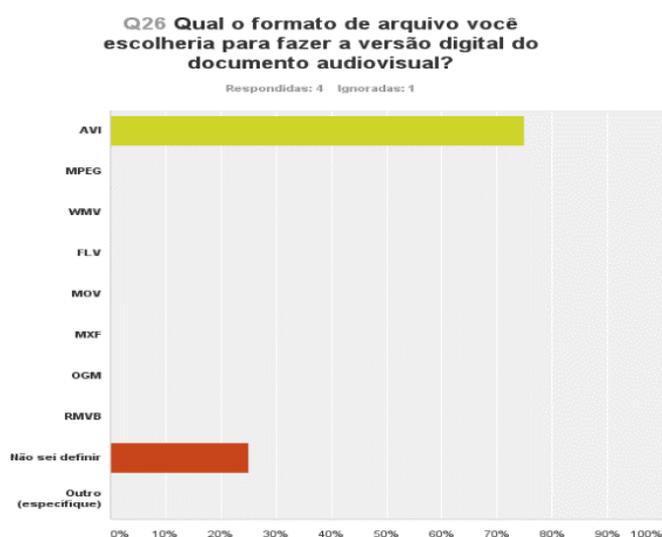
Figura 6



Fonte: a Autora

Os líderes e os vice-líderes dos grupos e núcleos de pesquisa, pela resposta unânime em perceber as ações de preservação e as políticas de salvaguarda como muito importantes, mostram que aqueles que estão sendo responsáveis, na grande parte, em escrever a história da audiodescrição no país, percebem a necessidade de haver um registro desse material audiodescrito produzido por eles. Na pesquisa, essa ação é vista como vital para a construção da memória social da informação audiodescritiva no Brasil.

Figura 7



Fonte: a Autora

Os formatos mais apropriados para realizar a preservação, conforme já foi explicitado neste capítulo, são os formatos abertos. Os 75% dos pesquisados respondentes dos questionários de líderes, como também 56,52% de membros, totalizaram a maioria das escolhas

pelo formato AVI, que não é um formato aberto de preservação. Apesar de não ser o mais apropriado, eles demonstraram que já compreendem, mesmo que de forma incipiente, os processos de preservar e de salvaguardar, sendo um ponto positivo para a construção de uma interlocução com as teorias, práticas e técnicas utilizadas pelo cientista da informação, quando for dialogar com esses profissionais audiodescritores sobre seus registros.

Os pesquisados foram questionados sobre a importância da preservação do material audiodescrito para o desenvolvimento do registro da história da audiodescrição no Brasil e responderam em unanimidade que entendem essa importância.

A informação é parte integrante de toda atividade do sujeito, sendo prevista na legislação como direito de todo cidadão. A sociedade atual, que vive uma realidade baseada nas TIC, forma um indivíduo que necessita se capacitar para lidar com a velocidade e a dimensão das informações disponibilizadas em todas os campos (social, político, econômico e cultural). No entanto, esse sujeito tem como suas bagagens históricas os seus conhecimentos prévios, para poder então se posicionar nesse contexto como cidadão, saindo da subalternidade e buscando o empoderamento social, para construir o seu processo informacional e elaborar uma opinião crítica a respeito das ações ao seu redor.

Para tal, o registro da informação audiodescritiva é fundamental para retirar esse sujeito da subalternidade e trazê-lo para uma realidade ativa, de um cidadão consciente de seus atos e participativo. Através da preservação e salvaguarda desse material audiodescrito, a memória da audiodescrição será construída e permanentemente acessada pelo seu público-alvo e a sociedade em geral, ampliando sua visibilidade e seu raio de atuação no processo de inclusão e acessibilidade sociais.

Os pesquisados, em unanimidade, responderam à pergunta referente a conscientização do audiodescritor em adquirir conhecimento sobre as ações de preservação e as políticas de salvaguarda, reconhecendo a importância do papel deste profissional nesse contexto do registro aos materiais audiodescritos no país. A cognição refere-se à como as pessoas pensam, interpretam e percebem o mundo; logo, se esse indivíduo passar a incluir no seu processo informacional aspectos cognitivos relativos à compreensão do processo de ações de preservação e políticas de salvaguarda, a história da informação audiodescritiva só terá a crescer.

5.4 DADOS COLETADOS RESULTANTES DO QUESTIONÁRIO: “AUDIODESCRIÇÃO”

O questionário direcionado para um único pesquisado, pela sua representatividade, voltado para a mesma temática dos outros dois questionários direcionados para membros e

líderes/vice-líderes, foi composto por vinte e sete questões, divididas em quatro páginas. Obteve-se 100% das respostas do pesquisado, definido como professor, que já atuou como líder de um grupo de pesquisa, chamado GEPTRA, por três anos. O pesquisado descobriu a audiodescrição através de eventos acadêmicos (congressos, palestras, encontros, simpósios etc.), não é um audiodescritor certificado e nem realiza audiodescrição, mas acha muito importante que a certificação deste profissional exista. Nesse caso em específico, o pesquisado não pode ser um audiodescritor, por ser uma pessoa com deficiência visual, mas pode atuar no processo da informação audiodescritiva como consultor, verificando se as audiodescrições estão sendo bem realizadas e se estão suprimindo as lacunas, conforme foi explicado no capítulo três.

Entende como muito importante a presença da informação audiodescritiva no processo de inclusão e acessibilidade social das pessoas com deficiência. Já teve contato com um acervo visual e acha muito importante a existência de um acervo desse cunho. Percebe a diferença entre ações de preservação e políticas de salvaguarda, afirmando que: preservação é uma “manutenção” e a salvaguarda uma “garantia”, ou uma política que dê garantia à realização das ações de preservação, e vê como muito importante a preservação dos materiais audiodescritos como forma de criar um “repositório histórico e fonte de pesquisa”.

O grupo GEPTRA, do qual fazia parte como líder, não realizava ações de preservação e nem políticas de salvaguarda, mas o pesquisado acha muito importante que estas ações aconteçam. Quando foi questionado pelo formato de arquivo que escolheria para criar uma versão digital do documento audiovisual respondeu: “todos ou outro que venha a ser desenvolvido”, ou seja, todas as opções expostas no questionário (AVI, MPEG, WMV, FLV, MOV, MXF, OGM e RMVB) e outras que possam vir a ser desenvolvidas. Acha importante a criação de um ambiente digital acessível nas principais línguas de origem latina, onde pudesse preservar esse material audiodescrito para promover a “amplitude de acesso” e considera importante a preservação desse material audiodescrito para o desenvolvimento e registro da história da audiodescrição no Brasil afirmando: “sim, para o desenvolvimento e registro da audiodescrição no Brasil”.

O pesquisado acha importante que o audiodescritor adquira consciência do processo de preservação e salvaguarda do material que produz e sugere que isso poderia ser feito através de um “arquivamento segundo normas técnicas já conhecidas para esse fim”. E teceu na última pergunta um comentário sobre a importância da preservação e/ou salvaguarda desse material audiodescrito, à luz da construção da memória social da audiodescrição no Brasil, afirmando que “a preservação dos roteiros dos registros locutórios permitirão estudo, reexame dos erros,

identificação de quem pensa que está inovando, criando um novo estilo, ou fazendo áudio-descrição a brasileira, quando de fato, se está, grosseiramente, fazendo uma descrição nada empoderativa e que afronta as diretrizes da tradução visual”.

Ao analisar essas respostas, percebe-se que a informação audiodescritiva e as ações preservação e políticas de salvaguarda da mesma são vitais e têm relevância no processo de registro da audiodescrição no país, além do pesquisado achar uma boa ideia a existência de um repositório digital nesse contexto.

Diante desta apresentação de resultados expostos neste capítulo, com breves análises, aprofundaremos no capítulo 6, a seguir, a análise dos dados coletados, através de uma discussão dos resultados, trazendo, além de dados estatísticos, um procedimento comparativo das posições dos grupos e núcleos de pesquisa, no que se refere ao processo de ações de preservação e de políticas de salvaguarda relatadas neste capítulo, complementando-os com propostas da pesquisadora para solucionar problemas percebidos nas respostas.

6 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este capítulo aborda e discute os resultados da pesquisa de campo, a partir da revisão da literatura. São analisadas temáticas que foram relatadas nesta pesquisa, para compreender se os argumentos e reflexões da pesquisadora, no decorrer da construção da pesquisa, mantiveram coerência ou não com os resultados obtidos na parte empírica. A informação audiodescritiva no contexto das atividades culturais, a construção da memória social da audiodescrição no país e as políticas de salvaguarda e ações de preservação, correlacionadas com as ações dos grupos e núcleos de pesquisa, foram os primeiros pontos de análise, trazendo o ambiente *online Legatum Sonus et Imago*, como uma possível solução para o acesso aos materiais audiodescritos. Em seguida foi retratado o desenvolvimento das TIC e o uso da tecnologia audiovisual, através do recurso da tecnologia assistiva, como forma de inclusão e acessibilidade social das pessoas com deficiência visual por meio da informação audiodescritiva e a atuação dos grupos e núcleos de pesquisa neste contexto. Para finalizar o capítulo, foram propostas ações de aprimoramento da divulgação, no Brasil, dos grupos e núcleos de pesquisa, através de ações de comunicação e marketing. Essas ações podem aumentar a visibilidade do uso da informação audiodescritiva em cenas culturais, ampliando os contatos/parcerias das unidades pesquisadas, com o intuito de atingir um maior número de pessoas com deficiência visual. As três temáticas citadas (*Legatum Sonus et Imago*, TIC e estratégias de aprimoramento da divulgação dos grupos e núcleos de pesquisa através das ações de comunicação e marketing) estão relacionadas à realização e ao cumprimento dos objetivos específicos estabelecidos na pesquisa e foram comparadas com os resultados obtidos na pesquisa de campo e correlacionadas com a revisão da literatura realizada na pesquisa, trazendo as teorias já abordadas e outras novas para desenvolver a compreensão dos fatos e dos aspectos encontrados.

6.1 INFORMAÇÃO AUDIODESCRITIVA NO CONTEXTO DAS ATIVIDADES CULTURAIS E DA MEMÓRIA SOCIAL: PRESERVAÇÃO E SALVAGUARDA

O capítulo da história das pessoas com deficiência visual está sendo escrito pelas ações que envolvem a informação audiodescritiva. O desenvolvimento dessa tecnologia audiovisual proporciona inclusão e acessibilidade social a esse público e vem sendo pesquisada e promovida pelas ações dos grupos e núcleos de pesquisa das universidades Federais e Estaduais brasileiras.

Diante desse contexto, que engloba o indivíduo que necessita da informação para ser um sujeito sociável, e nesse caso em específico, em que está sendo analisado a informação

audiodescritiva para as pessoas com deficiência visual, dentro das ações realizadas pelos grupos e núcleos de pesquisa analisados, deve-se ressaltar alguns pontos, depois das percepções dos pesquisados apresentadas no capítulo 5. Segundo Sasaki (1999), esse público tem uma evolução histórica movida pela exclusão social (até 1960), pela integração social (1960-1988) e pela inclusão social (1989, até os dias atuais).

A exclusão social foi uma fase que permeou por muito tempo a realidade desse público, que era visto como inválido, que deveria viver à margem da realidade social e ser tratado como doente, mantido em ambientes isolados do convívio social, como alguém extremamente dependente, e sem acesso aos seus direitos de cidadão. E, ainda, pela religião, era reconhecido como pecador.

Esse público continuaria sendo colocado em situações distintas, separados dos demais cidadãos, na próxima fase histórica, indicada por Sasaki, denominada integração social. Apesar da evolução, em que se alcança a fase da integração social com o objetivo de terminar com a prática da exclusão social, as pessoas com deficiência ainda eram (1960-1988) expostas a situações excludentes, nas quais a sociedade não alterava a sua estrutura para atender as suas necessidades. Nessa fase, as pessoas com deficiência tinham que se adequar à realidade da sociedade, e não o contrário, segundo Sasaki (1999).

Sasaki (1999) relata que no período da integração social, na década de 1980, surgiu o termo “*mainstreaming*”, que significa integrar as pessoas com deficiência em serviços educacionais disponíveis em suas respectivas comunidades, sem nenhuma adequação da estrutura física ou do corpo docente daquele ambiente escolar/acadêmico para receber esse indivíduo. Percebe-se que esse público continua a ser integrado ao ambiente social com base em discursos falhos e bem distante da real necessidade desse indivíduo. Sua cidadania era descartada e totalmente desrespeitada, onde o Estado buscava apenas montar uma “realidade justa” com ações deficitárias e impróprias a esse cidadão.

No contexto do desenvolvimento dessas abordagens sociais, foram inseridos, ainda na década de 1980, os conceitos inclusivistas, que, segundo Sasaki (1999), se referem à busca pela autonomia, independência e *empowerment* dessas pessoas. Essa proposta da inclusão social (1989 até os dias atuais) é movida pela adequação da sociedade para atender às necessidades do público com deficiência e dessa forma oferecer oportunidades de crescimento a esses cidadãos, como a qualquer outro, independente de possuir ou não algum tipo de deficiência.

A autonomia, segundo Sasaki (1999), se refere ao controle que essa pessoa passa a ter nos ambientes sociais que frequenta, ela passa a adquirir autonomia física e social. Quanto à

independência, se refere à ação de tomar decisões sem depender de outras pessoas, passando a depender apenas da sua autodeterminação e da quantidade e da qualidade das informações a que essa pessoa tenha acesso. E o *empowerment* se refere ao empoderamento social que esse indivíduo desenvolve, ou seja, expressa o poder referente às suas condições de vida: o poder pessoal, o fortalecimento e a potencialização das suas ações como cidadão.

Uma das metas da acessibilidade social é atingir a inclusão social, pois se o indivíduo tiver acesso aos setores sociais poderá ser incluso à realidade em que vive. Porém, no Brasil, a inclusão social ainda é uma realidade distante. Apesar de ser reconhecido como um dos países mais inclusivos da América Latina, por possuir uma das legislações sociais mais avançadas, o que acontece realmente na prática ainda está longe de atender às demandas que as pessoas com deficiência visual realmente precisam, segundo a Rede Solidariedade, Apoio, Comunicação e Informação - Rede SACI (2004).

Diante desse contexto dos discursos que distinguem da realidade, Foucault (2000) traz reflexões a respeito dos pontos de vistas e das percepções dos sujeitos diante do contexto em que o indivíduo se encontra. O sujeito, então, passa a construir e estabelecer seu processo informacional baseado nessas percepções e pontos de vistas citados pelo autor, portanto, as pessoas com deficiência visual não fogem à regra, e necessitam da informação audiodescritiva para elaborar seu processo informacional nas cenas culturais em que estão presentes.

Percebe-se na realidade brasileira uma perspectiva distante desse quadro citado na Rede SACI. Não há compatibilidade entre a necessidade dessas pessoas e as oportunidades oferecidas na sociedade atual. Há uma constante presença de contradições ao analisar a inclusão social, a acessibilidade social, a legislação para pessoas com deficiência e a atual sociedade de consumo que abrange todo esse contexto, movida diretamente pelo capital. Essa situação propicia a abordagem trazida nesta pesquisa, que propõe o pensamento dialético para estabelecer a realidade da temática e possíveis novos paradigmas que levem à transformação da situação analisada.

O contexto apresenta a necessidade da inclusão e acessibilidade sociais das pessoas com deficiência visual, público este que se encaixa muitas vezes em um papel de subalterno induzido pela sociedade atual, que busca valorizar o que traz retorno financeiro, e não custos. A inserção da informação audiodescritiva (presença do recurso tecnológico e do profissional da audiodescrição) nas cenas culturais, pedagógicas, de esporte e de lazer, é sempre vista como despesa e não como um investimento social.

Além dessas particularidades, o quadro desta pesquisa também traz o papel do Estado com um discurso regido por leis eficazes, caso fossem aplicadas corretamente. Diante dessas

contradições entre a realidade e a necessidade desse público, pode-se propor um novo paradigma nessa situação, trazendo-se o cientista da informação para o contexto, propondo o diálogo deste com as áreas que já lidam com o tema da audiodescrição, como Pedagogia, Letras e Comunicação. E, assim, compreender a situação em um contexto de interação de saberes, unindo os aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos que contemplam a temática.

A realidade atual das pessoas com deficiência visual ainda é mais representada pela subalternidade destes indivíduos do que pelo empoderamento. É visível a evolução da participação dessas pessoas na sociedade, porém este contexto ainda é pouco representativo. E apesar das legislações brasileiras, o vínculo desse público como cidadão inclusivo e com as possibilidades de acessibilidade social ainda deixa a desejar.

Segundo Jardim (2013, s.p.), “O cidadão está no epicentro da LAI. A sua lógica político-jurídica é a garantia de acesso à informação ao cidadão pelo Estado”; porém, nesse contexto da informação audiodescritiva o que se percebe é uma lacuna enorme entre as políticas de acesso à informação existentes no país e a prática dessas políticas na realidade cotidiana dessas pessoas com deficiência visual ao participarem de cenas políticas, culturais, pedagógicas, dentre outras. O discurso social da inclusão e da acessibilidade social é bem escrito, mas não é bem empregado.

A legislação brasileira é tão contraditória que nas suas regras da exibição do horário político em época de campanha eleitoral não há inserção da informação audiodescritiva nas propagandas veiculadas nos veículos de informação. “A informação mais do que fundamental para a vida social e para a vida política (exercício do voto)”, segundo Jardim (2012, s.p); sendo assim, a falta da informação audiodescritiva neste contexto priva ou limita o indivíduo com deficiência visual de exercer seu direito como cidadão, de votar diante de suas análises e opiniões próprias, tendo acesso a todo o contexto da campanha eleitoral, quando se veiculam informações em programas televisivos.

Segundo Neves (2013, p. 137),

Também parece interessante ressaltar que, ao invés de um aumento do poder do Estado propriamente dito, percebemos uma crise do Estado-Nação intensificada por uma falsa autonomia, uma vez que, na realidade, o Estado tem suas ações ordenadas “pela sujeição ao dinheiro” e pela globalização com seus grandes processos de circulação do capital, e informação viabilizada pelas TIC.

A informação audiodescritiva implica para o Estado um investimento em recursos tecnológicos e na contratação de profissionais audiodescritores, para atender às necessidades

de um público que pode ser “integrado”, ao invés de “incluso”, suscitando uma menor “despesa” para o Estado e, mesmo assim, contendo no discurso do Estado uma “preocupação” com o cumprimento das legislações e com a proposta de acessibilidade universal. Por isso continua-se observando na maioria das cenas culturais a ausência do profissional audiodescritor para proporcionar as pessoas com deficiência visual a sua efetiva inclusão social naquele contexto.

O pensamento dialético implica em que se fale dessa temática referindo-se ao caminho histórico percorrido por esse público, marcado por exclusão e falsa integração social, para poder se falar em um futuro de inclusão social. E o percurso histórico das pessoas com deficiência visual, que já foi explicitado neste capítulo, retrata e auxilia nesse contexto atual a permanência de muitas dificuldades, devido a aspectos culturais enraizados em sua construção como cidadãos, que precisam ser reformulados para que a proposta de acessibilidade universal possa vir a colaborar com esse público.

Nesse processo da informação audiodescritiva percebe-se o profissional audiodescritor como mediador dessa informação. Júnior (2014, p. 100) faz algumas afirmações sobre a mediação: “[...] é mais que uma ‘ponte transmissora’ ... A mediação só ocorre quando há interferência de alguém, este que interfere é denominado como mediador ... Cada mediador tem a sua devida importância e um papel a ser desempenhado na sociedade” (JÚNIOR, 2014, p. 100).

Dessa forma, pode-se perceber o processo da informação audiodescritiva como um processo de mediação da informação, conduzido por um audiodescritor que faz a transposição dos signos visuais em verbais para o sujeito (pessoa com deficiência visual), nas cenas culturais, sociais, pedagógicas, dentre outras. Nesse contexto, o cientista da informação está presente e pode auxiliar bastante, pois em todas as etapas das teorias, práticas e técnicas da CI, a mediação da informação se faz presente e designa o acesso à informação ao indivíduo.

As tecnologias surgem como extensão das capacidades humanas, segundo Prado (2014). A informação audiodescritiva pode ser vista como um tipo de extensão para pessoas com deficiência visual, que por meio desta tecnologia assistiva conseguem ter acesso à informação e se mantêm inclusas nos contextos culturais sociais.

Assim, o cientista da informação tem papel relevante no contexto da informação audiodescritiva, porque auxilia com sua experiência no processo da mediação da informação que vem ocorrendo na audiodescrição para pessoas com deficiência visual. Destaca-se também a dificuldade de se manter neutro nesse processo de mediação da informação, porém deve-se deixar de lado aspectos que envolvam manipulação dos fatos e das cenas ali reportadas ao outro

sujeito. Por isso, a relevância do diálogo com as áreas em que se encontram os cientistas da informação, para que essas lacunas sejam sanadas e a memória da audiodescrição possa ser construída da melhor maneira.

A memória social da audiodescrição só poderá ser construída e desenvolvida de forma coerente se as ações de preservação e as políticas de salvaguarda forem aliadas do desenvolvimento de materiais audiodescritos pelos grupos e núcleos de pesquisa analisados. Nesta pesquisa é sugerida a utilização de um dos produtos da Iniciativa *Legatum*, cumprindo o terceiro objetivo específico designado pela pesquisa. Sendo o *Legatum Sonus et Imago*, um repositório desenvolvido no âmbito de projeto de pesquisa em execução no Grupo de Estudos sobre Cultura, Representação, Informação Digitais (CRIDI) que se encontra em sua última fase, a Fase 3 de 3 (2016 a 2019).

Como esta pesquisa usa uma abordagem dialética materialista, faz-se necessário trazer e propor para a situação analisada transformações diante seu cenário, com base da lei dialética do “salto qualitativo”, abordada no capítulo 4, na qual existe a transformação, a mudança da quantidade (questionários *online* aplicados) para a qualidade, proporcionando um salto qualitativo no contexto analisado (a proposta do repositório *Legatum Sonus et Imago*). Por isso o *Legatum Sonus et Imago*, nesse cenário, se torna uma perspectiva de melhorias nas ações de preservação dos materiais audiodescritos, proporcionando uma transformação do quadro atual dos grupos e núcleos de pesquisa analisados.

Outra lei dialética materialista que fica proposta nesta pesquisa para a amostra analisada é a lei da “ação recíproca”, do “encadeamento dos processos”, em que tudo se relaciona, também citada no capítulo quatro. Ou seja, com a proposta do *Legatum Sonus et Imago* nesse contexto pode-se mostrar que as áreas de Letras, Pedagogia e Comunicação, que estão lidando com a informação audiodescritiva, podem e devem se relacionar com as teorias, práticas e técnicas da CI para proporcionar um maior desenvolvimento no processo de inclusão e acessibilidade da informação audiodescritiva para as pessoas com deficiência visual.

O encadeamento de processos existentes em cada área do saber pode se correlacionar e promover mudanças em alguns contextos, trazendo uma nova forma de se trabalhar e de aprimorar as ações que já vêm sendo realizadas com a preservação dos materiais audiodescritos. Não que o *Legatum Sonus et Imago* se torne a forma ideal e nem a solução dos problemas, no que se refere à preservação desses arquivos, mas pode se tornar um novo paradigma nesse contexto da informação audiodescritiva, proporcionando efetivas melhorias para a área.

O *Legatum Sonus et Imago* é um modelo de preservação arquivístico, reconhecido pelo Conselho Nacional de Arquivos, sendo “um espaço para reunir e compartilhar informações

sobre acervos audiovisuais e iconográficos custodiados por instituições públicas de países da cultura latina” (LEGATUM SONUS ET IMAGO, 2016, s.p.).

Esse ambiente *online* é oferecido de forma gratuita e tem como objetivo

[...] contribuir com a teoria e a prática relacionada com a preservação e promoção ao acesso do legado documental público e audiovisual dos países de cultura latina, o Grupo de Estudos sobre Cultura, Representação e Informação Digitais – CRIDI (www.cridi.ici.ufba.br) lança a Iniciativa Legatum (www.legatum.ufba.br), uma série de ações coordenadas ao redor de um repositório aberto, multi-idiomas e colaborativo. O repositório é baseado em uma plataforma digital compatível com normas arquivísticas internacionais, de forma a se tornar tão ideal quanto possível para alcançar os objetivos a que se propõe (LEGATUM SONUS ET IMAGO, 2016, s.p.).

Apesar de ser uma iniciativa recente, apresenta uma dimensão arquivística bastante atrativa e diferenciada no campo da preservação de conteúdos informacionais digitais, permitindo o acesso de forma rápida e segura. Essa iniciativa se caracteriza como

Uma experiência técnica, aproveitando os avanços recentes da tecnologia da informação aplicada aos acervos permanentes. Também é uma iniciativa de reflexão sobre a informação, a cultura, a representação, um passo de convergência empírica que ao mesmo tempo oferece um produto de utilidade ao pesquisador interessado em acessar informações sobre a documentação cuja natureza e características atendem ao escopo do repositório (LEGATUM SONUS ET IMAGO, 2016, s.p.).

Os grupos e núcleos de pesquisa podem utilizar esse repositório arquivístico como uma proposta de preservação da produção sobre a informação audiodescritiva que possuem, ampliando o acesso e a visibilidade da temática em dimensão nacional e internacional. Pois, o *Legatum Sonus et Imago*

[...] deverá reunir e divulgar representações de acervos arquivísticos audiovisuais produzidos ou custodiados no âmbito público dos países que possuem como idioma oficial o português, espanhol, catalão, galego, romeno, francês e italiano. O objetivo é identificar e descrever, ou obter a descrição, das instituições públicas de custódia e dos respectivos acervos audiovisuais. A reunião desses elementos deverá permitir uma visão diferenciada desta produção documental, permitindo que novos esforços de conhecimento sejam realizados (LEGATUM SONUS ET IMAGO, 2016, s.p.).

A proposta de inserir o *Legatum Sonus et Imago* no contexto da informação audiodescritiva trará uma nova expectativa no processo de inclusão e acessibilidade social, pois envolverá a CI nesse diálogo com as áreas que já desenvolvem essa temática (Letras, Pedagogia

e Comunicação), proporcionando ao indivíduo (pessoas com deficiência visual) mais uma oportunidade de conhecer e ampliar a disseminação dessa temática em âmbito nacional e internacional.

Os grupos e núcleos de pesquisa analisados efetuam o processo de ações de preservação e políticas de salvaguarda de maneira distinta, mediante ao que compreendem por esses termos. Foram identificados problemas (infraestrutura, gestão e conhecimento) em cada análise dos grupos e núcleos de pesquisa que serão retratados abaixo, para que possa ser feita uma comparação entre as suas atitudes e propor uma árvore de problema para esquematizar e tentar chegar uma solução do que foi identificado.

Essa árvore de problemas é construída com a identificação do(s) problema(s) principal(is) no topo da árvore, com suas causas formando o corpo da árvore, a partir de sua base, cujas “raízes” sustentam a permanência dos problemas cruciais que prejudicam todo o contexto.

Diante da análise feita do questionário *online*, nomeado como “Audiodescrição”, direcionado a um único respondente, percebe-se que, segundo as respostas do pesquisado, o grupo de pesquisa de que participava (GEPTRA) apresentava problemas de infraestrutura e de gestão, pois o grupo não realizava ações de preservação e as políticas de salvaguarda, apesar do pesquisado mostrar conhecimento sobre os termos e compreender a importância da adoção dessas políticas no acervo audiovisual do grupo. E também entendia a relevância do profissional audiodescritor em adquirir consciência sobre o processo de preservação e salvaguarda dos materiais audiodescritos. Portanto, a insuficiência das ações pode ser correlacionada a problemas de gestão e de infraestrutura do grupo, por não possuir um acervo em um local adequado e nem profissionais capacitados para realizar o processo de ações de preservação e políticas de salvaguarda coerentes.

Na análise do questionário *online* direcionado para líderes e vice-líderes, denominado “Audiodescrição para líderes - 2016 oficial”, pode-se constatar, analisando as respostas do grupo UFBA - TRAMAD, que os pesquisados têm uma noção incipiente e um pouco confusa sobre preservação e políticas de salvaguarda, apesar de compreenderem a importância da adoção dessas políticas no acervo audiovisual que o grupo possui. Compreendem a importância da consciência do audiodescritor no processo de preservação e salvaguarda e da criação de um ambiente digital para prover ações de preservação do material audiodescrito e consequentemente auxiliar na construção da memória da informação audiodescritiva no país.

Nesse mesmo questionário *online* direcionado para líderes e vice-líderes, a análise do grupo UECE - LEAD demonstra que ambos os pesquisados, apesar de não identificarem

diferença entre preservação e salvaguarda, entendem a importância de um acervo audiovisual e das ações de preservação e das políticas de salvaguarda dos materiais audiodescritos. Aplicam essas ações no seu acervo e expõem opiniões distintas quanto à criação do ambiente digital, pelo que se pode perceber da resposta do primeiro pesquisado, que discorda da criação deste ambiente, porque não ficaram claras para ele as reais funções daquela proposta. Ele apenas identificou esse processo (da criação de um ambiente online como um modelo de repositório arquivístico), como uma forma de padronização do processo da audiodescrição, que o limitaria e não como uma forma de acessibilidade, baseada em padrões que facilitariam a autenticidade e a integridade das informações e o acesso permanente a elas, por um número maior de pessoas do que as que têm acesso ao acervo audiovisual particular de cada grupo/núcleo de pesquisa.

Quanto à análise do questionário *online* direcionado para membros, denominado “Audiodescrição para membros dos grupos e núcleos de pesquisa - 2016 oficial”, percebe-se, ao analisar as respostas do grupo UFBA-TRAMAD que a maioria dos pesquisados (totalizando quatro pesquisados dos seis respondentes) identifica a diferença entre o processo de preservação e as políticas de salvaguarda e todos já tiveram acesso a um acervo audiovisual e entendem sua importância. Todos compreendem a importância das ações de preservação e das políticas de salvaguarda e o grupo apresenta uma preocupação com seu acervo audiovisual, apesar de que ainda atua de forma incipiente em algumas práticas, pois ao informar o que entendem sobre os conceitos, mostram-se confusos, provavelmente por não serem profissionais específicos dessa temática.

Apenas um pesquisado não acha suficientes as ações de preservação e as políticas de salvaguarda adotadas pelo grupo, os demais concordam que as ações realizadas são suficientes para registrar e garantir o acesso permanente ao material audiodescrito. E também não possuem ideias para aprimorar essas estratégias de preservação e salvaguarda adotadas. No entanto, quatro pesquisados concordam com a criação de um ambiente digital acessível, enquanto dois discordam, mas todos concordam que o audiodescritor deve adquirir consciência sobre o processo de preservação e salvaguarda dos materiais audiodescritos, colaborando com o registro efetivo dos materiais audiodescritos e com a constituição da memória social da audiodescrição no Brasil.

Ao verificar as respostas do grupo UECE-LEAD, no mesmo questionário *online* para membros, denominado “ Audiodescrição para membros dos grupos e núcleos de pesquisa - 2016 oficial”, percebe-se que o grupo compreende a importância da adoção de ações de preservação e das políticas de salvaguarda dos materiais audiodescritos. Percebem a importância do audiodescritor compreender essas ações e políticas e entendem como viável a

criação de um ambiente digital acessível para preservar seus arquivos audiodescritos, questionando apenas o aspecto dos direitos autorais dos materiais. Apresentaram ideias para aprimorar o processo de preservação e salvaguarda dentro do grupo, apesar da maioria compreender que as ações do grupo são suficientes para manter os materiais preservados. Destaca-se nessa análise que o grupo está preocupado com sua atuação na construção da memória da audiodescrição no país e percebe que eles têm de estar dentro desse contexto das ações de preservação e das políticas de salvaguarda dos materiais audiodescritos, já que eles são os produtores e um dos principais interessados em manter esse registro permanente.

E quanto a análise do núcleo UFPE-NACE, no mesmo questionário *online* para membros denominado “Audiodescrição para membros dos grupos e núcleos de pesquisa - 2016 oficial”, verifica-se que o pesquisado tem uma percepção bastante superficial sobre o processo de preservação e políticas de salvaguarda, até porque o núcleo de pesquisa ainda não possui um acervo audiovisual, então eles ainda não lidam diretamente com o processo de preservação e salvaguarda dos seus arquivos. No entanto, o pesquisado demonstra perceber a importância dessas ações de preservação e das políticas de salvaguarda em acervo audiovisual. Concorda com a importância do audiodescritor adquirir consciência do processo de preservação e salvaguarda e da criação de um ambiente digital para prover ações de preservação do material audiodescrito e conseqüentemente auxiliar no desenvolvimento da memória da informação audiodescritiva e na ampliação da visibilidade do recurso no ambiente social.

Diante dessa realidade demonstrada nos parágrafos anteriores, a análise dos questionários *online* direcionados para líderes e vice-líderes (denominado “Audiodescrição para líderes - 2016 oficial”) e para membros (denominado “Audiodescrição para membros dos grupos e núcleos de pesquisa - 2016 oficial”) retrataram que na UECE-LEAD e na UFBA-TRAMAD, podem existir problemas no que se refere ao conhecimento dos termos, ações, práticas, teorias e técnicas do processo de preservação e salvaguarda, pois a compreensão sobre esses conceitos era ainda incipiente por parte dos pesquisados, apesar de compreenderem a importância de ações de preservação e das políticas de salvaguarda. E o segundo problema estaria correlacionado à infraestrutura, pois os grupos possuem um espaço nas universidades (UECE-LEAD / UFBA-TRAMAD) onde estão localizados os acervos audiovisuais e, pelo que foi relatado, esses grupos ainda utilizam métodos simples para proteger esses registros, ou seja, existe uma margem para aprimorar essa infraestrutura dos respectivos grupos.

O que se refere a essa mesma análise na UFPE-NACE, teve-se apenas a perspectiva de um pesquisado que respondeu o questionário *online* de membros, pois o questionário direcionado para os líderes e vice-líderes foi respondido de forma incompleta, impossibilitando

essa percepção do problema. Mas, no que foi relatado pelo pesquisado que respondeu o questionário *online* de membros, pode-se perceber que o núcleo enfrenta problemas de gestão, infraestrutura e conhecimento, pois ainda nem possui um acervo, apesar de compreender a importância da adoção dessas ações de preservação e políticas de salvaguarda.

Diante dessas análises percebe-se a relevância das teorias, práticas e técnicas da CI no contexto da audiodescrição nos grupos e núcleos de pesquisa analisados. Segundo Fonseca (2005), a Arquivologia, subárea da CI, se encontra no seio da gestão da informação, então não há como gerir um acervo audiovisual, por exemplo, sem as técnicas e teorias dos profissionais arquivistas, que darão ao processo um olhar profissional e mais assertivo para resolver determinadas questões. E os possíveis problemas de gestão dos grupos e núcleos de pesquisa poderiam ser minimizados se houver essa troca entre as áreas.

Fonseca (2005, p. 64) retrata o “arquivista como um mediador ativo na formatação da memória coletiva através dos arquivos”, logo a presença desse profissional no contexto de um acervo audiovisual dos materiais audiodescritos só tem a acrescentar de forma positiva na construção da memória da audiodescrição no país.

Candau (2011) aborda que a memória preenche o sujeito, sem ela o indivíduo não consegue estabelecer suas capacidades cognitivas e vive apenas o presente, não consegue fazer ligações com os aspectos históricos que auxiliam a construir o presente em que vive. E o método dialético adotado nesta pesquisa traz essa percepção da necessidade do indivíduo dialogar com a história que constituiu a sociedade em que vive, além de que esta pesquisa defende que para acontecer o processo informacional é preciso que o indivíduo estabeleça aspectos cognitivos, constitua sua consciência através do conhecimento e realize a interação dos saberes entre os contextos históricos, políticos, econômicos e sociais para então estabelecer uma opinião sobre determinado fato. E para tal é preciso da memória para que esse processo se desenvolva de forma permanente.

A memória permite que o indivíduo se organize no tempo e no espaço, logo as pessoas com deficiência visual, as principais beneficiadas com a informação audiodescritiva, precisam ter acesso a esse registro que vem sendo produzido pelos grupos e núcleos de pesquisa. E então conseguirem se situar no presente e entender como esse tipo de informação pode auxiliar nos seus processos de inclusão e acessibilidade social, deixando-os cada vez mais na posição de cidadãos ativos do que de sujeitos subalternos, à margem da sociedade.

A presença da CI neste contexto da informação audiodescritiva permitirá que essa produção dos materiais audiodescritos pelos grupos e núcleos de pesquisa analisados, seja

registrada de forma ordenada, com as devidas classificações possibilitando a garantia da integridade, autenticidade e de um permanente acesso a esses materiais.

Candau (2011), afirma que a memória dos acontecimentos auxilia na construção da identidade social, logo a construção da memória da informação audiodescritiva auxiliará no desenvolvimento da identidade das pessoas com deficiência visual que verão nessa informação uma possibilidade de interagir com o seu meio social.

Ainda é uma realidade bastante distante da brasileira a execução das ações de preservação e políticas de salvaguarda de forma correta e presente nas instituições públicas que são responsáveis por patrimônios audiovisuais. O que se encontra são profissionais pouco capacitados para lidar com seus acervos, a falta do profissional arquivista e do cientista da informação neste contexto, ou seja, a falta de incentivo em ressaltar a importância desse processo de preservação, que já vem com déficit desde os cursos de graduação em Arquivologia, que não abordam em sua matriz curricular disciplinas com ênfase para essa questão das ações de preservação e das políticas de salvaguarda, com intuito de conscientizar os profissionais em formação.

Ricoeur (2003) retrata que o esquecimento é uma ameaça para a construção da memória. E para que todo esse processo dos materiais audiodescritos que estão sendo produzidos pelos grupos e núcleos de pesquisa não se percam, não sejam esquecidos, é preciso que as ações de preservação (com acesso permanente aos arquivos) e as políticas de salvaguarda (a garantia da preservação com este acesso) sejam realizadas de forma coerente, e para que isso ocorra os profissionais audiodescritores precisam do auxílio da CI.

Nesse contexto, percebe-se um cidadão formado a partir de várias situações promovidas pelos processos de globalização e padrões de consumo, que traz o global para o local e promove a diversificação cultural, uma sociedade heterogênea e cada vez mais capitalista. Bauman (2007, p.90) observa que “Para apresentar de maneira diferente, o segredo de toda ‘socialização’ bem-sucedida é fazer os indivíduos desejarem realizar o que é necessário para capacitar o sistema a se auto-produzir”, ou seja, nesse sistema social atual a cultura é movida por ações de consumo/capital.

A “democratização da informação” surge como um fluxo do contexto do consumo elaborado pelas TIC, que permitem a disseminação da informação, como forma de consumo para os usuários; no entanto, esse processo não ocorre com igualdade de acesso e nem com democratização, pelo contrário, o que há é uma disparidade enorme neste processo entre os usuários, inclusive com os sujeitos com deficiências.

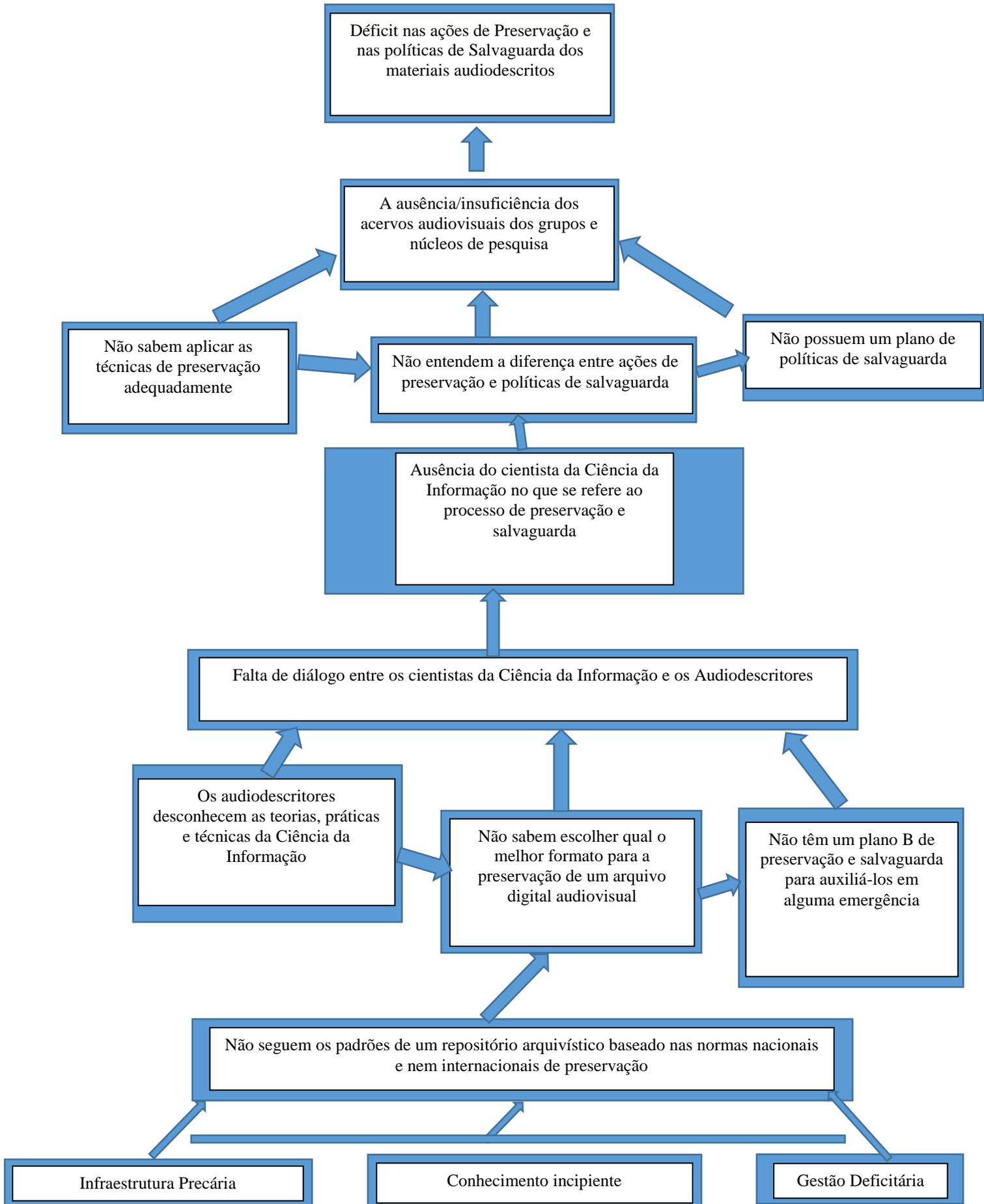
É válido para o sistema capitalista que essa imagem de consumidor ativo permaneça, pois é isso que move o mercado dos bens materiais e culturais e preserva essa lógica. Baudrillard (2007) afirma que: “onde o indivíduo é hoje requerido enquanto tal praticante insubstituível é no papel de consumidor”, ou seja, o que mais importa para o padrão social é o indivíduo no papel de consumidor, que gera lucro, capital, para o Estado, e não como um indivíduo que precisa de orientação e ajuda para conseguir ter uma vida digna e coberta pelos seus direitos básicos, como acesso à saúde, educação, alimentação, dentre outros aspectos.

Portanto, a preocupação em manter a aplicabilidade da informação audiodescritiva já registrada por lei ainda fica a desejar e em segundo plano nessa sociedade que tem como principal objetivo obter lucro, e não promover “despesas”, como são vistos pelo Estado os investimentos nos recursos que possibilitam a informação audiodescritiva nas cenas culturais.

Harvey (1996) aborda o jogo de linguagens existentes neste contexto contemporâneo que caracteriza um discurso movido por poder. Esse discurso promove uma realidade em que os indivíduos, na condição de subalternos, não têm chance de agir como cidadãos como os demais, como afirma Foucault (1996), que todo discurso tem por trás uma fala já precedida que caracteriza aquele jogo de linguagem, trazendo assim um significado para aquele contexto que termina sendo caracterizado pelo jogo de poder.

É necessário que todos os ambientes sejam acessíveis no atual contexto contemporâneo. Segundo Santana, Almeida e Baranauskas (2008, p. 72), "Acessibilidade na Web significa que pessoas com diferentes tipos de limitação podem perceber, entender, navegar, interagir com a Web e contribuir para a mesma". E a "Usabilidade, em suma, é a capacidade de um produto ser utilizado por usuários específicos para atingir objetivos específicos com eficiência e satisfação, dentro de um determinado contexto de uso". É devido a esse contexto que a pesquisa caracteriza como muito importante a presença de um ambiente digital acessível, que proponha manter a integridade e a autenticidade do material, mantendo-o preservado e acessível de forma permanente e para um maior número de pessoas.

A árvore de problemas elaborada a seguir mostra onde essas questões sobre ações de preservação e as políticas de salvaguarda analisadas nos grupos e núcleos de pesquisa estão situadas.



Diante dessa árvore de problemas, pode-se destacar o *Legatum Sonus et Imago* como um ambiente digital que pode auxiliar a solucionar as ações de preservação dos materiais digitais produzidos pelos grupos e núcleos de pesquisa, por estar sendo construído em uma base acessível e com usabilidade. O *Legatum Sonus et Imago*, por usar o *software* livre *AtoM* (*Access to Memory*), e em breve também o *software Archivemática*, já é regido sob os princípios de um ambiente que oferece possibilidades, em seu esquema de metadados, para o controle de acesso associado a questões sobre direitos autorais; logo, os materiais audiodescritos pelos grupos e núcleos de pesquisa que estiverem com complexidades de direitos autorais poderão ser descritos no *Legatum Sonus et Imago* (com *Archivemática* e *AtoM*), solucionando as dúvidas dos pesquisados quanto a esta questão.

Estes *softwares* permitem que seja possível fazer descrições e a preservação digital, sem que fiquem disponíveis até que seja possível e permitido pelo autor. Logo, os materiais audiodescritos estarão preservados no ambiente *Legatum Sonus et Imago* (quando efetivamente concluído e em uso), mas sem o devido acesso aos arquivos que estejam protegidos por questões de direitos. Devido a essa situação, a pesquisa propõe o uso de ambientes como o *Legatum Sonus et Imago*, para se manter um padrão de preservação adequado dos materiais audiodescritos para auxiliar na construção da memória da informação audiodescritiva no Brasil e solucionar os problemas detectados na análise e retratados, anteriormente, na árvore de problemas.

6.2 NOVAS ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO E MARKETING COM OBJETIVO DE AUMENTAR A VISIBILIDADE DOS GRUPOS E NÚCLEOS DE PESQUISA INVESTIGADOS

Na construção dessa seção se fazem determinantes, a área de formação da pesquisadora em Comunicação e Marketing, pois devido a sua expertise nesse contexto, a mesma resolveu trazer este olhar para a temática retratada na pesquisa. E mais uma vez, a contribuição das leis da dialética materialista, quando se propõe estratégias que trarão mudanças, transformações, na percepção dos grupos e núcleos de pesquisa analisados perante a sociedade e aos públicos que dialogam, tornando-os mais conhecidos e com isso auxiliando na divulgação da informação audiodescritiva e na possibilidade de crescimento de inclusão e acessibilidade social das pessoas com deficiência visual.

A pesquisa foi toda desenvolvida procurando trazer as perspectivas históricas, sociais, políticas, econômicas da temática analisada, por isso em alguns momentos foram trazidos

contextos históricos sobre as pessoas com deficiência, em outros as legislações antigas e atuais sobre a temática da acessibilidade e da inclusão social, como também o desenvolvimento social e legal da informação audiodescritiva no país, visando suprir a linha de análise da dialética materialista, método abordado nesta pesquisa. Assim, segue essa análise, trazendo as ações de comunicação e marketing, para abordar um contexto atual, que move essa sociedade contemporânea e pode ser adequado à esta temática da informação audiodescritiva, trazendo importantes contribuições.

A sociedade contemporânea é movida pela lógica do consumo, caracterizada pelo contexto globalizado que utiliza os recursos tecnológicos para otimizar e compartilhar para todos, de forma simultânea, informações sobre aspectos culturais, sociais, econômicos e políticos dos países.

No contexto globalizado, segundo Kotler (1998, p. 25), “As empresas alertas veem a tecnologia como produtora de interminável fluxo de oportunidades”, logo, no quadro social atual, as estratégias de comunicação e marketing para as organizações são de vital importância e têm como aliado os avanços tecnológicos que permitem que essas estratégias tenham um resultado satisfatório, já que possibilitam a comunicação da empresa com outros mercados, adquirindo novos segmentos e estabelecendo um serviço de atendimento personalizado dentro de um canal de relacionamento/comunicação direto com o seu público-alvo (CONCEIÇÃO, 2016).

As estratégias de comunicação e de marketing devem ser baseadas em um planejamento estratégico, onde as ações são estudadas, analisadas e formuladas para acontecer no momento adequado, para o público-alvo coerente. O papel da comunicação e do marketing nesse contexto global é o de promover a identidade visual e o posicionamento da organização no mercado em que ela atua, estabelecendo uma relação de troca, com o público-alvo e seus parceiros (CONCEIÇÃO, 2016).

A aplicação de estratégias ocorre a partir desse processo de planejar ações para atingir as metas e os objetivos da empresa. Segundo Ansoff (1991, p.93), “As novas regras e diretrizes para decisão, que orientam o processo de desenvolvimento de uma organização, têm sido chamadas de estratégias”, ou seja, indicam o caminho a ser seguido para conseguir manter a empresa com vantagem competitiva dentro do ambiente mercadológico (CONCEIÇÃO, 2016).

Segundo Conceição, 2016, p.17:

A estratégia deve se adequar aos parâmetros que a empresa deseja seguir, qual postura irá adotar perante o mercado, só assim, com essa especificação clara

e objetiva é que pode-se criar as estratégias eficazes para a situação em questão. Esse mecanismo estratégico pode ser usado para redefinição de posicionamento, para seguir as tendências de mercado, para lançar produtos/serviços, dentre outros aspectos que envolvem as metas empresariais. Diante desse contexto organizacional que funciona em constante movimento, deve-se escolher as direções de crescimento e contagiar todo o corpo empresarial, em prol dessas novas estratégias, para se obter um resultado positivo.

É possível utilizar as ações de comunicação e de marketing para elaborar e direcionar uma causa social, fazendo com que seus resultados positivos aumentem, através do uso de estratégias mercadológicas e institucionais. Os esforços de marketing foram por muito tempo direcionados apenas para os mercados com fins lucrativos, porém, nos últimos anos, as estratégias de marketing se tornaram muito relevantes para o desenvolvimento do mercado sem fins lucrativos também. Segundo Conceição, 2016, p. 18:

É o uso das estratégias de marketing para conhecer o seu mercado (pesquisa de marketing), o público-alvo e a segmentação em que a causa faz parte, que proporciona um direcionamento mais assertivo para atingir os possíveis receptores que podem auxiliar com o desenvolvimento da instituição. A instituição para conseguir se manter, precisa ser vista e reconhecida socialmente com seriedade e credibilidade, por isso as estratégias de marketing sem fins lucrativos, se aplicadas corretamente pela gestão da associação podem trazer grande crescimento para a mesma. O marketing sem fins lucrativos só oferece resultado se a instituição conhecer seu mercado e seus “clientes”, para que os recursos pleiteados sejam utilizados em áreas que realmente trarão bons e efetivos resultados para a associação. Pois, não adianta conseguir patrocínio e ações de voluntariado se não souber aplicar corretamente as ações para suprir as carências da associação e as necessidades do seu público-alvo.

Nesse contexto atual, a análise dos grupos e núcleos de pesquisa constatou que os mesmos possuem *blogs*, listas de discussão em *e-mails*, *sites* próprios ou uma página *online* dentro do *site* da universidade de que fazem parte. O grupo UFBA-TRAMAD possui uma *Fan Page* no *Facebook* e atualiza o conteúdo com informações sobre palestras, legislações e possibilidades de capacitação na área da informação audiodescritiva, além de ter um site bem estruturado sobre o grupo, suas ações, seus membros e sua história; o grupo UECE-LEAD possui um *blog*, uma lista de *e-mails* onde ocorre troca de informações sobre a audiodescrição, divulgação de palestras e material acadêmico sobre o tema, além de ter um grupo público no *Facebook*, que mantém atualizado com postagens sobre o tema, dicas de eventos na área e atualização sobre a legislação; e o núcleo UFPE-NACE possui uma *Fan Page* no *Facebook* e também a atualiza com regularidade, informando os cursos disponibilizados pelo grupo na área

da temática, informação sobre eventos na área e atualização sobre a legislação de audiodescrição e de libras.

A partir da análise das informações contidas nos *sites*, *blogs* e redes sociais desses grupos e núcleos de pesquisa analisados foi possível elaborar cinco estratégias, que seguem abaixo, que possam vir a colaborar com o desenvolvimento destes no ambiente social.

As ações de aprimoramento estratégico poderiam estar associadas à efetiva ação nas redes sociais como *Facebook* e *Instagram*, através do uso do marketing digital – que significa “Promover produtos ou marcas por meio de mídias digitais” (MARKETING DE CONTEÚDO, 2016) –, e poderiam estabelecer um aumento de visibilidade da ação dos grupos e núcleos. Para tal deveria ser promovida uma parceria com estudantes de comunicação e marketing para se tornarem integrantes dos grupos e ajudarem no processo estratégico da construção e disseminação da imagem do grupo, indo além do que eles já realizam, utilizando ferramentas digitais de forma realmente estratégica, direcionada por um profissional da área. Esses estudantes de comunicação e marketing poderiam ser selecionados na própria universidade, e nos casos em que a universidade não ofereça cursos nessa área, poderiam ser feitas parcerias com outras universidades e selecionar os estudantes.

Essa ação pode não ter custos, caso consigam esses estudantes como membros voluntários no grupo; a outra possibilidade seria o grupo ou núcleo poder contar com bolsas, por exemplo, do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) para atender essa nova demanda.

A segunda ação envolveria a produção de eventos nas universidades públicas e privadas, como palestras e simpósios sobre a temática, e a ação e os propósitos dos grupos e núcleos de pesquisa, no seu dia-a-dia, sobre a informação audiodescritiva. O grupo/núcleo poderia se organizar entre as disponibilidades dos líderes e dos membros e se direcionar a cada universidade para apresentar a proposta do grupo/núcleo e agendar um dia ou no máximo dois dias de evento para apresentarem a proposta de pesquisa e a possibilidade de parcerias em prol do desenvolvimento da informação audiodescritiva no país. O custo dessa ação seria o deslocamento das pessoas selecionadas pelo grupo até a universidade.

A terceira ação seria propor uma parceria com a rádio e a TV local de cada grupo de pesquisa para promover parceria sobre a divulgação do assunto. Essa ação poderia ser planejada da seguinte maneira: o grupo entraria em contato com a rádio e a TV local e apresentaria seu projeto de pesquisa e a importância dessa ação como cunho de responsabilidade social para esses meios de divulgação, que estariam promovendo uma ação social, o que é exigido hoje pelo mercado consumidor, para que a imagem da empresa adquira credibilidade.

Seria criado um *spot* de 15 segundos falando sobre o grupo/núcleo para ser divulgado na rádio. O texto poderia ser feito pelo próprio grupo e a rádio gravaria e exibiria o *spot* durante sua programação, pelo menos duas vezes na semana. Na TV, a proposta é convidar membros dos grupos/núcleos para falar sobre o tema, dentro da sua programação, em programas específicos que conseguissem retratar o tema. O custo dessas ações seria o deslocamento das pessoas selecionadas pelo grupo, que se dirigiriam à rádio e à TV para propor as parcerias e depois para fazer o *spot* ou a entrevista, caso obtivessem um resultado positivo.

A quarta seria propor parceria com organizações não-governamentais e associações que lidam com pessoas com deficiência, para ampliar o raio de atuação do grupos e núcleos e também aumentar a quantidade de pessoas com deficiência visual que venham a conhecer e possam utilizar o recurso, através de eventos como palestras, encontros, simpósios, dentre outros. O custo dessa ação é o deslocamento das pessoas selecionadas pelo grupo, que se dirigiriam a essas organizações não-governamentais para propor as parcerias, e futuramente estariam à disposição para retornar a esses locais para fazer palestras, simpósios, promover discussões em geral.

E a quinta ação seria um encontro anual dos grupos de pesquisa que trabalham com esse recurso para trocar experiências, ações assertivas, os erros cometidos, as propostas de melhorias. Esses eventos podiam ser realizados no espaço das universidades que sediam esses grupos e núcleos de pesquisa e a cada ano poderia ser organizado por um grupo/núcleo que sediaria em sua universidade o evento, atendendo os demais grupos e gerenciando as atividades produzidas nesse evento.

O custo para essa ação poderia requerer um processo de participação em editais públicos, para obter auxílio com o financiamento do evento, do deslocamento dos palestrantes e das despesas do próprio grupo/núcleo e universidade que estaria organizando o evento.

Concluindo este capítulo, pudemos compreender os problemas encontrados na etapa de coleta de dados e organizar as perspectivas da pesquisada com base da realidade encontrada nos grupos e núcleos de pesquisa analisados. Foi reafirmado o propósito da pesquisa de que a CI pode e deve entrar nesse contexto da audiodescrição, como mais uma “voz” que auxiliará os profissionais audiodescritores que já desenvolvem o tema e, conseqüentemente, a memória da audiodescrição no país. Os cientistas da informação nesse contexto irão aprimorar essa construção da memória da informação audiodescritiva, pois trarão suas expertises teóricas, técnicas e práticas para desenvolver esse processo da melhor maneira.

O capítulo também possibilitou uma nova análise e uma nova visão sobre as ações dos grupos e núcleos de pesquisa analisados com os públicos que dialogam, através das estratégias

de comunicação e marketing propostas, com objetivo de ampliar a visibilidade na realização das audiodescrições, proporcionando assim aos grupos/núcleos de pesquisa mais possibilidades de interagirem, buscarem parcerias e divulgarem sua produção que visa a inclusão e a acessibilidade social de pessoas com deficiência visual.

O próximo capítulo irá concluir análise de dois anos de pesquisa desse primeiro momento, realizada no curso de mestrado, que pretende-se ampliar em uma segunda fase, num projeto de doutoramento, ainda sobre essas perspectivas da informação audiodescritiva. Nesse próximo capítulo serão retomados o problema, a hipótese e os objetivos propostos no início da pesquisa e será analisado o que foi refutado ou confirmado, de que forma isto aconteceu, mediante a todo o percurso percorrido nesses seis capítulos anteriores.

7 CONCLUSÃO

Buscou-se compreender nesta pesquisa como a CI poderia colaborar com o desenvolvimento da informação audiodescritiva. Um contexto ainda novo no Brasil, que está sendo desenvolvido pelas áreas de Pedagogia, Letras e Comunicação mais ativamente, através de atividades acadêmicas, por meio de seus grupos e núcleos de pesquisa que lidam com audiodescrição para pessoas com deficiência visual, para ampliar o processo de inclusão e acessibilidade social desse público.

Diante a pesquisa de campo realizada pode-se perceber que o pensamento da pesquisadora e a resposta da pesquisa foram congruentes, pois a falta do diálogo entre as áreas que estudam e produzem a informação audiodescritiva e a CI dificulta nas ações de preservação e nas políticas de salvaguarda dos materiais audiodescritos produzidos. Conseqüentemente, o registro da história da audiodescrição pode ser prejudicado, devido à falta de consciência e de aplicabilidade das teorias, práticas e técnicas da CI nesse contexto da informação audiodescritiva, que vem sendo construído pelos grupos e núcleos de pesquisa das Universidades Federais e Estaduais aqui investigadas.

Percebe-se que os pesquisados, apesar de compreenderem a importância das ações de preservação e das políticas de salvaguarda, estão confusos com os conceitos e suas aplicabilidades no registro dos materiais audiodescritos que produzem. Diante da análise dos dados realizada observa-se que as práticas de preservação utilizadas ainda são incipientes e frágeis, em alguns casos, e totalmente insipientes em outros.

O problema investigado nesta pesquisa foi movido pela seguinte inquietação: Como as teorias, técnicas e práticas da Ciência da Informação podem agir no desenvolvimento da inclusão e acessibilidade sociais de pessoas com deficiência visual, através da informação audiodescritiva? Diante dessa pergunta, pode-se observar que a CI pode auxiliar nesse processo de forma bastante positiva, pois sua expertise é vital para manter a construção da memória da informação audiodescritiva no país, e já que é uma área que se propõe a promover o acesso à informação, não pode ficar à parte do contexto da audiodescrição que desenvolve o acesso da informação às pessoas com deficiência visual. Sem o cientista da informação dialogando com as demais áreas que desenvolvem a informação audiodescritiva, haverá um grande déficit na memória da audiodescrição no Brasil.

A CI, através de suas teorias, estabelece uma base teórica necessária para nortear o profissional que está lidando com o acesso à informação, de forma que este consiga compreender e efetuar a disseminação, transmissão, registro, ações de preservação e políticas

de salvaguarda da forma adequada e permita o desenvolvimento da memória social da temática em questão. As técnicas da CI permitem que o profissional consiga entender e aprender como deverá aplicar o que observou na teoria, pois as técnicas mostram o caminho que deve ser feito para que o embasamento teórico seja passível de aplicação.

Quanto à prática, trata-se exatamente colocar em ação as técnicas da CI, fazer valer todas as regras e normas da preservação e da salvaguarda na construção e manutenção de um acervo de materiais audiodescritos, por exemplo. Na criação de um acervo audiovisual, as técnicas da CI sobre as ações de preservação e as políticas de salvaguarda irão direcionar a maneira de tratamento e de desenvolvimento de um acervo, fazendo com que os materiais audiodescritos permaneçam acessíveis para o público-alvo de forma permanente, pois está sendo registrado corretamente e o profissional está colocando em prática as teorias e técnicas da CI. Devido a essa percepção da pesquisadora, foi constatado que o problema que norteou a pesquisa foi respondido e afirmou a necessidade da CI no contexto da informação audiodescritiva.

Desse modo, no que se refere à hipótese aventada na pesquisa (de que a inexistência de ações e políticas adequadas, respectivamente, de preservação e de salvaguarda da informação audiodescritiva produzida por parte dos grupos e núcleos de pesquisa das Universidades Federais da Bahia, de Pernambuco e de Minas Gerais e da Universidade Estadual do Ceará, promove déficit na formação da memória social da informação audiodescritiva no Brasil), destaca-se que a mesma foi confirmada no percurso da pesquisa, pois a incipiência no contexto de ações de preservação e das políticas de salvaguarda por parte dos grupos e núcleos de pesquisa analisados pode prejudicar o desenvolvimento da memória da audiodescrição no país.

Esse déficit ocorrerá porque os profissionais analisados não compreendem as teorias, técnicas e práticas da CI (conforme foi explicado no parágrafo referente ao problema da pesquisa), logo não registram o seu material audiovisual de forma correta e por isso se expõem a um grande risco de perda total ou parcial do que produzem, podendo provocar uma lacuna na história da audiodescrição que está sendo escrita pelos grupos e núcleos de pesquisa, que atuam como atores principais no desenvolvimento desta temática.

O objetivo geral, de compreender como as teorias, técnicas e práticas da Ciência da Informação podem atuar no processo de inclusão e acessibilidade sociais e no empoderamento de pessoas com deficiência visual, promovido pela informação audiodescritiva, foi alcançado, ao tempo em que norteava e direcionava a pesquisa.

Percebeu-se, através do resultado da coleta de dados, que se os profissionais que lidam com a informação audiodescritiva, pertencentes aos grupos e núcleos de pesquisa analisados,

compreendessem o embasamento teórico da CI, juntamente com a aplicabilidade das suas técnicas, e as colocassem em prática em seus acervos audiovisuais (conforme foi explicitado anteriormente), a memória social da audiodescrição estaria sendo construída e desenvolvida de forma correta e propiciaria um maior crescimento da temática na sociedade brasileira, possibilitando um acesso amplo e permanente ao que está sendo produzido sobre o tema. Conseqüentemente, ampliaria o processo de inclusão e acessibilidade social deste público com deficiência visual. No entanto, sem o uso das teorias, práticas e técnicas da CI, percebe-se, mediante a análise de dados, que os grupos/núcleos não atuam de forma coerente em seus acervos, com relação às ações de preservação e políticas de salvaguarda, prejudicando a memória social da temática em questão.

Os objetivos específicos, também foram cumpridos e auxiliaram no alcance e na compreensão do objetivo geral. O primeiro objetivo específico, “identificar como a tecnologia audiovisual, através do processo da audiodescrição, pode auxiliar na inclusão e acessibilidade sociais de pessoas com deficiência visual”, e o segundo, “caracterizar o papel da Ciência da Informação, dentro do contexto da informação audiodescritiva, para promover a independência e autonomia de pessoas com deficiência visual”, foram cumpridos nos capítulos 2 e 3. Identificou-se através das TIC, por meio da tecnologia assistiva, que a informação audiodescritiva pode ser desenvolvida e propiciar, nas cenas culturais, pedagógicas, profissionais, de esporte e de lazer, a inclusão social e o acesso desse público a esse contexto, permitindo que as pessoas com deficiência visual atuem como cidadãos ativos. Foi possível perceber isto e cumprir o objetivo específico, mesmo sem analisar as pessoas com deficiência visual, pois aqui o foco é a compreensão dos grupos e núcleos de pesquisa e seu processo de preservação e salvaguarda dos materiais audiodescritos, mas se a informação audiodescritiva é produzida por esses grupos e núcleos de pesquisa para o público com deficiência visual, não havia como abordar esta pesquisa sem entender a importância da informação audiodescritiva para este público com deficiência visual. E por meio da caracterização do papel da CI, ficou visível que através do diálogo com as teorias, técnicas e práticas da área é possível melhorar a atuação da informação audiodescritiva no contexto social, pois a CI propiciará um auxílio no desenvolvimento da memória social da temática na sociedade.

O terceiro objetivo específico, “Propor estratégias de preservação e salvaguarda das informações audiodescritivas produzidas pelos grupos e núcleos de pesquisa das universidades federais da Bahia, de Pernambuco e de Minas Gerais e da Universidade Estadual do Ceará”, foi cumprido no capítulo 6. Naquele capítulo foi especificado e identificado o contexto das ações de preservação e das políticas de salvaguarda já utilizadas pelos grupos e núcleos de pesquisa

analisados, e foram propostas novas estratégias, como a Iniciativa *Legatum Sonus et Imago*, e as estratégias de comunicação e marketing para auxiliar o desenvolvimento desses grupos e núcleos, permitindo que a memória da audiodescrição seja desenvolvida e que esse trabalho realizado por eles seja disseminado socialmente, devido a sua importância no contexto social das pessoas com deficiência visual. Os três objetivos auxiliaram na construção da pesquisa, no caminho a ser seguido.

Diante desse contexto, pode-se observar que os objetivos conseguiram esclarecer a importância da informação audiodescritiva na atual sociedade contemporânea e mostrar a relevância da CI nessa situação, através da expertise do cientista da informação.

Pretende-se dar continuidade a esta pesquisa, agora num âmbito de maior duração e complexidade, no doutorado, com o objetivo de levar esse diálogo adiante, efetivando o alcance das ideias aqui descritas, para que sejam colocadas em prática. A pretensão é que as ações de preservação e as políticas de salvaguarda propostas nesta dissertação possam ser ampliadas e efetivadas, onde a Iniciativa *Legatum*, com sua plataforma *Legatum – Sonus et Imago*, estará mais preparada e adequada para prover esse diálogo entre as áreas da CI e as demais áreas que desenvolvem a temática da pesquisa.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes Ltda., 6º ed., 2012.

ALMEIDA, Marco Antônio de; NOGUEIRA, João Robson Fernandes. Memória, Cultura Popular e Tecnologias da Informação e Comunicação. In: GALINDO, Marcos (Org). **Cultura, Tecnologia e Memória**. Recife: Néctar, 2012, 600p.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE DEFESA DOS DIREITOS DOS IDOSO E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA - AMPID. **A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade**. São Paulo, 2012.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O que é ciência da informação? **Revista da Informação**, Londrina, 2014. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/informacao/>> Acesso em: 25 abr. 2014.

ARAÚJO, Souza Fernando. **Sobre o Materialismo Dialético e o Materialismo Histórico**. Rio de Janeiro: Edições Horizontes, 1945.

———. **Sobre o Materialismo Dialético e o Materialismo Histórico**. Rio de Janeiro: Edições Horizontes, 1954.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 15290:2005**, que dispõe sobre Acessibilidade em Comunicação na Televisão, 2010. Disponível em: <www.abnt.org.br> Acesso em: 7 mai. 2014.

BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatística Aplicada às Ciências Sociais**. Santa Catarina: Editora UFSC, 2005.

———. Técnicas de Amostragem. In: ———. **Estatística Aplicada às Ciências Sociais**. Florianópolis: Editora UFSC, 2005.

BAUDRILLARD, Jean. **A Sociedade de Consumo**. Lisboa/ Portugal: Editora 70, Ltda., 2007.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para o consumo - a transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

BENEVIDES, Maria Victória. **Cidadania e direitos humanos**. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2004. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/textos/benevidescidadaniaedireitoshumanos.pdf>> Acesso em: 29 set. 2012.

BERSCH, Rita. Introdução à tecnologia assistiva. **CEDI - Centro Especializado em Desenvolvimento Infantil**. Porto Alegre - RS, 2008.

BOHM, David. **O Diálogo**. Los Angeles, 1989. Disponível em: <<http://cmq.esalq.usp.br/wiki/lib/exe/fetch.php?media=publico:syllabvs:lcf5875:2010:recursos:o-dialogo-david-bohm-andrea.pdf>> Acesso em: 03 jul. 2015.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 16ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BOTELHO, Isaura. Dimensões da Cultura e Políticas Públicas. **São Paulo em Perspectiva**, vol. 15 n° 2, São Paulo, 2001, p.74. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000200011>

Acesso: 08 ago. 2013.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues & STRECK, Danilo Romeu. (organizadores). **Pesquisa participante: o saber da partilha**. São Paulo: Editora Ideias e Letras, 2006.

BRASIL. Constituição, 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Contém as emendas constitucionais posteriores. Brasília, DF: Senado, 1988.

———. **Lei nº 9 394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Leis e bases da Educação Nacional - LDB. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil, Brasília, n 108, 20 de dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm> Acesso em: 13 fev. 2014.

———. **Decreto nº 3.298** de 20/12/1999. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 21 dez. 1999.

———. Ministério das Comunicações. **Lei nº 10.098**, de 19/12/2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 20 dez. 2000. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L10098.htm>>. Acesso em: 23 abr. 2014.

———. **Decreto nº 5.296** - 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis n^{os} 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil, Brasília, n.116, 2 dez. 2004. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm> Acesso em: 20 mai. 2014.

———. Ministério das Comunicações. **Portaria nº 310**, de 27 de junho de 2006. Aprova a Norma nº 001/2006 - Recursos de acessibilidade, para pessoas com deficiência, na programação veiculada nos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil, Brasília, n.122, 28 jun. 2006. Seção 1, p. 34.

———. Ministério de Ciência e Tecnologia. **Chamada pública MCT/FINEP/Ação Transversal** - Tecnologias assistivas - Seleção pública de propostas para apoio a projetos de pesquisa e desenvolvimento de tecnologias assistivas para inclusão social de pessoas portadoras de deficiência e de idosos - Brasília, setembro 2005.

_____. **Lei nº 12.527**, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no. 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.

_____. (Congresso. Senado. Câmara). **Projeto de Lei nº 5.156**, de 2013. Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão do audiodescritor. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=D02F497ED7908A6EE5955C7E0E6D41A1.node1?codteor=1073586&filename=Avulso+-PL+5156/2013> Acesso em: 17 out. 2015.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial (SEESP). **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Brasília**, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm Acesso em: 05 mar. 2015.

_____. Ministério das Comunicações. **Portaria nº 188**, de 24 de março de 2010. Tornou obrigatório para as emissoras de TV abertas do país disponibilizarem na sua programação semanal, por meio da função da tecla SAP, no mínimo duas horas com o uso do recurso da audiodescrição. Disponível em: <<http://www.mc.gov.br/portarias/26611-portaria-n-188-de-24-de-marco-de-2010>> Acesso em: 24 jul. 2016.

_____. Ministério das Comunicações. **Portaria nº 661**, de 14 de outubro de 2008. D.O.U., 15 out. 2008a. Disponível em: <<http://www.audiodescricao.com/aceessivelportariasuspensao.htm>> Acesso em: 24 jul. 2016.

_____. Ministério das Comunicações **Portaria nº 466**, de 30 de julho de 2008. D.O.U., 31 jul. 2008b. Disponível em: <<http://www.mc.gov.br/o-ministerio/legislacao/portarias>>. Acesso em: 24 jul. 2016.

_____. Ministério das Comunicações. **Portaria nº 403**, de 27 de junho de 2008. D.O.U., 30 jun. 2008c.. Disponível em: <<http://www.mc.gov.br/o-ministerio/legislacao/portarias>>. Acesso em: 24 jul. 2016.

BURKE, James; ORNSTEIN, Robert. **O presente do fazedor de machados: os dois gumes da história da cultura humana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

CANALTECH. Disponível em: <<https://canaltech.com.br/o-que-e/software/quais-sao-as-diferencas-entre-avi-rmvb-mkv-e-mp4-e-como-roda-los/>> Acesso em: 25 de out. 2016.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e ciência da informação. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia, 2003.

CAPURRO, Rafael e HJORLAND, Birger. O conceito de informação. **Revista Perspectivas em Ciência da Informação**, v.12, n.1, p.148-207, jan./abr. 2007. Disponível em: <<http://bogliolo.eci.ufmg.br/downloads/CAPURRO.pdf>> Acesso em: 26 de set. 2015.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

CARDOSO, Eduardo; SCHERER Fabiano, SILVA, Tânia Koltermann da. **Tipos de Acessibilidade em Ambientes Culturais**. Disponível em: <<https://moodle.ufrgs.br/mod/folder/view.php?id=765503>> Acesso em: 18 mar. 2016.

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania Cultural - O Direito à Cultura**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1ª edição, 2006, 147p.

COELHO, Teixeira. **Dicionário Crítico de Política Cultural - Cultura e Imaginário**. São Paulo: Editora Iluminuras Ltda, 1997.

COMITÊ DE AJUDAS TÉCNICAS - CAT. Disponível em: <http://www.mj.gov.br/sedh/ct/corde/dpdh/cordeQcomite_at.asp> Acesso em: 26 mai. 2015.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - CNPQ. **Plataforma Lattes**. Disponível em <<http://lattes.cnpq.br/>> Acesso em: 22 mar. 2016.

CONCEIÇÃO, Tamires Neves. **Associação Baiana de Cegos: Estratégias de comunicação e marketing para fortalecer a rede de voluntários**. [artigo de conclusão do MBA em Comunicação Corporativa] Salvador: Universidade Salvador - UNIFACS, 2016.

COSTA, Luciana Ferreira da, SILVA; Alan Curcino Pedreira da; e RAMALHO, Francisca Arruda. (Re)visitando os estudos de usuário: entre a “tradição” e o alternativo”. **DataGramZero - Revista de Ciência da Informação**, v.10, n.4, artigo 3, Ago. de 2009. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/ago09/Art_03.htm#R1> Acesso em: 16 mar. 2014.

COORDENADORIA NACIONAL PARA INTEGRAÇÃO DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA - CORDE. **Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência**, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=424-cartilha-c&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192> Acesso em: 21 mar. 2016.

COVRE, Maria de Lourdes Mazini. **O que é cidadania**. 3ª ed., São Paulo – SP: Brasiliense, 2005.

CULTURA REPRESENTAÇÃO E INFORMAÇÃO DIGITAIS - CRIDI. Disponível em: <<http://www.cridi.ici.ufba.br/>> Acesso em 11 de out. 2016.

DEFICIENTE ONLINE. **Deficiência visual**, 2015. Disponível em<http://www.deficienteonline.com.br/deficiencia-visual-classificacao-e-definicao___14.html> Acesso em: 19 abr. 2016.

FONSECA, Maria Odila. **Arquivologia e Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

FOUCAULT, Michael. **A ordem do discurso**. Paris: Éditions Gallimard, 1996.

_____. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **As Palavras e as Coisas - Uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FOULQUIÉ, Paul. **A dialética**. São Paulo: Gráfica European, 1979.

FRANCO, C. P. Eliana. Em busca de um modelo de acessibilidade audiovisual para cegos no Brasil: um projeto piloto. **Tradterm**, 13, 2007, p. 171-185.

_____. A importância da pesquisa acadêmica para o estabelecimento de Normas da Audiodescrição no Brasil. **Revista Brasileira de Tradução Visual**, Edição nº 3, 2010.

_____; SILVA, Manoela Cristina Correia Carvalho da. Audiodescrição: breve passeio histórico. In: MOTTA, Livia Maria Villela de Melo; ROMEU FILHO, Paulo (Org). **Audiodescrição - Transformando Imagens em Palavras**. São Paulo: Secretaria do Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.

_____; ARAÚJO, Santiago Vera. Questões terminológico-conceituais no campo da tradução audiovisual (TAV). **Tradução em Revista**, 2011.

FREITAS, Carvalho de Nivalda Maria. **A inserção de Pessoas em Deficiência em Empresas Brasileiras**. Um estudo sobre as relações entre concepções de deficiência, condições de trabalho e qualidade de vida no trabalho. [capítulo 2, tese de doutorado]. Belo Horizonte: UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Pós-graduação e Pesquisas em Administração da Faculdade de Ciências Econômicas, 2007.

FREITAS NETO, Albérico Salgueiro. **Do braille às tecnologias digitais de informação e comunicação**: leituras e vivências de cidadãos-cegos, suas relações com a informação e com a construção de conhecimento [dissertação de mestrado]. Salvador: UFBA - Universidade Federal da Bahia, ICI - Instituto de Ciência da Informação, 2006.

FREIRE, Araújo de Henrique Gustavo e SILVA, Carvalho Luiz Jonathas. A configuração do campo da ciência da informação: marcas de uma identidade. **Revista Inf. & Soc.:** Est, João Pessoa, v.22, p. 161-174, Número Especial, 2012.

FREIRE, Araújo de Henrique Gustavo e SERAFIM, Almeida Lucas. Ação de responsabilidade social para competências em informação. **Revista perspectivas em Ciência da Informação**, v.17, n.3, p. 155-173, jul./set. 2012.

FROHMANN, Bernd. O caráter social, material e público da Ciência da Informação. In: FUJITA, Mariangela S.L; MARTELETO, Regina Maria; LARA, Arilda L.G. de. **A dimensão epistemológica da Ciência da Informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. Marília: Fundepe, 2006. P-19-34.

_____. A documentação rediviva: Prolegômenos a uma (outra) filosofia da informação. **Morpheus: Revista Eletrônica em Ciências Humanas**. Rio de Janeiro: Ano 09, número 14, 2012. P- 227-249.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

KUNH, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Editora Perspectiva S.A, 1987.

GOLDMANN, Lucien. Importância do conceito de consciência possível para a comunicação. In: **Colóquios Filosóficos Internacionais de Royaumont: O conceito de informação na ciência contemporânea**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970, p. 38-67.

———. **Dialética e Cultura**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra S/A, 1979.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar - como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Editora Record Ltda., 1997.

GONZÁLEZ DE GOMÉZ, M.N. Para uma reflexão epistemológica acerca da Ciência da Informação. **Revista Perspectiva em Ciência da informação**. Belo Horizonte: v. 6, n 1, . 5-18, jan/jun, 2001.

HARVEY, David. **Condição Pós-moderna - Uma pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural**. São Paulo: Edições Loyola, 6º edição, 1996, 341p.

HESSEN, Johannes. **Teoria do Conhecimento**. Martins Fontes, SP, 2000.

HOLLÓS, Adriana Cox. O futuro da memória digital da Administração Pública Federal de Brasília. [dissertação de mestrado]. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Instituto Brasileiro de Comunicação e Tecnologia - IBICT, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Demográfico de 2010**. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Caracteristicas_Gerais_Religiao_De_ficiencia/caracteristicas_religiao_deficiencia.pdf> Acesso em: 22 set. 2015.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL DA BAHIA – IPAC. **Salvaguarda**. Disponível em: < <http://www.ipac.ba.gov.br/patrimonio-cultural/salvaguarda>> Acesso em: 10 mar. 2016.

JAPIASSU, Hilton. **Como nasceu a ciência moderna: e as razões da filosofia**. Rio de Janeiro: Imago, 2007.

JARDIM, José Maria. A lei de acesso à informação pública: dimensões político-informacionais. **Revista Tendências da pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB) - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), Rio de Janeiro, vol. 5, n.1, jan/dez, 2012.

———. A implantação da lei de acesso à informação pública e a gestão da informação arquivística governamental. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v.9, p.385-405, novembro, 2013.

JÚNIOR, Oswaldo Francisco de Almeida; NETO, João Arlindo dos Santos. Mediação da Informação e a Organização do Conhecimento: interrelações. **Revista Informação & Informação**, Londrina, v. 19, n. 2, mai/ago, 2014. P. 98 - 116.

LARAIA, Barros de Roque. **Cultura - Um conceito Antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor 1988,113p.

LEGATUM SONUS ET IMAGO. **Iniciativa Legatum**. Disponível em: <<http://www.legatum.ufba.br>> Acesso em: 20 jul. 2016.

LENGENDAGEM E AUDIODESCRIÇÃO - LEAD. **Grupo de pesquisa**. Disponível em: <<http://grupoleaduece.blogspot.com.br/>> Acesso em: 27 mar. 2016.

LÉXICO. **Dicionário de Português Online**. Disponível em: <<https://www.lexico.pt/acesso/>> Acesso em: 7 de abr. 2017.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência - o futuro do pensamento na era da informática**. São Paulo: Editora 34, 2008.

LIMA, José Francisco; LIMA, F. A. Rosângela; e VIEIRA, M. A. Paulo. O traço de união da áudio-descrição versos e controvérsias. **Revista Brasileira de Tradução Visual**, v. 1, n. 1, 2009. Disponível em: <<http://www.rbtv.associadosdainclusao.com.br/index.php/principal/article/view/11/14>> Acesso em: 23 mar. 2016.

———. GUEDES, C. Lívia; e GUEDES, C. Marcelo. Áudio-descrição: orientações para uma prática sem barreiras atitudinais. **Revista Brasileira de Tradução Visual**, v. 2, n. 2, 2010. Disponível em: <<http://www.rbtv.associadosdainclusao.com.br/index.php/principal/article/download/28/22>> Acesso em: 24 mar. 2016.

LYOTARD, François Jean. **A condição pós-moderna**. Rio de Janeiro: Editora Jose Olympio, 5ª edição, 1998, 148p.

MACIEL, Maria Regina Cazzaniga. **Portadores de deficiência a questão da inclusão social**. São Paulo: Scielo, 2000. Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0102-88392000000200008&script=sci_arttext> Acesso em: 27 ago. 2012.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia Científica**. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2003.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva M.. Tipos de Pesquisa. In:———. **Técnicas de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

MARCONI, Marina A. M.; LAKATOS, Eva M.. Métodos específicos das ciências sociais. In:———. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5ª edição. São Paulo: Atlas, 2003.

MARCONI, Marina A. M.; LAKATOS, Eva M.. Técnicas de pesquisa. In:———. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5ª edição. São Paulo: Atlas, 2003.

MARKETING DE CONTEÚDO. **Marketing Digital**. Disponível em: <<http://marketingdeconteudo.com/marketing-digital/>> Acesso em 20 nov. de 2016.

MAYER, Affonso Flávia. **Imagem como símbolo acústico: a semiótica aplicada a prática da audiodescrição**. 2012, 147p. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social Interações Midiáticas), Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2012.

MASSUDA, Serra Arthur. **Entendendo a Lei Geral de Acesso à Informação**. Disponível em < http://artigo19.org/doc/entenda_a_lei_final_web.pdf> Acesso em: 18 out. 2015.

MATTELART, Armand. **História da Sociedade da Informação**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

MIANES, Leão Felipe. Consultoria em audiodescrição: alguns caminhos e possibilidades. In: CARPES, Stockey Daiana (Org). **Audiodescrição: práticas e reflexões**. Santa Cruz do Sul: Editora Cartase, 2016, 164p.

MODELO DE ACESSIBILIDADE EM GOVERNO ELETRÔNICO - **EMAG**. Disponível em: <<http://emag.governoeletronico.gov.br/>> Acesso em: 20 dez. 2016.

MOTTA, Livia Maria Villela de Melo e ROMEU FILHO, Paulo (Org). **Audiodescrição - Transformando Imagens em Palavras**. São Paulo: Secretaria do Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.

NAVES, Sylvia Bahiense; MAUCH, Carla; ALVES, Soraya Ferreira; ARAÚJO, Vera Lúcia Santiago. **Guia para produções Audiovisuais Acessíveis**. Ministério da Cultura - Secretaria do Audiovisual, 2015.

NEVES, Barbara Coelho. Aspectos Políticos da Transferência da Informação: Relações Com o Estado, a Sociedade e a Identidade Cultural. **Revista Ponto de Acesso**, Salvador, v.7, n.3, dez 2013, p. 130-147.

NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE - NACE. **Núcleo de pesquisa**. Disponível em: <<https://www.ufpe.br/nucleodeacessibilidade/>> Acesso em: 27 mar. 2016.

NÚCLEO DE ESTUDOS DA TRADUÇÃO - NET. **Núcleo de Pesquisa**. Disponível em: < <http://150.164.100.248/CMS/index.asp?pasta=net&path=inicial.asp&pagina=inicial.asp>> Acesso em: 27 mar. 2016.

NUNES, Vergara Elton; DANDOLINI, Aparecida Gertrudes; e SOUZA, Arthur João. As tecnologias assistivas e a pessoa cega. **DATAGRAMAZERO – Revista da Informação**, v. 15, n.1, fev. de 2014. Disponível em < http://www.dgz.org.br/fev14/Art_05.htm> Acesso em: 10 mai. 2015.

OLIVEIRA, Jayr Figueiredo de. **Tecnologias da informação e da comunicação**. São Paulo: Érica, 2003.

OLIVEIRA, Antonio Francisco Maia; BAZI, Rogério Eduardo Rodrigues. Sociedade da informação, transformação e inclusão social: a questão da produção de conteúdos. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v.5, n. 2, p.115-131, jan/jun. 2008.

OLIVEIRA, B. M. J. F. ; SOUZA, M. R. F. ; MARINHO, R. P. ; DIAS, G. A. . Reflexões sobre a digitalização de documentos e utilização de documentos digitais na preservação da memória histórica. In: Marcos Galindo. (Org.). **Cultura, Tecnologia e Memória**. Recife: Néctar, 2012, 600p.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Declaração de Direitos das Pessoas Deficientes. Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas**. 09 dez 1975. Disponível em: <http://direitoshumanos.gddc.pt/3_7/IIIPAG3_7_3.htm> Acesso em: 05 abr. 2015.

———. **Ano Internacional das Pessoas com Deficiências (AIPPD)**, 1981. Disponível em: <<http://www.bengalalegal.com/martagil>> Acesso em: 05 dez. 2015.

———. **Programa de Ação Mundial para Pessoas Deficientes**, 1982. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-dos-Portadores-de-Defici%C3%A2ncia/programa-de-acao-mundial-para-as-pessoas-deficientes.html>> Acesso em: 03 jan. 2015.

———. **Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência**, 2008. Disponível em: <https://moodle.ufrgs.br/pluginfile.php/1206037/mod_resource/content/3/convencaoopessoasc omdeficienciapdf.pdf> Acesso em: 26 mar. 2016.

PASSERINO, Maria Liliana; MONTARDO, Portela Sandra. In: **Anais...** do Compós: Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 2007, Pelotas, RS - UCP (Universidade Católica de Pelotas). Disponível em: <<http://compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/144/145>> Acesso em: 29 jul. 2015.

PEREIRA, Cavalcanti Ferdinand. **Conceito de Empoderamento**. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/Anais/sao_paulo/2717.pdf> Acesso em 26 out. 2015.

PINTO, Vieira Álvaro. **O conceito de Tecnologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2 v., 2005.

PLAY-R. **Deficientes visuais agora poderão ler livros através do MECDaisy**. Disponível em: <<http://www.play-r.com.br/deficientes-visuais-agora-poderao-ler-livros-atraves-do-mecdaisy-06612/>> Acesso em: 14 mar. 2016.

PLANO NACIONAL DE PRESERVAÇÃO AUDIOVISUAL. **Plano Nacional de Preservação Audiovisual (versão aprovada na Assembleia Geral Ordinária da Associação Brasileira de Preservação Audiovisual, em 27/6/2016)**. Associação Brasileira de Preservação Audiovisual - ABAPA, 2016.

POMBO, Olga. Epistemologia da interdisciplinaridade, In: **COLÓQUIO INTERDISCIPLINARIDADE, HUMANISMO E UNIVERSIDADE**. Porto, 2007. Disponível em: <<http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/opombo/investigacao/portofinal.pdf>>. Acesso em: 8 mar. 2015.

PORTAL BRASIL. **Acessibilidade**. Disponível em<<http://www.brasil.gov.br/acessibilidade>> Acesso em: 7 de abr. 2017.

PRADO, Marcos Aparecido Rodrigues do. A Ciência da Informação na Perspectiva do Pós-Humano. **Datagrama zero - Revista da Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v.9, n. 2, 2014.

REDE SOLIDARIEDADE, APOIO, COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO - REDE SACI. **Acessibilidade e inclusão no Brasil**. Disponível em: <www.saci.org.br> Acesso em: 23 jul. 2016.

RICOEUR, Paul. Memória, história, esquecimento. **Conferência** internacional intitulada “Haunting Memories? History in Europe after Authoritarianism”. Budapeste, 2003.

RITT, Fockink Caroline; e COSTA, Moraes M. Marli. **Cidadania no Brasil: sua construção a partir de uma ótica humanista, voltada aos direitos humanos e a necessária superação de velhos paradigmas**. Disponível em: <http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/bh/caroline_fockink_ritt2.pdf> Acesso em: 20 jun. 2015.

SANTANA, Vagner F. de; ALMEIDA, Leonelo D. A.; BARANAUSKAS, M. Cecília C.. Aprendendo sobre Acessibilidade e Construção de Websites para todos. **Instituto de Computação e NIED Universidade Estadual de Campinas UNICAMP - São Paulo**, 2008. Disponível em <<http://br-ie.org/pub/index.php/rbie/article/viewFile/45/39>> Acesso em: 12 out 2016.

SARACEVIC, Tekfo. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Revista Ciência da Informação**, 1996.

SASSAKI, Romeu K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: EVA, 1999.

———. **Vida independente: história, movimento, liderança, conceito, filosofia e fundamentos**. São Paulo: RNR, 2003, p. 12-16.

———. Pessoas com deficiência e os desafios da inclusão. **Revista Nacional de Reabilitação**, ano VII, n. 39, jul./ago. 2004.

———. Atualizações semânticas na inclusão de pessoas: deficiência mental ou intelectual? Doença ou transtorno mental? **Revista Nacional de Reabilitação**, ano IX, n. 43, mar./abr. 2005, p 9-10.

SHERA, Hauk Jesse. Epistemologia social, semântica geral, e biblioteconomia. **Ciência da Informação**. Rio de Janeiro, v. 6, n 1, p. 9-12, 1977.

SILVA, Rubens, Ribeiro Gonçalves da. **Digitalização de Acervos Fotográficos Públicos e seus reflexos Institucionais e Sociais: Tecnologia e consciência no universo digital** [tese de doutorado]. Rio de Janeiro: UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro e Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) - Escola de Comunicação, 2002.

———. Fundamentos, desafios e alternativas para a salvaguarda e difusão de patrimônio documental fotográfico, audiovisual e sonoro. **Revista Ciência da Informação**, Brasília, DF, vol. 40, n. 3, p.492-509, set./dez. 2011 [publicada em 2013].

SILVA, R.G. et alii. A iniciativa Legatum e a preservação digital de arquivos audiovisuais. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação - RDBCI**, Campinas, SP v.14 n.3 p.515-540 set/dez. 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.20396/rdbci.v14i3.8646279>> Acesso em: 6 out. 2016.

SIMIONATTO, Ivete. **Classes subalternas, lutas de classe e hegemonia: uma abordagem gramsciana**. Florianópolis: artigo publicado na Revista Katálysis, vol. 12, nº 1, 2009.

SOUZA, Elizabete Gonçalves. Sociedade da informação e reestruturação produtiva: crítica à dimensão utilitarista do conhecimento. **Revista Transinformação** vol. 23, nº3, Campinas set./dez. 2011.

SIGRIST, Myriam Fellous; GINOUVÈS, Véronique. Legal And Ethical Issues Surrounding The Online Dissemination Of Audiovisual Archives: Needs, Practices, And Solutions Developed In France. **IASA Journal** nº 42 - january, 2014.

TADIC, Linda. **Preservação de vídeo para milênios**. Disponível em: <<http://sombraseletricas.webnode.pt/ver-com-olhos-livres/preserva%C3%A7%C3%A3o-de-video-para-mil%C3%AAnios-linda-tadic/>> Acesso em: 26 nov. 2016.

TAVARES, Maria de Fátima Duarte. Preservação Digital: entre a memória e a história. **Revista Ciência da Informação**, v. 41 n. 1, jan./abr. Brasília, DF, 2012. P. 9-21.

TRADUÇÃO MÍDIA E AUDIODESCRIÇÃO - TRAMAD. **Grupo de pesquisa**. Disponível em: <<http://www.tramad.com.br/>> Acesso em: 27 mar. 2016.

TOMAÉL, Inês Maria. Redes de Informação: O ponto de contato dos serviços e unidades de informação no Brasil. **Revista Inf.Inf.**, Londrina, v. 10, n. 1/2, jan./dez. 2005.

VIRALONGA, Iracema Rodrigues. O potencial formativo do cinema e a audiodescrição: olhares cegos. [dissertação de mestrado]. Salvador: UNEB - Universidade do Estado da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, 2010.

———. “Olhares Cegos”: A Audiodescrição e a formação de pessoas com deficiência visual. In: MOTTA, Livia Maria Villela de Melo e ROMEU FILHO, Paulo (Org). **Audiodescrição - Transformando Imagens em Palavras**. São Paulo: Secretaria do Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.

VITALE, Denise. Cidadania e Democracia no Brasil: Na visão de Bobbio, a democracia é algo dinâmico, um processo em constante transformação. **Revista CULT**. Disponível em: <<http://revistacult.uol.com.br/home/2010/03/cidadania-e-democracia-no-brasil/>> Acesso em: 14 out. 2015.

WERSIG, Gernot. **Information Science: The Study of postmodern knowledge usage**. Berlin: Free University Berlin, Department of Communication Sciences, 1993, p. 229-239.

APÊNDICE 1

Questionário - “Audiodescrição para membros dos grupos/núcleos de pesquisa 2016 - oficial”

Audiodescrição para membros dos grupos/núcleos de pesquisa 2016 - oficial

Prezado Senhor, Prezada Senhora,

Solicitamos a colaboração de Vossa Senhoria no preenchimento deste questionário, cujo objetivo é a coleta de dados para a pesquisa intitulada **A tecnologia audiovisual através da informação audiodescritiva: uma perspectiva da Ciência da Informação**.

A pesquisa vem sendo desenvolvida no âmbito do curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia (PPGCI-UFBA), em Salvador, tendo sido contemplada com uma bolsa de mestrado pela CAPES.

O questionário possui 33 perguntas, em sua maioria de múltipla escolha, todas em uma única página que vem logo em seguida a este texto de apresentação do questionário. Ao concluir o questionário você deve clicar no botão "Concluído", pois somente assim podemos efetivar a sua participação na pesquisa.

O tempo médio para a conclusão do preenchimento do questionário é de aproximadamente 10 minutos.

O respondente não é identificado.

Agradecemos sua colaboração. Ela é fundamental para o desenvolvimento da pesquisa.

* 1. Qual a instituição a que você está vinculado(a) e realiza ações com o recurso da audiodescrição?

- UFBA
 UFMG
 UFPE
 UECE

* 2. Qual a data do preenchimento deste questionário?

DD MM AAAA
Digite data / /

* 3. Qual o nome do grupo e ou do núcleo de pesquisa que você faz parte?

- TRAMAD
- NET
- LEAD
- NACE

* 4. Há quanto tempo esse grupo ou núcleo de pesquisa existe:

- Até 3 anos
- Entre 3 e 5 anos
- Entre 5 e 10 anos
- Mais de 10 anos

5. Há quanto tempo o grupo/núcleo de pesquisa realiza ações com essa temática de audiodescrição:

- Até 3 anos
- Entre 3 e 5 anos
- Entre 5 e 10 anos
- Mais de 10 anos

6. Quantas pessoas fazem parte desse grupo/núcleo de pesquisa:

- Até 5 pessoas
- Entre 5 e 10 pessoas
- Mais de 10 pessoas

* 7. Qual a sua posição nesse grupo ou núcleo de pesquisa?

- Líder
- Pesquisador
- Colaborador
- Outro (especifique)

* 8. Qual seu grau de escolaridade:

- Ensino Fundamental (1º grau) Incompleto
- Ensino Fundamental (1º grau) Completo
- Ensino Médio (2º grau) Incompleto
- Ensino Médio (2º grau) Completo
- Superior completo
- Superior Incompleto
- Mestrado em andamento
- Mestrado concluído
- Doutorado em andamento
- Doutorado concluído

* 9. Há quanto tempo você faz parte desse grupo ou núcleo de pesquisa?

- Até 3 anos
- Entre 3 e 5 anos
- Entre 5 e 10 anos
- Mais de 10 anos

* 10. Qual a sua idade?

- Menos de 20 anos
- Entre 20 e 25 anos
- Entre 26 a 30 anos
- Entre 31 a 35 anos
- Mais de 35 anos

* 11. Qual o seu gênero?

- Feminino
- Masculino
- Outro (especifique)

* 12. Qual sua profissão?

* 13. Como você descobriu a audiodescrição?

- Na universidade através de grupos/núcleos de pesquisa
- Em sites, blogs, revistas científicas digitais
- Eventos acadêmicos (congressos, palestras, encontros, simpósios etc.)
- Outro (especifique)

* 14. Você é audiodescritor(a) certificado(a)?

- Sim
- Não

* 15. Qual o grau de importância que você aplica a profissionais de audiodescrição certificados?

- Importante
- Muito importante
- Pouco importante
- Não é importante

* 16. Há quanto tempo você faz audiodescrição:

- Até 3 anos
- Entre 3 e 5 anos
- Entre 5 e 10 anos
- Mais de 10 anos
- Não faço audiodescrição

* 17. Qual o grau de importância que você dá a utilização do recurso da audiodescrição para inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência visual?

- Importante
- Muito importante
- Pouco importante
- Não é importante

* 18. Você já teve algum contato com um acervo audiovisual?

- Sim
- Não

* 19. Para você qual é o grau de importância de um acervo audiovisual?

- Importante
- Muito importante
- Pouco importante
- Não é importante

* 20. Você percebe alguma diferença entre preservação e salvaguarda?

- Sim
- Não

Caso perceba, explique.

* 21. Qual a importância, em sua opinião, da preservação dos materiais audiodescritos. Por que?

- Importante
- Muito importante
- Pouco importante
- Não é importante

Porque (especifique)

* 22. O grupo ou núcleo de pesquisa do qual você faz parte adota políticas de preservação e/ou salvaguarda dos materiais audiodescritos?

- Sim
- Não

* 23. Quais são as políticas de preservação e/ou salvaguarda adotadas pelo seu grupo ou núcleo de pesquisa?

* 24. Você acha importante que essas políticas de preservação e/ou salvaguarda dos materiais audiodescritos existam?

- Sim
- Não

* 25. Qual o formato de arquivo você escolheria para fazer a versão digital do documento audiovisual?

- AVI
- MPEG
- WMV
- FLV
- MOV
- MXF
- OGM
- RMVB
- Não sei definir
- Outro (especifique)

* 26. Qual o grau de importância que você dá a essas políticas de preservação e/ou salvaguarda dos materiais audiodescritos?

- Importante
- Muito importante
- Pouco importante
- Não é importante

* 27. Você acha suficiente as formas de preservação e salvaguarda utilizadas pelo grupo ou núcleo de pesquisa do qual você participa?

- Sim
- Não

Caso negativo, diga porque.

* 28. Você teria alguma ideia ou sugestão para aprimorar eventuais ações de preservação e/ou salvaguarda que o grupo/núcleo de pesquisa do qual você participa utiliza?

* 29. Na sua opinião os grupos/núcleos de pesquisa deveriam buscar padrões de preservação e/ou salvaguarda em conjunto, pensando coletivamente na construção da história da audiodescrição no Brasil?

Sim

Não

Caso afirmativo, diga porque.

* 30. Você acha importante a criação de um ambiente digital acessível nas principais línguas de origem latina, onde pudesse preservar esse material audiodescrito?

Sim

Não

Caso considere válido, diga porque.

* 31. Você acha importante a preservação desse material audiodescrito para o desenvolvimento e registro da história da audiodescrição no Brasil?

Sim

Não

Caso considere válido, diga porque.

* 32. Você acha importante que o audiodescritor adquira consciência do processo de preservação e salvaguarda do material que produz?

Sim

Não

Caso afirmativo, indique alguma sugestão sobre como isso poderia ser feito?

33. Se desejar, teça algum comentário sobre a importância da preservação e/ou salvaguarda desse material audiodescrito à luz da construção da memória social da audiodescrição no Brasil?

APÊNDICE 2

Questionário - “Audiodescrição para líderes 2016 - oficial”

Audiodescrição para líderes 2016 - oficial

Prezado Senhor, Prezada Senhora,

Solicitamos a colaboração de Vossa Senhoria no preenchimento deste questionário, cujo objetivo é a coleta de dados para a pesquisa intitulada A tecnologia audiovisual através da informação audiodescritiva: uma perspectiva da Ciência da Informação.

A pesquisa vem sendo desenvolvida no âmbito do curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia (PPGCI-UFBA), em Salvador, tendo sido contemplada com uma bolsa de mestrado pela CAPES.

O questionário possui 30 perguntas, em sua maioria de múltipla escolha, todas em uma única página que vem logo em seguida a este texto de apresentação do questionário. Ao concluir o questionário você deve clicar no botão "Concluído", pois somente assim podemos efetivar a sua participação na pesquisa.

O tempo médio para a conclusão do preenchimento do questionário é de aproximadamente 10 minutos.

O respondente não é identificado.

Agradecemos sua colaboração. Ela é fundamental para o desenvolvimento da pesquisa.

* 1. Qual a instituição a que você está vinculado(a) e realiza ações com o recurso da audiodescrição?

- UFBA
- UFMG
- UFPE
- UECE

* 2. Qual a data do preenchimento deste questionário?

DD MM AAAA
Digite data / /

* 3. Qual o nome do grupo ou do núcleo de pesquisa que você faz parte?

- TRAMAD
- NET
- LEAD
- NACE

* 4. Há quanto tempo esse grupo ou núcleo de pesquisa existe:

- Até 3 anos
- Entre 3 e 5 anos
- Entre 5 e 10 anos
- Mais de 10 anos

* 5. Há quanto tempo o grupo/núcleo de pesquisa realiza ações com essa temática de audiodescrição:

- Até 3 anos
- Entre 3 e 5 anos
- Entre 5 e 10 anos
- Mais de 10 anos

* 6. Quantas pessoas fazem parte desse grupo ou núcleo de pesquisa:

- Até 5 pessoas
- Entre 5 e 10 pessoas
- Mais de 10 pessoas

* 7. Qual a sua posição nesse grupo ou núcleo de pesquisa?

- Líder
- Pesquisador
- Colaborador
- Outro (especifique)

* 8. Qual seu grau de escolaridade:

- Ensino Fundamental (1º grau) Incompleto
- Ensino Fundamental (1º grau) Completo
- Ensino Médio (2º grau) Incompleto
- Ensino Médio (2º grau) Completo
- Superior completo
- Superior Incompleto
- Mestrado em andamento
- Mestrado concluído
- Doutorado em andamento
- Doutorado concluído

* 9. Há quanto tempo você faz parte desse grupo ou núcleo de pesquisa?

- Até 3 anos
- Entre 3 e 5 anos
- Entre 5 e 10 anos
- Mais de 10 anos

* 10. Qual a sua idade?

- Menos de 20 anos
- Entre 20 e 25 anos
- Entre 26 a 30 anos
- Entre 31 a 35 anos
- Mais de 35 anos

* 11. Qual o seu gênero?

- Feminino
- Masculino
- Outro (especifique)

* 12. Qual sua profissão?

* 13. Como você descobriu a audiodescrição?

- Na universidade através de grupos/núcleos de pesquisa
- Em sites, blogs, revistas científicas digitais
- Eventos acadêmicos (congressos, palestras, encontros, simpósios etc.)
- Outro (especifique)

* 14. Você é audiodescritor(a) certificado(a)?

- Sim
- Não

* 15. Qual o grau de importância que você aplica a profissionais de audiodescrição certificados?

- Importante
- Muito importante
- Pouco importante
- Não é importante

* 16. Há quanto tempo você faz audiodescrição:

- Até 3 anos
- Entre 3 e 5 anos
- Entre 5 e 10 anos
- Mais de 10 anos
- Não faço audiodescrição

* 17. Qual o grau de importância que você dá a utilização do recurso da audiodescrição para inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência visual?

- Importante
- Muito importante
- Pouco importante
- Não é importante

* 18. Você já teve algum contato com um acervo audiovisual?

- Sim
- Não

* 19. Para você qual é o grau de importância de um acervo audiovisual?

- Importante
- Muito importante
- Pouco importante
- Não é importante

* 20. Você percebe alguma diferença entre preservação e salvaguarda?

- Sim
- Não

Caso perceba, explique.

* 21. Qual a importância, em sua opinião, da preservação dos materiais audiodescritos. Por que?

- Importante
- Muito importante
- Pouco importante
- Não é importante

Por que? Especifique

* 22. O grupo ou núcleo de pesquisa do qual você faz parte adota políticas de preservação e/ou salvaguarda dos materiais audiodescritos?

- Sim
- Não

* 23. Quais são as políticas de preservação e/ou salvaguarda adotadas pelo seu grupo ou núcleo de pesquisa?

* 24. Você acha importante que essas políticas de preservação e/ou salvaguarda dos materiais audiodescritos existam?

- Sim
- Não

* 25. Qual o grau de importância que você dá a essas políticas de preservação e/ou salvaguarda dos materiais audiodescritos?

- Importante
- Muito importante
- Pouco importante
- Não é importante

* 26. Qual o formato de arquivo você escolheria para fazer a versão digital do documento audiovisual?

- AVI
- MPEG
- WMV
- FLV
- MOV
- MXF
- OGM
- RMVB
- Não sei definir
- Outro (especifique)

* 27. Você acha importante a criação de um ambiente digital acessível nas principais línguas de origem latina, onde pudesse preservar esse material audiodescrito?

- Sim
- Não

Caso considere válido, diga porque.

* 28. Você acha importante a preservação desse material audiodescrito para o desenvolvimento e registro da história da audiodescrição no Brasil?

- Sim
- Não

Caso considere válido, diga porque.

* 29. Você acha importante que o audiodescritor adquira consciência do processo de preservação e salvaguarda do material que produz?

Sim

Não

Caso afirmativo, indique alguma sugestão sobre como isso poderia ser feito?

30. Se desejar, teça algum comentário sobre a importância da preservação e/ou salvaguarda desse material audiodescrito à luz da construção da memória social da audiodescrição no Brasil?

APÊNDICE 3

Questionário - “Audiodescrição”

Audiodescrição

Prezado Senhor, Prezada Senhora,

Solicitamos a colaboração de Vossa Senhoria no preenchimento deste questionário, cujo objetivo é a coleta de dados para a pesquisa intitulada A tecnologia audiovisual através da informação audiodescritiva: uma perspectiva da Ciência da Informação.

A pesquisa vem sendo desenvolvida no âmbito do curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia (PPGCI-UFBA), em Salvador, tendo sido contemplada com uma bolsa de mestrado pela CAPES.

O tempo médio para a conclusão do preenchimento do questionário é de aproximadamente 10 minutos.

O respondente não é identificado.

Agradecemos sua colaboração. Ela é fundamental para o desenvolvimento da pesquisa.

* 1. Qual a instituição a que você está vinculado(a) e realiza ações com o recurso da audiodescrição?

- UFBA
- UFMG
- UFPE
- UECE

* 2. Qual a data do preenchimento deste questionário?

DD MM AAAA
Digite data / /

* 3. Você já participou ou participa de algum grupo ou núcleo de pesquisa?

Sim

Não

* 4. Qual a sua posição atual, ou qual foi a sua posição nesse grupo ou núcleo de pesquisa?

Líder

Pesquisador

Colaborador

Outro (especifique)

* 5. Qual o nome desse grupo ou núcleo de pesquisa?

* 6. Qual seu grau de escolaridade:

Ensino Fundamental (1º grau) Incompleto

Ensino Fundamental (1º grau) Completo

Ensino Médio (2º grau) Incompleto

Ensino Médio (2º grau) Completo

Superior completo

Superior Incompleto

Mestrado em andamento

Mestrado concluído

Doutorado em andamento

Doutorado concluído

* 7. Há quanto tempo você faz parte ou por quanto tempo fez parte desse grupo/núcleo de pesquisa?

- Até 3 anos
- Entre 3 e 5 anos
- Entre 5 e 10 anos
- Mais de 10 anos

* 8. Qual a sua idade?

- Menos de 20 anos
- Entre 20 e 25 anos
- Entre 26 a 30 anos
- Entre 31 a 35 anos
- Mais de 35 anos

* 9. Qual o seu gênero?

- Feminino
- Masculino
- Outro (especifique)

* 10. Qual sua profissão?

* 11. Como você descobriu a audiodescrição?

- Na universidade através de grupos/núcleos de pesquisa
- Em sites, blogs, revistas científicas digitais
- Eventos acadêmicos (congressos, palestras, encontros, simpósios etc.)
- Outro (especifique)

* 12. Você é audiodescritor(a) certificado(a)?

- Sim
- Não

* 13. Qual o grau de importância que você aplica a profissionais de audiodescrição certificados?

- Importante
- Muito importante
- Pouco importante
- Não é importante

* 14. Há quanto tempo você faz audiodescrição:

- Até 3 anos
- Entre 3 e 5 anos
- Entre 5 e 10 anos
- Mais de 10 anos
- Não faço audiodescrição

* 15. Qual o grau de importância que você dá a utilização do recurso da audiodescrição para inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência visual?

- Importante
- Muito importante
- Pouco importante
- Não é importante

* 16. Você já teve algum contato com um acervo audiovisual?

- Sim
- Não

* 17. Para você qual é o grau de importância de um acervo audiovisual?

- Importante
- Muito importante
- Pouco importante
- Não é importante

* 18. Você percebe alguma diferença entre preservação e salvaguarda?

Sim

Não

Caso perceba, explique.

* 19. Qual a importância, em sua opinião, da preservação dos materiais audiodescritos. Por que?

Importante

Muito importante

Pouco importante

Não é importante

Por que? Especifique

* 20. O grupo ou núcleo de pesquisa do qual você faz parte, ou do qual você já fez parte, adota ou adotava políticas de preservação e/ou salvaguarda dos materiais audiodescritos?

Sim

Não

* 21. Você acha importante que essas políticas de preservação e/ou salvaguarda dos materiais audiodescritos existam?

Sim

Não

* 22. Qual o grau de importância que você dá a essas políticas de preservação e/ou salvaguarda dos materiais audiodescritos?

Importante

Muito importante

Pouco importante

Não é importante

* 23. Qual o formato de arquivo você escolheria para fazer a versão digital do documento audiovisual?

- AVI
- MPEG
- WMV
- FLV
- MOV
- MXF
- OGM
- RMVB
- Não sei definir
- Outro (especifique)

* 24. Você acha importante a criação de um ambiente digital acessível nas principais línguas de origem latina, onde pudesse preservar esse material audiodescrito?

- Sim
- Não

Caso considere válido, diga porque.

* 25. Você acha importante a preservação desse material audiodescrito para o desenvolvimento e registro da história da audiodescrição no Brasil?

- Sim
- Não

Caso considere válido, diga porque.

* 26. Você acha importante que o audiodescritor adquira consciência do processo de preservação e salvaguarda do material que produz?

Sim

Não

Caso afirmativo, indique alguma sugestão sobre como isso poderia ser feito?

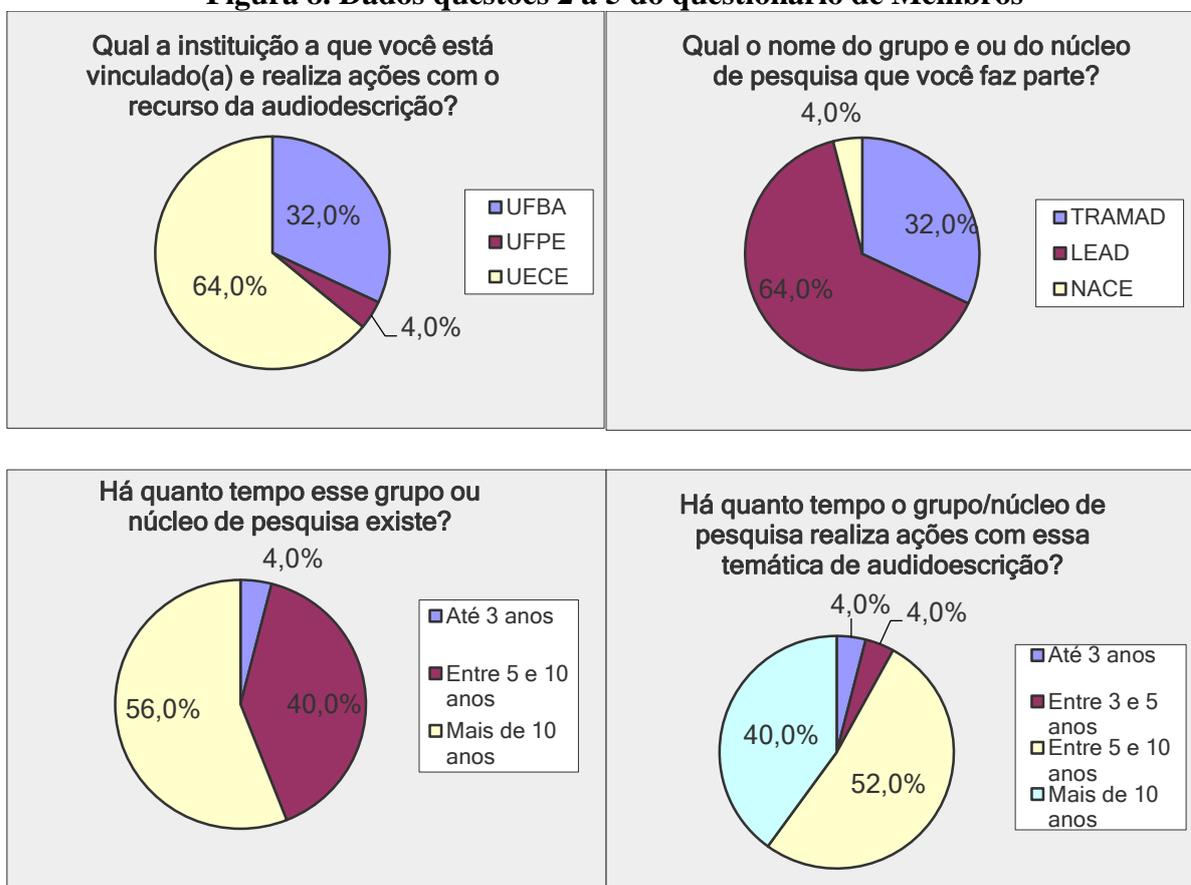
27. Se desejar, teça algum comentário sobre a importância da preservação e/ou salvaguarda desse material audiodescrito à luz da construção da memória social da audiodescrição no Brasil?

APÊNDICE 4

Figuras e Tabelas com os dados dos questionários aplicados

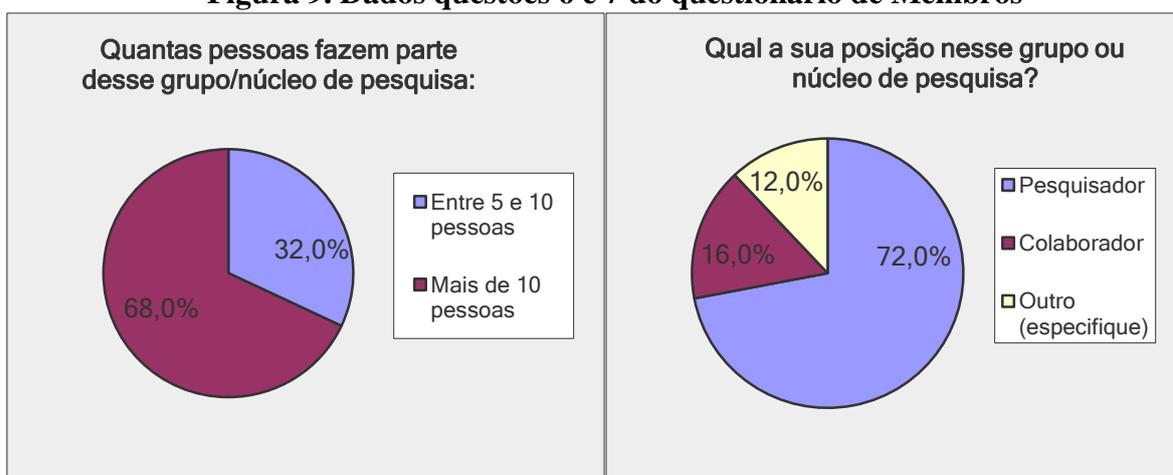
“Audiodescrição para membros dos grupos/núcleos de pesquisa 2016 - oficial”

Figura 8. Dados questões 2 a 5 do questionário de Membros



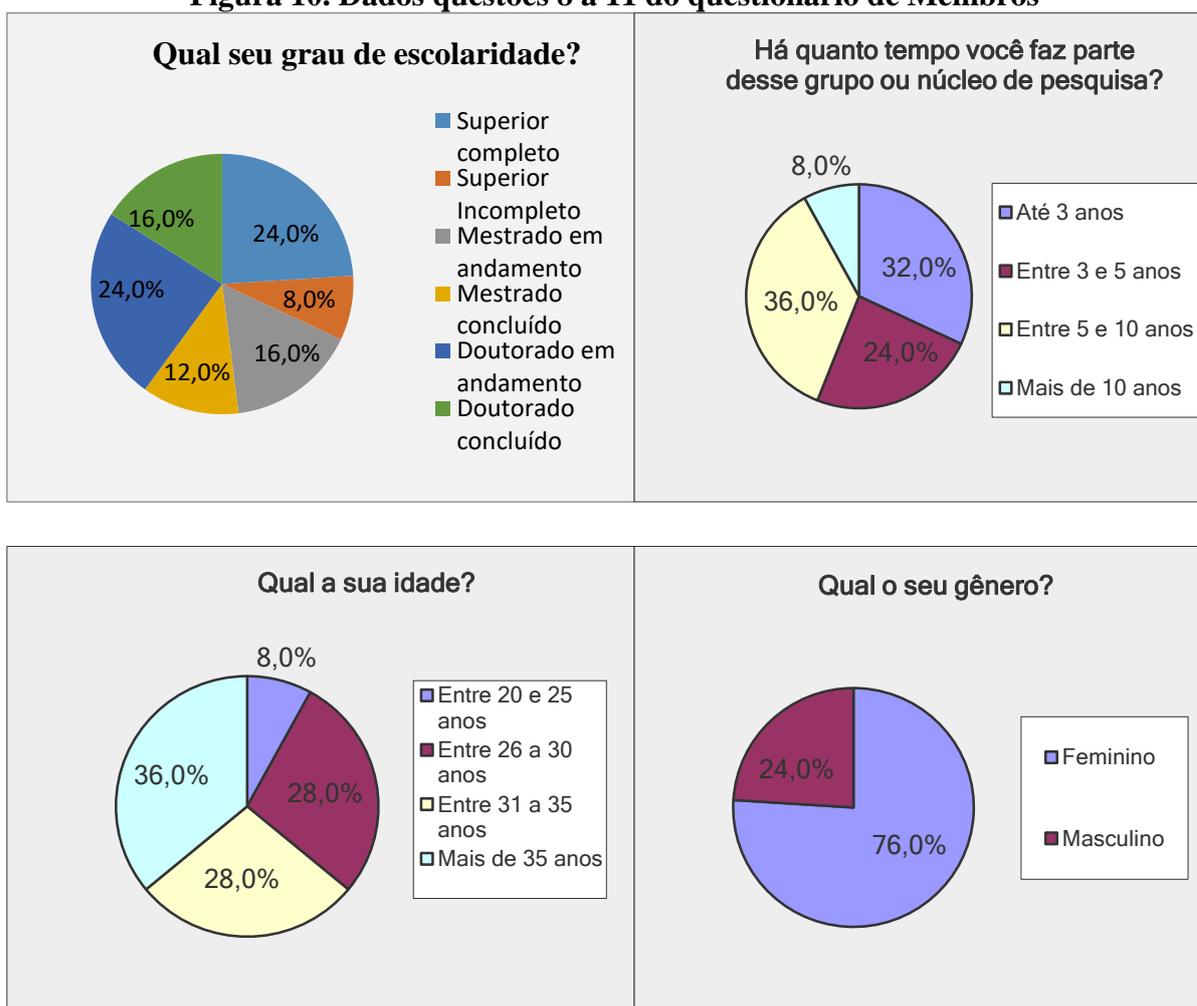
Fonte: a Autora

Figura 9. Dados questões 6 e 7 do questionário de Membros



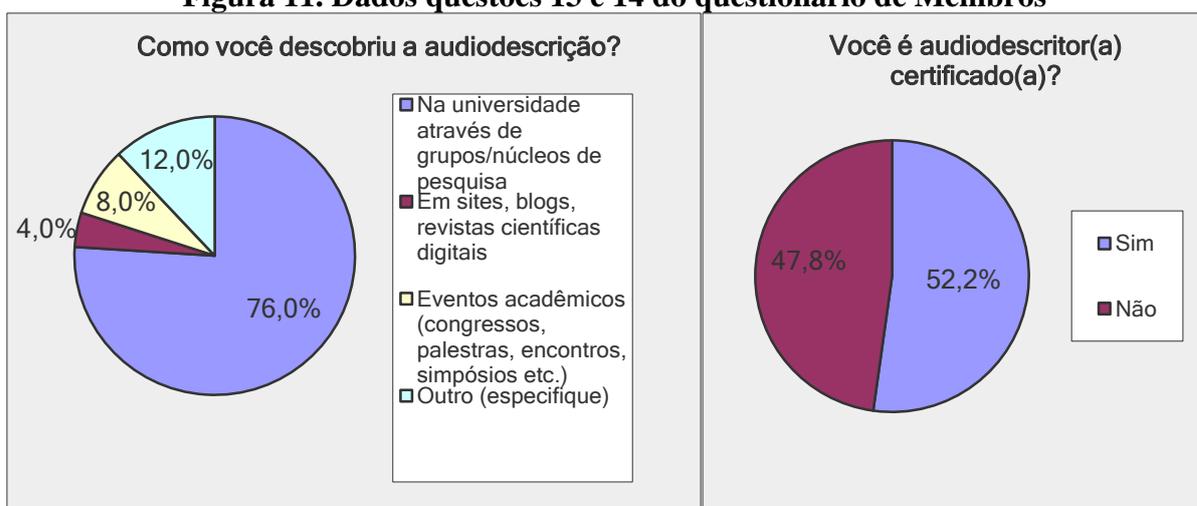
Fonte: a Autora

Figura 10. Dados questões 8 a 11 do questionário de Membros



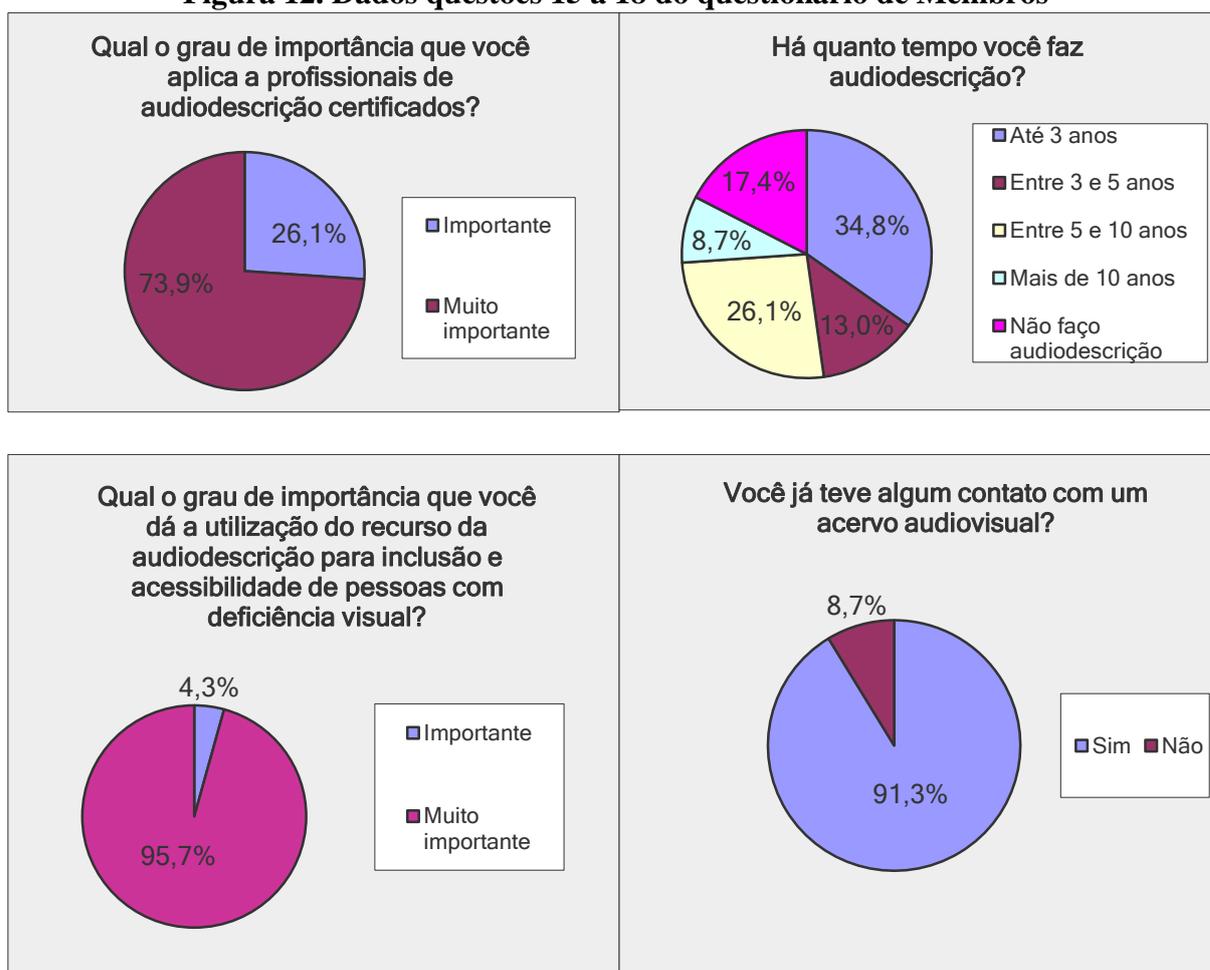
Fonte: a Autora

Figura 11. Dados questões 13 e 14 do questionário de Membros



Fonte: a Autora

Figura 12. Dados questões 15 a 18 do questionário de Membros



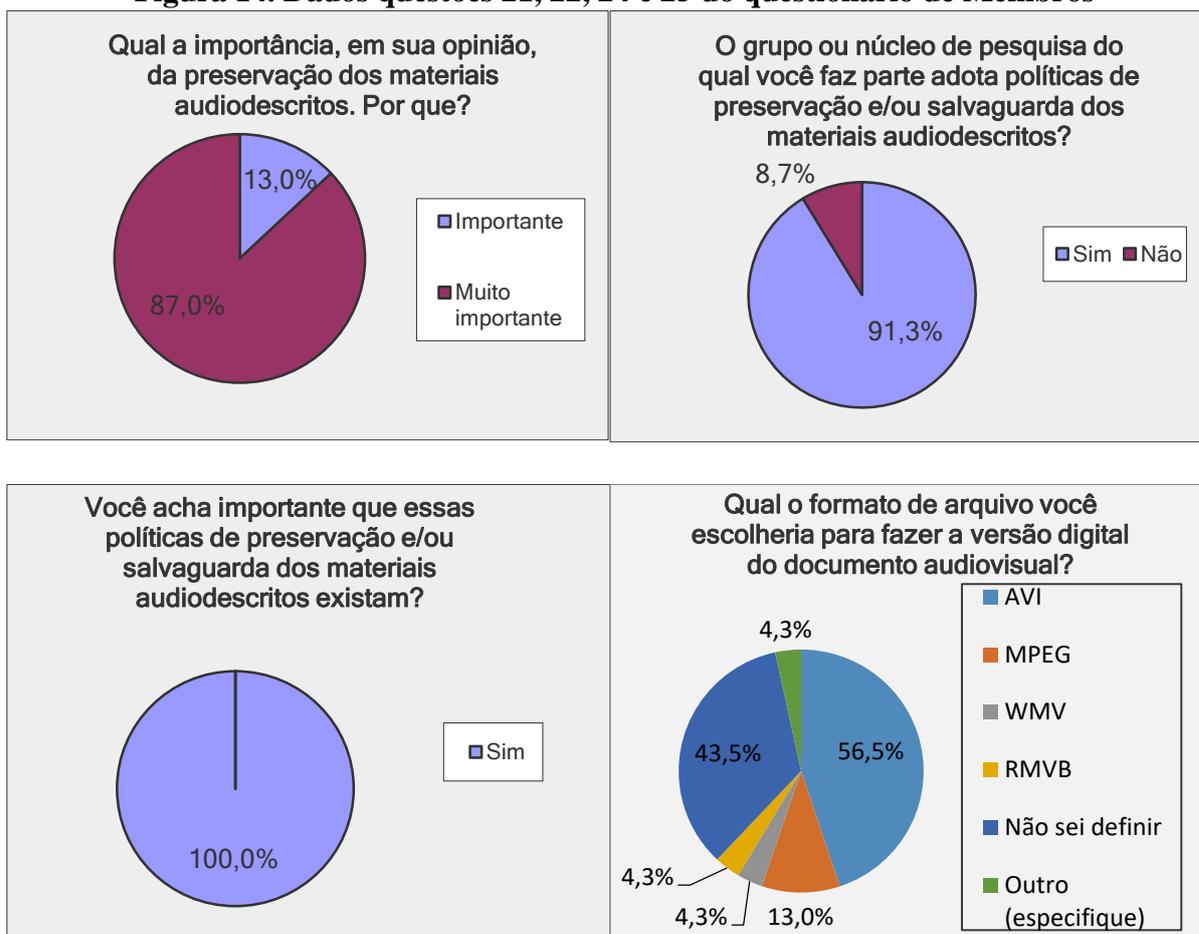
Fonte: a Autora

Figura 13. Dados questões 19 e 20 do questionário de Membros



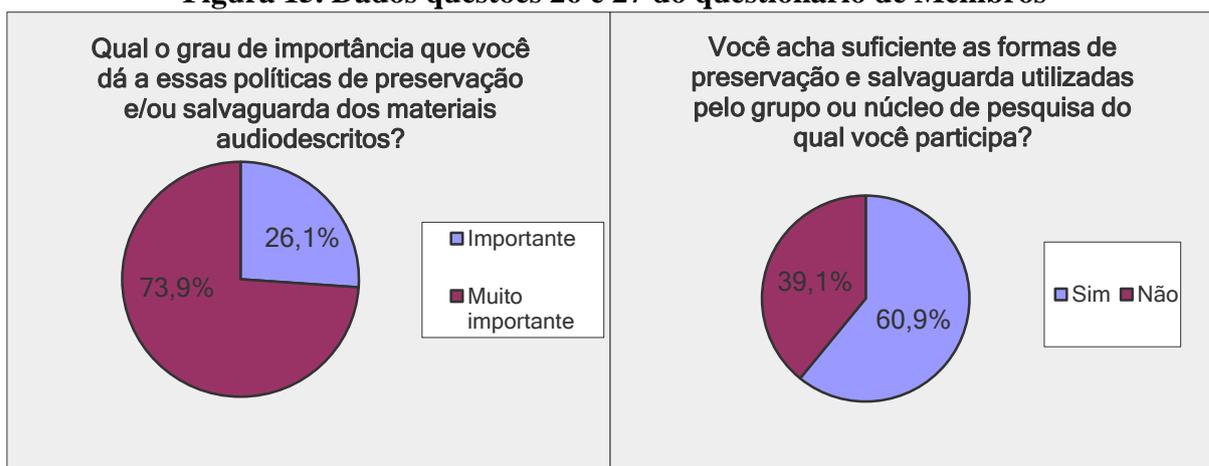
Fonte: a Autora

Figura 14. Dados questões 21, 22, 24 e 25 do questionário de Membros



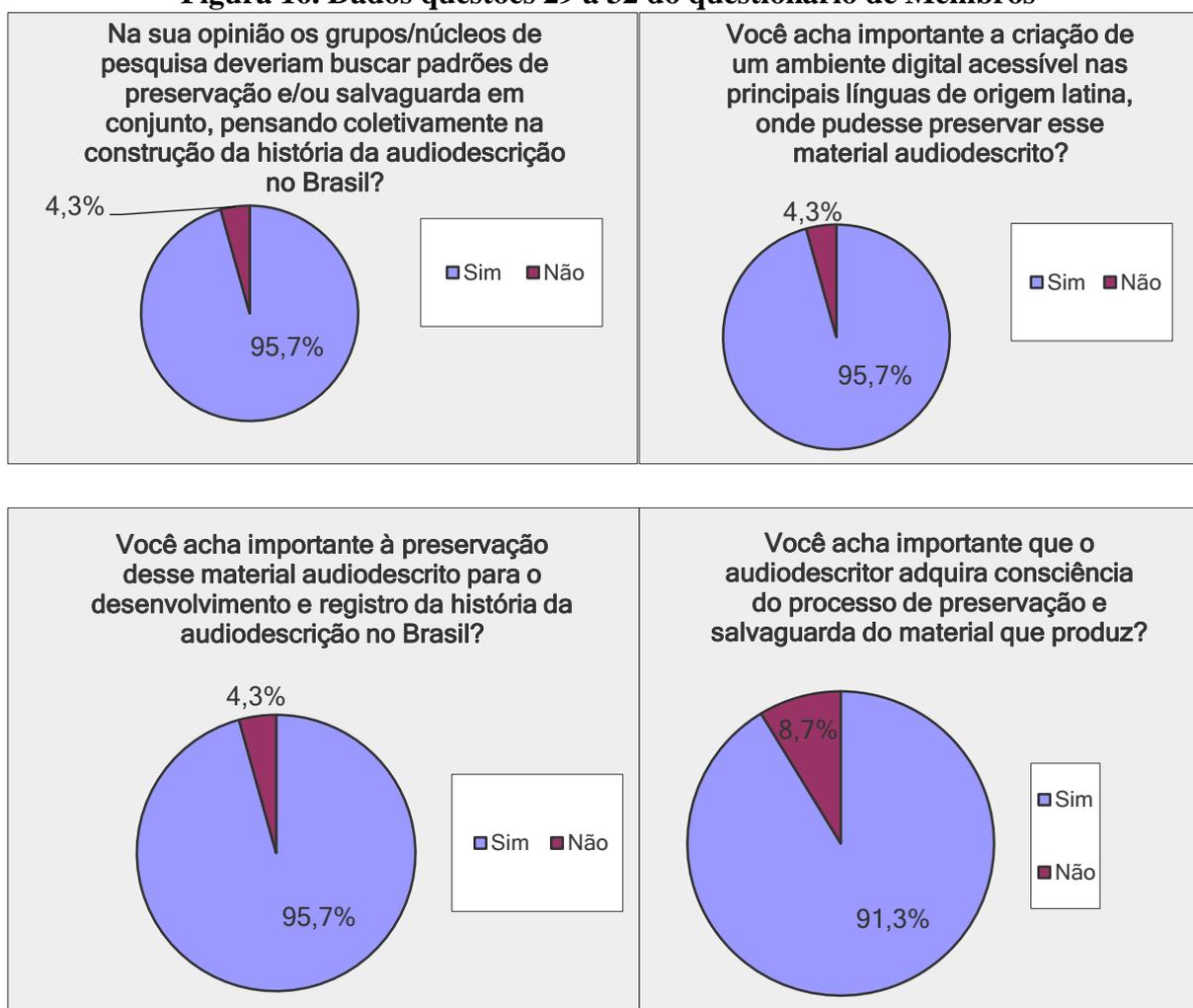
Fonte: a Autora

Figura 15. Dados questões 26 e 27 do questionário de Membros



Fonte: a Autora

Figura 16. Dados questões 29 a 32 do questionário de Membros



Fonte: a Autora

Tabela 1. Qual a sua profissão (Questão 12)

Descrição	Frequência	Percentual
Estudante e audiodescritor	1	4%
Servidora Pública	1	4%
Professor Temporário	1	4%
Pesquisadora	1	4%
Estudante	2	8%
Audiodescritora	1	4%
Professor (a)	8	32%
Professora pesquisadora	1	4%
Jornalista	2	8%
Bolsista Capes	1	4%
Professora, tradutora audiovisual, consultora em acessibilidade.	1	4%
Professora, tradutora, audiodescritora.	1	4%
Fonoaudióloga / Professora (ensino superior)	1	4%
Tradutora, professora, lendedista, audiodescritora.	1	4%
Professor e tradutor/intérprete de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).	1	4%
Auxiliar Administrativo	1	4%

Fonte: a Autora

Tabela 2. Explicação da diferença entre preservação e salvaguarda (Questão 20)

Descrição
Preservação seria a guarita, o abrigo, a proteção de algum patrimônio. Salvaguarda seria a garantia concedida por uma instituição.
Preservação tem haver com proteção, ações e procedimentos que buscam garantir a conservação e a permanência de alguma coisa, tipo: meio ambiente; patrimônio cultural, entre outros.
Salvaguarda seria tomar providências de proteção para uma pessoa, animal ou patrimônio que esteja em perigo; defender de ações maléficas.
Preservação inclui uma série de atitudes para garantir a conservação.
A preservação independe de uma autoridade ou instituição, qualquer pessoa pode preservar.
A preservação se dá pelo mantimento de qualquer conteúdo por meios físicos e pela memória de um grupo ou comunidade. Salvaguarda é o mantimento de um conteúdo em um recipiente físico, que precisa se manter em local fechado pela sua integridade física.
Conheço os termos, mas não sei em que sentido você quer a diferenciação.

Fonte: a Autora

Tabela 3. Importância da audiodescrição (Questão 21)

Descrição
É importante que os materiais audiodescritos sejam preservados, pois proporcionam às Pessoas com Deficiência Visual e/ou Intelectual acessibilidade aos meios culturais, educacionais e didáticos. O recurso audiovisual além de traduzir os elementos visuais que são inacessíveis a muitos, ajudam no melhor aprendizado e na melhor audiência de filmes, de exposições de arte, de jogos, de livros.
Dada a ainda tímida produção nacional é importante compilar e divulgar esses materiais audiovisuais audiodescritos.
Criação de uma videoteca ou um banco de dados de forte relevância para o público com deficiência visual.
Porque dessa maneira muitos poderão utilizar e ter a oportunidade de acesso a bens culturais ou outros bens proporcionados por esses materiais audiodescritos.
É necessário cuidado com o manuseio dos produtos para que não venham perder sua qualidade.
Para comparar a evolução das produções
Porque eles serão reutilizados sempre que necessários.
Porque é um acervo cultural que deve ser preservado, renovado e disponibilizado às pessoas, pois contribuem para a memória, a história, a cultura e o desenvolvimento da população
Para que possa contribuir em presentes e futuras pesquisas sobre o recurso AD

Porque no nosso país o poder público tem grande descaso até itens valiosíssimos de nosso patrimônio cultural como arquitetura e obras de arte, que dirá com meios de acessibilidade como materiais audiodescritos, cujo público alvo é uma minoria.
Porque são materiais que auxiliam diversas pessoas.
Para que esse material possa ser resguardado e possa dar acesso a diversos grupos de pessoas com deficiência.
É importante que os materiais audiodescritos não apenas façam parte de um acervo fechado, mas que possa ser usado pela comunidade, uma vez que esse é o intuito da AD, tornar produtos visuais e audiovisuais acessíveis.
É importante para objetivos de pesquisa e registro. Para uma análise evolutiva da audiodescrição.
Para que sirvam de estudo, consulta, para que guardem a memória de um período
Para preservar contra danos e evitar também desperdício.
porque servirão como fonte de pesquisa para as melhorias dos mesmos.
Os materiais são importantes tanto para pesquisa como para divulgação de nossos trabalhos.

Fonte: a Autora

Tabela 4. Políticas de preservação e/ou salvaguarda (Questão 23)

Descrição
Conservação do material traduzido no Laboratório de Tradução Audiovisual (LATAV).
Manutenção de videoteca rudimentar dentro do laboratório do LEAD/UECE.
A partir de um financiamento do projeto BNB Cultura, o grupo de pesquisa iniciou a criação de uma videoteca de DVDs acessíveis. Os direitos autorais das obras que compõem o projeto foram cedidos por seus diretores. Os DVDs normalmente são doados para o acervo de instituições que lidam com pessoas com deficiência visual.
Produções salvas em nuvem, DVDs, registros de pesquisas ou desenvolvimento de ADs preservadas em artigos, etc.
Manutenção dos equipamentos.
Biblioteca de materiais audiodescritos
Arquivando-as no laboratório.
Faz cópia e arquiva todo o material produzido pelo grupo, bem como de outros grupos aos quais tem acesso ao material. Infelizmente só disponibiliza para os componentes do grupo, pois ainda não tem uma maneira de garantir a devolução do material.
A política ainda desconheço pois tenho apenas 7 meses que faço parte do grupo
Acondicionamento com acesso restrito.
Temos um acervo.
A priori mantemos o nosso acervo de pesquisa em um laboratório na universidade.
O grupo detem um acervo médio, onde cópias de filmes audiodescritos são feitas e são disponibilizadas para fins acadêmicos. As mídias são guardadas em local seguro e de tempos em tempos as mídias são revisadas a fim de manter o conteúdo da mídia em bom estado.
Produção de dvds, arquivamento em hds e nuvens.
o material é guardado em DVDs. Sempre há mais de uma cópia. Às vezes é guardado em computador tb.
O grupo é consciente da importância da preservação, mas concretamente ainda não dispõe de acervo.
Back up em discos rígidos dos dvds produzidos pelo LEAD e copias de DVDs acessíveis comerciais e de acervo do LEAD.
Backup de toda a produção do grupo, bem como de outros materiais que temos acesso.

Creio que o método simples de salvar os arquivos em computador e nas nuvens.
Diversos backups tanto online como em HD externo, DVD e nos computadores do laboratório.
O acervo é preservado no laboratório do Grupo Lead com a finalidade de servir de apoio ao ensino e aos pesquisadores.
Todas as produções realizadas de audiodescrição pelo grupo é mantida uma cópia no acervo do grupo.

Fonte: a Autora

Tabela 5. Explicação das respostas negativas sobre as formas de preservação e salvaguarda utilizadas pelo grupo ou núcleo de pesquisa do qual você participa (Questão 27)

Descrição
Isso ainda é feito de forma desorganizada e restrita aos pesquisadores e participantes do grupo. Acredito que nossa ação é suficiente, mas temos feito o que é possível dentro das limitações do grupo.
Entendo que seria importante, hoje, além da preservação e disponibilização física, com os recursos tecnológicos organizar uma preservação e disponibilização digital
Poderíamos encontrar formas que mantivessem melhor os materiais.
Seria necessário uma catalogação e uma melhor organização do material.
Ainda temos dificuldade em manter um arquivo, em gravar esse material
Essa pergunta não se enquadra ao grupo, pois ainda não há acervo nem formas de preservação. Mas é importante ter conhecimento sobre meios de preservação para exista um planejamento de conservação e salvaguarda.
Porque não é nada oficial, nem preservado da forma adequada e por isso, não pode ser disponibilizado
porque poderá acontecer algum problema de perda ou erro de leitura do arquivo.

Fonte: a Autora

Tabela 6. Ideias/sugestões para aprimorar ações de preservação e/ou salvaguarda (Questão 28)

Descrição	Frequência
Não	11
Salvar de todas as maneiras possíveis.	1
Capacitar a todos do grupo.	1
Criação de um acervo digital.	1
Criação de uma videoteca pública.	1
Divulgação de ações de preservação e ou salvaguarda	1
Guardar material produzido em mais locais.	1
Maior manutenção dos equipamentos nos quais os produtos audiodescritos estão salvos.	1
Mais incentivo ao grupo.	1
Que esse acervo já existente tenha espaço próprio.	1
Salvar em vários locais.	1
Criar um acervo virtual, oficial ao qual qualquer pessoa pudesse ter acesso	1

Catálogo e uma melhor organização do material.	1
--	---

Fonte: a Autora

Tabela 7. Explicação em caso afirmativo sobre se os grupos/núcleos de pesquisa deveriam buscar padrões de preservação e/ou salvaguarda em conjunto, pensando coletivamente na construção da história da audiodescrição no Brasil (Questão 29)

Descrição
É importante que se adote um padrão de preservação do material audiodescrito para que tenhamos acesso ao histórico de documentos brasileiros audiodescritos. Assim, poderemos fazer uma analogia de quais foram os primeiros padrões de AD, bem como a sua transformação durante os anos.
Uma centralização da produção nacional possibilitaria o compartilhamento do que vem sendo feito nos diversos centros de pesquisa em AD, facilitando o acesso de pesquisadores e de PcDVs.
Penso que, se adotarmos um padrão, facilitaremos a busca e o acesso por parte comunidade interessada em produtos audiodescritos.
Porque a construção coletiva beneficiaria um maior número de PcDVs, foco de todas as pesquisas e produções na área.
Ações como essa poderiam auxiliar em pesquisas com o objetivo de aprimorar as AD's.
Para aprimorar os conhecimentos sobre o tema
O trabalho coletivo contribui para uma maior organização da ação, além da possibilidade de troca de materiais, de aprendizado e de informação
Para facilitar a busca de informações mais profundas sobre a AD
Porque um padrão nacional favorece a discussão de critérios de preservação mais confiáveis
Porque a história é algo importante.
Porque conseguiríamos organizar esse material em um grande corpus de audiodescrição do Brasil, semelhante ao que foi feito na Espanha.
Seria interessante ter acesso a diferentes formas de preservar o material audiodescrito e ainda poder ter acesso à outros acervos.
Para pesquisas futuras.
Você mesma respondeu: pensando na construção da história da AD no Brasil
Porque seria uma maneira de sistematizar as informações e os conteúdos produzidos.
conheceríamos todos o que tem sido feito no nosso país com relação a AD
pois a construção de um banco de dados de AD no Brasil será de grande importância para a área.
Seria interessante termos contato com os trabalhos realizados pelos outros grupos de pesquisa.
Porque esse cargo conjunto ajudaria a retratar o histórico das pesquisas em seu conjunto.

Fonte: a Autora

Tabela 8. Explicação da importância do ambiente digital acessível (Questão 30)

Descrição
Os materiais audiodescritos poderão ser usados para ensino de uma segunda língua, bem como para a preservação da origem da língua latina e sua variação a posteriori.
Não faria sentido que esse ambiente não fosse acessível ao seu público alvo.
Acredito que um ambiente digital acessível iria facilitar o armazenamento e o acesso desse material.

Quanto mais existirem canais ou mídias ou espaços para se guardar esses materiais, menor o risco de se perder alguma coisa.
Ficaria mais acessível a diferentes públicos.
Para aprimorar os conhecimentos sobre o tema
Para haver uma ação conjunta e ficar público para todos.
Não só de línguas de origem latina, mas no maior número de línguas possíveis, já que estamos falando de acessibilidade seria importante pensar em tudo que for possível
Favorece pesquisas sobre critérios de qualidade de audiodescrição válidos para diversas línguas
Favorece o acesso.
Porque conseguiríamos organizar esse material em um grande corpus de audiodescrição do Brasil, semelhante ao que foi feito na Espanha.
Um campo digital com acesso à ADs não só de línguas de origem latinas, mas de países latinos seria enriquecedor para a área e um avanço nas relações entre pesquisadores de diversos países. A difusão da AD na América Latina ainda é muito fraca e, as vezes, de difícil acesso.
Pela vantagem do acesso.
Além da preservação, o acesso seria mais facilitado.
Porque poderia facilitar o uso de forma consciente visando à preservação.
iniciariamos uma espécie de videoteca acessível. isso beneficia quem produz e para quem usufrui da AD
Entendo que seria a forma de disponibilizar para que muitas pessoas tivessem acesso pois é preciso que o ambiente digital seja todo acessível em todos os aspectos
Seria interessante termos contato com os trabalhos realizados pelos outros grupos de pesquisa.
Esse material facilitaria as pesquisas por vir.

Fonte: a Autora

Tabela 9. Explicação da importância da preservação desse material audiodescrito (Questão 31)

Descrição
Como já foi dito, para se preserve o material audiodescrito brasileiro, bem como seu padrão em um determinado espaço de tempo, sua evolução e suas variações.
Facilitaria o acesso à essa produção, assim como pesquisas afins.
Porque diminui o risco de se perder alguma coisa já produzida e possibilita que mais pessoas tenham acesso.
Assim, chegaria a mais pessoas.
Para aprimorar os conhecimentos sobre o tema
Assim podemos ver a evolução das pesquisas registradas e saber q's mudanças que ocorreram.
Porque é um acervo cultural que contribue para a memória, a história, a cultura e o desenvolvimento da população
Porque permitirá um olhar crítico sobra evolução das práticas de tradução audiovisual ao longo do tempo
Porque a conservação da história é importante.
Porque poderíamos avaliar a evolução desse tipo de tradução, estudar as estratégias de tradução utilizadas, entre outras pesquisas que poderiam ser feitas.
Sim, o Brasil ainda passa por um processo de cumprimento de leis que já fazem parte da história da AD. A preservação das mídias são importantes para o desenvolvimento de pesquisas que farão com que a AD no Brasil tenha um histórico de mudanças e melhorias.

Nesse momento, vejo como importante para futuras pesquisas, além do registro.
Você mesma respondeu
Pois além de se ter um registro histórico dos passos da AD no Brasil também constituirá um banco de informações de linguagem escrita e sonora, variação linguística, estilo de audio-descrição
valoriza a cultura audiovisual do Brasil e confere seriedade no quesito acessibilidade.
Entendo ser importante preservar a memória e a história de um povo, como patrimônio valioso, que fundamenta e fortalece sua construção.
pois deixará fontes de pesquisas muito ricas para a história da AD no Brasil.
Se o material não for preservado não poderá ser reutilizado em novas pesquisas nem acessado pelos interessados nas pesquisas sobre cada um deles.
Porque retrataria a evolução das pesquisas nessa área.

Fonte: a Autora

Tabela 10. Sugestões de como audiodescritor pode adquirir consciência (Questão 32)

Descrição
Seria interessante que em cada grupo houvesse um esforço para organização e disponibilização do material produzido de forma a torná-lo acessível aos demais grupos e à sociedade em geral através de meios digitais.
Acho importante, mas não tenho uma sugestão no momento.
Sem sugestões, somente um comentário para reforçar a importância da preservação desse tipo de material tanto para proporcionar maior inclusão social às PcDVs, quanto para servir como subsídio para pesquisas futuras no sentido de ampliar essa inclusão e melhorar sua qualidade.
Audiodescrever é um processo que leva algum tempo, sendo assim esse trabalho deve ser cuidado.
Para aprimorar os conhecimentos sobre o tema
Com capacitações.
Nos cursos de formação presenciais e EAD, bem como em sites, facebook e demais possibilidades tecnológicas
Tudo que é produzido precisa ser arquivado para que as pessoas possam buscar e aprender com intuito de produzir melhores documentos.
Estabelecimento institucional de padrões de preservação e salvaguarda
Uma nuvem na internet ou um canal que pudesse ser armazenado esse trabalho.
Deve ser assunto abordado nos cursos de formação.
essa consciência reflete no compromisso com a qualidade da tradução e da acessibilidade como um todo
Através dos processos de formação, cursos, congressos, seminários, etc
Uma plataforma que disponibilizasse e assegurasse essa preservação desse material.
Ter o hábito de salvar o material no maior número de mídias, físicas ou não, possível.
Como profissional pode trazer acesso a um acervo que sirva de consulta.

Fonte: a Autora

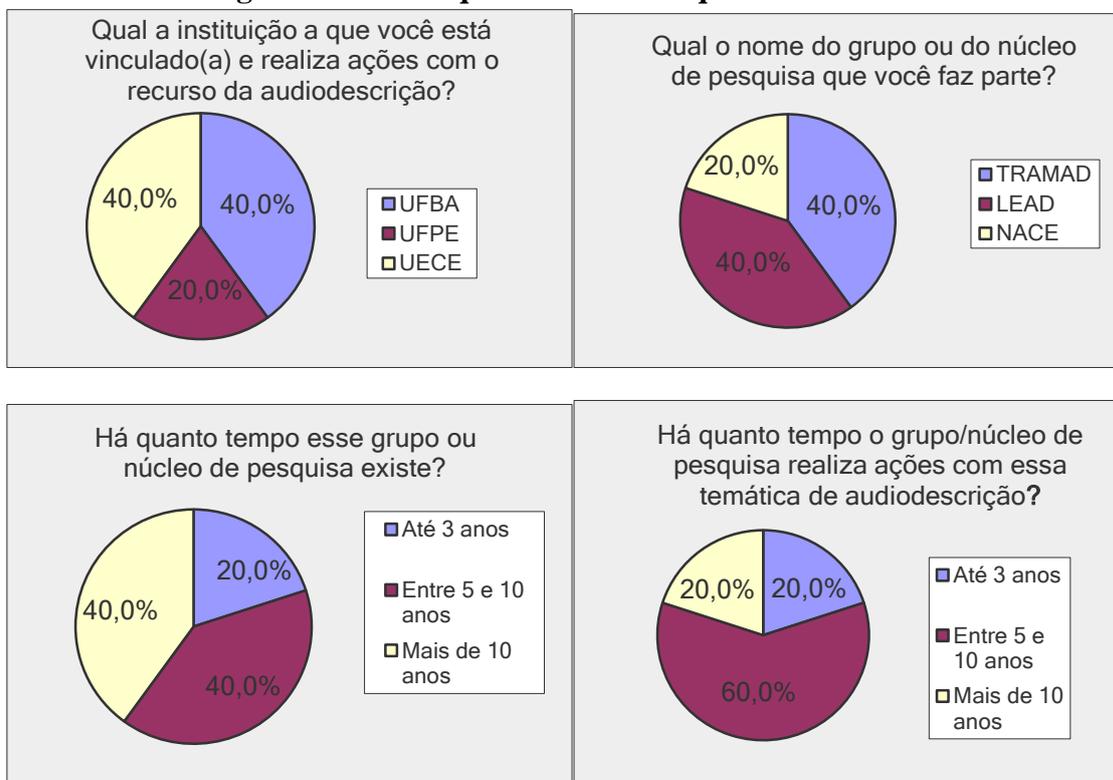
Tabela 11. Comentário sobre a importância da preservação e/ou salvaguarda desse material audiodescrito à luz da construção da memória social da audiodescrição no Brasil (Questão 33)

Descrição
Uma vez que dificilmente essa iniciativa partiria de agências governamentais, os grupos de pesquisa em AD poderiam tomar mais uma vez a dianteira e iniciar esse processo de documentação e disponibilização de forma sistemática.
Sem esses registros os pesquisadores e usuários dessas tecnologias poderiam correr o risco de não evoluir, daí a importância dessa preservação.
As duas possibilidades são importantes para as produções audiodescritas
A memória da AD deve caminhar com a memória da acessibilidade para que esteja preservada favorecendo a qualidade de vida de todas as pessoas.
Acho importante essa iniciativa tanto para garantir a preservação desse material em mais um local quanto para torná-lo acessível tanto para o público como para os outros grupos de pesquisa no Brasil e no mundo. Atentando claro para os direitos autorais tanto das produções audiovisuais como controlando o acesso e utilização dos materiais produzidos pelos grupos de pesquisa. Por exemplo, se alguém utilizar um roteiro elaborado pelo grupo para uma pesquisa, indicar o grupo responsável por aquele material.

Fonte: a Autora

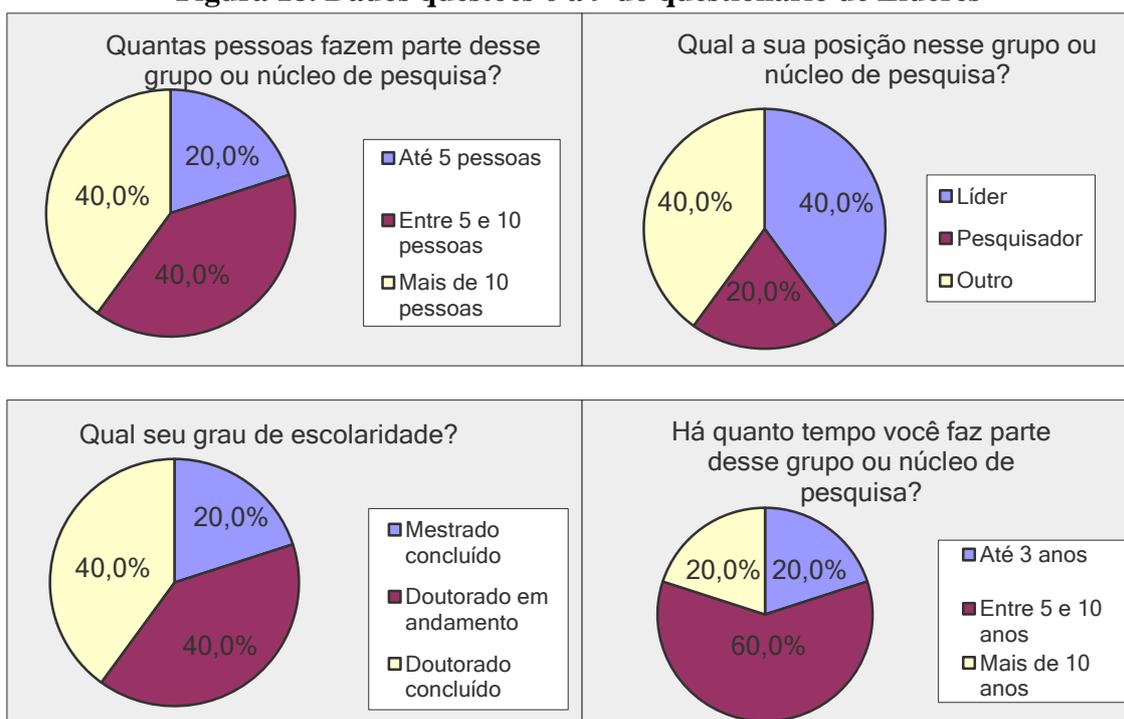
“Audiodescrição para líderes 2016 - oficial”

Figura 17. Dados questões 2 a 5 do questionário de Líderes



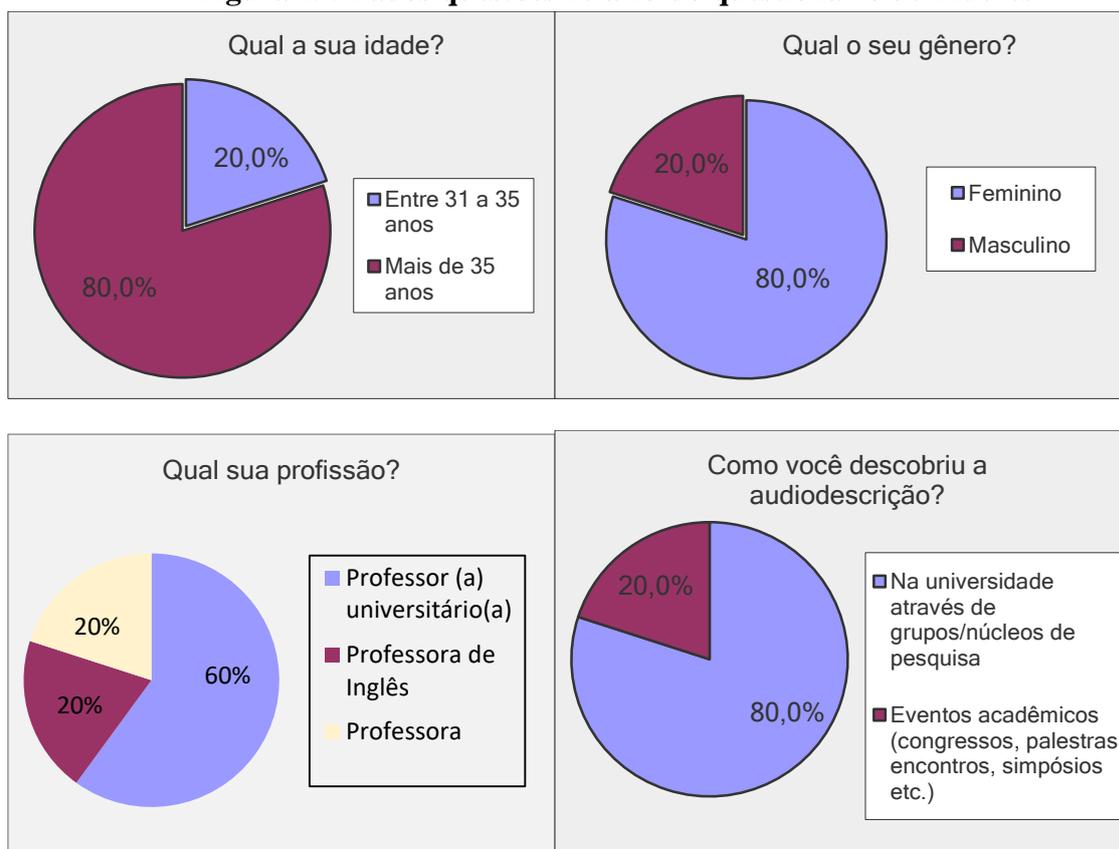
Fonte: a Autora

Figura 18. Dados questões 6 a 9 do questionário de Líderes



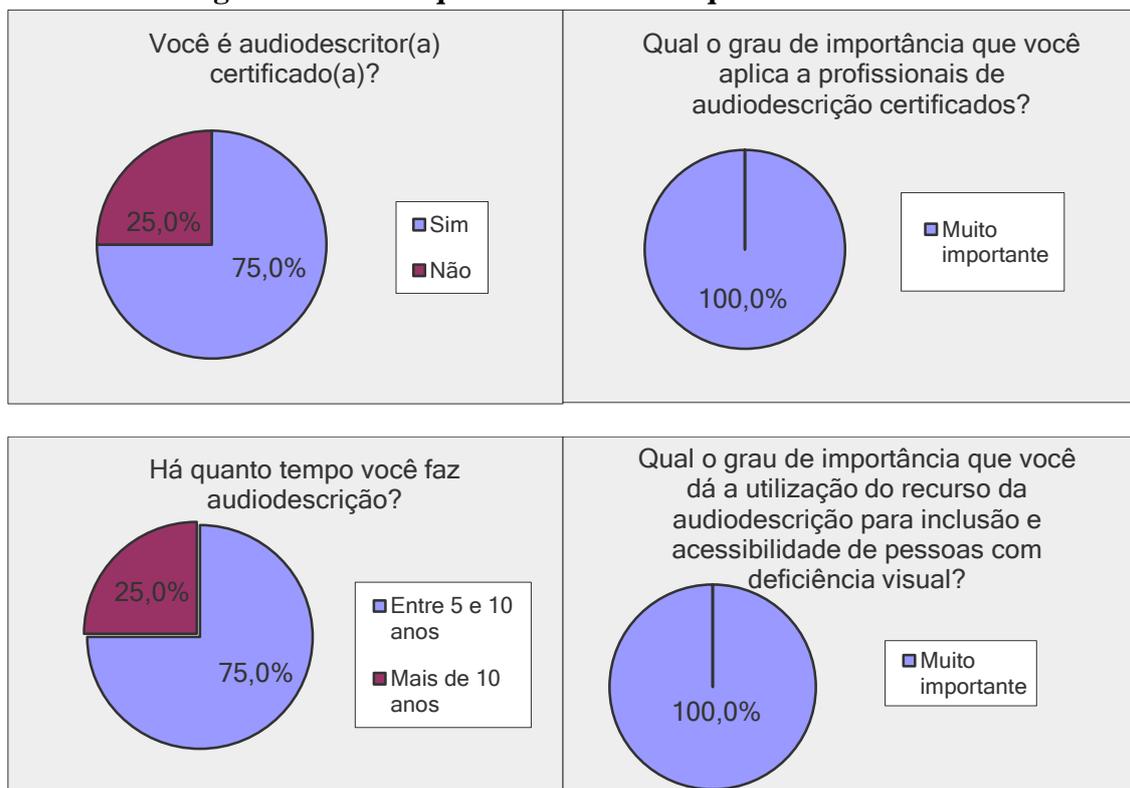
Fonte: a Autora

Figura 19. Dados questões 10 a 13 do questionário de Líderes



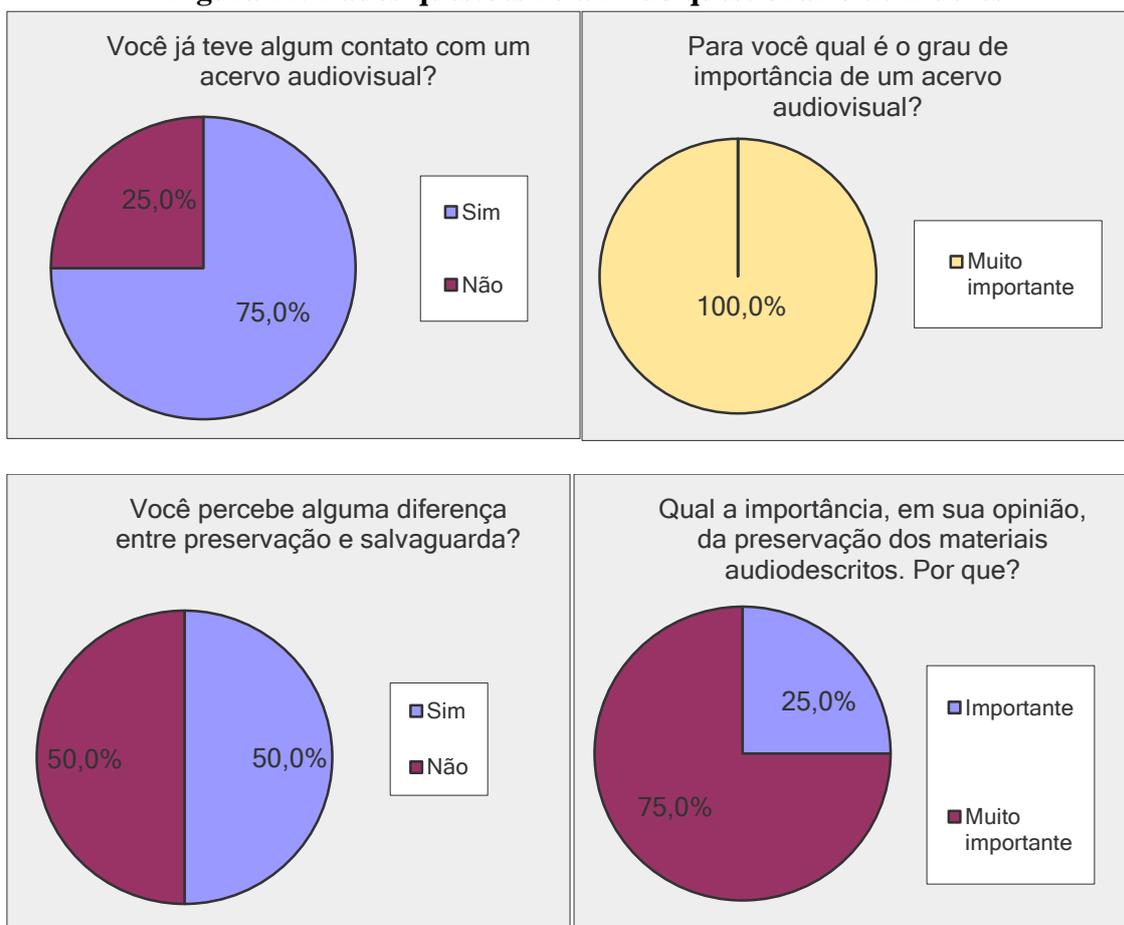
Fonte: a Autora

Figura 20. Dados questões 14 a 17 do questionário de Líderes



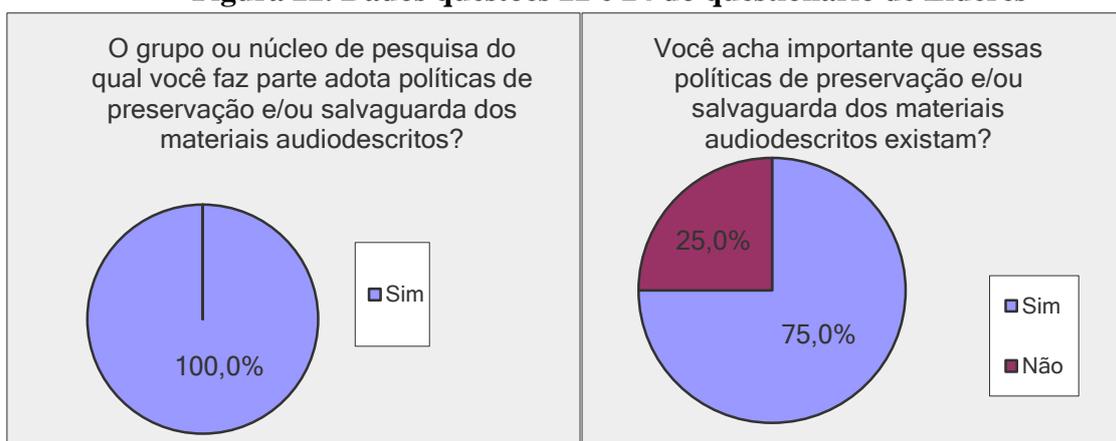
Fonte: a Autora

Figura 21. Dados questões 18 a 21 do questionário de Líderes



Fonte: a Autora

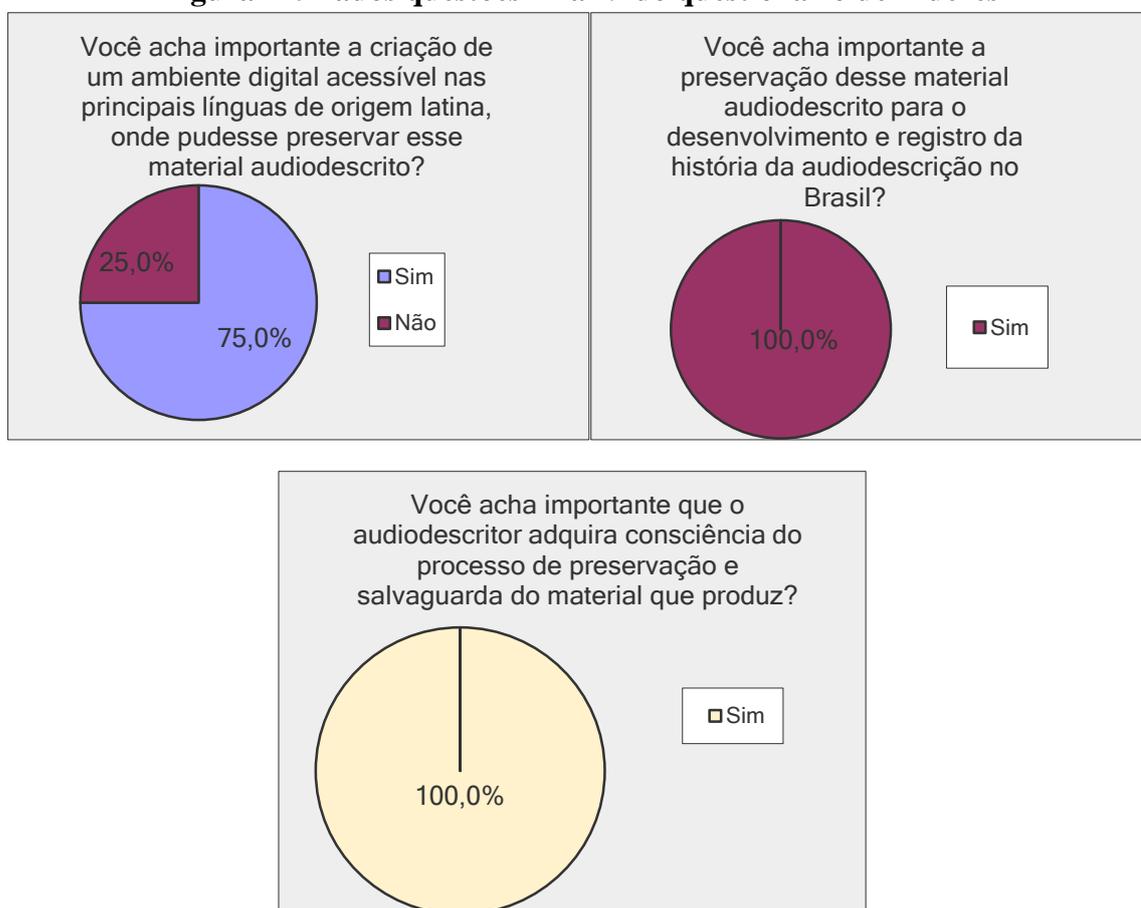
Figura 22. Dados questões 22 e 24 do questionário de Líderes



Fonte: a Autora

Figura 23. Dados questões 25 e 26 do questionário de Líderes

Fonte: a Autora

Figura 24. Dados questões 27 a 29 do questionário de Líderes

Fonte: a Autora

Tabela 12. Políticas de preservação e/ou salvaguarda adotadas pelo seu grupo ou núcleo de pesquisa (Questão 23).

Descrição

<p>Temos DVDteca da qual fazem parte trabalhos realizados pelo próprio grupo e por outros audiodescritores nacionais e internacionais.</p>
--

Fazemos cópias de todos os DVDs audiodescritos que temos e eles ficam na nossa DVDTeca sob responsabilidade de um membro do TRAMAD.

Construímos o nosso próprio acervo composto de nossa produção de filmes audiodescritos estrangeiros.

O produto audiodescrito é devidamente registrado, mas seu uso é amplo e irrestrito, bastando citar a fonte.

Fonte: a Autora

Tabela 13. Comentário sobre a importância da preservação e/ou salvaguarda desse material audiodescrito à luz da construção da memória social da audiodescrição no Brasil (Questão 30).

Descrição

Não há necessidade de leis, é preciso apenas que sejam cumpridas e que não se use o direito autoral como desculpa para não publicizar eventuais audiovisuais audiodescritos

Fonte: a Autora

ANEXO 1

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Esse termo exprime minha total e consciente concordância com o que está descrito abaixo, no que se refere a aplicação dessa pesquisa. Sendo que a partir da inserção dos meus dados solicitados no texto que segue, eu início minha participação nessa pesquisa, ciente da validade da mesma, tendo, portanto, minhas opiniões descritas e relatadas no estudo, preservando meu anonimato.

Eu, ...**(nome do sujeito da pesquisa, nacionalidade, idade, estado civil, profissão, endereço, RG)**, estou sendo convidado a participar de um estudo denominado: “A tecnologia audiovisual através da informação audiodescritiva: uma perspectiva da Ciência da Informação”, cujos objetivos e justificativas são: destacar a importância do papel da ciência da informação, por meio de suas teorias, técnicas e práticas, no contexto da informação audiodescritiva, da inclusão e da acessibilidade de pessoas com deficiência visual, e da preservação e salvaguarda desta informação audiodescritiva.

A minha participação no referido estudo será no sentido de responder a um questionário online que aborda questionamentos sobre o recurso da audiodescrição para pessoas com deficiência visual, com foco na preservação e salvaguarda dos materiais audiodescritos.

Estou ciente de que minha privacidade será respeitada, ou seja, meu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de qualquer forma, me identificar, será mantido em sigilo.

Os pesquisadores envolvidos com o referido projeto são Tamires Neves Conceição - mestranda do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI) UFBA e o seu orientador Dr. Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva e com eles poderei manter contato pelos telefones (71) 99224-4620 e (71) 32837754 para quaisquer esclarecimentos.

É assegurada a assistência durante toda pesquisa, bem como me é garantido o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da minha participação.

Enfim, tendo sido orientado quanto ao teor de todo o aqui mencionado e compreendido a natureza e o objetivo do já referido estudo, manifesto meu livre consentimento em participar, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação.

Salvador, ... de ... de 2016.

Sujeito da pesquisa: FAVOR DIGITAR AQUI SEU NOME COMPLETO

Pesquisadores: Tamires Neves Conceição Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva

ANEXO 2

Carta de Apresentação



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO



**MINUTA PARA O (GRUPO OU NÚCLEO DE PESQUISA) - “(NOME DO GRUPO
OU NÚCLEO POR EXTENSO)” (SIGLA DO GRUPO) DA UNIVERSIDADE
FEDERAL OU ESTADUAL DE (NOME DA UNIVERSIDADE)**

Prezado (s),

Venho solicitar a permissão de Vossa (s) Senhoria (s), na condição de líder (s) do (grupo ou núcleo de pesquisa) - “(nome do grupo ou núcleo por extenso)” (sigla do grupo), para que a aluna Tamires Neves Conceição, mestranda do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI) – UFBA, possa, durante o período de sua pesquisa (conclusão prevista para julho de 2016), ter acesso às atividades realizadas pelo grupo, conhecendo sua estrutura e o dia-a-dia das tarefas. Tamires desenvolve a dissertação intitulada “A tecnologia audiovisual através da informação audiodescritiva: uma perspectiva da ciência da informação”, procurando destacar a importância do papel da ciência da informação, por meio de suas teorias, técnicas e práticas, no contexto da informação audiodescritiva, da inclusão e da acessibilidade de pessoas com deficiência visual, e da preservação e salvaguarda desta informação audiodescritiva.

Desde já agradecemos, nos colocando à disposição pelo e-mail <rubensri@ufba.br> ou pelo telefone (71) 98822-5873, para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,

RUBENS RIBEIRO GONÇALVES DA SILVA